PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7727/2023 - Segunda-feira, 27 de Novembro de 2023

PRESIDENTE
Desª. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE
Des. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desª. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
Desª. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
Des. AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES
Desª. MARGUI GASPAR BITTENCOURT

DESEMBARGADORES

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES	GLEIDE PEREIRA DE MOURA	JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO	JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO	ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA	MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO	EVA DO AMARAL COELHO
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA	ROBERTO GONÇALVES DE MOURA	KÉDIMA PACÍFICO LYRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO	MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE	AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS	LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO	MARGUI GASPAR BITTENCOURT
RICARDO FERREIRA NUNES	MAIRTON MARQUES CARNEIRO	PEDRO PINHEIRO SOTERO
LEONARDO DE NORONHA TAVARES	EZILDA PASTANA MUTRAN	LUANA DE NAZARETH AMARAL HENRIQUES SANTALICES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO	MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA	ALEX PINHEIRO CENTENO
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR	ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA	JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro (Presidente)
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Desembargadora Margui Gaspar Bittencourt
Desembargadora Luana de Nazareth Amaral Henriques Santalices
Desembargador Alex Pinheiro Centeno
Desembargador José Torquato Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (Presidente)
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Torquato Araújo de Alencar

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Desembargadora Margui Gaspar Bittencourt
Desembargadora Luana de Nazareth Amaral Henriques Santalices
Desembargador Alex Pinheiro Centeno

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa (Presidente)

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro (Presidente)

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho (Presidente)
Desembargadora Kédima Pacífico Lyra
Desembargador Pedro Pinheiro Sotero
Juiz Convocado Sérgio Augusto Andrade de Lima
Juiz Convocado José Antônio Ferreira Cavalcante

1ª TURMA DE DIREITO PENAL

Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias (Presidente)
Desembargadora Kédima Pacífico Lyra
Juiz Convocado José Antônio Ferreira Cavalcante

2ª TURMA DE DIREITO PENAL

Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha (Presidente)
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Juiz Convocado Sérgio Augusto Andrade de Lima

3ª TURMA DE DIREITO PENAL

Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Desembargadora Eva do Amaral Coelho
Desembargador Pedro Pinheiro Sotero (Presidente)

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 4
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 6
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 20
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ---- 27
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ 106
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 267
TURMAS DE DIREITO PENAL
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ ---- 271
FÓRUM CÍVEL
COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE BELÉM ---- 338
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 340
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 1 VARA DE FAMÍLIA ---- 341
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 342
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 343
SECRETARIA DA VARA DE EXECUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS ---- 344
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 345
COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE ANANINDEUA ---- 346
FÓRUM DE BENEVIDES
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 351
EDITAIS
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS ---- 353
COMARCA DE ABAETETUBA
COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE ABAETETUBA ---- 354
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ ---- 362
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL ---- 366
UPJ DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM ---- 367
UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM ---- 371
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA ---- 376
COMARCA DE RURÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS ---- 378
COMARCA DE MONTE ALEGRE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE ---- 381
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ ---- 444
COMARCA DE BUJARU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BUJARU ---- 446
COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ---- 451
COMARCA DE SOURE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SOURE ---- 454
COMARCA DE MEDICILÂNDIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA ---- 458
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 460

COMARCA DE CAMETÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ ---- 463
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 464
COMARCA DE SALVATERRA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA ---- 468
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 469

PRESIDÊNCIA

O Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

PORTARIA Nº 5045/2023-GP. Belém, 24 de novembro de 2023.

Considerando o gozo de licença do Juiz de Direito Pedro Enrico de Oliveira,

DESIGNAR o Juiz de Direito José Jonas Lacerda de Sousa, titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tucuruí, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Tucuruí e Direção do Fórum, no período de 27 de novembro a 4 de dezembro do ano de 2023.

PORTARIA Nº 5046/2023-GP. Belém, 24 de novembro de 2023.

Considerando os termos da Portaria Nº 5045/2023-GP,

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 4936/2022-GP, a contar de 27 de novembro do ano de 2023, que designou o Juiz de Direito Thiago Cendes Escórcio, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Tucuruí, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Tucuruí e Direção do Fórum.

PORTARIA Nº 5079/2023-GP. Belém, 24 de novembro de 2023.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2023/51564,

DESIGNAR a servidora NEUDILENE DO SOCORRO LOUZADA CHAVES, matrícula nº157589, para responder pela função de Secretário Geral, junto à Unidade de Processamento Judicial (UPJ) - 12ª a 15ª Varas Cíveis e Empresariais da Capital, durante o afastamento por férias da titular, Marceli Mara Vieira Monteiro Gonçalves, matrícula nº 108448, retroagindo seus efeitos ao período de 02/10/2023 a 09/10/2023.

PORTARIA Nº 5080/2023-GP. Belém, 24 de novembro de 2023.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2023/61814,

DESIGNAR a servidora TAIANA MARINA SOUZA LADEIRA, matrícula nº 151823, para responder pelo Cargo em Comissão de Secretária, REF-CJS-8, junto à Secretaria de Administração, durante o afastamento do titular, Vicente de Paula Barbosa Marques Junior, matrícula nº 91464, bem como do Secretário Adjunto, Fábio Luiz Santos Wanderley, matrícula nº 30520, no período de 27/11/2023 a 30/11/2023.

PORTARIA Nº 5081/2023-GP. Belém, 24 de novembro de 2023.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2023/61814,

DESIGNAR a servidora VLADIMILA PEREIRA MACHADO, matrícula nº 67938, para responder pela Função Gratificada de Chefe de Serviço, REF-FG-2, junto ao Serviço de Acompanhamento, durante o impedimento da titular, Taiana Marina Souza Ladeira, matrícula nº 151823, no período de 27/11/2023 a 30/11/2023.

PORTARIA Nº 5082/2023-GP. Belém, 24 de novembro de 2023.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2023/63399,

DESIGNAR o servidor MARIO TASSO RIBEIRO SERRA JUNIOR, matrícula nº 59943, para responder pela Função Gratificada de Chefe de Serviço, REF-FG-2, junto ao Serviço de Almoxarifado de Bens Móveis, durante o afastamento do titular, Paulo Alexandre Andrade de Oliveira, matrícula nº 113077, nos dias 24/11/2023 e 01/12/2023.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 186/2023-CGJ

O Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**, Corregedor Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO as razões invocadas pelo Presidente da Comissão, nos autos do PP nº 0003822-04.2023.2.00.0814 referente à **Sindicância Administrativa Nº 0002435-51.2023.2.00.0814**, instaurada pela Portaria nº 094/2023-CGJ, publicada em 03/07/2023 e prorrogada pela Portaria nº 125/2023-CGJ, publicada em 30/08/2023;

RESOLVE:

REDESIGNAR a Comissão designada pela Portaria n.º 094/2023-CGJ , com a finalidade de restabelecer a competência para dar continuidade e finalizar os trabalhos da Comissão, ratificando os atos válidos até então praticados.

Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Belém, 24/11/2023.

Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor Geral de Justiça

PORTARIA Nº 187/2023-CGJ

O Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**, Corregedor Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO Decisão ID 3595327 proferida nos autos do **PAD nº 0003093-12.2022.2.00.0814**, instaurado pela Portaria nº 210/2022-CGJ, publicada em 06/10/2022;

RESOLVE:

I ? TORNAR NULO todos os atos praticados pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Nova Timboteua/PA;

II ? DESIGNAR NOVA COMISSÃO DISCIPLINAR a qual delego poderes ao M. M. **Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Peixe Boi/PA** para presidir a Comissão Processante, nos termos do §1º do art. 1.193 do Código de Normas do Pará, concedendo o prazo de **60 (sessenta) dias** para a conclusão dos trabalhos.

Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Belém, 24/11/2023.

DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003841-10.2023.2.00.0814

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

REQUERENTE: HUGO NARCIZO ESCOBAR AYALA JUNIOR

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA/PA

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. IMPULSO PROCESSUAL. ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA. SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA. SATISFEITA A PRETENSÃO JUNTO À CORREGEDORIA. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO (...).

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção é o prosseguimento do processo de nº **0803090.71.2018.8.14.0006** com o julgamento do feito.

Da leitura das informações que integram estes autos, corroborada por consulta realizada ao sistema PJe em 18/10/2023, apura-se que os autos do processo n.º **0803090.71.2018.8.14.0006**, objeto dessa representação, estão em tramitação, tendo como último ato prolação de decisão (Id. 97221697) em 21/07/2023.

No entanto, há Certidão (Id. 102429549), de 16/10/2023, em que os servidores da Secretaria do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA se declararam suspeitos de atuar no referido processo judicial, razão pela qual, deixou de se dar cumprimento à última determinação dos autos.

Em casos semelhantes assim tem se manifestado o Conselho Nacional de Justiça:

"Para se entender configurada morosidade no tramitar de qualquer processo se faz necessário, à luz do princípio da razoabilidade, aferir o volume de trabalho a que está submetido o magistrado, a sua produtividade, as condições cartorárias (equipamentos e pessoal), a complexidade da causa e a indispensabilidade do atendimento da legislação processual" (CNJ - REP200710000001832 - Rel. Min. Corregedor Nacional Cesar Asfor Rocha - 65ª Sessão - j. 24.06.2008 - DJU 05.08.2008l)".

Assim sendo, chama-se atenção ao fato de que o Princípio Constitucional da Duração Razoável do Processo, por vezes, há de ser relativizado, posto que não significa imediatismo. Assim, a duração razoável deve ser analisada caso a caso, de modo a não importar hiato temporal, mas sim, se durante esse período, o processo tramitou regularmente.

Em relação à suspeição arguida pelos servidores da Secretaria do referido Juízo, tomo ciência e **DETERMINO** que os servidores do Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, substituto automático, conforme tabela atualizada de substituição automática, exposta na Portaria nº 4091/2023 - GP, de 20 de setembro de 2023 sejam habilitados na origem do processo judicial nº **0803090.71.2018.8.14.0006,** para prática dos atos necessários.

Desse modo, ante a inexistência de qualquer infração administrativa a ser apurada, assim como diante da ausência de constatação de morosidade processual, impõe-se o **ARQUIVAMENTO** destes autos, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça, por não haver a princípio qualquer outra medida a ser adotada por este Órgão Correcional.

Dê-se ciência às partes.

Sirva a presente decisão como ofício.

À Secretaria, para as providências necessárias.

Belém (PA), data registrada no sistema.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor-Geral de Justiça

PROCESSO N.º 0002501-31.2023.2.00.0814

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA

SINDICADO: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGANÇA - TJPA

DECISÃO

EMENTA: SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA. AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO SINDICANTE ACOLHIDO. ARQUIVAMENTO.

Trata-se de sindicância administrativa investigativa, instaurada pela portaria n.º 095/2023-CGJ (Id. 3046589), publicada no diário da justiça eletrônico de 06/07/2023, por deliberação da Exma. Sra. Dra. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Corregedora-Geral de Justiça, em exercício na época, em desfavor do juízo da vara criminal da comarca de Bragança/PA, para apuração de responsabilidades que ensejaram a prescrição penal do crime de roubo majorado na ação penal n.º 0001691-46.2009.8.14.0009 (antigo 0001691-16.2009.8.14.0009).

Para apuração do presente expediente foi designada à Comissão Disciplinar 01, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sua conclusão (Id's. 3046589 e 3060034).

A sindicância administrativa investigativa em epígrafe teve origem em decisão (Id. 2932476), proferida nos autos da representação por excesso de prazo n.º 0003920-23.2022.2.00.0814, encaminhada a esta Corregedoria-Geral de Justiça pela Exma. Sra. Dra. Rafaela de Jesus Mendes Morais, juíza de direito titular da vara criminal de Bragança, a pedido do **Ministério Público Estadual**, para apuração de possíveis práticas de infrações disciplinares que ensejaram a prescrição penal do crime de roubo majorado na ação penal n.º 0001691-46.2009.8.14.0009, possivelmente ocorridas no juízo da vara criminal da comarca de Bragança/PA.

(...)

É o Relatório.

DECIDO.

A presente sindicância investigativa, teve por objeto a apuração de possível responsabilidade pela paralisação e prescrição do crime de roubo majorado, referente aos autos n.º 0001691-46.2009.8.14.0009 (antigo 0001691-16.2009.8.14.0009).

Em consulta realizada em 31.10.2023 ao sistema Libra pelos autos judiciais, observou-se que foram distribuídos em 23.07.2009, com protocolo de resposta à acusação em 13.08.2013, tramitação externa dos autos pela secretaria da 1ª vara cível e empresarial de Bragança para a central de distribuição de Bragança em 02.08.2019, recebimento por esta somente em 08.03.2021 e redistribuição para a vara criminal de Bragança realizada na mesma data, verificando-se a paralisação do feito desde 2013 até 08.03.2021 (quando houve a redistribuição dos autos para a vara criminal), o que culminou na prescrição penal do crime de roubo majorado, com sentença de extinção da punibilidade proferida em 25.02.2022.

(...)

Outrossim, verifica-se que a sindicância administrativa investigativa instaurada por decisão proferida nos autos da representação por excesso de prazo n.º 0003920-23.2022.2.00.0814 foi instruída de maneira célere, rigorosa e de acordo com a legislação pertinente, sendo analisados de forma minuciosa todos os documentos que foram juntados aos autos, os depoimentos dos servidores da comarca de Bragança/PA: Aline de Melo Braun Sarmento (auxiliar administrativo cedida da Prefeitura e lotada na 1ª vara em 2015), Ivon Costa da Cunha Amorim (analista judiciário lotado na central de distribuição de Bragança em 2013), Anselmo Romão Ribeiro de Oliveira (diretor de secretaria da 1ª vara cível e empresarial) e Kelly Batista da Silva (diretora de secretaria da vara criminal), garantindo desta forma, os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal/88 e no art. 187, da lei n.º 5.810/94.

Da apuração realizada na presente sindicância a comissão constatou que: (1) da oitiva dos servidores arrolados (Id. 3211524), extraiu-se que a paralisação do feito ocorreu em meio à reorganização dos juízos da comarca de Bragança, que tinham competências híbridas, cível e criminal, e, a partir de 2015, passaram a operar com competências distintas, fato que também ensejou a reestruturação física do prédio do Fórum da Comarca de Bragança, ocasião em que um quantitativo de processos foram mantidos em um armário na sala da vara criminal, sem movimentação e com pendência de redistribuição ao juízo criminal; (2) a situação já havia sido registrada nos relatórios de correição ordinária da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior ocorridas em 2017 e 2019; (3) da oitiva do servidor Ivon (Id. 3129355) colheu-se que a redistribuição dos processos criminais duraram de 2015 até 2021; (4) das oitivas dos diretores de secretaria Anselmo (Id. 3129357) e Kelly (Id. 3211522), colheu-se que não existem mais processos pendentes de redistribuição; (5) os processos com pendências de juntada demoraram a ser redistribuídos (Id. 3129357); (6) muitos processos criminais haviam sido distribuídos no sistema Libra como *"procedimento comum cível"* impossibilitando à vara criminal ter real noção do seu acervo (Id. 3211522); (7) da oitiva da servidora Kelly, diretora de secretaria da vara criminal de Bragança (Id. 3211522), colheu-se a informação de que somente após a designação de servidores específicos em cada uma das varas cíveis e empresariais da comarca de Bragança para realizarem as tramitações dos processos criminais à vara criminal de Bragança para redistribuição, que o impasse foi solucionado, designação esta provavelmente ocorrida em 2018 ou 2019; (8) situação correlata já havia sido apreciada por este órgão correicional na sindicância administrativa investigativa n.º 0000663-24.2021.8.14.0301, a qual foi arquivada em face de não ter sido possível atribuir a prática de falta funcional a qualquer servidor.

Dada a informação de que a problemática já havia sido relatada nas correições realizadas nos anos de 2017 e 2019 na comarca de Bragança, procedeu-se consulta aos relatórios de correição da 1ª vara cível e empresarial de Bragança e da vara criminal de Bragança desse período, verificando-se que: no relatório de correição realizada de 03 a 07 de abril de 2017, foi informado pelo servidor Anselmo Romão Ribeiro de Oliveira, diretor de secretaria da 1ª vara cível e empresarial de Bragança, que em razão da reforma do

prédio da comarca de Bragança foi determinado pela Dra. Rosa Maria Moreira da Fonseca, à época juíza titular da 1ª vara cível e criminal de Bragança, até então com competência híbrida, que todos os processos criminais e alguns cíveis fossem realocados fisicamente para a sala onde atualmente funciona a vara criminal (antiga sala da 1ª vara de Bragança), até o término da reforma, sendo encaminhados apenas fisicamente, sem qualquer tramitação.

Ocorre que, a referida magistrada foi removida em 14.10.2015, antes do término da reforma, passando a responder o juiz Dr. Romulo Souto de Crasto Leite, que por sua vez determinou que somente os processos cíveis deveriam retornar para a antiga sala, permanecendo fisicamente os processos criminais, em virtude da previsão de instalação da vara criminal (que ocorreria em 11.12.2015), onde ficaram paralisados.

Nas considerações realizadas pela CJCI à 1ª vara cível e empresarial de Bragança em 2017 foi apurado que por ocasião da remessa dos processos criminais para a 3ª vara (vara criminal), os feitos foram encaminhados para a redistribuição, entretanto, alguns processos não puderam ser redistribuídos por terem documentos com pendências de juntada, permanecendo vinculados no sistema da 1ª vara, apesar de estarem fisicamente na 3ª vara, razão pela qual foi recomendado ao diretor de secretaria da 1ª vara cível e empresarial de Bragança: *"f) juntar aos respectivos autos todas as petições, mandados cumpridos e demais documentos que se encontram em secretaria"*, não sendo feitas determinações.

Em ato contínuo procedeu-se a análise dos relatórios da correição de 22 a 26 de abril de 2019, na comarca de Bragança, sendo feitas as seguintes considerações no relatório da vara criminal de Bragança:

"Há, na Secretaria, uma estante onde se encontram os processos que vieram da 1ª e 2ª Varas Cíveis, num total de 618 (seiscentos e dezoito), os quais permanecem paralisados e sem qualquer movimentação desde que houve a criação da Vara Criminal, em 11.12.2015, fato que já havia sido constatado desde a correição anterior em abril de 2017 (lista em anexo).
Conforme informação do Diretor de Secretaria os referidos processos foram encaminhados para esta Vara apenas fisicamente, entretanto sem a adequada tramitação no sistema Libra e sem qualquer despacho do magistrado que os encaminhou.

Esses processos se encontram ainda vinculados no Sistema Libra, a 1ª e 2ª Varas Cíveis e, somente podem ser movimentados pelas mesmas, segundo o diretor de secretaria em razão de que há processos apensos e documentos para serem juntados aos autos principais.
Como consequência da situação narrada, os feitos permanecem paralisados na Vara Criminal desde que ali aportaram em dezembro/2015. Em análise rápida, observou-se que, dentre esses processos, há denúncias que sequer foram recebidas, o que implica em provável prescrição".

Diante dessa situação, foi recomendado ao diretor de secretaria da 1ª vara cível e empresarial de Bragança, Anselmo Romão Ribeiro de Oliveira: "*4.7. Especialmente quanto aos processos criminais que ainda constam do acervo da Unidade (sistema Libra), ainda que já tenham sido encaminhados fisicamente à Vara Criminal, deve o Diretor de Secretaria fazer a devida tramitação ao gabinete da juíza competente para que os autos recebam despacho de redistribuição para que, assim, os processos sejam devidamente tramitados à Vara Criminal"* e ao Dr. Rafael do Vale Sousa, juiz da vara criminal de Bragança, foi recomendado: *"3.18. Encaminhar a relação dos processos enviados, em 2015, pela 1ª e 2ª Varas Cíveis para as respectivas Varas para a juntada das petições pendentes e, ainda, para que recebam despacho de redistribuição para, assim, serem tramitados e redistribuídos à Vara Criminal".*

Visando identificar o cumprimento das recomendações realizadas no ano de 2019, procedeu-se a análise do relatório de correição da comarca de Bragança no período de 14 a 18/03/2022, sendo determinado ao Dr. Francisco Daniel Brandão Alcântara, juiz da 1ª vara cível e empresarial de Bragança: *"05. Diligenciar juntamente com o Diretor de Secretaria (Anselmo Romão Ribeiro de Oliveira) para que seja dado o devido encaminhamento aos processos redistribuídos à Vara Criminal da Comarca de Bragança, porém ainda constam no sistema na 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Bragança, conforme lista em anexo, considerando que a Unidade, atualmente, tem competência apenas em matéria cível e empresarial. PRAZO: IMEDIATO"*.

Sobre a determinação acima, foi informado pelo magistrado Dr. Jose Leonardo Frota de Vasconcellos Dias, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Bragança, na manifestação de Id. n.º 2379607, juntada em 19.01.2023 aos autos de Correição Ordinária n.º 0001284-84.2022.2.00.0814 que: *"o juiz Francisco Daniel Brandão Alcântara, juntamente com sua equipe, encaminharam os últimos processos criminais que estavam com pendência para redistribuição".*

Quanto a correição realizada na vara criminal de Bragança em 2022, foram feitas as seguintes considerações no item 13.1:

"- No relatório da correição realizada no ano de 2019 (22 a 26/05/2019) também pela CJCI (processo PJECOR n. 0004246-51.2020.2.00.0814) consta a informação de que havia uma estante em Secretaria com 618 processos, oriundos da 1ª e 2ª Varas, que ali permaneciam paralisados e sem qualquer movimentação desde que criada a Vara Criminal. Naquela ocasião, o Diretor de Secretaria em exercício informou que os referidos processos haviam sido encaminhados para a Vara Criminal apenas fisicamente, sem a devida tramitação no sistema Libra e sem qualquer despacho do magistrado que os encaminhou. Tal situação fazia com que os processos ainda se encontrassem vinculados à 1ª ou à 2ª Varas no sistema Libra, somente podendo ser movimentados por aquelas Unidades.

- Nos autos do processo PJECOR 0000160-66.2022.2.00.0814 (Correição ordinária anual realizada de 17 a 21/01/2022 pela magistrada Alyne Cysneiros Landim Barbosa de Melo, que respondia pela Unidade) constatou-se, novamente, registro quanto à dificuldade dos processos que foram redistribuídos automaticamente pela Secretaria de Informática em cumprimento ao CA 104732, de 12/02/2016 e CA 95426 de 12/06/2016, mas que não foram enviados fisicamente à Unidade quando de sua instalação. Nos autos da correição, a magistrada Alyne de Melo reporta que são processos antigos, inclusive ações penais e de execução, que impactam nos índices da Vara, mormente em relação ao índice de processos paralisados e no cumprimento da Meta 02.

- Verifica-se que a redistribuição de autos após a criação da Vara Criminal da Comarca de Bragança, agravada pela pandemia de Covid-19, gerou um passivo de acervo paralisado em Secretaria, especialmente quanto aos processos de réus soltos em que audiências não foram realizadas, inexistindo ato judicial as redesignando.

- Na lista de processos constantes do acervo da Unidade no Painel de Gestão, há feitos em que a última movimentação foi realizada no ano de 2015, os quais necessitam urgentemente de impulso.

- Verifica-se, portanto, que o problema da redistribuição automática de feitos da 1ª e 2ª Varas para a Vara Criminal prolonga-se no tempo, gerando enormes prejuízos para a prestação jurisdicional.

- Durante os trabalhos de correição, utilizou-se o Painel de Gestão Judiciária, tendo sido extraída a lista de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias. Dentre os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias foram identificados 12 (doze) inquéritos policiais em trâmite na unidade judicial e a lista foi encaminhada por e-mail à magistrada da Vara Criminal para verificar a situação de cada um, para que seja regularizada a situação".

No mesmo relatório, foram feitas determinações à diretora de secretaria Kelly Batista da Silva e a todos os servidores da secretaria da vara criminal de Bragança dentre elas: *"17) Considerando a situação relatada pela Unidade no item 5.9, quanto à constatação de que, quando da instalação da Vara Criminal no ano de 2015, alguns processos foram redistribuídos no sistema Libra para a Vara Criminal, contudo, não foram fisicamente enviados à Unidade e que a redistribuição foi realizada pela Secretaria de Informática, sem que tenha havido o envio físico dos autos, determino que sejam extraídas as listas do acervo ativo/suspenso da Unidade constante do Painel de Gestão Judiciária, para verificação concreta de quais autos se encontram de fato em Secretaria ou não, para que sejam realizadas diligências para localização dos feitos. Em caso de não localização, devidamente certificado, devem ser adotadas as providências procedimentais para restauração imediata dos autos. Prazo: 60 dias".*

Por fim, na última inspeção correicional ocorrida em 13 a 16 de março de 2023 verificou-se que não

existem registros de recomendações na correição ordinária anterior (2022), referente a 1ª vara cível e empresarial de Bragança. Quanto à vara criminal de Bragança constatou-se no item 17 do relatório acima mencionado, que em relação a determinação feita à diretora de secretaria Kelly Batista da Silva e à todos os servidores da secretaria, verificou-se que a magistrada Rafaela de Jesus Mendes Morais, apresentou manifestação de Id. n.º 1815642, dos autos de Correição Ordinária n.º 0001286-54.2022.2.00.0814 informando: *"Foram identificados os processos no transcorrer da migração de todos os processos físicos da secretaria, sendo adotada a Nota Técnica 01 da Central de Digitalização para os processos não encaminhados fisicamente na redistribuição automática. Estando em curso o procedimento de restauração dos autos"*.

Assim, diversos foram os erros ocorridos que culminaram na presente problemática, que iniciaram em 2015 com o envio físico dos processos criminais pelas 1ª e 2ª varas cíveis e criminais de Bragança para a sala onde atualmente funciona a vara criminal de Bragança, em razão da reforma do Fórum de Bragança, sem qualquer tramitação no sistema Libra. Após a reforma, os processos não retornaram às varas de origem, em razão da previsão de criação de uma 3ª vara (Vara Criminal), permanecendo paralisados, sem tramitação e com pendência de juntadas. Verificou-se que a vara criminal de Bragança foi instalada em 11.12.2015, todavia os processos não foram encaminhados às varas de origem para a devida tramitação e prolação de despacho de redistribuição, não sendo movimentados pela vara criminal, em razão dos processos continuarem vinculados as varas de origem, por outro lado, deixaram de ser movimentados pelas varas de origem, por não estarem com os autos físicos, verificando-se falta inequívoca dos diversos gestores da 1ª e 2ª varas cíveis e empresariais e da vara criminal de Bragança, que estavam cientes da situação, mas não foram atuantes em resolver o problema internamente, apenas justificando e responsabilizando o outro setor.

Desse modo, em que pese o longo período para saneamento dos problemas decorrentes do envio físico dos processos criminais pelas 1ª e 2ª varas cíveis e criminais de Bragança para a sala onde atualmente funciona a vara criminal de Bragança, ocorrido em 2015 até a finalização da redistribuição dos processos ocorrida em meados de 2022, não foi possível estabelecer a responsabilização individualizada dos gestores lotados na comarca de Bragança, face aos inúmeros magistrados que responderam pela comarca de Bragança ao longo desse período (vinte magistrados passaram respondendo na 1ª vara cível e empresarial, oito pela 2ª vara cível e empresarial e dezoito na vara criminal).

Ademais, foi informado no relatório de correição de Id. n.º 3211524 dos presentes autos, que situação semelhante já havia sido tratada por este órgão correicional na sindicância n.º 0000663-24.2021.2.00.0814, no qual foi informado pelo Exmo. Sr. Dr. José Leonardo Frota de Vasconcellos Dias, à época diretor do fórum de Bragança e juiz titular da vara criminal de Bragança, a ocorrência de prescrição em elevado número de processos ocasionados, inclusive, pelo atraso na redistribuição ao juízo criminal, exemplificando que alguns foram redistribuídos em 2017 e outros em 2019, sendo reconhecido na decisão proferida por este órgão correicional, que vários magistrados passaram pela comarca de Bragança, mas não deram solução a problemática, razão pela qual o procedimento foi arquivado por não ter sido possível estabelecer a responsabilização individualizada de qualquer servidor/magistrados lotado na comarca de Bragança/PA.

Do mesmo modo, a comissão processante entendeu que não foi possível imputar responsabilidade administrativa a qualquer servidor/magistrado no presente procedimento investigativo, razão pela qual sugeriu o seu arquivamento.

Por fim, a lei n.° 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, em seus artigos 201 e 224, assim estabelece:

?Art. 201 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;?

?Art. 224 ? O julgamento acatará o relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos?.

Diante do exposto, face a impossibilidade de se individualizar a prática de falta funcional a qualquer servidor/magistrado da comarca de Bragança, **ACOLHO** a integralidade do relatório da comissão sindicante e **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente sindicância administrativa investigativa, com fulcro no disposto no art. 201, I c/c o art. 224 da lei n.° 5.810/94.

Dê-se ciência às partes, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério Público Estadual de Bragança.

Servirá a presente decisão como mandado/ofício.

À secretaria para as providências cabíveis.

Belém(PA), 21/11/2023.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor-Geral de Justiça

PJECOR N.º 0000972-74.2023.2.00.0814

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO (256)

REPRESENTANTE: KALYNE TRZECIAK SILVA OLIVEIRA

ADVOGADO: MANOEL FRANCISCO LOPES (OAB/SP 255.535)

REPRESENTADO: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA - TJPA

REF. PROC. N.º 0002267- 41.2015.8.14.0005

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. QUESTÃO JUDICIAL. EXTRAPOLA A COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO CORRECIONAL. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO (...).

Diante do exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes.

Sirva a presente decisão como ofício.

À Secretaria para as providências necessárias.

Belém (PA), 21 de novembro 2023.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor-Geral de Justiça

PROCESSO N.º 0001735-75.2023.2.00.0814
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PROCESSADO: ANDERSON GOMES ROCHA ? OFICIAL DE JUSTIÇA

ADVOGADO: AMNUEL ALBINO AZEVEDO JUNIOR, OAB/PA 23.221 E ARTUR M. S. DE MENEZES, OAB/PA 35.962

DECISÃO

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR. ATRASO NA ENTREGA DE MANDADOS. REITERADAS FALTAS. PENA DE SUSPENSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS. CONVERSÃO EM MULTA.

Tratam os autos de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 078/2023?CGJ, datada de 29/05/2023 e publicada no Diário da Justiça eletrônico de 30/05/2023 (Id. 2.898.942), a fim de apurar possíveis transgressões disciplinares, atribuídas, em tese, ao Servidor **Anderson Gomes Rocha**, delegando poderes à Comissão Disciplinar Permanente designada pela D. Presidência do TJ/PA e concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para a sua conclusão.

O Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe principiou em cumprimento à decisão ID nº 2.762.050 carreada aos presentes autos sob o ID nº 2.861.517, proferida nos autos da Reclamação Disciplinar n.º **0000749-24.2023.2.00.0814**.

O feito foi instruído pela Comissão Disciplinar 02 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, composta pelos servidores Iaf Lobato Martins (Presidente), Paola Baraúna Magno e Andreia Karina Selbmann.

O histórico funcional do Processado foi juntado no ID nº 2.913.863, no qual verifica-se que, de 10/03/2023 a 09/05/2023 este sofreu a imposição de pena de suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, como resultado de punição imposta em decorrência do PAD nº 0000931-44.2022.2.00.0814. De igual sorte, de 17/05/2023 a 16/08/2023, em decorrência do PAD nº 0001335-32.2021.2.00.0814, o Processado sofreu a imposição de pena de suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Consta do presente feito Relatório Final (ID nº 3.599.666), no qual a Comissão Disciplinar, após a instrução, concluiu pela aplicação de penalidade de **suspensão pelo prazo de 20 (vinte) dias**.

Este procedimento foi instaurado para a apuração de atraso na devolução de mandados exarados nos processos nº 0804038-66.2022.8.14.0040, 0804338-28.2022.8.14.0040, 0810443-21.2022.8.14.0040, 0000363-46.2013.8.14.0040, 0000309-41.2017.8.14.0040, 0809287-95.2022.8.14.0040, 0810241-44.2022.8.14.0040, 0000341-85.2013.8.14.0040, 0812611-93.2022.8.14.0040, 0810198-44.2021.8.14.0040 (já cumprido), 0005949-30.2014.8.14.0040, 0800293-15.2021.8.14.0040, 0800922-57.2019.8.14.0040, 0804033-44.2022.8.14.0040, 0817781-46.2022.8.14.0040 e 0810316-88.2019.8.14.0040, cujas respectivas reclamações disciplinares foram reunidas no presente feito.

O processado, em sua defesa (ID nº 3.542.776), levantou vários argumentos de ordem organizacional referentes à Comarca na qual atua (Parauapebas), os quais foram devidamente analisados pela Comissão.

1. **Número insuficiente de Oficiais de Justiça**

O Processado juntou ao feito expedientes direcionados à Direção do Fórum de Parauapebas, de autoria do SINDOJUS e noticiado à Presidência e a esta Corregedoria (PA-OFI-2022/00626), os quais não foram respondidos.

Alega, assim, que o quantitativo de diligências existente na Comarca não pode ser adequadamente cumprido pelos Oficiais lotados, eis que há, segundo o processado, déficit de 11 (onze) servidores no local, pois a lotação paradigma da Comarca é de 22 (vinte e dois) Oficiais de Justiça, mas no momento, apenas 11 (onze) lá foram lotados.

No que concerne ao argumento levantado, a Comissão apurou que, entre os anos de 2020 a 2022, o Processado recebeu o total de 4.362 mandados, dos quais recolheu o total de 3.118, havendo, assim, 1.244 mandados pendentes. Sobre o tema, urge complementar que a Comissão verificou que o Processado, sequer responde às cobranças feitas pelas Unidades Judiciárias que expediram os mandados, bem como não solicitou prorrogação para o cumprimento dos mandados em questão.

O Processado, em seu depoimento (ID nº 3.205.447), alegou, ainda, que cumpre, aproximadamente, 5 (cinco) processos por dia, totalizando 100 (cem) mandados mensalmente.

1. **Aumento populacional no município de Parauapebas**

O processado alegou que o aumento populacional ocorrido nos últimos anos na Comarca de Parauapebas foi fator decisivo no aumento da ocorrência de conflitos sociais, que, em última análise, acabam por ser judicializados.

Em que pese o argumento levantado, a Comissão entendeu que não houve a comprovação da existência de relação de causa e efeito entre mencionado aumento populacional e os reiterados atrasos no cumprimento de mandados, eis que não há a juntada de demonstrativos do aumento significativo do número de demandas judiciais ajuizadas, e, consequentemente, do número de mandados distribuídos.

1. **Cobranças do SINDOJUS e da Direção do Fórum de Parauapebas à Presidência e CGJ**

Dentre os argumentos suscitados, consta que a Direção do Fórum de Parauapebas e o SINDOJUS dirigiram vários pedidos à Presidência do TJPA e à Corregedoria-Geral de Justiça, com o intuito de expor a situação de déficit de Oficiais de Justiça na Comarca de Parauapebas, buscando a nomeação de mais profissionais para atuação no local. Não obstante o reconhecimento, pela Presidência, acerca do déficit apresentado, uma vez que apenas 11 (onze) servidores trabalham com uma carga que seria recomendável para 22 (vinte e dois), não houve o deferimento dos requerimentos em razão de limitações orçamentárias enfrentadas pelo TJPA.

Assim, o Processado levanta suposta conivência da Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará com a situação, decorrendo, assim, no tocante ao não cumprimento dos mandados a si distribuídos no prazo, inclusive afirmando que não se trata de desídia dos Oficiais de Justiça, mas de problema estrutural.

O Processado finaliza sua resposta afirmando que a imposição de pena de suspensão seria desproporcional, descabido e desarrazoado.

É o Relatório.

DECIDO.

Em face dos elementos colhidos na instrução do presente feito, verifica-se que o Processado é contumaz na desídia para com os seus deveres funcionais, tendo, inclusive, sido condenado a não uma, mas duas

penas de suspensão, apenas no corrente ano.

Ademais, os argumentos erigidos na defesa não são capazes de escusar o servidor de responsabilidade funcional. Explico.

Em seu interrogatório, o acusado aduziu cumprir aproximadamente 5 (cinco) diligências, diariamente, de forma que cumpre 25 (vinte e cinco) por semana ou 100 (cem) por mês, mesmo sem saber quantos mandados recebe, conforme admite. Tal quantitativo é insuficiente ao enfrentamento do passivo existente, diante, tanto da carência de servidores para o cumprimento de diligências, quanto pela extensão territorial da comarca. O presente argumento ganha corpo ao ser feita análise do Ofício nº 10/2023, da Central de Mandados de Parauapebas (ID nº, 3.092.739), onde consta a pendência de quase 30 % de seu acervo considerado entre 2020 e 2022.

O servidor chegou a argumentar que dá prioridade a diligências ditas urgentes, mas o que se constata é que mesmo em processos nos quais há réu preso ou ações de alimentos, o processado não cumpre seu mister no prazo ou deixar de presta resclarecimentos às Varas.

Ademais, dos mandados que especificamente foram objeto do presente PAD, grande parte, se não todos, são de baixa complexidade e alguns em processos de extrema urgência, sendo que a Excelentíssima Juíza Priscila Mamede Mousinho fez constar de mais de uma decisão sua a habitualidade do processado de reter referidos documentos, bem como de não responder cobranças, mesmo nos processos que envolvem réus presos. Ademais, o Processado não fez uso de nenhuma das alternativas disponibilizadas aos Oficiais na hipótese de impossibilidade de cumprimento no prazo, como, por exemplo, requerimentos de prorrogação de prazo.

Não se nega que a Comarca de Parauapebas enfrenta carência de Oficiais de Justiça para o cumprimento dos mandados distribuídos, mas a Gestão do TJPA não busca, de maneira implacável, o cumprimento de todos os mandados distribuídos aos Oficias de Justiça, sem qualquer consideração para com as questões pessoais do servidor, eis que é disponibilizado ao Oficial a possibilidade de obter prorrogação de prazo, afastamentos, entre outros recursos que visam o resguardo do profissional.

Desse modo, não há, no feito, comprovação de que o Processado prestou esclarecimentos à Direção do Fórum ou às Unidades Judiciárias que expedem os mandados, nem que lance mão de expedientes aptos a resguardá-lo, mas assegurando o cumprimento dos mandados.

Assim, tem-se que eventuais questões organizacionais não podem servir levantadas como excludente absoluta da responsabilidade do servidor no cumprimento dos seus deveres.

Considerando os fatos ocorridos e conhecidos do Sindicado, bem como o inúmeros inconvenientes processuais causado ao andamento dos processos nº 0804038-66.2022.8.14.0040, 0804338-28.2022.8.14.0040, 0810443-21.2022.8.14.0040, 0000363-46.2013.8.14.0040, 0000309-41.2017.8.14.0040, 0809287-95.2022.8.14.0040, 0810241-44.2022.8.14.0040, 0000341-85.2013.8.14.0040, 0812611-93.2022.8.14.0040, 0810198-44.2021.8.14.0040, 0005949-30.2014.8.14.0040, 0800293-15.2021.8.14.0040, 0800922-57.2019.8.14.0040, 0804033-44.2022.8.14.0040, 0817781-46.2022.8.14.0040 e 0810316-88.2019.8.14.0040, acolho em parte o relatório conclusivo da Comissão Sindicante, por entender que a conduta do servidor **ANDERSON GOMES ROCHA, Oficial de Justiça Avaliador**, se enquadra nos termos do art. 178, XV e XVI c/c art. 189, caput, 1ª parte (falta grave), ambos da Lei Estadual nº 5.810/94, devendo ser responsabilizado administrativamente consoante o disposto no art. 183, II, do já referido diploma, com **pena de 90 (noventa) dias de suspensão**, levando em conta a análise do art. 184[iv] realizada, pelo conjunto dos fatos apurados.

Invocando os termos do art. 189, § 3º[v] da Lei nº 5.810/94, determino a **conversão da penalidade** de **SUSPENSÃO de 90 (noventa) dias**, em pena de **MULTA** na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, permanecendo o servidor em exercício.

Dê-se ciência às partes.

Após ultrapassado o prazo recursal, expeça-se a competente Portaria e comunique-se à Secretaria de Gestão de Pessoas do TJ/PA para o devido registro nos assentamentos funcionais do Servidor.

Utilize-se cópia da presente decisão como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), 21/11/2023.

Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**
Corregedor-Geral de Justiça do Pará

PROCESSO Nº 0003528-49.2023.2.00.0814

REQUERENTE: SERVENTIA DO ÚNICO OFÍCIO DE TAILÂNDIA - CNS 68510 - TJPA

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. RETIFICAÇÃO DE SELO. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA SEPLAN. AUTORIZAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO: O **Provimento nº 02/2023-CGJ** inseriu o **art. 157-B** no CNSNR, trazendo a previsão normativa de possibilidade de cancelamento e retificação de selo de fiscalização digital, regulamentando inclusive o procedimento a ser adotado pela serventia extrajudicial no próprio Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial - SIAE, no "Módulo Cartório - Ato Retificador". Desse modo, esta corregedoria **ACOMPANHA** o relatório formulado pela SEPLAN autorizando, pois, a **retificação** nos moldes descritos. Sendo assim, **DETERMINO** expedição de ofício à **SEPLAN** para que proceda conforme necessário à regularização. Após, arquive-se. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 24 de novembro de 2023. **Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR** Corregedor-Geral de Justiça

PROCESSO N. 0002650-27.2023.2.00.0814

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (instaurado pela Portaria nº 110/2023-CGJ)

PROCESSADA: SOLANGE SIQUEIRA DA PENHA TANAKA

ADVOGADOS: MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JÚNIOR OAB/PA 23.221 e OUTROS

DECISÃO

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. REMESSA DOS AUTOS AO COLENDO CONSELHO DA MAGISTRATURA PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO.

Trata-se de Recurso Administrativo apresentado por **SOLANGE SIQUEIRA DA PENHA TANAKA**, ora

recorrente, nos autos do Processo nº 0002650-27.2023.2.00.0814, em face da Decisão de Id 3532052 proferida por esta Corregedoria-Geral de Justiça.

Assim, consoante o que dispõe o Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, compete ao Conselho Superior da Magistratura julgar os Recursos impetrados contra as decisões administrativas do Presidente, do Vice-Presidente e dos Corregedores Gerais do TJPA, sendo assim, **DETERMINO** a remessa destes autos ao Colendo Conselho da Magistratura, conforme comando inserto no art. 28, VII, ?b?, do RITJ-PA, para o competente processamento e julgamento do **RECURSO ADMINISTRATIVO** ora proposto.

À Secretaria, para os devidos fins.

Dê-se ciência ao requerente.

Utilize cópia do presente como ofício.

Belém, 22/11/2023.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003387-30.2023.2.00.0814

REQUERENTE: SANTARÉM - CARTÓRIO DO BAIRRO DA PRAINHA - SANTARÉM - CNS 160333 - TJPA

REQUERIDO: BELÉM - DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO EXTRAJUDICIAL - SEPLAN - TJPA

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. RETIFICAÇÃO DE SELO. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA. INSTRUÇÃO DOCUMENTAL INCOMPATÍVEL. PROCEDIMENTO ENCERRADO EM FASE INSTRUTÓRIA. INDICAÇÃO TECNICA PARA NOVO PROCEDIMENTO. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO: (...) Desse modo, a atividade homologatória da retificação exercida por esta corregedoria, depende da regularidade da documentação apresentada pelo oficial e atestada pelo setor técnico. Outrossim, havendo a DIVASE emitido parecer, segundo o qual inapta a documentação convém o arquivamento deste para novo requerimento junto ao SIAE (manifestação, de ordem, nos termos vinculados neste expediente), e, por fim, dado que, a atual fase do procedimento tem caráter meramente instrutório, promova-se a ciência do Oficial requerente e, após, ARQUIVE-SE. Sirva como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 21 de novembro de 2023. **Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR** Corregedor-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003520-72.2023.2.00.0814

REQUERENTE: TAILÂNDIA - CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE TAILÂNDIA - CNS 68510 ? TJPA

REQUERIDO: BELÉM - DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO EXTRAJUDICIAL - SEPLAN - TJPA

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. RETIFICAÇÃO DE SELO. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA. INSTRUÇÃO DOCUMENTAL INCOMPATÍVEL. PROCEDIMENTO ENCERRADO EM FASE INSTRUTÓRIA. INDICAÇÃO TECNICA PARA NOVO PROCEDIMENTO. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO: (...) Desse modo, a atividade homologatória da retificação exercida por esta corregedoria, depende da regularidade da documentação apresentada pelo oficial e atestada pelo setor técnico. Outrossim, havendo a DIVASE emitido parecer, segundo o qual inapta a documentação convém o arquivamento deste para novo requerimento junto ao SIAE (manifestação, de ordem, nos termos vinculados neste expediente), e, por fim, dado que, a atual fase do procedimento tem caráter meramente instrutório, promova-se a ciência do Oficial requerente e, após, ARQUIVE-SE. Sirva como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 21 de novembro de 2023. **Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR** Corregedor-Geral de Justiça

SECRETARIA JUDICIÁRIA

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2023: Faço público a quem interessar possa que, para a 46ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 6 de dezembro de 2023, às 9h (nove horas), foram pautados pela Secretaria Judiciária o julgamento dos feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 45ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do ano de 2023.

PARTE ADMINISTRATIVA

1 ? Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0009922-45.2016.8.14.0000)

Recorrente: Bruno Guimarães Medeiros Garcia (Advs. Luciana do Socorro de Menezes Pinheiro Pereira ? OAB/PA 12478, Bluma Barbalho Moreira ? OAB/PA 20242)

Recorrida: Decisão do Conselho da Magistratura

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. EZILDA PASTANA MUTRAN

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS PAUTADOS (PJe)

2 - Agravo Interno em Exceção de Suspeição (Processo Judicial Eletrônico nº 0803754-81.2022.8.14.0000)

Agravante / Excipiente: Nelson Pinto (Advs. Lana Carla Menezes Fernandes ? OAB/PA 29293, Marcelo Ponte Ferreira de Souza ? OAB/MA 7504 e OAB/PA 9870-A, Nelson Pinto ? OAB/PA 3153)

Agravante / Excipiente: Augusto Otaviano da Costa Miranda (Advs. Lana Carla Menezes Fernandes ? OAB/PA 29293, Marcelo Ponte Ferreira de Souza ? OAB/MA 7504 e OAB/PA 9870-A)

Agravado / Excepto: Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

3 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo Judicial Eletrônico nº 0802266-33.2018.8.14.0000)

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerida: Câmara Municipal de Belterra (Adv. Aline Neves Hoyos ? OAB/PA 15712)

Requerido: Município de Belterra (Advs. José Maria Ferreira Lima - OAB/PA 5346, Walmir Hugo Pontes dos Santos Júnior ? OAB/PA 15317, Walmir Hugo Pontes dos Santos Neto ? OAB/PA 23444, Aline Neves Hoyos ? OAB/PA 15712, Hiroito Tabajara Lacerda de Castro ? OAB/PA 17129, José Ulisses Nunes de Oliveira - OAB/PA 24409-A)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

4 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo Judicial Eletrônico nº 0806760-67.2020.8.14.0000)

Requerente: Maria da Graça Medeiros Matos (Adv. Ezequias Mendes Maciel ? OAB/PA 16567)

Requerida: Câmara Municipal de Nova Ipixuna (Adv. Claudionor Gomes da Silveira - OAB/PA 14752)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

5 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo Judicial Eletrônico nº 0809989-35.2020.8.14.0000)

Requerente: Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (Advs. Erica Braga Cunha da Silva ? OAB/PA 19517, Walmir Moura Brelaz ? OAB/PA 6971, Danielle Souza de Azevedo ? OAB/PA 12293-A, Paulo Henrique Menezes Correa Junior ? OAB/PA 12598)

Requerida: Câmara Municipal de São João de Pirabas (Advs. Giulia de Souza Oliveira ? OAB/PA 24696, Pedro Felipe Alves Ribeiro ? OAB/PA 26575, Carlos Augusto Pereira Rodrigues Filho ? OAB/PA 24154)

Interessado: Município de São João de Pirabas (Advs. Clodomir Assis Araújo ? OAB/PA 3701, Clodomir Assis Araújo Júnior ? OAB/PA 10686, Brenda Araújo Di Iorio Braga ? OAB/PA 15692, Gilberto Pedreira Maia ? OAB/PA 21819, Carlos Felipe Rocha Lima ? OAB/PA 26695, Ana Celina Fontelles Alves ? OAB/PA 16037)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

6 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (**Processo Judicial Eletrônico nº 0808788-08.2020.8.14.0000)**

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerida: Câmara Municipal de Benevides (Advs. Orlando Barata Mileo Junior ? OAB/PA 7039, Natielly Mateus Amorim ? OAB/PA 23430, Rayna Calderaro Cristo ? OAB/PA 28639, Thiago Salim Franco de Almeida ? OAB/PA 16942, Rafael Duque Estrada de Oliveira Peron ? OAB/PA 19681)

Requerido: Município de Benevides (Adv. Luiz Adauto Travassos Moreira ? OAB/PA 29320)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

7 - Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (**Processo Judicial Eletrônico nº 0811752-71.2020.8.14.0000)**

Requerente: Sebastião Miranda Filho (Adv**.** Marcones José Santos da Silva - OAB/PA 11763)

Requerida: Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 53/2019 (Artigo 147-A, caput e §1º)

Requerida: Câmara Municipal de Marabá (Advs. Ronaldo Giusti Abreu ? OAB/PA 3628-A, Sulnara Maria Dias - OAB/PA 15126)

Interessado: Município de Marabá (Procuradores do Município Absolon Mateus de Sousa Santos ? OAB/PA 11408, Haroldo Junior Cunha e Silva ? OAB/PA 8298)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

8 - Reclamação (**Processo Judicial Eletrônico** nº **0808032-96.2020.8.14.0000)**

Reclamante: Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S/A (Adv. Luís Antônio Gomes de Souza Monteiro de Brito ? OAB/PA 19905)

Reclamada: 2ª Turma de Direito Privado

Reclamada: Amazônia Indústria e Comércio de Água Mineral LTDA ? EPP (Adv. Roberto Luiz Correa ? OAB/SC 13403)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

9 ? Embargos de Declaração em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo Judicial Eletrônico nº 0810426-42.2021.8.14.0000)

Embargante: Município de Capanema (Adv. Caio Rodrigo Teixeira dos Santos ? OAB/PA 21957-B)

Embargado: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Capanema ? SSEPUMC (Advs. Marlon de Sousa Menezes ? OAB/PA 24975, José Maria Dias de Meneses Júnior ? OAB/PA 25153, Mayco da Costa Souza ? OAB/PA 19131)

Embargado: Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará ? SINTEPP (Advs. Marlon de Sousa Menezes ? OAB/PA 24975, José Maria Dias de Meneses Júnior ? OAB/PA 25153, Mayco da Costa Souza ? OAB/PA 19131)

Embargado: Acórdão ID 12019879

Requerida: Câmara Municipal de Capanema

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

10 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (**Processo Judicial Eletrônico nº 0801757-68.2019.8.14.0000)**

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerida: Câmara Municipal de Belém

Requerido: Município de Belém (Procuradores do Município Daniel Coutinho da Silveira - OAB/PA 11595, Carla Travassos Puga Rebelo - OAB/PA 21390-A)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

11 ? Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Processo Judicial Eletrônico nº 0808272-80.2023.8.14.0000)

Suscitante: Juízo da 4ª Vara da Fazenda da Capital

Suscitado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Interessado: 1ª Vara da Fazenda da Capital

Interessado: 2ª Vara da Fazenda da Capital

Interessado: 3ª Vara da Fazenda da Capital

Interessado: 2º Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. EZILDA PASTANA MUTRAN

12 ? Agravo Interno em Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0801280-11.2020.8.14.0000)

Agravante: Raimundo Wilson Ferreira de Oliveira (Advs. Ugo Vasconcellos Freire ? OAB/PA 10725, Marcio Noronha Seabra Filho ? OAB/PA 30975, Americo Herialdo de Castro Ribeiro Filho ? OAB/PA 20639, Murilo Campos Mizzerani ? OAB/PA 31335)

Agravado: Governador do Estado do Pará

Agravado: Secretário de Estado da Fazenda

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procuradores do Estado Fábio Guy Lucas Moreira ? OAB/PA 9792, Marcelene Dias da Paz Veloso ? OAB/PA 12440)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. EZILDA PASTANA MUTRAN

13 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo Judicial Eletrônico nº 0804946-49.2022.8.14.0000)

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Estado do Pará (Procurador do Estado Henrique Nobre Reis ? OAB/PA 11284)

Requerido: Governador do Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

14 - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Processo Judicial Eletrônico nº 0805559-35.2023.8.14.0000)

Suscitante: Estado do Pará (Procurador do Estado Caio de Azevedo Trindade ? OAB/PA 9780)

Suscitado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Interessado: Ministério Público do Estado do Pará

Interessado: Paulo Cristiano Guimarães Carnevale (Advs. Brena Noronha Ribeiro ? OAB/PA 13190, Lucas Soriano de Mello Barroso ? OAB/PA 24827, Lais Correa Feitosa ? OAB/PA 24884, Jessica Vitoria Cunha de Figueiredo ? OAB/PA 26324, Evaldo Sena de Sousa ? OAB/PA 27327, Yasmin Monteiro Rodrigues ? OAB/PA 33587)

Interessada: Associação de Cabos e Soldados da Polícia e Bombeiros do Estado do Pará

Interessada: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Pará (Advs. Aline de Fatima Martins da Costa Bulhões Leite ? OAB/PA 13372, Andreia Maria Rosa de Moura ? OAB/PA 24837, Caio Cesar Martins Frazão ? OAB/PA 32329, Caio Daniel Lima Arrais ? OAB/PA 31588, Eduarda Nadia Nabor Tamasauskas ? OAB/PA 22330, Juliana Negrão dos Santos - OAB/PA 21591, Maria Cláudia Silva Costa ? OAB/PA 13085)

RELATORA: DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2023: Faço público a quem interessar possa que, para a 46ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno, a realizar-se através da ferramenta Plenário Virtual, com início às 14h do dia 6 de dezembro de 2023, e término às 14h do dia 14 de dezembro de 2023, foram pautados, pela Secretaria Judiciária, os feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 45ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno do ano de 2023.

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS PAUTADOS (PJe)

1 - Embargos de Declaração em Agravo Interno em Recurso Especial em Apelação em Ação de Improbidade Administrativa (Processo Judicial Eletrônico nº 0000106-18.2002.8.14.0004)

Embargante: Aracy do Socorro da Gama Bentes (Advs. Danilo Victor da Silva Bezerra - OAB/PA 21764, Giulia de Souza Oliveira - OAB/PA 24696)

Embargado: Acórdão ID 15173558

Embargado: Ministério Público do Estado do Pará

Interessado: Município de Almeirim (Procurador-Geral do Município André Ferreira Pinho ? OAB/PA 20416)

Procuradora de Justiça Cível: Maria da Conceição de Mattos Sousa

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

2 - Agravo Interno em Recurso Especial (Processo Judicial Eletrônico nº 0015271-77.2008.8.14.0301)

Agravante: Estado do Pará (Procurador do Estado Victor André Teixeira Lima - OAB/PA 9664)

Agravado: Marco Antônio de Souza Carvalheira (Adv. Aretha Nobre Costa ? OAB/PA 13304)

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

3 - Agravo Interno em Recurso Extraordinário (Processo Judicial Eletrônico nº 0016214-60.2009.8.14.0301)

Agravante: Município de Belém (Procuradora do Município Monica Maria Lauzid de Moraes ? OAB/PA 8836)

Agravados: Nilzalina Freitas da Silva, Jorge de Almeida Fernandes, Wander Maciel da Silva, Lindinai do Socorro de Sousa Pereira, Claudete Loureiro da Silva (Adv. José Ferreira das Neves ? OAB/PA 5643)

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

4 - Agravo Interno em Recurso Extraordinário (Processo Judicial Eletrônico nº 0008408-52.2001.8.14.0301)

Agravante: Município de Belém (Procuradoras do Município Kharen do Socorro Huet de Bacelar Lobato ? OAB/PA 9246, Thaysa Luanna Cunha de Lima Couto da Rocha ? OAB/PA 11221)

Agravada: Oriana Maria Bandeira dos Santos (Adv. Esmael Zoppé Brandão Filho ? OAB/PA 21201)

Procurador de Justiça Cível: Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

5 ? Agravo Interno em Recurso Especial (Processo Judicial Eletrônico nº 0861719-26.2018.8.14.0301)

Agravante: Lauriane Pereira Rodrigues (Advs. Felipe Matos da Costa ? OAB/PA 21596, Carlos de Senna Mendes Neto ? OAB/PA 18834, Fabricio Bacelar Marinho ? OAB/PA 7617, Felipe David Sirotheau ? OAB/PA 25650-A)

Agravado: Estado do Pará (Procurador do Estado Angelo Demetrius de Albuquerque Carrascosa ?

OAB/PA 9381)

Agravada: Seap - Secretaria de Administração Penitenciária

Procurador de Justiça Cível: Mario Nonato Falangola

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

6 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0806308-57.2020.8.14.0000)

Impetrante: Daniela Castro da Silva (Advs. Daniela Castro da Silva ? OAB/PA 20069, Felipe de Andrade Alves ? OAB/BA 46785)

Impetrado: Presidente da Comissão do Concurso Público para o Provimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva no Cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Antônio Carlos Bernardes Filho ? OAB/PA 5717)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DO PJE - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2023:

Faço público a quem interessar possa que, para **a 17ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Público**, a realizar-se no dia **05/12/2023**, às 11:30, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente da Seção, do julgamento dos seguintes feitos:

Processos Pautados

Ordem: 001

Processo: **0811039-96.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTOR: GANDOR CALIL HAGE NETO

ADVOGADO: JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO - (OAB PA14045-A)

ADVOGADO: AMANDA GARCIA DO COUTO - (OAB PA34132-A)

ADVOGADO: NAYANA CORREIA ROCHA - (OAB PA19000A)

ADVOGADO: NARACY DE ARAUJO GOMES - (OAB PA32597-A)

ADVOGADO: ADARA KARYNE CARNEIRO CORTES - (OAB PA30865-A)

ADVOGADO: JOHNNATA DA SILVA FREITAS - (OAB PA24385-A)

ADVOGADO: ELENA FARAG - (OAB PA24106)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 002

Processo: **0800120-43.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: SHEYLA DO SOCORRO FAYAL LOBO

ADVOGADO: SHEYLA DO SOCORRO FAYAL LOBO - (OAB PA16014-A)

IMPETRANTE: RAIMUNDO CARLOS PANTOJA PEREIRA

ADVOGADO: SHEYLA DO SOCORRO FAYAL LOBO - (OAB PA16014-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADOS:: DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ ? PCPA,: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 003

Processo: **0809981-87.2022.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: WILSON VASCONCELOS MOURAO FILHO

ADVOGADO: GABRIELLA BARBOSA SANTOS SASSIM RODRIGUES - (OAB PA20244-A)

ADVOGADO: SAMARA TEIXEIRA NAVES - (OAB PA14435-A)

IMPETRANTE: REINALDO SANTOS BARROS

ADVOGADO: GABRIELLA BARBOSA SANTOS SASSIM RODRIGUES - (OAB PA20244-A)

ADVOGADO: SAMARA TEIXEIRA NAVES - (OAB PA14435-A)

IMPETRANTE: CRISTIANE DA SILVA SANTOS

ADVOGADO: GABRIELLA BARBOSA SANTOS SASSIM RODRIGUES - (OAB PA20244-A)

ADVOGADO: SAMARA TEIXEIRA NAVES - (OAB PA14435-A)

IMPETRANTE: SOLON BAYDE NETO

ADVOGADO: GABRIELLA BARBOSA SANTOS SASSIM RODRIGUES - (OAB PA20244-A)

ADVOGADO: SAMARA TEIXEIRA NAVES - (OAB PA14435-A)

IMPETRANTE: HAROLDO KELSEN DE ARAUJO MONTEIRO

ADVOGADO: MARCIA CRISTINA VERDEROSA MONTEIRO - (OAB PA11173-A)

ADVOGADO: SAMARA TEIXEIRA NAVES - (OAB PA14435-A)

IMPETRANTE: ALCY CASTELO BRANCO DINIZ JUNIOR

ADVOGADO: SAMARA TEIXEIRA NAVES - (OAB PA14435-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE BELÉM

IMPETRADO: SEPLAD - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AUTORIDADE: SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

AUTORIDADE: DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 004

Processo: **0003636-08.2003.8.14.0000**

Classe Judicial: **EMBARGOS INFRINGENTES**

Relator(a): **Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

Revisor: Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Relatora do Acórdão Embargado: Desa. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

EMBARGANTE: ESPOLIO DE JORGE TEIXEIRA SOARES

ADVOGADO: ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR - (OAB PA9117-A)

EMBARGANTE:: CARLOS LIMA CHAMIE E OUTROS

ADVOGADO: LEDICIA FONSECA BENZECRY - (OAB PA014478-A)

ADVOGADO: FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604)

EMBARGANTE:: REGINA CHAMIE MANSUR

ADVOGADO: CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

EMBARGANTE:: ESPOLIO DE NORMELIA DE FIGUEIREDO

ADVOGADO: SYLMARA SYMME LIMA DE ALMEIDA LEITE SILVA - (OAB PA11110-A)

EMBARGANTE:: ARMANDO TEIXEIRA SOARES E OUTROS

ADVOGADO: ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO - (OAB PA10826-A)

ADVOGADO: IRANILDO BATISTA DE PAIVA - (OAB PA000969)

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE: ESPOLIO DE JOAO QUEIROZ DE FIGUEIREDO

ADVOGADO: SYLMARA SYMME LIMA DE ALMEIDA LEITE SILVA - (OAB PA11110-A)**AUTORIDADE**

: JOSE BRAULIO DOS SANTOS E OUTROS

AUTORIDADE: JOSE BRAULIO DOS SANTOS E OUTROS

ADVOGADO: CASSIO CHAVES CUNHA - (OAB PA12268-A)

ADVOGADO: CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO - (OAB PA3312-A)

Ordem: 004

Processo: **0804350-65.2022.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE: ANDRE LEAL TRINDADE

ADVOGADO: PHILIP RAMON GARCIA DE ABRANTES - (OAB PB20717-A)

ADVOGADO: ADERBAL PINTO JUNIOR - (OAB PB23015-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SEPLAD - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

IMPETRADO: DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 005

Processo: **0804340-89.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

REU: AUREA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES

ADVOGADO: OSWALDO POJUCAN TAVARES JUNIOR - (OAB PA1392-A)

ADVOGADO: FABIO TAVARES DE JESUS - (OAB PA9777-A)

REU: RAIMUNDA DA COSTA GOMES

ADVOGADO: OSWALDO POJUCAN TAVARES JUNIOR - (OAB PA1392-A)

ADVOGADO: FABIO TAVARES DE JESUS - (OAB PA9777-A)

REU: ISOLDA MARIA DE BORBOREMA REBELLO DOS SANTOS

ADVOGADO: OSWALDO POJUCAN TAVARES JUNIOR - (OAB PA1392-A)

ADVOGADO: FABIO TAVARES DE JESUS - (OAB PA9777-A)

REU: ANA ROSA CAL FREIRE DE SOUZA

ADVOGADO: OSWALDO POJUCAN TAVARES JUNIOR - (OAB PA1392-A)

ADVOGADO: FABIO TAVARES DE JESUS - (OAB PA9777-A)

Ordem: 006

Processo: **0805435-23.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **RECLAMAÇÃO**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

FISCAL DA LEI: ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO PARA

ADVOGADO: MAURO MAROJA BENTES DE CARVALHO - (OAB PA8440-A)

ADVOGADO: ISABELA CARDOSO DA SILVA - (OAB PA18893-A)

POLO PASSIVO

FISCAL DA LEI: RONALDO MARQUES VALLE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO: MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA - (OAB PA13897-A)

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 007

Processo: **0810067-58.2022.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE: MARIA JOSE DA SILVEIRA CHAGAS

ADVOGADO: LILIAN MARIA DIAS SILVA ARAUJO - (OAB PA23532-A)

ADVOGADO: GEORGE SILVA VIANA ARAUJO - (OAB PA9354-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS PJE ? VIRTUAL - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2023:

Faço público a quem interessar possa que, para **a 21ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Público do PJE em plenário VIRTUAL**, a realizar-se no dia **05/12/2023**, às 14:00, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente da Seção, dos julgamentos dos seguintes feitos:

Ordem: 001

Processo: **0804958-34.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU: CARLOS AUGUSTO MOTA LIMA

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ LEMOS

ADVOGADO: LEANDRO JOSE DO MAR DOS SANTOS - (OAB PA20877-A)

ADVOGADO: RONALDO SERGIO ABREU DA COSTA - (OAB PA6795-A)

REU: OLAVO DA SILVA QUADROS JUNIOR

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: RUBENITA MONTEIRO PIMENTEL

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: WELLINGTON CRISTOVAO GUEDES ARAUJO

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MAURICIO ANTONIO LISBOA COHEN

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MARCELIM SOARES DO NASCIMENTO JUNIOR

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: JAINE MARIA PASTANA

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: JOSE MARIA ALVES PEREIRA

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: FRANKLIN RODRIGUES MARQUES

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: EDIVALDO MACHADO DOS SANTOS

REU: EMIR MEDEIROS DE MIRANDA

REU: ANA CLAUDIA BRITO FEIJO

REU: AUGUSTO MAGNO MAGALHAES CARDOSO PEREIRA

REU: BENEDITO VILHENA DA SILVA

REU: FONSECA ROCHA & ASSOCIADOS - ADVOGADOS S/S

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU

: RONALDO COSTA ADVOCACIA S/S - ME

ADVOGADO

: LEANDRO JOSE DO MAR DOS SANTOS - (OAB PA20877-A)

Ordem: 002

Processo: **0813832-03.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE: ANTONIO CARLOS MOREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: VANESSA MOREIRA SILVA REGLY - (OAB BA50956-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: ROMULO RODOVALHO GOMES

AUTORIDADE

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO

: REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO - (OAB PA4293-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

IMPETRADO

: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM

IMPETRADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 003

Processo: **0807416-19.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE: ALEXANDRE AUGUSTO BRONZE DE MATTOS

ADVOGADO: KASIANNE SAMARA GUEDES RIBEIRO - (OAB PA30180-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: SESMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AUTORIDADE: SESPA

AUTORIDADE: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO: REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO - (OAB PA4293-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 004

Processo: **0807710-42.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTOR

: RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS GOMES

ADVOGADO

: RENAN DANIEL TRINDADE DOS SANTOS - (OAB PA24417-A)

ADVOGADO

: CARLOS FELIPE ROCHA LIMA - (OAB PA26695-A)

POLO PASSIVO

REU

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 005

Processo: **0866217-34.2019.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: FORTBRAS PARTICIPACOES S.A.

ADVOGADO

: LEANDRO MARTINHO LEITE - (OAB SP4082-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

IMPETRADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 006

Processo: **0015123-18.2016.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: SULPARA CAMINHOES E MAQUINAS LTDA

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: MUNICIPIO DE MARABA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Ordem: 007

Processo: **0803998-73.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ALANA NAIARA DOS SANTOS VIDAL

ADVOGADO

: ANA CLAUDIA LOPES CORREA PARENTE - (OAB PA21109-A)

ADVOGADO

: ANA KALIDAZA VIANA FERREIRA - (OAB PA28378-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

AUTORIDADE

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO PARÁ -SEAP/PA

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 008

Processo: **0828438-11.2020.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: DANILO ARAGAO DE ARAGAO

ADVOGADO

: RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAES - (OAB PA16279-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 009

Processo: **0800887-81.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: NEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO

: VANESSA DE OLIVEIRA - (OAB PA26013-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SEDUC - PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 010

Processo: **0805825-22.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 011

Processo: **0813765-38.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 012

Processo: **0811428-76.2023.8.14.0000**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 013

Processo: **0813768-90.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 014

Processo: **0811515-32.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO: 1ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 015

Processo: **0813042-19.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: LUCIA MARIA DOS SANTOS LIMA

ADVOGADO

: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO ARAUJO - (OAB PA19554-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SEDUC - PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 016

Processo: **0807878-78.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

AUTOR

: WALDEMIR OLIVEIRA DA COSTA

ADVOGADO

: MARCOS ANTONIO BARROSO CERQUEIRA - (OAB PA013634)

ADVOGADO

: RAPHAEL LOPES DA COSTA - (OAB PA28675-A)

POLO PASSIVO

REU

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REU

: MUNICIPIO DE IRITUIA

PROCURADORIA

: CREAS IRITUIA (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 017

Processo: **0804831-06.2021.8.14.0051**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MARCIO TADEU PANTOJA BENTES

ADVOGADO

: ECEILA TOME DE MENEZES - (OAB PA9489-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 018

Processo: **0815239-15.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MARCELINA MIRANDA FERREIRA

ADVOGADO

: BRENDA RAISSA FONSECA FERNANDES - (OAB TO8750-A)

ADVOGADO

: ARIEDISON CORTEZ SILVA - (OAB PA26985-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA

: PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 019

Processo: **0800337-28.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTOR

: COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES

ADVOGADO

: LUIZ FERNANDO SACHET - (OAB SC18429-A)

POLO PASSIVO

REU

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 020

Processo: **0803369-41.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: THEREZINHA MORAES GUEIROS

ADVOGADO

: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO

: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ - SEAD

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 021

Processo: **0803367-71.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: MARILDA DE FIGUEIREDO NUNES

ADVOGADO

: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO

: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 022

Processo: **0803565-40.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR

: PANIFICADORA CUIABA LTDA - ME

ADVOGADO

: GABRIEL DE RESENDE BRAGA - (OAB PA28205-A)

ADVOGADO

: PAULO ROBERTO CORREA MONTEIRO - (OAB PA2415-A)

ADVOGADO

: GLENDA DE CASSIA FREIRE DO NASCIMENTO - (OAB PA27577-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AUTORIDADE

: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

AUTORIDADE

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 023

Processo: **0805006-56.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: IOLETE CONCEICAO ALCOFORADO BESSA

ADVOGADO

: RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA - (OAB PA6947-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SEDUC

INTERESSADO

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 024

Processo: **0811334-02.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: LUCIELMA LOBATO SILVA

ADVOGADO

: ERNANDO MOREIRA AZEVEDO - (OAB PA26230-A)

ADVOGADO

: MONALISA DE SOUZA PORFIRIO - (OAB PA27616-A)

ADVOGADO

: PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 025

Processo: **0812743-13.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR

: OLINDA MARIA VIEIRA DE FREITAS FERREIRA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSILDA COELHO VIANA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RAIMUNDO NONATO LIMA CARVALHO

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: REGINA LUCIA DE OLIVEIRA DO VALE

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RITA BRANDAO MARCAL

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSIVALDA VALE DA SILVA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSECLEIDE FEITOSA DA SILVA ALVES

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSIANE DE FATIMA CORREA DE SOUZA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RUTH NASCIMENTO DE MELO

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

POLO PASSIVO

REU

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REU

: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 026

Processo: **0800168-02.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA

ADVOGADO

: WILLIAN DA SILVA BRITO - (OAB PA31136-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS PJE ? VIRTUAL - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2023:

Faço público a quem interessar possa que, para **a 21ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Público do PJE em plenário VIRTUAL**, a realizar-se no dia **05/12/2023**, às 14:00, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente da Seção, dos julgamentos dos seguintes feitos:

Ordem: 001

Processo: **0804958-34.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU: CARLOS AUGUSTO MOTA LIMA

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ LEMOS

ADVOGADO: LEANDRO JOSE DO MAR DOS SANTOS - (OAB PA20877-A)

ADVOGADO: RONALDO SERGIO ABREU DA COSTA - (OAB PA6795-A)

REU: OLAVO DA SILVA QUADROS JUNIOR

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: RUBENITA MONTEIRO PIMENTEL

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: WELLINGTON CRISTOVAO GUEDES ARAUJO

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MAURICIO ANTONIO LISBOA COHEN

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MARCELIM SOARES DO NASCIMENTO JUNIOR

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: JAINE MARIA PASTANA

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: JOSE MARIA ALVES PEREIRA

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: FRANKLIN RODRIGUES MARQUES

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: EDIVALDO MACHADO DOS SANTOS

REU: EMIR MEDEIROS DE MIRANDA

REU: ANA CLAUDIA BRITO FEIJO

REU: AUGUSTO MAGNO MAGALHAES CARDOSO PEREIRA

REU: BENEDITO VILHENA DA SILVA

REU: FONSECA ROCHA & ASSOCIADOS - ADVOGADOS S/S

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU

: RONALDO COSTA ADVOCACIA S/S - ME

ADVOGADO

: LEANDRO JOSE DO MAR DOS SANTOS - (OAB PA20877-A)

Ordem: 002

Processo: **0813832-03.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE: ANTONIO CARLOS MOREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: VANESSA MOREIRA SILVA REGLY - (OAB BA50956-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: ROMULO RODOVALHO GOMES

AUTORIDADE

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO

: REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO - (OAB PA4293-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

IMPETRADO

: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM

IMPETRADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 003

Processo: **0807416-19.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

: Não

Relator(a): Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE: ALEXANDRE AUGUSTO BRONZE DE MATTOS

ADVOGADO

: KASIANNE SAMARA GUEDES RIBEIRO - (OAB PA30180-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: SESMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AUTORIDADE: SESPA

AUTORIDADE: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO: REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO - (OAB PA4293-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 004

Processo: **0807710-42.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTOR

: RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS GOMES

ADVOGADO

: RENAN DANIEL TRINDADE DOS SANTOS - (OAB PA24417-A)

ADVOGADO

: CARLOS FELIPE ROCHA LIMA - (OAB PA26695-A)

POLO PASSIVO

REU

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 005

Processo: **0866217-34.2019.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: FORTBRAS PARTICIPACOES S.A.

ADVOGADO

: LEANDRO MARTINHO LEITE - (OAB SP4082-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

IMPETRADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 006

Processo: **0015123-18.2016.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: SULPARA CAMINHOES E MAQUINAS LTDA

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: MUNICIPIO DE MARABA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Ordem: 007

Processo: **0803998-73.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ALANA NAIARA DOS SANTOS VIDAL

ADVOGADO

: ANA CLAUDIA LOPES CORREA PARENTE - (OAB PA21109-A)

ADVOGADO

: ANA KALIDAZA VIANA FERREIRA - (OAB PA28378-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

AUTORIDADE

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO PARÁ -SEAP/PA

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 008

Processo: **0828438-11.2020.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: DANILO ARAGAO DE ARAGAO

ADVOGADO

: RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAES - (OAB PA16279-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 009

Processo: **0800887-81.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: NEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO

: VANESSA DE OLIVEIRA - (OAB PA26013-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SEDUC - PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 010

Processo: **0805825-22.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 011

Processo: **0813765-38.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 012

Processo: **0811428-76.2023.8.14.0000**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 013

Processo: **0813768-90.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 014

Processo: **0811515-32.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO: 1ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 015

Processo: **0813042-19.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: LUCIA MARIA DOS SANTOS LIMA

ADVOGADO

: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO ARAUJO - (OAB PA19554-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SEDUC - PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 016

Processo: **0807878-78.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

AUTOR

: WALDEMIR OLIVEIRA DA COSTA

ADVOGADO

: MARCOS ANTONIO BARROSO CERQUEIRA - (OAB PA013634)

ADVOGADO

: RAPHAEL LOPES DA COSTA - (OAB PA28675-A)

POLO PASSIVO

REU

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REU

: MUNICIPIO DE IRITUIA

PROCURADORIA

: CREAS IRITUIA (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 017

Processo: **0804831-06.2021.8.14.0051**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MARCIO TADEU PANTOJA BENTES

ADVOGADO

: ECEILA TOME DE MENEZES - (OAB PA9489-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 018

Processo: **0815239-15.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MARCELINA MIRANDA FERREIRA

ADVOGADO

: BRENDA RAISSA FONSECA FERNANDES - (OAB TO8750-A)

ADVOGADO

: ARIEDISON CORTEZ SILVA - (OAB PA26985-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA

: PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 019

Processo: **0800337-28.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTOR

: COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES

ADVOGADO

: LUIZ FERNANDO SACHET - (OAB SC18429-A)

POLO PASSIVO

REU

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 020

Processo: **0803369-41.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: THEREZINHA MORAES GUEIROS

ADVOGADO

: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO

: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ - SEAD

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 021

Processo: **0803367-71.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: MARILDA DE FIGUEIREDO NUNES

ADVOGADO

: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO

: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 022

Processo: **0803565-40.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR

: PANIFICADORA CUIABA LTDA - ME

ADVOGADO

: GABRIEL DE RESENDE BRAGA - (OAB PA28205-A)

ADVOGADO

: PAULO ROBERTO CORREA MONTEIRO - (OAB PA2415-A)

ADVOGADO

: GLENDA DE CASSIA FREIRE DO NASCIMENTO - (OAB PA27577-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AUTORIDADE

: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

AUTORIDADE

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 023

Processo: **0805006-56.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: IOLETE CONCEICAO ALCOFORADO BESSA

ADVOGADO

: RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA - (OAB PA6947-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SEDUC

INTERESSADO

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 024

Processo: **0811334-02.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: LUCIELMA LOBATO SILVA

ADVOGADO

: ERNANDO MOREIRA AZEVEDO - (OAB PA26230-A)

ADVOGADO

: MONALISA DE SOUZA PORFIRIO - (OAB PA27616-A)

ADVOGADO

: PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 025

Processo: **0812743-13.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR

: OLINDA MARIA VIEIRA DE FREITAS FERREIRA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSILDA COELHO VIANA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RAIMUNDO NONATO LIMA CARVALHO

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: REGINA LUCIA DE OLIVEIRA DO VALE

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RITA BRANDAO MARCAL

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSIVALDA VALE DA SILVA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSECLEIDE FEITOSA DA SILVA ALVES

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSIANE DE FATIMA CORREA DE SOUZA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RUTH NASCIMENTO DE MELO

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

POLO PASSIVO

REU

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REU

: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 026

Processo: **0800168-02.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA

ADVOGADO

: WILLIAN DA SILVA BRITO - (OAB PA31136-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS PJE ? VIRTUAL - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2023:

Faço público a quem interessar possa que, para **a 21ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Público do PJE em plenário VIRTUAL**, a realizar-se no dia **05/12/2023**, às 14:00, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente da Seção, dos julgamentos dos seguintes feitos:

Ordem: 001

Processo: **0804958-34.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU: CARLOS AUGUSTO MOTA LIMA

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ LEMOS

ADVOGADO: LEANDRO JOSE DO MAR DOS SANTOS - (OAB PA20877-A)

ADVOGADO: RONALDO SERGIO ABREU DA COSTA - (OAB PA6795-A)

REU: OLAVO DA SILVA QUADROS JUNIOR

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: RUBENITA MONTEIRO PIMENTEL

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: WELLINGTON CRISTOVAO GUEDES ARAUJO

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MAURICIO ANTONIO LISBOA COHEN

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: MARCELIM SOARES DO NASCIMENTO JUNIOR

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: JAINE MARIA PASTANA

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: JOSE MARIA ALVES PEREIRA

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: FRANKLIN RODRIGUES MARQUES

ADVOGADO: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU: EDIVALDO MACHADO DOS SANTOS

REU: EMIR MEDEIROS DE MIRANDA

REU: ANA CLAUDIA BRITO FEIJO

REU: AUGUSTO MAGNO MAGALHAES CARDOSO PEREIRA

REU: BENEDITO VILHENA DA SILVA

REU: FONSECA ROCHA & ASSOCIADOS - ADVOGADOS S/S

ADVOGADO

: TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA - (OAB PA007895)

REU

: RONALDO COSTA ADVOCACIA S/S - ME

ADVOGADO

: LEANDRO JOSE DO MAR DOS SANTOS - (OAB PA20877-A)

Ordem: 002

Processo: **0813832-03.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE: ANTONIO CARLOS MOREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: VANESSA MOREIRA SILVA REGLY - (OAB BA50956-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: ROMULO RODOVALHO GOMES

AUTORIDADE

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO

: REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO - (OAB PA4293-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

IMPETRADO

: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM

IMPETRADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 003

Processo: **0807416-19.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

: Não

Relator(a): Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE: ALEXANDRE AUGUSTO BRONZE DE MATTOS

ADVOGADO

: KASIANNE SAMARA GUEDES RIBEIRO - (OAB PA30180-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: SESMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AUTORIDADE: SESPA

AUTORIDADE: MUNICÍPIO DE BELÉM

ADVOGADO: REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO - (OAB PA4293-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 004

Processo: **0807710-42.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTOR

: RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS GOMES

ADVOGADO

: RENAN DANIEL TRINDADE DOS SANTOS - (OAB PA24417-A)

ADVOGADO

: CARLOS FELIPE ROCHA LIMA - (OAB PA26695-A)

POLO PASSIVO

REU

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 005

Processo: **0866217-34.2019.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: FORTBRAS PARTICIPACOES S.A.

ADVOGADO

: LEANDRO MARTINHO LEITE - (OAB SP4082-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

IMPETRADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 006

Processo: **0015123-18.2016.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: SULPARA CAMINHOES E MAQUINAS LTDA

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: MUNICIPIO DE MARABA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Ordem: 007

Processo: **0803998-73.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ALANA NAIARA DOS SANTOS VIDAL

ADVOGADO

: ANA CLAUDIA LOPES CORREA PARENTE - (OAB PA21109-A)

ADVOGADO

: ANA KALIDAZA VIANA FERREIRA - (OAB PA28378-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

AUTORIDADE

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO PARÁ -SEAP/PA

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 008

Processo: **0828438-11.2020.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: DANILO ARAGAO DE ARAGAO

ADVOGADO

: RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAES - (OAB PA16279-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 009

Processo: **0800887-81.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: NEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO

: VANESSA DE OLIVEIRA - (OAB PA26013-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SEDUC - PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 010

Processo: **0805825-22.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 011

Processo: **0813765-38.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 012

Processo: **0811428-76.2023.8.14.0000**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 013

Processo: **0813768-90.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE

: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO

: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

OUTROS INTERESSADOS

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 014

Processo: **0811515-32.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

SUSCITANTE: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

POLO PASSIVO

SUSCITADO: 1ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 015

Processo: **0813042-19.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: LUCIA MARIA DOS SANTOS LIMA

ADVOGADO

: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO ARAUJO - (OAB PA19554-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SEDUC - PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 016

Processo: **0807878-78.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

AUTOR

: WALDEMIR OLIVEIRA DA COSTA

ADVOGADO

: MARCOS ANTONIO BARROSO CERQUEIRA - (OAB PA013634)

ADVOGADO

: RAPHAEL LOPES DA COSTA - (OAB PA28675-A)

POLO PASSIVO

REU

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REU

: MUNICIPIO DE IRITUIA

PROCURADORIA

: CREAS IRITUIA (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 017

Processo: **0804831-06.2021.8.14.0051**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MARCIO TADEU PANTOJA BENTES

ADVOGADO

: ECEILA TOME DE MENEZES - (OAB PA9489-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 018

Processo: **0815239-15.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MARCELINA MIRANDA FERREIRA

ADVOGADO

: BRENDA RAISSA FONSECA FERNANDES - (OAB TO8750-A)

ADVOGADO

: ARIEDISON CORTEZ SILVA - (OAB PA26985-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA

: PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE

: FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 019

Processo: **0800337-28.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

AUTOR

: COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES

ADVOGADO

: LUIZ FERNANDO SACHET - (OAB SC18429-A)

POLO PASSIVO

REU

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 020

Processo: **0803369-41.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: THEREZINHA MORAES GUEIROS

ADVOGADO

: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO

: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ - SEAD

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 021

Processo: **0803367-71.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: MARILDA DE FIGUEIREDO NUNES

ADVOGADO

: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO

: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 022

Processo: **0803565-40.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR

: PANIFICADORA CUIABA LTDA - ME

ADVOGADO

: GABRIEL DE RESENDE BRAGA - (OAB PA28205-A)

ADVOGADO

: PAULO ROBERTO CORREA MONTEIRO - (OAB PA2415-A)

ADVOGADO

: GLENDA DE CASSIA FREIRE DO NASCIMENTO - (OAB PA27577-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AUTORIDADE

: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

AUTORIDADE

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 023

Processo: **0805006-56.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: IOLETE CONCEICAO ALCOFORADO BESSA

ADVOGADO

: RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA - (OAB PA6947-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - SEDUC

INTERESSADO

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 024

Processo: **0811334-02.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: LUCIELMA LOBATO SILVA

ADVOGADO

: ERNANDO MOREIRA AZEVEDO - (OAB PA26230-A)

ADVOGADO

: MONALISA DE SOUZA PORFIRIO - (OAB PA27616-A)

ADVOGADO

: PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 025

Processo: **0812743-13.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Relator(a): Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTOR

: OLINDA MARIA VIEIRA DE FREITAS FERREIRA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSILDA COELHO VIANA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RAIMUNDO NONATO LIMA CARVALHO

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: REGINA LUCIA DE OLIVEIRA DO VALE

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RITA BRANDAO MARCAL

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSIVALDA VALE DA SILVA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSECLEIDE FEITOSA DA SILVA ALVES

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: ROSIANE DE FATIMA CORREA DE SOUZA

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

AUTOR

: RUTH NASCIMENTO DE MELO

ADVOGADO

: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

POLO PASSIVO

REU

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REU

: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 026

Processo: **0800168-02.2023.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA

ADVOGADO

: WILLIAN DA SILVA BRITO - (OAB PA31136-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023 DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **41ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2023, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA **NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 09H30,** NO RESPECTIVO PLENÁRIO DE JULGAMENTO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, SITUADO À AV. ALMIRANTE BARROSO, Nº 3089, BAIRRO DO SOUZA, NESTA CIDADE, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 06/2023, PUBLICADA NO djE em 05.04.2023, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **RICARDO FERREIRA NUNES,** PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

Processos Pautados

Ordem 001

Processo 0041598-15.2015.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Direitos / Deveres do Condômino

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE ANA CRISTINA KALIFF DE OLIVEIRA

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO RAFAEL OLIVEIRA LIMA - (OAB PA21059-A)

APELANTE ANA CARMEN KALIFF DE OLIVEIRA CRUZ

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO RAFAEL OLIVEIRA LIMA - (OAB PA21059-A)

APELANTE ANGELA CONCEICAO DE OLIVEIRA MONTEIRO

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO RAFAEL OLIVEIRA LIMA - (OAB PA21059-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO CONDOMINIO DO EDIFICIO PORTINARI

ADVOGADO IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA - (OAB PA3609-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO - (OAB PA15352-A)

ADVOGADO CAMILA DE FATIMA SANTOS IMBIRIBA - (OAB PA30178-A)

Ordem 002

Processo 0800381-83.2020.8.14.0009

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGADO/APELANTE JOSE RIBAMAR TAVARES DE AVIZ

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 003

Processo 0003447-80.2017.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE PIQUIATUBA TAXI AEREO LTDA.

ADVOGADO GEORGES DE MOURA FERREIRA - (OAB GO19700-A)

ADVOGADO RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA - (OAB GO22470-A)

APELANTE COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ADVOGADO FERNANDA MEDINA PANTOJA - (OAB RJ125644-A)

ADVOGADO ANDRE LUIZ DO REGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA - (OAB RJ109367-A)

POLO PASSIVO

APELADO COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ADVOGADO FERNANDA MEDINA PANTOJA - (OAB RJ125644-A)

ADVOGADO ANDRE LUIZ DO REGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA - (OAB RJ109367-A)

APELADO PIQUIATUBA TAXI AEREO LTDA.

ADVOGADO RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA - (OAB GO22470-A)

Ordem 004

Processo 0800015-97.2018.8.14.0014

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCO RICARDO DA SILVA

ADVOGADO RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO - (OAB PA14745-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG S/A

ADVOGADO LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

Ordem 005

Processo 0800198-77.2019.8.14.0032

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

ADVOGADO LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

POLO PASSIVO

APELADO DIONISIA ALVES DE LIMA

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

Ordem 006

Processo 0800635-16.2018.8.14.0045

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Aquisição

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE CSM AGROPECUARIA LTDA

ADVOGADO MARCELO FARIAS MENDANHA - (OAB PA13168-A)

ADVOGADO RAQUEL ARAUJO FERNANDES GONCALVES - (OAB PA25897-A)

ADVOGADO CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES - (OAB PA12088-A)

APELANTE CELSO SILVEIRA MELLO FILHO

ADVOGADO MARCELO FARIAS MENDANHA - (OAB PA13168-A)

ADVOGADO CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES - (OAB PA12088-A)

ADVOGADO RAQUEL ARAUJO FERNANDES GONCALVES - (OAB PA25897-A)

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO LUCIANA DUCA COSTA

ADVOGADO ESMAR GUILHERME ENGELKE LUCAS REGO - (OAB RJ165256-A)

ADVOGADO LUCIANA DUCA COSTA - (OAB MG61818)

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES - (OAB RJ108329-A)

APELADO JUNIA LUCIA DUCA COSTA

ADVOGADO ESMAR GUILHERME ENGELKE LUCAS REGO - (OAB RJ165256-A)

ADVOGADO LUCIANA DUCA COSTA - (OAB MG61818)

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES - (OAB RJ108329-A)

APELADO ELIEZER DE SOUSA MATTOS

ADVOGADO LUCIANA DUCA COSTA - (OAB MG61818)

ADVOGADO ESMAR GUILHERME ENGELKE LUCAS REGO - (OAB RJ165256-A)

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES - (OAB RJ108329-A)

ADVOGADO FERNANDO TRISTAO FERNANDES - (OAB RJ49344-A)

APELADO DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO CELSO SILVEIRA MELLO FILHO

ADVOGADO CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES - (OAB PA12088-A)

ADVOGADO RAQUEL ARAUJO FERNANDES GONCALVES - (OAB PA25897-A)

ADVOGADO MARCELO FARIAS MENDANHA - (OAB PA13168-A)

APELADO CSM AGROPECUARIA LTDA

ADVOGADO CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES - (OAB PA12088-A)

ADVOGADO RAQUEL ARAUJO FERNANDES GONCALVES - (OAB PA25897-A)

ADVOGADO MARCELO FARIAS MENDANHA - (OAB PA13168-A)

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO RAIMUNDO MARTINS COSTA

TERCEIRO INTERESSADO FAZENDA BOA SORTE

TERCEIRO INTERESSADO FAZENDA SANTA MARIA

TERCEIRO INTERESSADO PROJETO DE ASSENTAMENTO PANORAMA - INCRA

TERCEIRO INTERESSADO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO ADVOCACIA GERAL DA UNIAO

PROCURADORIA PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ - PU/PA

TERCEIRO INTERESSADO MUNICIPIO DE REDENCAO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA - INCRA

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARANA

PROCURADORIA ESTADO DO PARANÁ

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 007

Processo 0024666-59.2009.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇAÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargadora MARGUI GASPAR BITTENCOURT

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE TOP NORTE COMERCIO DE VEICULO LTDA

ADVOGADO ALEXANDRE BRANDAO BASTOS FREIRE - (OAB PA18246-A)

APELANTE QUADRA ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO BRUNO BRASIL DE CARVALHO - (OAB PA9665-A)

APELANTE HF2 EMPREENDIMENTOS LTDA

ADVOGADO RAFAEL MIRANDA PINTO - (OAB PA15134-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO QUADRA ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO BRUNO BRASIL DE CARVALHO - (OAB PA9665-A)

APELADO HF2 EMPREENDIMENTOS LTDA

ADVOGADO RAFAEL MIRANDA PINTO - (OAB PA15134-A)

APELADO TOP NORTE COMERCIO DE VEICULO LTDA

ADVOGADO ALEXANDRE BRANDAO BASTOS FREIRE - (OAB PA18246-A)

Ordem 008

Processo 0800263-74.2019.8.14.0096

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral Não

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE ITAU UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO VALDETE MONTEIRO DOS REIS

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023 DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA **A 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, EM PLENÁRIO VIRTUAL, COM INÍCIO ÀS 14H DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2023 E TÉRMINO ÀS 14H DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023**, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. RICARDO FERREIRA NUNES, PRESIDENTE DA TURMA, **O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:**

PROCESSOS ELETRÔNICOS

Ordem 001

Processo 0810946-65.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO FLAVIO NEVES COSTA - (OAB SP153447-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

AGRAVADO HELYDA HYGLA MONTEIRO LOBO

Ordem 002

Processo 0803878-98.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE JOAO NUNES GARCIA

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 003

Processo 0803671-31.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE ALBANIZA DE AZEVEDO NASCIMENTO

ADVOGADO HEVERTON DIAS TAVARES AGUIAR - (OAB PA19089-A)

ADVOGADO RUTHIELLY ALVES BONINI - (OAB PA19536-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANCO ITAU

ADVOGADO HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - (OAB PA14559-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

Processo 0805140-15.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE RUTH HELENA DOS SANTOS AYRES LOPES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - (OAB PE32766-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 005

Processo 0804863-04.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO RAIMUNDO SILVA

ADVOGADO JULIANO BARCELOS HONORIO - (OAB PA13793-A)

Ordem 006

Processo 0810887-43.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO LUCIA ELIANE RAMOS DA SILVA

ADVOGADO ITALO ANTONIO COELHO MELO - (OAB PI9421-A)

Ordem 007

Processo 0810520-19.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - (OAB MG108112-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA DE FATIMA RODRIGUES MEIRELES

ADVOGADO JULIO CESAR DE OLIVEIRA MENDES - (OAB PR103119-A)

Ordem 008

Processo 0803293-75.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO FELICIANO DO NASCIMENTO BATISTA

ADVOGADO JULIO CESAR DE OLIVEIRA MENDES - (OAB PR103119-A)

Ordem 009

Processo 0810154-77.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOAQUIM JACINTO FERREIRA

ADVOGADO JULIO CESAR DE OLIVEIRA MENDES - (OAB PR103119-A)

Ordem 010

Processo 0808069-21.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO A. B. M.

ADVOGADO SAMIA INARA RIBEIRO GOMES - (OAB PA31144-A)

PROCURADOR ELIS NEGRAO BARBOSA MONTEIRO

Ordem 011

Processo 0807561-75.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Erro Médico

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO P. N. D.

ADVOGADO ILTON GIUSSEPP BRASIL BELCHIOR - (OAB PA33974)

ADVOGADO JULIANA DANIELI NOGUEIRA DO CARMO - (OAB PA34702)

PROCURADOR NAIAME NUNES DA SILVA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 012

Processo 0807540-36.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO LUCCA DARWICH MENDES - (OAB PA22040-A)

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOSE ROBERTO DE SOUZA AQUINO

ADVOGADO BRUNA CRISTINE DE MIRANDA SANTOS - (OAB PA21667-A)

Ordem 013

Processo 0809645-49.2023.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Exoneração

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE C. C. S. A.

ADVOGADO JULIO CESAR TELES NETO - (OAB PA9259-A)

REPRESENTANTE L. M. S.

ADVOGADO JULIO CESAR TELES NETO - (OAB PA9259-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO A. T. M. A.

ADVOGADO KLEBER FERREIRA DO VALE - (OAB PA30139-A)

Ordem 014

Processo 0804483-73.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ANNA LUISA DINIZ PINHEIRO

ADVOGADO KHADINE ARAUJO DO NASCIMENTO - (OAB DF37408)

POLO PASSIVO

AGRAVADO SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A.

ADVOGADO ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - (OAB PE16983-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 015

Processo 0802276-04.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Exoneração

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE E. P. B.

ADVOGADO WALTER DE ALMEIDA ARAUJO - (OAB PA13905-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO B. C. B.

ADVOGADO ERICA FEITOSA BRAGA BORGES - (OAB PE01153)

OUTROS INTERESSADOS

REPRESENTANTE WILLIA PEREIRA DE SOUZA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 016

Processo 0815228-49.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MARTA DA CONCEICAO NUNES

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE FABIO NUNES DOS SANTOS

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE JOAO DA CONCEICAO NUNES

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE FABRICIO NUNES DOS SANTOS

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE EDINALDO NUNES DA SILVA

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE LAZARO DA CONCEICAO NUNES

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE FRANCISCA DA SILVA ROSA

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE DURVALINA DA CONCEICAO

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE MAGALY DA CONCEICAO NUNES

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE EDVALDO NUNES SOUZA

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

AGRAVANTE FABIOLA NUNES SOUZA

ADVOGADO JAFFE MIRANDA DA SILVA - (OAB PA30783-A)

ADVOGADO JAIRO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA11910-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO LEONCIO SOARES RIBEIRO

ADVOGADO RODRIGO VIANA MENDES - (OAB PA33064)

ADVOGADO LUCAS SOUSA LOBATO - (OAB PA33247)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 017

Processo 0809290-39.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Exoneração

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE A. J. B. D. S.

ADVOGADO MARCIO MARTIRES CORDEIRO DA CRUZ - (OAB PA18816-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO K. B. L. D. S.

ADVOGADO DIANA MARIA MESQUITA DA MOTA BARROSO - (OAB PA29880-A)

Ordem 018

Processo 0808794-44.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE EDSON PEZZIN

ADVOGADO OLAVO LUIZ DE ARRUDA - (OAB PA30723-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOAO DE CAMPOS CARLOS

AGRAVADO JOÃO BASTOS

AGRAVADO ERNESTO SHINGO YOKOYAMA

AGRAVADO SENHOR PARANÁ

AGRAVADO RAIMUNDO NONATO DE LIMA SOUSA

Ordem 019

Processo 0801950-78.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Regulamentação de Visitas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE N. S. D. O. F.

ADVOGADO HILTON CESAR REIS DA SILVA - (OAB PA19684-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO L. D. S. G.

ADVOGADO IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA - (OAB PA3609-A)

ADVOGADO LIS ARRAIS OLIVEIRA - (OAB PA31017-A)

ADVOGADO LUANA THIERE DE ALBUQUERQUE PAMPLONA - (OAB PA27550-E)

ADVOGADO ANA CAROLINA DE MELO GONCALVES - (OAB PA31928-A)

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO TIAGO GUIMARAES FERRARI

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 020

Processo 0807944-53.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Bem de Família (Voluntário)

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ODILAO VIEIRA ARAUJO

ADVOGADO SEBASTIAO PINHEIRO DA SILVA - (OAB PA7147-A)

AGRAVANTE MARIA RAIMUNDA FERREIRA ARAUJO

ADVOGADO SEBASTIAO PINHEIRO DA SILVA - (OAB PA7147-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO EDILSON MIRANDA LOBATO

ADVOGADO WANDERSON SIQUEIRA RIBEIRO - (OAB PA22231-A)

Ordem 021

Processo 0807895-12.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Nota Promissória

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ROSANGELA NUNES GALVAO

ADVOGADO ROBERTA CRISTINA DOS SANTOS FAGUNDES - (OAB PA31082-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO LIBERALINO RIBEIRO DE ALMEIDA NETO

ADVOGADO ANA CELINA FONTELLES ALVES - (OAB PA16037-A)

ADVOGADO MANUEL CARLOS GARCIA GONCALVES - (OAB PA6492-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ENGELOC CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA

Ordem 022

Processo 0808192-24.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Correção Monetária

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE LIBERALINO RIBEIRO DE ALMEIDA NETO

ADVOGADO ROBERTA CRISTINA DOS SANTOS FAGUNDES - (OAB PA31082-A)

ADVOGADO MANUEL CARLOS GARCIA GONCALVES - (OAB PA6492-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ROSANGELA NUNES GALVAO

ADVOGADO KAREN LORRANE SILVA ROMANNI - (OAB MG183921)

ADVOGADO KAREM LORRANE LUZ DA SILVA - (OAB PA24886-A)

ADVOGADO ROBERTA CRISTINA DOS SANTOS FAGUNDES - (OAB PA31082-A)

ADVOGADO FLAVIA DA SILVA COSTA - (OAB PA28332-A)

Ordem 023

Processo 0801664-71.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Acessão

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE YASMINE AIRES PEREIRA GUIMARAES

ADVOGADO ANTONIO ARAUJO DE OLIVEIRA JUNIOR - (OAB PA14279-A)

ADVOGADO ANA LUIZA GOMES FERREIRA - (OAB SP406693)

ADVOGADO CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS - (OAB TO2119-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO FORTEX ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO FLAVIO DE ALBUQUERQUE MOURA - (OAB AL4343B)

Ordem 024

Processo 0805156-37.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE V. L. B. J.

ADVOGADO MARILENE PINHEIRO DA COSTA - (OAB PA5607-A)

ADVOGADO PAULO CLEBER MACIEL BATISTA ANDRE - (OAB PA26090-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO B. D. P. V.

ADVOGADO TONILDO DOS SANTOS PINHEIRO - (OAB PA14432-A)

ADVOGADO JOAO PAULO PEREIRA DA CONCEICAO - (OAB PA29210)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 025

Processo 0807811-11.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE JHONATAN MENDES LOPES

ADVOGADO RODRIGO VIANA MENDES - (OAB PA33064)

ADVOGADO LUCAS SOUSA LOBATO - (OAB PA33247)

POLO PASSIVO

AGRAVADO FRANCISCO ALDENOR FELIPE DA SILVA

Ordem 026

Processo 0806520-73.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Inventário e Partilha

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE DOUGLAS BORGES DA COSTA

ADVOGADO MARCIO ALIPIO DE BORBA - (OAB GO40954)

ADVOGADO HERICA MICHELE TAVARES - (OAB GO22729)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JUAREZ BORGES DA COSTA

ADVOGADO ODINIR BRAZ GONCALVES JUNIOR - (OAB GO34608)

Ordem 027

Processo 0806390-83.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Despejo por Denúncia Vazia

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE OZIEL FERNANDES SALAZAR

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO ERMINIA FREIRE

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 028

Processo 0814643-94.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA

ADVOGADO EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - (OAB RJ80687-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOAQUIM FANTINI

ADVOGADO AVERALDO PEREIRA LIMA FILHO - (OAB PA15751-A)

AGRAVADO DALRIO FANTINI DE CARVALHO

ADVOGADO AVERALDO PEREIRA LIMA FILHO - (OAB PA15751-A)

Ordem 029

Processo 0808534-35.2020.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE CYRELA MOINHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO FELIPE ALMEIDA GONCALVES - (OAB PA25065-A)

ADVOGADO ALESSANDRO PUGET OLIVA - (OAB PA11847-A)

ADVOGADO BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DELCIO FERREIRA DE SÁ FILHO

ADVOGADO JESSICA SOARES DE CARVALHO - (OAB PA17879-A)

Ordem 030

Processo 0818391-37.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE WLM PARTICIPACOES E COMERCIO DE MÁQUINAS E VEICULOS S.A.

ADVOGADO ROGER SEJAS GUZMAN JUNIOR - (OAB MG63386-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO HIPERMERCADO SENNA DIST. EXP. E IMPORT. LTDA

ADVOGADO LUIZ EDUARDO MACHADO CAMARGOS - (OAB MG160508-A)

Ordem 031

Processo 0805565-42.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Imissão

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE REGINA LUCIA ASSIS DE MORAES

ADVOGADO ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA - (OAB PA4771-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CLAUDIO EMERSON CRUZ WANZER

ADVOGADO RODRIGO EMANUEL RABELO DOS SANTOS PEREIRA - (OAB DF48444)

Ordem 032

Processo 0804268-05.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE ANNE DEYSE CARDOSO DUARTE

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO IGOR MACEDO FACO - (OAB CE16470-A)

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

Ordem 033

Processo 0800876-86.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Cabimento

Relator(a) Desembargadora LUANA DE NAZARETH AMARAL HENRIQUES SANTALICES

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - (OAB SP192649-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GLEISON SOARES DA SILVA

Ordem 034

Processo 0804480-55.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM CORREIÇÃO PARCIAL CÍVEL

Assunto Principal Prazo

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

RECORRENTE GILDA VITAL NAVEGANTES

ADVOGADO YUDICE RANDOL ANDRADE NASCIMENTO - (OAB PA8513-A)

ADVOGADO SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

Ordem 035

Processo 0804328-12.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Cabimento

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ANTONIO MAURICIO SOUZA DE MEDEIROS

ADVOGADO AGNALDO BORGES RAMOS JUNIOR - (OAB PA11634-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO PATRICIA PORPINO NUNES

ADVOGADO BRUNO DE CARVALHO NUNES - (OAB PA20979)

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ADVOGADO SONIA HAGE AMARO PINGARILHO - (OAB PA1601-A)

Ordem 036

Processo 0809196-96.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS

ADVOGADO DANIELA LOPES GUGLIANO BENAGLIA MUNHOZ - (OAB SP130441-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO SM COMUNICACOES LTDA

ADVOGADO MARIO ANTONIO LOBATO DE PAIVA - (OAB PA8775-A)

Ordem 037

Processo 0805984-33.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE WYARLA SANTOS DA SILVA

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO LEANDRO HENRIQUE PERES ARAUJO PIAU - (OAB DF21697-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 038

Processo 0808366-67.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE THIAGO PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO PATRICK LIMA DE MATTOS - (OAB PA14400-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO RONIE RUFINO DA SILVA

ADVOGADO LUIZ FERNANDO DE FREITAS MOREIRA - (OAB PA2468-A)

AGRAVADO NONATO PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO LUIZ FERNANDO DE FREITAS MOREIRA - (OAB PA2468-A)

Ordem 039

Processo 0800672-76.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Revisão

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE AILTON LIMA MIRANDA

ADVOGADO BRENO FARO DE LIMA - (OAB PA22298-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO RODIN MOURA MIRANDA

ADVOGADO ISIS MARGARETH XAVIER GOMES - (OAB PA7791-A)

Ordem 040

Processo 0811329-14.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal null

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

REPRESENTANTE ANTONIO CARLOS CORREIA DIAS

ADVOGADO BRAHIM BITAR DE SOUSA - (OAB PA16381-A)

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE QUALITY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

AUTORIDADE PORTO QUALITY EMPREENDIMENTOS, COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LTDA

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

Ordem 041

Processo 0811458-19.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Abatimento proporcional do preço

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO LUCIMARY GALVAO LEONARDO - (OAB MA6100-A)

ADVOGADO POLLYANA NASCIMENTO MARTINES - (OAB PA29105-A)

ADVOGADO MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS - (OAB PA14977-A)

ADVOGADO LUCILEIDE GALVAO LEONARDO PINHEIRO - (OAB PA12368-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOSE FRANCISCO LAREDO

ADVOGADO RAIMUNDO NONATO LAREDO DA PONTE - (OAB PA4084-A)

Ordem 042

Processo 0804361-36.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO OSMARINO JOSE DE MELO - (OAB TO779-S)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO CARVALHO & MOTA LTDA - ME

AGRAVADO ELCIO ANTONIO DE CARVALHO

AGRAVADO ALBERTO ALVES BOTELHO

Ordem 043

Processo 0800445-52.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE MARCELO DOS SANTOS GOMES

ADVOGADO RUBEM DE SOUZA MEIRELES NETO - (OAB PA22252-A)

AGRAVANTE ANA CLAUDIA SENA BATISTA

ADVOGADO RUBEM DE SOUZA MEIRELES NETO - (OAB PA22252-A)

AGRAVANTE BENEDITA DO SOCORRO FARIAS DA SILVA

ADVOGADO RUBEM DE SOUZA MEIRELES NETO - (OAB PA22252-A)

AGRAVANTE FRANCISCO DE ASSIS SILVA SOUSA

ADVOGADO RUBEM DE SOUZA MEIRELES NETO - (OAB PA22252-A)

AGRAVANTE ROSYANE DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO RUBEM DE SOUZA MEIRELES NETO - (OAB PA22252-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GUAMA ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO TIAGO VASCONCELOS ALVES - (OAB PA18790-A)

Ordem 044

Processo 0811790-49.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO IGOR MACEDO FACO - (OAB CE16470-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ADRIANO CARDOSO BRABO FILHO

ADVOGADO MURILO AMARAL FEITOSA - (OAB PA16700-A)

Ordem 045

Processo 0804615-09.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Correção Monetária

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE RIO HUDSON RESIDENCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO SPE LTDA

ADVOGADO GABRIEL PEREIRA DE CARVALHO CRUZ - (OAB PA18073-A)

ADVOGADO THEO SALES REDIG - (OAB PA14810-A)

AGRAVANTE MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO GABRIEL PEREIRA DE CARVALHO CRUZ - (OAB PA18073-A)

ADVOGADO THEO SALES REDIG - (OAB PA14810-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ERNANI MAUES CARVALHO FILHO

PROCURADOR CLIVIA LOBATO GANTUSS ALMEIDA

PROCURADOR CAMILA BRHOWLHYUN SOUZA DE SOUZA

ADVOGADO FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA - (OAB PA10758-A)

Ordem 046

Processo 0807164-84.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Cédula de Crédito Bancário

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO CAMILA DE ANDRADE LIMA - (OAB BA29889-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

AGRAVADO THAYNARA DO SOCORRO EVANGELISTA OLIVEIRA

ADVOGADO FERNANDO CALHEIROS RODRIGUES DOMINGUES - (OAB PA10446-A)

Ordem 047

Processo 0800320-89.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE LORENA COMERCIO DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE TAUARI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE FLUMINENSE TRANSPORTADOR, REVENDEDOR, RETALHISTA LTDA

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE ILMA ASSUNCAO SOUSA

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE SYNARA DE NAZARE ALMEIDA SANTOS

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE ANDRE DOURADO DOS SANTOS

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE HUGO SERGIO MENASSEH NAHON

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

AGRAVANTE LORENA CORAL DOS SANTOS

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO PEDRO BERNARDES DA SILVA - (OAB PA32090-A)

ADVOGADO MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL - (OAB PA27455-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA

ADVOGADO VALMIR MARTINS NETO - (OAB PE25948)

ADVOGADO ALEXANDRE ALY PARAGUASSU CHARONE - (OAB PA11918-A)

ADVOGADO MANUELA MATTOS - (OAB PE29509)

AGRAVADO PETROCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO LTDA.

ADVOGADO VALMIR MARTINS NETO - (OAB PE25948)

ADVOGADO MANUELA MATTOS - (OAB PE29509)

Ordem 048

Processo 0810681-63.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

ADVOGADO GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - (OAB PA20951-A)

ADVOGADO RODRIGO FRASSETTO GOES - (OAB PA20953-A)

PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

AGRAVANTE ITAPEVA XI MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS

POLO PASSIVO

AGRAVADO ADALBERTO BENEDITO GUIMARAES MENDES

Ordem 049

Processo 0800517-73.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MÉDICA LTDA

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA ALICIELE DE OLIVEIRA MIRANDA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 050

Processo 0808994-90.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE MYLENE COSTA DA SILVEIRA

ADVOGADO GEORGE AUGUSTO VIANA SILVA - (OAB MA11818-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO COOPERATIVA DOS MEDICOS ANESTESIOLOGISTAS NO E PARA

Ordem 051

Processo 0808719-39.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE SOLEN COMERCIO E SERVICOS DE ENERGIA SOLAR LTDA.

ADVOGADO THAYRINE FERNANDA CARRARA MARIA RODRIGUES - (OAB SP425504)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DAYANA ELEN REBELO OLIVEIRA

ADVOGADO HILTON JOSE SANTOS DA SILVA - (OAB PA17501-A)

Ordem 052

Processo 0811798-26.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE EDINEUMA DA SILVA ANDRADE

ADVOGADO ELZA MAROJA KALKMANN - (OAB PA22975-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GLOBAL AGENCIA MARITIMA EIRELI - EPP

AGRAVADO NORTE TRADING OPERADORA PORTUARIA LTDA

AGRAVADO MINERVA

ADVOGADO RODRIGO FIGUEIREDO DA SILVA COTTA - (OAB RJ168001)

Ordem 053

Processo 0812068-50.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Agência e Distribuição

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ELISAMA OLIVEIRA DE LIRA

ADVOGADO ELZA MAROJA KALKMANN - (OAB PA22975-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GLOBAL AGÊNCIA MARITIMA EIRELI - EPP

AGRAVADO NORTE TRADING OPERADORA PORTUARIA LTDA

AGRAVADO MINERVA

ADVOGADO CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONCA - (OAB PA7257-B)

Ordem 054

Processo 0801127-75.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto Principal Abatimento proporcional do preço

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AUTOR UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE TURMA RECURSAL PERMANENTE DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Ordem 055

Processo 0808956-73.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB SP107414-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ANEMES RODRIGUES TAVARES

Ordem 056

Processo 0806151-50.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB SP107414-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GILVANDRO DOS SANTOS MAGNO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ITAU SEGUROS SA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB SP107414-A)

Ordem 057

Processo 0809490-22.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE PAULO ALEXANDRE MINAS FERREIRA

ADVOGADO ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA10373-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO NAYMA CARLA PINHEIRO DE MACEDO PEREIRA

Ordem 058

Processo 0810066-10.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB SP107414-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

AGRAVADO JUSTINIANO JOUGUET BARBOSA NETO

Ordem 059

Processo 0803444-17.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fato Superveniente ao Término do Prazo para Impugnação

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO DO ESTADO DO PARA S A

ADVOGADO LETICIA DAVID THOME - (OAB PA10270-A)

PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO DARCY FERNANDES DE LIMA

ADVOGADO JUNIOR LUIZ DA CUNHA - (OAB PA15432-A)

ADVOGADO SUELEM MODESTINA DIAS - (OAB SP231059)

AGRAVADO R F EMPRESA INDUSTRIAL DE PANIFICACAO LTDA

ADVOGADO JUNIOR LUIZ DA CUNHA - (OAB PA15432-A)

ADVOGADO SUELEM MODESTINA DIAS - (OAB SP231059)

Ordem 060

Processo 0806662-82.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Representação comercial

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE JAMES & JAMES CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA - ME

ADVOGADO RUI GUILHERME TRINDADE TOCANTINS - (OAB PA5132-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

Ordem 061

Processo 0800974-76.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Causas Supervenientes à Sentença

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE RESIDENCIAL ALTA VISTA LTDA

ADVOGADO EDER MENDONCA DE ABREU - (OAB TO1807-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO EDINA MARQUES BARBOZA

ADVOGADO ROMULO OLIVEIRA DA SILVA - (OAB PA10801-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO REAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO EDER MENDONCA DE ABREU - (OAB TO1807-A)

Ordem 062

Processo 0815253-62.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GERALDO DE SOUZA GREGORIO NETO

ADVOGADO AVERALDO PEREIRA LIMA FILHO - (OAB PA15751-A)

AGRAVADO CARLA VENANCIO GREGORIO

ADVOGADO AVERALDO PEREIRA LIMA FILHO - (OAB PA15751-A)

Ordem 063

Processo 0810578-90.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Cédula de Crédito Bancário

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO CLAYTON MOLLER - (OAB RS21483-A)

ADVOGADO CARLA SIQUEIRA BARBOSA - (OAB PA6686-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO TELEVISAO LIBERAL LIMITADA

ADVOGADO ANTONIO GUILHERME LOBATO DE MIRANDA FILHO - (OAB PA20299-A)

ADVOGADO RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER - (OAB PA18941-A)

Ordem 064

Processo 0809026-90.2021.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ITALO DE JESUS COSTA

ADVOGADO JAMYLLE MARIANA PANTOJA BASTOS - (OAB PA23160-A)

AGRAVANTE DELACI ROSA DE JESUS COSTA

ADVOGADO JAMYLLE MARIANA PANTOJA BASTOS - (OAB PA23160-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO PORTO QUALITY EMPREENDIMENTOS, COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LTDA

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

AGRAVADO MB CAPITAL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 065

Processo 0812035-60.2021.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Penhora / Depósito/ Avaliação

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE MANUELA DA CRUZ ARAUJO

ADVOGADO LUANA MESCOUTO SALHEB - (OAB PA23542-A)

ADVOGADO CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA - (OAB PA16953-A)

AGRAVANTE EDILSON PANTOJA GONCALVES

ADVOGADO CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA - (OAB PA16953-A)

ADVOGADO LUANA MESCOUTO SALHEB - (OAB PA23542-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JANDER DA SILVA PONTE

ADVOGADO PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO GUSTAVO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA - (OAB PA14816-A)

Ordem 066

Processo 0806578-52.2018.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Causas Supervenientes à Sentença

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO DAYCOVAL S/A

ADVOGADO SANDRA KHAFIF DAYAN - (OAB SP46000A)

PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO SUPERMERCADO AMAZONIA LTDA

ADVOGADO MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE - (OAB PA11260-A)

ADVOGADO CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE - (OAB PA9316-A)

Ordem 067

Processo 0808171-19.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Revisão

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADHEMAR AARAO MONTEIRO

ADVOGADO IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA - (OAB PA3609-A)

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA - (OAB PA5555-A)

ADVOGADO BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO - (OAB PA15352-A)

ADVOGADO LUAN ATA QUEIROZ ABADESSA DA SILVA - (OAB PA20115-A)

ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DAIENE DE OLIVEIRA LUZ

ADVOGADO ANDREZA REGO BARBOSA RICHART - (OAB PA17409-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 068

Processo 0808765-28.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Reconhecimento / Dissolução

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE SEVERINO AUGUSTO DA SILVA

ADVOGADO CRISTIANE DE MEDEIROS FARIAS - (OAB PA16997-A)

ADVOGADO JOSE LUIZ MESSIAS SALES - (OAB RJ1711-B)

POLO PASSIVO

AGRAVADO LOURDES MOUSINHO GOMES

ADVOGADO IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA - (OAB PA3609-A)

Ordem 069

Processo 0809935-35.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Direito de Vizinhança

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE OZIAS DOS SANTOS CARDOSO

ADVOGADO CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ANTONIO LUIZ DE VASCONCELOS PEREIRA

ADVOGADO ANTONIO AMILCAR DE VASCONCELOS PEREIRA - (OAB PA4547-A)

Ordem 070

Processo 0805987-85.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE OSMAIR GERALDO TEIXEIRA NUNES

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO MAURICIO BARBOSA FIGUEIREDO - (OAB PA9281-A)

ADVOGADO SILVIA BARRA CAMINHA - (OAB DF19873-A)

ADVOGADO AVANILTON NASCIMENTO TELES - (OAB PA15418-A)

ADVOGADO FABIO DE ARAUJO AMORIM - (OAB PA12380-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 071

Processo 0806021-60.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BERNADETE SOUZA DE OLIVEIRA

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO MARILIA CABRAL SANCHES - (OAB PA9367-A)

ADVOGADO LIGIA SILVEIRA KESSLER ROCHA - (OAB DF23567-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 072

Processo 0809814-07.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

AGRAVANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 073

Processo 0811953-63.2020.8.14.0000

Classe Judicial RECLAMAÇÃO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

RECLAMANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

ADVOGADO WALLACI PANTOJA DE OLIVEIRA - (OAB PA14410-A)

POLO PASSIVO

RECLAMADO TURMA RECURSAL PERMANENTE DOS JUIZADOS ESPECIAIS

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO SELMA OLIVEIRA GOMES DE MELO

ADVOGADO ANA CRISTINA FERRO MARTINS - (OAB PA95-A)

Ordem 074

Processo 0006076-26.2019.8.14.0061

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

POLO PASSIVO

APELADO AMANDA LUZIA PEREIRA LEITE

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 075

Processo 0800098-40.2019.8.14.0221

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE MIGUEL BARROS DA SILVA

ADVOGADO EVA VIRGINIA MENDONCA DE ABREU - (OAB PA3757-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DAYCOVAL S/A

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S/A

Ordem 076

Processo 0875045-82.2020.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE BRADESCO SAUDE S/A

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BRADESCO SAÚDE S/A

POLO PASSIVO

APELADO CARLOS BENEDITO ADAO TEIXEIRA

ADVOGADO RAFAEL SILVA BENTES - (OAB PA5386-A)

ADVOGADO NATALIA MASCARENHAS SIMOES BENTES - (OAB PA14157-A)

Ordem 077

Processo 0004515-23.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DALVINA DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 078

Processo 0004514-38.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DALVINA DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 079

Processo 0013227-36.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE MARTINS DA CONCEICAO

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 080

Processo 0800355-49.2020.8.14.0021

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE ERINEIA TEIXEIRA RODRIGUES

ADVOGADO ALINE TAKASHIMA - (OAB 218389-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 081

Processo 0800356-34.2020.8.14.0021

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE ERINEIA TEIXEIRA RODRIGUES

ADVOGADO ALINE TAKASHIMA - (OAB 218389-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 082

Processo 0800402-33.2019.8.14.0029

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE GERONCIO ASSIS BARROS

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA - (OAB MG151204-A)

PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 083

Processo 0817947-45.2022.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE EMANUEL FONSECA FLEXA

ADVOGADO ABRAAO PEREIRA LACERDA - (OAB PA28874-A)

ADVOGADO RITA DE CASSIA SANTOS DE AGUIAR - (OAB PA20786-A)

ADVOGADO MARCELO ANGELO DE MACEDO - (OAB PA18298-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - (OAB PE32766-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 084

Processo 0800452-62.2019.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO JULIANO BARCELOS HONORIO - (OAB PA13793-A)

ADVOGADO LIVIA LOPES MIRANDA - (OAB PA17340-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB MS6835-A)

PROCURADORIA BANCO CELETEM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 085

Processo 0800677-08.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO SOCORRO GOMES DA SILVA

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 086

Processo 0812132-81.2017.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE AURA DA SILVA SANTOS TORRES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO BANRISUL

ADVOGADO PAULO ROBERTO VIGNA - (OAB SP173477-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 087

Processo 0004541-21.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DALVINA DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 088

Processo 0004390-55.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO DALVINA DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 089

Processo 0004104-77.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DALVINA DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 090

Processo 0001347-47.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DOMINGOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 091

Processo 0001672-22.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE DOMINGOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 092

Processo 0009289-27.2019.8.14.0130

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE VALDECIR DA LUZ CARDOZO

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO BRENDA KARINE LISBOA RODRIGUES - (OAB PA29981-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

ADVOGADO LUCIA FELICIA PAES CORREA - (OAB PA26009-A)

ADVOGADO NATASHA FRAZAO MONTORIL - (OAB PA15161-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 093

Processo 0801841-12.2021.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE MARIA ANTONIA SANTOS DA SILVA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 094

Processo 0800320-82.2022.8.14.0130

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Tarifas

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE ROSA MARIA BARBOSA DOS SANTOS

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 095

Processo 0800265-82.2023.8.14.0038

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DOS SANTOS ARAÚJO

ADVOGADO SILVIA LETICIA NOGUEIRA DE MORAIS - (OAB AM13960-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 096

Processo 0004257-98.2019.8.14.0111

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE MARIO DA CUNHA

ADVOGADO OTAVIO SOCORRO ALVES SANTA ROSA - (OAB PA26338-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 097

Processo 0800825-54.2022.8.14.0104

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE ALDENOR PEREIRA BARBOSA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 098

Processo 0013855-62.2017.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MANOEL MORAIS DA SILVA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

ADVOGADO CAROLINA DE ROSSO AFONSO - (OAB SP195972-A)

PROCURADORIA CREFISA SA - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

APELADO AGIPLAN INSTITUICAO FINANCEIRA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

APELADO BANCO PANAMERICANO

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

Ordem 099

Processo 0843483-26.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

POLO PASSIVO

APELADO ARCILEIA KARLA OLIVEIRA PIRES

ADVOGADO PAULO HUGO FREITAS ROSO - (OAB PA25254-A)

Ordem 100

Processo 0800109-38.2022.8.14.0068

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ROSA CORREA DA SILVA

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 101

Processo 0802487-22.2021.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARGARIDA MONTEIRO RODRIGUES

ADVOGADO AMANDA LIMA SILVA - (OAB PA29834-B)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA

ADVOGADO FABRICIO DOS REIS BRANDAO - (OAB PA11471-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA- BANRISUL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 102

Processo 0800832-11.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ZENO SILVA MONTEIRO

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 103

Processo 0800191-23.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO ROSARIO REIS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 104

Processo 0800118-09.2022.8.14.0065

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE SEBASTIANA CAETANO

ADVOGADO ROBERTO ALMEIDA FERREIRA - (OAB PA31650-B)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 105

Processo 0012820-30.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DE NAZARE DA SILVA OLIVEIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

ADVOGADO REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - (OAB SP257220-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 106

Processo 0800480-57.2021.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOAO PENHA FILHO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 107

Processo 0801316-93.2022.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA JOSE GONCALVES CARDOSO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - (OAB DF29190-A)

ADVOGADO SERVIO TULIO DE BARCELOS - (OAB MG44698-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 108

Processo 0012698-17.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA JOSE DIAS SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 109

Processo 0801286-58.2022.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA BENEDITA DA ROCHA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES - (OAB PA24039-A)

PROCURADORIA BANCO CELETEM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 110

Processo 0801588-87.2022.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ORGARINA RODRIGUES VALENTE

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - (OAB PA14559-A)

PROCURADORIA BANCO OLE CONSIGNADO S.A.

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 111

Processo 0802428-97.2022.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA PEREIRA DE AZEVEDO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - (OAB SP192649-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 112

Processo 0801328-10.2022.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA JOSE GONCALVES CARDOSO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB MS6835-A)

PROCURADORIA BANCO CELETEM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 113

Processo 0800308-74.2022.8.14.0031

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RAIMUNDA DA SILVA CRUZ

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 114

Processo 0801769-16.2023.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO CARMO BARBOSA COSTA

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO VERENA FORMIGOSA VITOR - (OAB PA26041-A)

ADVOGADO MIGUEL RESQUE SANTIAGO - (OAB PA22241-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

Ordem 115

Processo 0000164-41.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Antecipação de Tutela / Tutela Específica

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO SOCORRO LIMA

ADVOGADO WALTER DE ALMEIDA ARAUJO - (OAB PA13905-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO RODRIGO SCOPEL - (OAB RS40004-A)

Ordem 116

Processo 0012796-02.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DE NAZARE DA SILVA OLIVEIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 117

Processo 0012625-45.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA JOSE DIAS SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 118

Processo 0012760-57.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO MARIA JOSE DIAS SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

Ordem 119

Processo 0800688-72.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO FURTADO DE ARAUJO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 120

Processo 0800955-41.2022.8.14.0105

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DAS GRACAS BORGES DO CARMO

ADVOGADO ANDRE LUIZ DE SOUSA LOPES - (OAB TO6671-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA

PROCURADORIA PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA- BANRISUL

Ordem 121

Processo 0800176-69.2021.8.14.0025

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ALBERTINO SALUSTIANO DA ROCHA

ADVOGADO FABIO CARVALHO SILVA - (OAB PA22135-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Ordem 122

Processo 0800315-28.2022.8.14.0076

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDA DE OLIVEIRA SOUZA

ADVOGADO ABIELMA SOUZA LIMA MACHADO - (OAB PA28340-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - (OAB MG108112-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 123

Processo 0800364-69.2022.8.14.0076

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA BATISTA CAMPOS

ADVOGADO ABIELMA SOUZA LIMA MACHADO - (OAB PA28340-A)

POLO PASSIVO

APELADO SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Ordem 124

Processo 0004013-84.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JUSLICE RIBEIRO PEREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO JOAO VITOR CHAVES MARQUES - (OAB CE30348-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 125

Processo 0800115-90.2022.8.14.0053

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Recurso

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MAURILIO ALVES DOS SANTOS

ADVOGADO ANDRE LUIZ DE SOUSA LOPES - (OAB TO6671-A)

ADVOGADO LUIZ FERNANDO NUNES SILVA - (OAB PA6806-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 126

Processo 0800015-20.2019.8.14.0093

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA COSTA DAMASCENA

ADVOGADO ELIANE MENDES PEREIRA DA SILVA CARNEIRO - (OAB PA19754-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO DAIANA RAQUEL DORIA DE SOUZA - (OAB PA24374-A)

ADVOGADO VIRNA JULIA OLIVEIRA COUTINHO LOBATO - (OAB PA20089-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 127

Processo 0800320-21.2020.8.14.0076

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RUTH DO CARMO

ADVOGADO ABIELMA SOUZA LIMA MACHADO - (OAB PA28340-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 128

Processo 0800476-16.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA TRINDADE ROSARIO REIS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

Ordem 129

Processo 0810906-32.2019.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARILZA BATISTA NEVES

ADVOGADO ALEX FERNANDES DA SILVA - (OAB PA28623-A)

ADVOGADO FABIO IGOR CORREA LOPES - (OAB PA22998-A)

POLO PASSIVO

APELADO ITAU UNIBANCO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

Ordem 130

Processo 0800034-12.2019.8.14.0130

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Tarifas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA NAZARE VIANA PEREIRA

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 131

Processo 0800393-25.2020.8.14.0130

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE IRACI DE SOUSA COSTA

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

REPRESENTANTE BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 132

Processo 0800039-73.2020.8.14.0041

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOAO DE SOUZA BARBOSA

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO VIRNA JULIA OLIVEIRA COUTINHO LOBATO - (OAB PA20089-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

Ordem 133

Processo 0800443-35.2021.8.14.0124

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Tarifas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIA MARIA DA SILVA LIMA

ADVOGADO LEONARDO BARROS POUBEL - (OAB MA9957-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 134

Processo 0800842-90.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RAIMUNDA DO NASCIMENTO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SEGUROS

PROCURADORIA BRADESCO SEGUROS S/A

Ordem 135

Processo 0800843-75.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RAIMUNDA DO NASCIMENTO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 136

Processo 0004121-16.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JUSLICE RIBEIRO PEREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 137

Processo 0800278-76.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BENEDITO MARIANO DE MORAIS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 138

Processo 0800078-26.2022.8.14.0130

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIO PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO LARISSE DOS REIS MELO - (OAB PA26394-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 139

Processo 0803322-03.2020.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE WHANDERLENE ALVES DOS PASSOS

ADVOGADO WALDEMIR CARVALHO DOS REIS - (OAB PA16147-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 140

Processo 0800629-58.2021.8.14.0124

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE EDMILSON VIEIRA DA SILVA

ADVOGADO MURILO ALVES RODRIGUES - (OAB PA31221-A)

ADVOGADO ANDRE FRANCELINO DE MOURA - (OAB TO2621-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - (OAB MG108112-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 141

Processo 0007429-88.2019.8.14.0130

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCA MARIA DA SILVA

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

APELANTE BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

APELADO FRANCISCA MARIA DA SILVA

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

Ordem 142

Processo 0802847-21.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE LEONARDO FERREIRA

ADVOGADO ALEX FERNANDES DA SILVA - (OAB PA28623-A)

ADVOGADO FABIO IGOR CORREA LOPES - (OAB PA22998-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 143

Processo 0800467-13.2022.8.14.0097

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO CLAUDIO SANTOS MATNI

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

Ordem 144

Processo 0011424-18.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

APELANTE MARIA DO CARMO NOBRE SOARES

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO MARIA DO CARMO NOBRE SOARES

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 145

Processo 0000782-11.2018.8.14.0034

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO DALVA MARIA DE LIMA ANDRADE

ADVOGADO CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA - (OAB PA16900-A)

Ordem 146

Processo 0863039-72.2022.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

POLO PASSIVO

APELADO MARIA DAS GRACAS SILVA LADEIRA

ADVOGADO WALMERISTON CORREA SILVA - (OAB PA30464-A)

ADVOGADO DANUSA SILVA LADEIRA - (OAB PA16018-A)

Ordem 147

Processo 0802333-81.2022.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCA MARIA LUCIA CAETANA DE OLIVEIRA

ADVOGADO PAULA MOREIRA DA SILVA - (OAB PA25514-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

Ordem 148

Processo 0800638-04.2020.8.14.0076

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DE LOURDES DA SILVA

ADVOGADO ABIELMA SOUZA LIMA MACHADO - (OAB PA28340-A)

POLO PASSIVO

APELADO BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - (OAB PE21678-A)

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

Ordem 149

Processo 0800136-79.2022.8.14.0081

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ELVINA BOAVENTURA MACHADO

ADVOGADO ABIELMA SOUZA LIMA MACHADO - (OAB PA28340-A)

POLO PASSIVO

APELADO BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 150

Processo 0800496-36.2021.8.14.0085

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIO ANDRADE DA SILVA

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

Ordem 151

Processo 0800043-43.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DEUZUITA DE MELO

ADVOGADO WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES - (OAB PA24039-A)

PROCURADORIA BANCO CELETEM

Ordem 152

Processo 0801974-57.2020.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DE NAZARE DA SILVA CABRAL

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

APELANTE VILMA DA SILVA CABRAL

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

APELANTE APARECIDA DA SILVA CABRAL

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

APELANTE CLESIO DA SILVA CABRAL

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

APELANTE VALDECI ALVES FERREIRA

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

APELANTE SEBASTIANA DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

REPRESENTANTE BANCO BMG S.A.

Ordem 153

Processo 0800309-59.2022.8.14.0031

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RAIMUNDA DA SILVA CRUZ

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 154

Processo 0803004-91.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE WLADIMIR ANTONIO SOARES DE MELO

ADVOGADO RODOLFO HANS GELLER - (OAB SC2362-S)

ADVOGADO JOSE RICARDO GELLER - (OAB PA7906-A)

ADVOGADO MIGUEL BORGHEZAN - (OAB PA2834-A)

APELANTE GLAYTON JEAN DA SILVA RODRIGUES

ADVOGADO RODOLFO HANS GELLER - (OAB SC2362-S)

ADVOGADO JOSE RICARDO GELLER - (OAB PA7906-A)

ADVOGADO MIGUEL BORGHEZAN - (OAB PA2834-A)

POLO PASSIVO

APELADO ADEILSON DE AQUINO MIRANDA

ADVOGADO DEGEORGE COLARES DE SIQUEIRA - (OAB PA15735-A)

APELADO ANTONIO JOAO CHAVES MIRANDA

ADVOGADO DEGEORGE COLARES DE SIQUEIRA - (OAB PA15735-A)

Ordem 155

Processo 0011870-84.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - (OAB MG96864-A)

ADVOGADO GIOVANNA MORILLO VIGIL DIAS COSTA - (OAB MG91567-A)

PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

POLO PASSIVO

APELADO MARIA LETICIA OLIVEIRA DE SOUZA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

Ordem 156

Processo 0002962-38.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ANA ANTONIA DA CONCEICAO

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 157

Processo 0807814-47.2021.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO GERINO PINHEIRO

ADVOGADO MAYCON MIGUEL ALVES - (OAB PA20859-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - (OAB MG96864-A)

ADVOGADO GIOVANNA MORILLO VIGIL DIAS COSTA - (OAB MG91567-A)

PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

Ordem 158

Processo 0800846-30.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BRASILINA DE SOUZA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 159

Processo 0800837-68.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE DOMINGAS DE SOUZA RODRIGUES

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.

PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Ordem 160

Processo 0800733-76.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ROSANGELA FIRMINO DE ARAUJO AGUIAR

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 161

Processo 0801185-86.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDA NONATA RODRIGUES

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO CETELEM S.A.

PROCURADORIA BANCO CELETEM

Ordem 162

Processo 0800743-17.2022.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Tarifas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDA DE ALMEIDA SANTOS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 163

Processo 0800847-15.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE ALDENOR PEREIRA BARBOSA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 164

Processo 0800505-95.2021.8.14.0085

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

POLO PASSIVO

APELADO DOMINGOS PIMENTEL COSTA

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

Ordem 165

Processo 0801134-12.2021.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE DOMINGOS SALES DA COSTA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

Ordem 166

Processo 0800514-57.2021.8.14.0085

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

POLO PASSIVO

APELADO DOMINGOS PIMENTEL COSTA

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

Ordem 167

Processo 0801686-05.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO RAMOS DA SILVA

ADVOGADO RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO - (OAB PA14745-A)

APELANTE BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

APELADO RAIMUNDO RAMOS DA SILVA

ADVOGADO RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO - (OAB PA14745-A)

Ordem 168

Processo 0801162-43.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE ADENIZIO DE ALMEIDA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO FICSA S/A.

Ordem 169

Processo 0801245-59.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE SEBASTIAO DOS SANTOS MARCAL

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 170

Processo 0800888-79.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RAIMUNDA DO NASCIMENTO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 171

Processo 0800887-94.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA RAIMUNDA DO NASCIMENTO

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 172

Processo 0800824-69.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE ALDENOR PEREIRA BARBOSA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 173

Processo 0800484-07.2022.8.14.0014

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA SANDRA SARMENTO DOS SANTOS

ADVOGADO RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO - (OAB PA14745-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DAYCOVAL S/A

ADVOGADO DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB MS6835-A)

PROCURADORIA BANCO DAYCOVAL S/A

Ordem 174

Processo 0801225-68.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE NUNES DA SILVA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

Ordem 175

Processo 0800827-24.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE ANTONIO MOURA GONCALVES

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BRADESCO AUTORE CIA DE SEGUROS DPVAT SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

PROCURADORIA BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS

Ordem 176

Processo 0802600-03.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE LIDICE BENEDITA BARROSO DOS SANTOS

ADVOGADO CARLA AMANDA DA FONSECA GOMES - (OAB PA17685-A)

POLO PASSIVO

APELADO UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

Ordem 177

Processo 0800281-31.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BENEDITO MARIANO DE MORAIS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

APELANTE BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

APELADO BENEDITO MARIANO DE MORAIS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

Ordem 178

Processo 0800772-52.2022.8.14.0014

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDA ROSILENE RUFINO DE OLIVEIRA

ADVOGADO RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO - (OAB PA14745-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - (OAB PE32766-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 179

Processo 0802576-72.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão / Resolução

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MAITE MAUES COELHO

ADVOGADO MAURICIO ALBUQUERQUE COELHO - (OAB PA15326-A)

APELANTE FRANCISCO ARMANDO DE JESUS FONSECA COELHO

ADVOGADO MAURICIO ALBUQUERQUE COELHO - (OAB PA15326-A)

APELANTE QUARTZO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

APELANTE SAFIRA ENGENHARIA LTDA - EPP

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

POLO PASSIVO

APELADO QUARTZO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

APELADO SAFIRA ENGENHARIA LTDA - EPP

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

APELADO MAITE MAUES COELHO

ADVOGADO MAURICIO ALBUQUERQUE COELHO - (OAB PA15326-A)

APELADO FRANCISCO ARMANDO DE JESUS FONSECA COELHO

ADVOGADO MAURICIO ALBUQUERQUE COELHO - (OAB PA15326-A)

Ordem 180

Processo 0800762-29.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE EUGENIA FRANCISCA LEITAO VIANA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA

Ordem 181

Processo 0805610-58.2021.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dever de Informação

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA MAIDA BARBOSA FONSECA

ADVOGADO RUBEN WALKER ALMEIDA COSTA - (OAB PA32787-A)

ADVOGADO HEITOR MOREIRA RODRIGUES - (OAB PA30373-A)

ADVOGADO JOICE SOUSA PINTO - (OAB PA30693-A)

POLO PASSIVO

APELADO JOSIEL DE SOUSA PEDROSO

ADVOGADO PATRYCK DELDUCK FEITOSA - (OAB PA15572-A)

ADVOGADO MARIO BEZERRA FEITOSA - (OAB PA10036-A)

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO RODRIGO SCOPEL - (OAB RS40004-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 182

Processo 0800019-81.2021.8.14.0030

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ERMITA DA COSTA CONCEICAO

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - (OAB MG109730-A)

ADVOGADO FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - (OAB MG108112-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 183

Processo 0800281-64.2021.8.14.0116

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CICERA ALVES DA SILVA

ADVOGADO GEORGE HIDASI FILHO - (OAB GO39612-A)

ADVOGADO LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES - (OAB TO4699-A)

ADVOGADO FRANCISCO FILHO BORGES COELHO - (OAB GO44653-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 184

Processo 0004119-77.2019.8.14.1875

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE PEDRO PIMENTEL NORONHA DA FONSECA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO RODRIGO SCOPEL - (OAB RS40004-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 185

Processo 0812275-56.2022.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO SOCORRO RODRIGUES VAZ

ADVOGADO THIAGO DOS REIS ROCHA - (OAB PA24910-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 186

Processo 0800280-46.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BENEDITO MARIANO DE MORAIS

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 187

Processo 0800178-24.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE RIBAMAR DA SILVEIRA BRITO

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

Ordem 188

Processo 0001321-68.2015.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Erro Médico

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA LTDA

ADVOGADO RODOLFO MEIRA ROESSING - (OAB PA12719-A)

POLO PASSIVO

APELADO MARIA RITA DOS SANTOS VILHENA

ADVOGADO LUANA CRISTINA MOCBEL BEDRAN - (OAB PA25748-A)

ADVOGADO ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE - (OAB PA13372-A)

ADVOGADO LUCIANO SILVA MONTEIRO - (OAB PA27467-A)

ADVOGADO ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

ADVOGADO IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS - (OAB PA20970-A)

Ordem 189

Processo 0011044-97.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Interpretação / Revisão de Contrato

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE YORK NEWS PET COMERCIO DE ARTIGOS DE ANIMAIS LTDA - ME

ADVOGADO MARCIA DE ARAUJO ASSUNCAO - (OAB PA10577-A)

POLO PASSIVO

APELADO COMPANHIA DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

ADVOGADO CLEUZA VIANA DA SILVA - (OAB SC2018700A)

ADVOGADO CAROLINA KANTEK GARCIA NAVARRO - (OAB PR33743-A)

ADVOGADO MARISSOL JESUS FILLA - (OAB PA17245-A)

Ordem 190

Processo 0812478-85.2021.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE R. R. DA SILVA COMERCIO LOCACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

ADVOGADO MARIA RAQUEL CARVALHO - (OAB PA23329-A)

POLO PASSIVO

APELADO CELESTA MINERACAO S.A

ADVOGADO GALENO NUNES FERREIRA - (OAB MT17115-A)

Ordem 191

Processo 0805004-29.2022.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CELESTA MINERACAO S.A

ADVOGADO GALENO NUNES FERREIRA - (OAB MT17115-A)

POLO PASSIVO

APELADO R. R. DA SILVA COMERCIO LOCACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

ADVOGADO MARIA RAQUEL CARVALHO - (OAB PA23329-A)

Ordem 192

Processo 0800173-02.2020.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MANOEL DA CONCEICAO PEREIRA DE SOUZA

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 193

Processo 0807850-24.2022.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ITAU UNIBANCO S.A.

ADVOGADO PAULO HENRIQUE FERREIRA - (OAB MA9945-A)

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PR19937-A)

POLO PASSIVO

APELADO JOSUEL LOPES COELHO

Ordem 194

Processo 0000726-96.2019.8.14.0048

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO

ADVOGADO EVA VIRGINIA MENDONCA DE ABREU - (OAB PA3757-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS - (OAB PA24859-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

Ordem 195

Processo 0000742-50.2019.8.14.0048

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO

ADVOGADO EVA VIRGINIA MENDONCA DE ABREU - (OAB PA3757-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS - (OAB PA24859-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

Ordem 196

Processo 0802668-41.2023.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Revisão

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE F. R. D. L. P.

ADVOGADO YAM LIRA MOREIRA - (OAB RN17416)

POLO PASSIVO

AGRAVADO Y. W. F. E F.

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 197

Processo 0002787-78.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA ALVES DA CONCEICAO DA SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

APELANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

APELADO MARIA ALVES DA CONCEICAO DA SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

Ordem 198

Processo 0801678-88.2021.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MIGUEL DOS SANTOS RAMOS

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

APELANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

APELADO MIGUEL DOS SANTOS RAMOS

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

Ordem 199

Processo 0006989-08.2017.8.14.0019

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIA LUCILENA DOS SANTOS DA SILVA

ADVOGADO JOSE ROBERTO MELLO PISMEL - (OAB PA6260-A)

POLO PASSIVO

APELADO B V FINANCEIRA S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MARIA VITORIA SILVA DE PAULA

Ordem 200

Processo 0096086-03.2015.8.14.0144

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CREUZA MARIA DE JESUS SANTOS

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 201

Processo 0076040-07.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CKBV FLORESTAL LTDA

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

ADVOGADO GUSTAVO NUNES PAMPLONA - (OAB PA16130-A)

ADVOGADO PATRICIA LIA ARAUJO DE MACEDO - (OAB PA24471-A)

POLO PASSIVO

APELADO CONDURU ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S LTDA

ADVOGADO DIOGO SEIXAS CONDURU - (OAB PA13542-A)

APELADO THAIS SERRUYA CONDURU

ADVOGADO DIOGO SEIXAS CONDURU - (OAB PA13542-A)

APELADO DIOGO SEIXAS CONDURU

ADVOGADO DIOGO SEIXAS CONDURU - (OAB PA13542-A)

Ordem 202

Processo 0800045-86.2020.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Ato / Negócio Jurídico

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO MARIA ALICE LOPES SOUSA

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Ordem 203

Processo 0005882-96.2017.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ILMARIO OLIVEIRA NOLETO

ADVOGADO JESSYCA SUZYANNY ANDRADE PACHECO - (OAB GO48262-A)

ADVOGADO DANIEL RODRIGUES DA SILVA - (OAB 19883-A)

APELANTE GEOVANA MORIEL SEGURADO DE SOUSA

ADVOGADO DANIEL RODRIGUES DA SILVA - (OAB 19883-A)

ADVOGADO JESSYCA SUZYANNY ANDRADE PACHECO - (OAB GO48262-A)

POLO PASSIVO

APELADO RESIDENCIAL CIDADE JARDIM MARABA LTDA - SPE

ADVOGADO ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB GO17394-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 204

Processo 0897715-46.2022.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO PAN S.A.

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PR19937-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

POLO PASSIVO

APELADO PAULA DOS SANTOS NASCIMENTO

ADVOGADO PAOLLA ROSSANA SALOMONE - (OAB RS81705-A)

Ordem 205

Processo 0801063-73.2022.8.14.0104

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE NUNES DA SILVA

ADVOGADO SANDRO ACASSIO CORREIA - (OAB TO6707-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

Ordem 206

Processo 0009622-82.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO CARMO NOBRE SOARES

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 207

Processo 0012655-80.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA JOSE DIAS SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 208

Processo 0011439-84.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO CARMO NOBRE SOARES

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA

ADVOGADO FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - (OAB MG76696-A)

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PB178033-A)

Ordem 209

Processo 0806127-98.2022.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA EVANIA DOURADO SILVA

ADVOGADO THAYNA LETICIA MAGGIONI - (OAB SC62188-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 210

Processo 0815195-63.2021.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

POLO PASSIVO

APELADO SILVIA THATIANE MEDEIROS CARDOSO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 211

Processo 0840853-26.2020.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Direito Autoral

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD

ADVOGADO KELY VILHENA DIB TAXI JACOB - (OAB PA18949-A)

ADVOGADO FELIPE JACOB CHAVES - (OAB PA13992-A)

POLO PASSIVO

APELADO VIAPARA HOTEIS E TURISMO LTDA

ADVOGADO ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR - (OAB PA9117-A)

ADVOGADO LEONARDO ABDELNOR XERFAN - (OAB PA32129-A)

Ordem 212

Processo 0800718-78.2021.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE DIOCILIA RODRIGUES DA CUNHA

ADVOGADO JULIANO BARCELOS HONORIO - (OAB PA13793-A)

APELANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

APELADO DIOCILIA RODRIGUES DA CUNHA

ADVOGADO JULIANO BARCELOS HONORIO - (OAB PA13793-A)

Ordem 213

Processo 0001710-29.2012.8.14.0015

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

ADVOGADO FABRICIO DOS REIS BRANDAO - (OAB PA11471-A)

ADVOGADO EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR - (OAB DF29190-A)

POLO PASSIVO

APELADO EDSON CARLOS CASSIMIRO JUNIOR

APELADO C M DE OLIVEIRA CASSIMIRO

APELADO CELLY MARIA DE OLIVEIRA CASSIMIRO

Ordem 214

Processo 0800143-75.2021.8.14.0091

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CARLOS OTAVIO MACIEL DE CRISTO

ADVOGADO JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA - (OAB PA13676-A)

POLO PASSIVO

APELADO BRUNO MARTINS ALCÂNTARA

ADVOGADO CAMILLE FONSECA SOUZA - (OAB PA26145-A)

ADVOGADO FERNANDO TOBIAS SANTOS GONCALVES - (OAB PA11482-A)

Ordem 215

Processo 0011682-91.2019.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA BISPO DA SILVA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

Ordem 216

Processo 0805020-78.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dissolução

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MESSIAS OLIVEIRA LOPES

ADVOGADO CAIO CESAR MARTINS FRAZAO - (OAB PA32329-A)

ADVOGADO CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA16998-A)

ADVOGADO ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE - (OAB PA13372-A)

ADVOGADO RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO - (OAB PA18275-A)

ADVOGADO NATALIA NAZARE LOPES LIMA - (OAB PA25259-A)

POLO PASSIVO

APELADO ELZILENE TAVARES LOPES

ADVOGADO FERNANDA CASTELO DE MENDONCA MENDES SILVA - (OAB PA18817-A)

Ordem 217

Processo 0804527-79.2020.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Revisão

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA NEUZA NOVAES SAMPAIO

ADVOGADO ELENIZE DAS MERCES MESQUITA - (OAB PA19110-A)

POLO PASSIVO

APELADO RAIMUNDO GOMES DE SOUZA

ADVOGADO NATALIA NAZARE LOPES LIMA - (OAB PA25259-A)

ADVOGADO GILSON ANDRE SILVA DA COSTA - (OAB PA21166-A)

ADVOGADO ISABELLA CASANOVA DE CARVALHO CORREA DE LIMA - (OAB PA23604-A)

ADVOGADO RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO - (OAB PA18275-A)

ADVOGADO CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA16998-A)

ADVOGADO FERNANDA DA COSTA SILVA CUNHA - (OAB PA23416-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 218

Processo 0848420-40.2022.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CILENE JOSE DOS SANTOS CORTINHAS

ADVOGADO LEILA RODRIGUES FERRAO - (OAB PA17721-A)

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188-A)

APELANTE ERNANI AUGUSTO DA SILVA CORTINHAS

ADVOGADO LEILA RODRIGUES FERRAO - (OAB PA17721-A)

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188-A)

APELANTE MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO THEO SALES REDIG - (OAB PA14810-A)

APELANTE RIO ISAR EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO THEO SALES REDIG - (OAB PA14810-A)

APELANTE SBC SISTEMA BRASILEIRO DE CONSTRUCAO LTDA

ADVOGADO MARCEL NOGUEIRA MANTILHA - (OAB SP224973-A)

POLO PASSIVO

APELADO RIO ISAR EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO THEO SALES REDIG - (OAB PA14810-A)

APELADO MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO THEO SALES REDIG - (OAB PA14810-A)

APELADO SBC SISTEMA BRASILEIRO DE CONSTRUCAO LTDA

ADVOGADO MARCEL NOGUEIRA MANTILHA - (OAB SP224973-A)

APELADO CILENE JOSE DOS SANTOS CORTINHAS

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188-A)

ADVOGADO LEILA RODRIGUES FERRAO - (OAB PA17721-A)

APELADO ERNANI AUGUSTO DA SILVA CORTINHAS

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188-A)

ADVOGADO LEILA RODRIGUES FERRAO - (OAB PA17721-A)

Ordem 219

Processo 0803595-59.2019.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alimentos

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE CARLOS JUNIOR RAMOS DE JESUS

POLO PASSIVO

APELADO RAABE DE CARVALHO BARROS MATTEI

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 220

Processo 0008593-85.2013.8.14.0005

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão / Resolução

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE UNIMED OESTE DO PARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO GERALDO MARIA ALBUQUERQUE SIROTHEAU - (OAB PA4478-A)

ADVOGADO LAUDELINO HORACIO DA SILVA FILHO - (OAB PA17600-A)

ADVOGADO CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG - (OAB DF14005)

ADVOGADO FELIPE TEIXEIRA VIEIRA - (OAB DF31718-A)

POLO PASSIVO

APELADO MARIA DA CONCEICAO LOPES

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

ADVOGADO SERGIO LUIS PERES VIDIGAL JUNIOR - (OAB PA13318-A)

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA10373-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

APELADO CARLOS ALBERTO SARMENTO GEMAQUE

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

ADVOGADO SERGIO LUIS PERES VIDIGAL JUNIOR - (OAB PA13318-A)

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA10373-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

APELADO MARIA LUCIA GIESTAS GEMAQUE

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

ADVOGADO SERGIO LUIS PERES VIDIGAL JUNIOR - (OAB PA13318-A)

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA10373-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

APELADO KLEBIA COELHO AMOEDO

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

ADVOGADO SERGIO LUIS PERES VIDIGAL JUNIOR - (OAB PA13318-A)

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA10373-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

APELADO ATSUO NAKANISHI

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

ADVOGADO SERGIO LUIS PERES VIDIGAL JUNIOR - (OAB PA13318-A)

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA10373-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

APELADO CAIO CESAR GIESTAS GEMAQUE

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

APELADO CASSIO AUGUSTO GIESTAS GEMAQUE

ADVOGADO IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR - (OAB PA20193-A)

ADVOGADO JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO - (OAB PA11418-A)

Ordem 221

Processo 0002782-21.2018.8.14.0054

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO LUCAS SOUZA BRITO

ADVOGADO LEONARDO BARROS POUBEL - (OAB MA9957-A)

Ordem 222

Processo 0800541-66.2021.8.14.0044

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE M. D. G. C. B.

ADVOGADO OSVANDO MARTINS DE ANDRADE NETO - (OAB PA31678-A)

POLO PASSIVO

APELADO ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.

ADVOGADO MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO - (OAB BA16021-A)

Ordem 223

Processo 0800539-96.2021.8.14.0044

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DAS GRACAS CUNHA BRITO

ADVOGADO OSVANDO MARTINS DE ANDRADE NETO - (OAB PA31678-A)

POLO PASSIVO

APELADO BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Ordem 224

Processo 0800149-38.2021.8.14.0041

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

PROCURADORIA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

POLO PASSIVO

APELADO J. D. S. M.

ADVOGADO OSVANDO MARTINS DE ANDRADE NETO - (OAB PA31678-A)

Ordem 225

Processo 0005211-27.2018.8.14.1875

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE ADDA ANTONIETA DA FONSECA

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

APELANTE BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.

ADVOGADO ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - (OAB SP98628-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.

ADVOGADO ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - (OAB SP98628-A)

APELADO ADDA ANTONIETA DA FONSECA

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

Ordem 226

Processo 0802212-98.2022.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE JOAO TORRES DA SILVA

ADVOGADO HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB CE17314-A)

Ordem 227

Processo 0800882-09.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE FLAVIO LOPES BORGES

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ASSOCIACAO DAS POPULACOES ORGANIZADAS VITIMAS DAS OBRAS NO RIO TOCANTINS E ADJACENCIAS - APOVO

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 228

Processo 0800342-49.2022.8.14.0031

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE FIRMINO DA ASSUNCAO CARNEIRO

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 229

Processo 0800329-02.2022.8.14.0144

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BMG SA

ADVOGADO FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - (OAB PE32766-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

POLO PASSIVO

APELADO EVANILDO JOSE DA SILVA

ADVOGADO RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO - (OAB PA14745-A)

Ordem 230

Processo 0010407-88.2017.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Fornecimento de Energia Elétrica

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE MARIA HELENA DOS REIS BRANDAO

ADVOGADO FABRICIO DOS REIS BRANDAO - (OAB PA11471-A)

POLO PASSIVO

APELADO EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Ordem 231

Processo 0801556-22.2020.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO BMG SA

ADVOGADO FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - (OAB MG109730-A)

ADVOGADO FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - (OAB MG108112-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCO DO CARMO SOUZA

ADVOGADO OTAVIO SOCORRO ALVES SANTA ROSA - (OAB PA26338-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 232

Processo 0005866-96.2018.8.14.1875

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE I. S. B. D. L.

ADVOGADO ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA22273-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

Ordem 233

Processo 0104773-80.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS

ADVOGADO MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS - (OAB PA4534-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA - (OAB PA11274-A)

PROCURADORIA BANCO DA AMAZÔNIA S.A

Ordem 234

Processo 0011537-60.2004.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE SOCILAR CREDITO IMOBILIARIO SA EM LIQUIDACAO

ADVOGADO NELSON RIBEIRO DE MAGALHAES E SOUZA - (OAB PA3560-A)

POLO PASSIVO

APELADO CONCEICAO DE MARIA FARIAS ARANHA SOLINO

ADVOGADO ANTONIO VILLAR PANTOJA - (OAB PA1049-A)

Ordem 235

Processo 0049357-64.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE GUAMA ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO PAULO BOSCO MILEO GOMES VILAR - (OAB PA9348-A)

POLO PASSIVO

APELADO DANIELLY NOBRE CONCEICAO

ADVOGADO THIEGO FERREIRA DA SILVA - (OAB PA16908-A)

Ordem 236

Processo 0116440-09.2015.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Fundação de Direito Privado

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO RENATA MENDONCA DE MORAES - (OAB PA24943-A)

ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO ELAINE ALMEIDA DE SALES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 237

Processo 0800911-16.2021.8.14.0086

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE ANA CLIVIA DE SOUSA BATISTA

ADVOGADO CAROLINA ROCHA BOTTI - (OAB MG188856-A)

POLO PASSIVO

APELADO RECOVERY DO BRASIL CONSULTORIA S.A

ADVOGADO LUCAS LAMBERTI CIRELLO - (OAB SP362289-A)

Ordem 238

Processo 0800736-65.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE RONALDO ROSA DAS MERCES

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

APELANTE SONIA MARIA CARVALHO CORREA

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 239

Processo 0800825-88.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE MARENILSON DA SILVA RAMOS

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

APELANTE RONILDE MENDES DIAS

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 240

Processo 0800747-94.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE SIMONE GARCIA BARBOSA

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

APELANTE ANTONILDO BARBOSA ROSA

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 241

Processo 0800866-55.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE RAPHAELA SILVA DA SILVA

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

APELANTE MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS BRITO

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 242

Processo 0800768-70.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE DENISE MAYARA SILVA DE ANDRADE

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

APELANTE MARIO JORGE CALDAS RAMOS

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 243

Processo 0800905-32.2020.8.14.0025

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE NEIDE COMPESTINA ALVES DOS REIS

ADVOGADO FABIO CARVALHO SILVA - (OAB PA22135-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Ordem 244

Processo 0802257-16.2021.8.14.0049

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Exoneração

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE DOMAR DA SILVA NEVES

ADVOGADO FRANCISCO JOSE DA ROCHA - (OAB PA21807-A)

POLO PASSIVO

APELADO ALAÍZE NEVES DA SILVA

ADVOGADO TAYLA ANTUNES ABREU - (OAB PA28195-A)

Ordem 245

Processo 0004823-93.2017.8.14.0086

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Fornecimento de Energia Elétrica

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

ADVOGADO ALINE SILVA DE ALMEIDA GALUCIO - (OAB PA27529-A)

ADVOGADO ALINE CARLA PEREIRA RODRIGUES - (OAB PA24274-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO IZABEL CORREA DE AMOEDO FILHA

ADVOGADO MARCIO JOSE GOMES DE SOUSA - (OAB PA10516-A)

Ordem 246

Processo 0005586-80.2013.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Fundação de Direito Privado

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE CARLOS ALBERTO BARROS DE LIMA

ADVOGADO JOSE CARLOS FERNANDES FILHO - (OAB PA12369-A)

POLO PASSIVO

APELADO UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO LUCAS SOUZA CHAVES - (OAB PA26498-A)

Ordem 247

Processo 0800113-12.2023.8.14.0401

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Casamento

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE ANTELMA SIQUEIRA NORONHA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MANOEL MARIA DE CARVALHO ELESBAO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

Ordem 248

Processo 0006054-39.2016.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO ROBERTO CARLOS MAIA DE SOUZA

ADVOGADO ELDELY DA SILVA HUBNER - (OAB PA5201-A)

Ordem 249

Processo 0006477-70.2013.8.14.0017

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Fixação

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE A. D. S. S.

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO V. S. S.

APELADO ANDRESSA SOUSA OLIVEIRA

ADVOGADO FABIANO WANDERLEY DIAS BARROS - (OAB PA12052-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 250

Processo 0007326-92.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE MMDJESUS CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - EPP

ADVOGADO PRISCILA ALVES CAMPBELL DE JESUS - (OAB PA17407-A)

POLO PASSIVO

APELADO RECOMA CONSTRUCOES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

ADVOGADO ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS - (OAB SP82329-A)

ADVOGADO RICARDO BRITO COSTA - (OAB SP173508-A)

Ordem 251

Processo 0000464-55.2011.8.14.0072

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO NETO - (OAB PA12816-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO CARLA JULIANA MENDONCA DE ARAUJO - (OAB PA33705-A)

ADVOGADO CAMILA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS - (OAB PA13377-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO ARMANDO ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO ALTAIR KUHN - (OAB PA9488-A)

Ordem 252

Processo 0800345-08.2019.8.14.0096

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIA ILMA ARAUJO MENDONCA

ADVOGADO ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

Ordem 253

Processo 0016297-05.2017.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB GO17394-A)

POLO PASSIVO

APELADO MARCOS BARBOSA CUNHA

APELADO ELIANE BRITO SIMIAO CUNHA

Ordem 254

Processo 0005987-53.2017.8.14.0067

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO MICHEL FERRO E SILVA - (OAB PA7961-A)

ADVOGADO PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO - (OAB PA14665-A)

ADVOGADO RAFAELA MENDES CERQUEIRA - (OAB PA22567-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO DULCIRENE LOPES

ADVOGADO RODMAN MARCIO CORREA DOS SANTOS - (OAB PA21607-A)

Ordem 255

Processo 0000166-16.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE REMILSON AFONSO MARTINS

ADVOGADO THIAGO COSTA LOPES - (OAB PA11540-A)

APELANTE VIRGINIA SILVA ARAUJO

ADVOGADO THIAGO COSTA LOPES - (OAB PA11540-A)

APELANTE RAJ DOCA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

ADVOGADO THIAGO COSTA LOPES - (OAB PA11540-A)

ADVOGADO EDUARDO JOSE DE FREITAS MOREIRA - (OAB PA7449-A)

POLO PASSIVO

APELADO MATISSE PARTICIPAÇÕES S/A

ADVOGADO TADEU ALVES SENA GOMES - (OAB BA23725-A)

APELADO BOULEVARD SHOPPING BELEM SA

ADVOGADO TADEU ALVES SENA GOMES - (OAB BA23725-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MARCELO VALERIO VALENTE DOS SANTOS

Ordem 256

Processo 0044295-53.2008.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE JOANA DARC DOS SANTOS NASCIMENTO

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO HERVANILSE MARIA FREITAS DOS SANTOS - (OAB PA9325-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 257

Processo 0808037-25.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO LUCIMARY GALVAO LEONARDO - (OAB MA6100-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO SERGIO PINHEIRO MAXIMO DE SOUZA - (OAB RJ135753-A)

Ordem 258

Processo 0808470-37.2018.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCO GOMES DE ARAUJO

ADVOGADO RENATO FERREIRA DE BARROS NETO - (OAB PA24141-A)

ADVOGADO VANIA CRISTINA WENTZ - (OAB PA18774-A)

POLO PASSIVO

APELADO EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO - (OAB PA14665-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Ordem 259

Processo 0802398-92.2022.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO SAFRA S A

ADVOGADO LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL SOARES - (OAB PE26571-A)

PROCURADORIA BANCO SAFRA S/A

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCA EVONE SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO MARIO BEZERRA FEITOSA - (OAB PA10036-A)

ADVOGADO PATRYCK DELDUCK FEITOSA - (OAB PA15572-A)

Ordem 260

Processo 0005752-29.2018.8.14.0107

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE JOSE RIBAMAR PEREIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 261

Processo 0800858-78.2021.8.14.0007

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE OSSILON DA CONCEICAO MENDES

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

APELANTE MARIA DO ESPIRITO SANTO SANCHES PRESTES

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO - (OAB PA6557-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 262

Processo 0011224-21.2012.8.14.0301

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE NORTE GERADORES IMP EXP E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA

ADVOGADO MARIA CLAUDIA BENTES ALBUQUERQUE - (OAB PA13313-A)

ADVOGADO SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR - (OAB PA15837-A)

ADVOGADO TANIA CRISTINA FREITAS DE OLIVEIRA LABAD - (OAB PA15638-A)

ADVOGADO OBERLANDER BARBOSA DE CASTRO JUNIOR - (OAB PA980-A)

ADVOGADO THIAGO CORDEIRO GABY - (OAB PA20066-A)

ADVOGADO ALBINO DE MELO MACHADO - (OAB PA28004-A)

POLO PASSIVO

APELADO TRANSUL SERVICOS, LOCACAO E TRANSPORTE LTDA

ADVOGADO RICARDO ADRIANO MACIEIRA SAMPAIO - (OAB MA11957)

ADVOGADO NAGIP QUEIROZ MOREIRA LIMA NETO - (OAB MA8058-A)

ADVOGADO MIZZI GOMES GEDEON - (OAB MA14371-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 263

Processo 0018431-66.2015.8.14.0301

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE ARTEMIO DE OLIVEIRA LEAO

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA - (OAB PA5555-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DA AMAZONIA - BASA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

APELADO CAIXA DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZONIA SA CAPAF

ADVOGADO RODOLFO MEIRA ROESSING - (OAB PA12719-A)

Ordem 264

Processo 0000529-90.2007.8.14.0104

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO DIOGO DE TARSSO DA SILVA OLIVEIRA - (OAB MS20376)

ADVOGADO ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA - (OAB PA17515-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCO SOARES DA SILVA

ADVOGADO ALBERTO DORICE - (OAB PA13098-A)

ADVOGADO MAURICIO DE ALENCAR BATISTELLA - (OAB PA13886-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 265

Processo 0800924-50.2019.8.14.0097

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE ITAU UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO VITORINO RIBEIRO DO AMARAL

ADVOGADO KLEBER MIGUEL MATTEIS GADELHA - (OAB PA26673-E)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DE BENEVIDES

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 266

Processo 0008621-72.2012.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE GAFISA SPE-51 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

ADVOGADO DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - (OAB SP214918-A)

ADVOGADO FABRICIO GOMES CRISTINO - (OAB PA19809-A)

POLO PASSIVO

APELADO GILSELENA DE ALBUQUERQUE ELLERY FROTA

ADVOGADO CLEITON RODRIGO NICOLETTI - (OAB PA17248-A)

APELADO OSMAR NELSON ELLERY FROTA

ADVOGADO CLEITON RODRIGO NICOLETTI - (OAB PA17248-A)

Ordem 267

Processo 0000112-41.1999.8.14.0065

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE GRANERO TRANSPORTES LTDA

ADVOGADO CAMILLA BARBOSA FIGUEIREDO - (OAB PA18902-A)

ADVOGADO MARCELO ARAUJO SANTOS - (OAB PA8553-A)

ADVOGADO ALEXANDRA PINA - (OAB SP284382)

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

POLO PASSIVO

APELADO VANESSA JANAINA BRITO LEMOS

ADVOGADO GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA - (OAB PA17765-A)

APELADO CARMEN LUCIA BRITO LEMOS

ADVOGADO GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA - (OAB PA17765-A)

APELADO ALINE GRACIELLA BRITO LEMOS

ADVOGADO GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA - (OAB PA17765-A)

APELADO MILENA EDITH BRITO LEMOS

ADVOGADO GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA - (OAB PA17765-A)

APELADO ELOA DAIANA BRITO LEMOS

ADVOGADO GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA - (OAB PA17765-A)

Ordem 268

Processo 0000031-58.2009.8.14.0060

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Condomínio

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE KARL BERNHARD REICH

ADVOGADO PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS PINTO - (OAB PA29376-A)

ADVOGADO JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

ADVOGADO MANOEL FRANCISCO PASCOAL JUNIOR - (OAB PA10778-A)

ADVOGADO BENEDITO CARDOSO SILVEIRA JUNIOR - (OAB PR0686400A)

APELANTE DULCINEIA DE OLIVEIRA REICH

ADVOGADO PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS PINTO - (OAB PA29376-A)

ADVOGADO JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

ADVOGADO MANOEL FRANCISCO PASCOAL JUNIOR - (OAB PA10778-A)

ADVOGADO BENEDITO CARDOSO SILVEIRA JUNIOR - (OAB PR0686400A)

POLO PASSIVO

APELADO RUDOLF REICH

ADVOGADO MHARSEL VINICCIUS DE ALMEIDA E SILVA - (OAB PR53241)

ADVOGADO EDMILSON MARQUES - (OAB PR6733900A)

ADVOGADO CESAR AUGUSTO DE MELLO E SILVA - (OAB PR1279900A)

ADVOGADO VALERIA DARE - (OAB PR6864600S)

ADVOGADO JORDANO FALSONI - (OAB PA13356-A)

APELADO MADALENA REICH

ADVOGADO VALERIA DARE - (OAB PR6864600S)

ADVOGADO JORDANO FALSONI - (OAB PA13356-A)

APELADO ADRIAN NIKLAUS REICH

ADVOGADO MARCELO ISAKSON NOGUEIRA - (OAB PA19411-B)

ADVOGADO VALERIA DARE - (OAB PR6864600S)

ADVOGADO JORDANO FALSONI - (OAB PA13356-A)

APELADO VERENA REICH

ADVOGADO GILBERTO DE OLIVEIRA MENDES - (OAB PA6830-A)

ADVOGADO VALERIA DARE - (OAB PR6864600S)

ADVOGADO JORDANO FALSONI - (OAB PA13356-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 269

Processo 0806431-42.2017.8.14.0006

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO RAFAEL SGANZERLA DURAND - (OAB SP211648-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

POLO PASSIVO

APELADO HM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP

ADVOGADO VLADIA BRASIL COSTA - (OAB PA18812-A)

APELADO HENRY MAURO NASCIMENTO DE MIRANDA

ADVOGADO VLADIA BRASIL COSTA - (OAB PA18812-A)

APELADO ANDREA CRISTINA GONCALVES CABRAL DE MIRANDA

Ordem 270

Processo 0075782-94.2015.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE GUNDEL INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA - (OAB PA5586-A)

ADVOGADO FABIO RIVELLI - (OAB SP297608-A)

ADVOGADO ISIS KRISHINA REZENDE SADECK - (OAB PA9296-A)

APELANTE CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM - (OAB PA5082-A)

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ADVOGADO JOAO PAULO PANTOJA CONCEICAO - (OAB PA32789-A)

APELANTE PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES

ADVOGADO LUCAS NUNES CHAMA - (OAB PA16956-A)

ADVOGADO FABIO RIVELLI - (OAB SP297608-A)

POLO PASSIVO

APELADO HELENA ANDRADE ZEFERINO BRIGIDO

ADVOGADO RODOLFO MEIRA ROESSING - (OAB PA12719-A)

ADVOGADO RITA DE CASSIA ATHAYDE DE OLIVEIRA - (OAB PA21036-A)

ADVOGADO EVERALDO MQRQUES DE OLIVEIRA NETO - (OAB PA24544-A)

Ordem 271

Processo 0807480-50.2019.8.14.0006

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO FERNANDO LUZ PEREIRA - (OAB SP147020-A)

ADVOGADO MOISES BATISTA DE SOUZA - (OAB SP149225-A)

ADVOGADO EDNEY MARTINS GUILHERME - (OAB PA15187-A)

POLO PASSIVO

APELADO ANA NILDA DOS SANTOS PEREIRA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 272

Processo 0041951-89.2014.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Promessa de Compra e Venda

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE CONSTRUTORA VILLAGE EIRELI

ADVOGADO CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

ADVOGADO LUIZ FERNANDO MAUES OLIVEIRA - (OAB PA14802-A)

POLO PASSIVO

APELADO VALDENIRA DE JESUS OLIVEIRA KATO

ADVOGADO RUTH HELENA ARBAGE DE MELLO - (OAB PA18110-A)

ADVOGADO EURICO DA CRUZ MORAES JUNIOR - (OAB PA15173-A)

APELADO ALBERTO MITSUYUKI DE BRITO KATO

ADVOGADO RUTH HELENA ARBAGE DE MELLO - (OAB PA18110-A)

ADVOGADO EURICO DA CRUZ MORAES JUNIOR - (OAB PA15173-A)

Ordem 273

Processo 0800084-30.2020.8.14.0089

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alimentos

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE EDILBERTO SANTOS DE OLIVEIRA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO CRISTIAN DO ESPIRITO SANTO DE OLIVEIRA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO CRISTIANE DO SOCORRO DO ESPIRITO SANTO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

Ordem 274

Processo 0039551-97.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Fixação

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE JOAO DA SILVA SIQUEIRA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JOSE LOURENCO DA COSTA SIQUEIRA

ADVOGADO VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA - (OAB PA17308-A)

ADVOGADO DILERMANDO OLIVEIRA FILHO - (OAB PA6601-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 275

Processo 0079858-64.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Despejo por Denúncia Vazia

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE M3 CONCRETO EMPREENDIMENTOS LTDA.

ADVOGADO LUIS ANTONIO GOMES DE SOUZA MONTEIRO DE BRITO - (OAB PA19905-A)

ADVOGADO JOAO FELIPE FREIRE BARBOSA - (OAB PA26015-A)

ADVOGADO CARLOS VALERIO DOS SANTOS NETO - (OAB PA9554-A)

ADVOGADO CLARA FRANCIELE CECHINEL DE OLIVEIRA SCHMITT - (OAB RS106844-A)

POLO PASSIVO

APELADO TELMA REIS SGANZERLA

ADVOGADO DANIEL MEDEIROS DO LAGO FONTOURA - (OAB PA17013-A)

ADVOGADO CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

ADVOGADO ARMANDO GRELO CABRAL - (OAB PA4869-A)

ADVOGADO ELLEN LARISSA ALVES MARTINS - (OAB PA15007-A)

ADVOGADO AMANDA CABRAL FIDALGO - (OAB PA28158-A)

Ordem 276

Processo 0008837-43.2016.8.14.0026

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Direito de Imagem

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE ALLIANZ SEGUROS S/A

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

POLO PASSIVO

APELADO LAURO ROCHA

ADVOGADO PAULA CRISTINA SANTOS OLIVEIRA - (OAB PA13945-A)

ADVOGADO VINICIUS VEIGA DE SOUZA - (OAB PA17195-A)

Ordem 277

Processo 0863577-24.2020.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE LUCIANO DAMASCENO GUIMARAES

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANCO RCI BRASIL S.A

ADVOGADO MARISSOL JESUS FILLA - (OAB PA17245-A)

Ordem 278

Processo 0074889-74.2013.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Promessa de Compra e Venda

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE STATUS CONSTRUCOES LTDA

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

POLO PASSIVO

APELADO WANESSA DA SILVA MONTEIRO

ADVOGADO JEAN CARLOS DIAS - (OAB PA6801-A)

Ordem 279

Processo 0805685-38.2018.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE ORGBRISTOL ORGANIZACOES BRISTOL LTDA

ADVOGADO FRANCISCO AUGUSTO DE CARVALHO - (OAB MG56345-A)

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIELL PESSONI MARTINS

ADVOGADO ROMULO OLIVEIRA DA SILVA - (OAB PA10801-A)

APELADO TIANA MARQUES DE ALMEIDA PESSONI

ADVOGADO ROMULO OLIVEIRA DA SILVA - (OAB PA10801-A)

Ordem 280

Processo 0011858-78.2016.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE JOSE DO CARMO SAMPAIO MARTHA

ADVOGADO JOSE DO CARMO SAMPAIO MARTHA - (OAB PA2248-A)

POLO PASSIVO

APELADO HERMES GUILHERME DE SOUSA FILHO

ADVOGADO FRANCISCO VAGNER RODRIGUES MONTEIRO - (OAB PA21422-A)

OUTROS INTERESSADOS

ASSISTENTE JOSE DO CARMO SAMPAIO MARTHA

Ordem 281

Processo 0060509-46.2013.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE JAIR DE OLIVEIRA BENTES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO MARCOS EDSON BRASIL NETO - (OAB PA14235-A)

ADVOGADO FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - (OAB MG76696-A)

Ordem 282

Processo 0051392-70.2009.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE ESTRELA DOS SANTOS SABA FONSECA

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

APELANTE BRUNO LEAL FONSECA

ADVOGADO ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS - (OAB PA6803-A)

POLO PASSIVO

APELADO RIVALINA MARQUES JENNINGS DE MORAES

ADVOGADO CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO - (OAB PA7851-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO YURI LEAL FONSECA

TERCEIRO INTERESSADO KAIO LEAL FONSECA

Ordem 283

Processo 0016671-55.2016.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB GO17394-A)

POLO PASSIVO

APELADO JOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA

ADVOGADO AUZENI PEREIRA DA SILVA - (OAB PA22056-A)

APELADO ELIZABETE VIEIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO NAARA TEIXEIRA DOS SANTOS OLIVEIRA - (OAB PA24070-A)

ADVOGADO AUZENI PEREIRA DA SILVA - (OAB PA22056-A)

Ordem 284

Processo 0875251-67.2018.8.14.0301

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DAS GRACAS DE SIQUEIRA MENDES VIANNA

ADVOGADO FRANCISCO SYLVIO ALVES VIANNA - (OAB PA3906-A)

ADVOGADO OR LEH ANNA DE SIQUEIRA MENDES VIANA - (OAB PA22982-A)

POLO PASSIVO

APELADO UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO LUCCA DARWICH MENDES - (OAB PA22040-A)

ADVOGADO ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA - (OAB PA14946-A)

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL (PJE) DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, DO ANO DE 2023:

Faço público a quem interessar possa que, para a 77ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL - PJE da Egrégia Seção de Direito Penal, a iniciar-se no dia 05 de dezembro de 2023, às 14:00h, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos, ficando facultado ao membro do Ministério Público, ao(à) Defensor(a) Público(a) e ao(à) advogado(a) habilitado(a) nos autos realizar **sustentação oral**, devendo encaminhar eletronicamente **arquivo digital previamente gravado**, observado o procedimento disposto no art. 2º da Resolução nº 22, de 30/11/2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 1º/12/2022, que acrescentou o art 4º-A à Resolução nº 21, de 05/12/2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará:

Ordem: 001

Processo: 0815264-57.2023.8.14.0000

Classe Judicial: CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELÉM

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Ordem: 002

Processo: 0800580-75.2021.8.14.0040

Classe Judicial: CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Ordem: 003

Processo: 0815471-56.2023.8.14.0000

Classe Judicial: CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE MARABÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Ordem: 004

Processo: 0810205-88.2023.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: MEDICILÂNDIA

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: R. V. M.

ADVOGADO: GIANCARLO ALVES TEODORO - (OAB PA19648-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Ordem: 005

Processo: 0807160-76.2023.8.14.0000

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: SANTANA DO ARAGUAIA

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: EDERVANDRO RIBEIRO DE MATOS

ADVOGADO: VITOR DA SILVA FERREIRA - (OAB PA32776-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Ordem: 006

Processo: 0810216-20.2023.8.14.0000

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: BELÉM (6ª Vara Criminal)

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: JOSINALDO SILVA GEMAGUE

ADVOGADO: FRANCISCO DAS CHAGAS CARDOSO DA COSTA - (OAB PA25277-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Ordem: 007

Processo: 0803616-80.2023.8.14.0000

Classe Judicial: DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO

Comarca de origem: PARAUAPEBAS (Vara Criminal)

Relator(a): Desembargador **PEDRO PINHEIRO SOTERO**

REQUERENTE: DIÓGENES DOS SANTOS SAMARITANO

ADVOGADO: MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JÚNIOR - (OAB PA18605-A)

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: WILMA LEMOS SOUSA E SILVA

ADVOGADO: RICARDO MOURA - (OAB PA17997-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA (Juízo de Direito da Comarca de Belém)

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Ordem: 008

Processo: 0806922-57.2023.8.14.0000

Classe Judicial: CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator(a): Juiz Convocado **SÉRGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO ? PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Belém(PA), 24 de novembro de 2023.

MARIA DE NAZARÉ CARVALHO FRANCO

Secretária da Seção de Direito Penal

TURMAS DE DIREITO PENAL

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ

ATA/RESENHA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL

8ª Sessão Ordinária - 3ª Turma de Direito Penal, realizada em 09 de novembro de 2023, em formato presencial, sob a Presidência do Exmo. Desembargador PEDRO PINHEIRO SOTERO. Presentes também a Exma. Desembargadora Eva do Amaral Coelho e o Juiz Convocado Sérgio Augusto de Andrade Lima. Ausência justificada do Exmo. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior. Presente ainda, a Exma. Procuradora de Justiça Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento. Sessão iniciada às 09h10min. Aprovada a Ata/Resenha da Sessão anterior:

1 - PROCESSO: 0800327-77.2022.8.14.0032 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO ESTRITO - Feito adiado na 7ª Sessão de Julgamento de 2023
RECORRENTE: CARLOS ORLANDO SILVA DOS SANTOS
REPRESENTANTE(S): CARIM JORGE MELEM NETO (OAB/PA 13789-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
PRESIDENTE: DES.PEDRO PINHEIRO SOTERO
Turma Julgadora: Desembargadores Eva do Amaral Coelho, Pedro Pinheiro Sotero e o Juiz Convocado Sérgio Augusto de Andrade Lima.
Decisão: A Egrégia 3ª Turma de Direito Penal, à unanimidade, conhece do recurso e nega-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora.

2 - PROCESSO: 0016070-25.2014.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL - Feito retirado de pauta da 26ª Sessão de Julgamento de Plenário Virtual de 2023
APELANTE: JOHNNY MENDES GONCALVES
APELANTE: MARCELO DA SILVA MAGALHAES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: PAULA IOLANDA PAVAO BARBOSA
REPRESENTANTE(S): HELENA MARIA SILVA CARNEIRO (OAB/PA 2639-A), RAMON WILLIAN SILVA CARNEIRO BARATA (OAB/PA 23065-A)
APELANTE: GLAUCIANE GOMES DOS SANTOS
REPRESENTANTE(S): CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO (OAB/PA 006907)
APELANTE: SERGIO MURILO BATISTA JUNIOR
REPRESENTANTE(S): PAULO ANDERSON DIAS BOUCAO (OAB/PA 25729-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
SUSTENTAÇÃO ORAL: ADVA. HELENA MARIA SILVA CARNEIRO (OAB/PA 2639-A)
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
PRESIDENTE: DES.PEDRO PINHEIRO SOTERO
Turma Julgadora: Desembargadores Eva do Amaral Coelho, Pedro Pinheiro Sotero e o Juiz Convocado Sérgio Augusto de Andrade Lima.
Decisão: A Egrégia 3ª Turma de Direito Penal, à unanimidade, conhece do recurso e dá-lhe parcial provimento, nos termos do voto da eminente relatora.

3 - PROCESSO: 0004304-47.2018.8.14.0066 - APELAÇÃO CRIMINAL - Feito retirado de pauta da 26ª Sessão de Julgamento de Plenário Virtual de 2023
APELANTE: EDMILSON SANTOS NEVES
REPRESENTANTE(S): GILBERTO CARLOS DE MORAIS (OAB/GO 25598), NAYARA RODRIGUES DE

AMORIM (OAB/GO 43476)
APELANTE: JOSE SILVA FREIRE DE LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
SUSTENTAÇÃO ORAL: ADV. GILBERTO CARLOS DE MORAIS (OAB/GO 25598)
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
PRESIDENTE: DES.PEDRO PINHEIRO SOTERO
Turma Julgadora: Desembargadores Eva do Amaral Coelho, Pedro Pinheiro Sotero e o Juiz Convocado Sérgio Augusto de Andrade Lima.
Decisão: A Egrégia 3ª Turma de Direito Penal, à unanimidade, rejeitada a preliminar arguida, conhece do recurso e nega-lhe provimento, nos termos da voto da eminente relatora.

4 - PROCESSO: 0001601-31.2020.8.14.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL - Feito retirado de pauta da 5ª Sessão de Julgamento de 2023
APELANTE: SIDNEY MOTA ARAUJO
REPRESENTANTE(S): RINALDO RIBEIRO MORAES (OAB/PA 26330-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
SUSTENTAÇÃO ORAL: ADV. RINALDO RIBEIRO MORAES (OAB/PA 26330-A)
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
PRESIDENTE: DES.PEDRO PINHEIRO SOTERO
Turma Julgadora: Desembargadores Eva do Amaral Coelho, Pedro Pinheiro Sotero e o Juiz Convocado Sérgio Augusto de Andrade Lima.
Decisão: A Egrégia 3ª Turma de Direito Penal, à unanimidade, conhece do recurso e nega-lhe provimento, nos termos do voto da eminente relatora.

E como nada mais houve, foi encerrada a Sessão às 11h104min, sendo lavrado por mim, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª de Turma Direito Penal, a presente Ata.
Desembargador PEDRO PINHEIRO SOTERO, Presidente.

ATA/RESENHA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

2ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, a Exma. Procuradora de Justiça Dra. Ana Tereza Abucater. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 13 de fevereiro de 2023 e término às 14h do dia 23 de fevereiro de 2023** . (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0805943-32.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: CLEBER ALEXANDRE SOUZA DUARTE
REPRESENTANTE: SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA (OAB/PA 24782-A)
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0004243-76.2014.8.14.0051 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: ALEXANDRE SALATIN RECH
REPRESENTANTE: ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (OAB/PA 15814)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0000262-95.2010.8.14.0013 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: ALESSANDRO NASCIMENTO PORTELA
REPRESENTANTES: LUIZ VICTOR ALMEIDA DE ARAUJO (OAB/PA 20955-A), LUIZ CARLOS PINA MANGAS JUNIOR (OAB/PA 15589-A)
EMBARGADO: JUSTIÇA PUBLICA E O ACÓRDÃO ID 11491765
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0000224-07.2007.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALDENOR RAMOS DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0001415-61.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ENOQUE TEIXEIRA TRINDADE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0003011-80.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUCAS ALMEIDA DO PATROCINIO
REPRESENTANTES: BARBARA SANTOS MACEDO ESPINOLA (OAB/PA 19712), FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA GOMES (OAB/PA 19879-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0014261-13.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSEANE DA ROCHA FERREIRA
APELANTE: PATRICIA ARCANGELA NERIS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0008755-37.2014.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE/APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
APELANTE/APELADO: OZIVALDO NEVES BARBOSA
REPRESENTANTES: GAREZA CALDAS DE MORAES (OAB/PA 21501-A), HUGO ALBUQUERQUE FERREIRA (OAB/PA 23737-A), MARCIO DE JESUS ROCHA RANGEL (OAB/PA 20657), MARCO ANTONIO PINA DE ARAUJO (OAB/PA 10781-A)
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0022165-44.2015.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EWERTON DA SILVA NASCIMENTO
REPRESENTANTE: MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JUNIOR (OAB/PA 18605-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0038010-71.2015.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JERLISON PEREIRA DE ALBUQUERQUE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0058673-58.2015.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOAO ALVES MOURA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0065591-78.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ROSILENE RIBEIRO FERNANDES
APELANTE: CARLOS ALBERTO QUEIROZ DA SILVA
REPRESENTANTE: ELENIZE DAS MERCES MESQUITA (OAB/PA 19110-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0000106-16.2016.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FABRICIO DA CRUZ NOGUEIRA
REPRESENTANTE: MARINESIO DANTAS LUZ (OAB AL9482-A)
APELANTE: BRUNO DA SILVA SOUSA
REPRESENTANTE: ANDREA SALDANHA SILVA (OAB/PA 18519-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO

14 - PROCESSO: 0004249-96.2016.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MATEUS SOARES DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: NILMA DE FATIMA PEREIRA
REPRESENTANTE: ALESSANDRO CAMPOS BATISTA (OAB/PA 015291)
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0004954-82.2016.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EVA BEZERRA CORREA
APELANTE: LUIS DA SILVA CARVALHO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0005866-09.2016.8.14.0116 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ROGER DOS SANTOS MOURA
REPRESENTANTE: LECIVAL DA SILVA LOBATO (OAB/PA 9042-A) ? DEFENSOR DATIVO
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0021114-54.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE/APELADO: DANIEL PEREIRA CAVALCANTE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE/APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0000101-08.2017.8.14.0121 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JAILTON MONTEIRO DE SOUZA
REPRESENTANTE: MARCOS BENEDITO DIAS (OAB/PA 3970-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0003946-16.2017.8.14.0067 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ZAQUEU DE JESUS BORGES
REPRESENTANTE: TONY HEBER RIBEIRO NUNES (OAB/PA 17571-A)- DEFENSOR DATIVO
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0004639-48.2017.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE/APELADO: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
APELANTE/APELADO: ELINELSON FARIAS DA GAMA
APELANTE/APELADO: GILIARD DOS SANTOS RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO PELO MENOS UM DOS RECURSOS

21 - PROCESSO: 0006984-25.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDIELTON ARAUJO DA SILVA
REPRESENTANTE: ANTONIO ROSA RAMOS NETO (OAB/PA 14555)
APELANTE: YAGO MODESTO MESCOUTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0009702-80.2017.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LEONIDAS CORREA GUIOMAR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0010000-63.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
APELADO: MARLON NICOLAS TEIXEIRA DA CRUZ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: MARCOS ROMARIO COSTA MACIEL
REPRESENTANTE: JOAQUIM LUIZ MENDES BELICHA (OAB/PA 14295-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0010494-81.2017.8.14.0059 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GERMANO FIGUEIREDO COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0014924-03.2017.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JULIANA PATRICIA PINTO DE OLIVEIRA
APELADO: LUCIJANDERSON SANTOS DA SILVA
APELADO: LORRAN HENRIQUE GONCALVES NOGUEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0003002-57.2018.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WELLERSON ARTHUR GUIMARAES DE AVIZ
REPRESENTANTE: MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSA (OAB/PA 19109)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0003389-89.2018.8.14.0068 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: NILTON RONALDO ESPINDOLA PINHEIRO
REPRESENTANTE: MARIA EDUARDA MORAES DE SAO MARCOS (OAB/PA 27729-A) ? DEFENSORA DATIVA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0006248-49.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GEORGE OCANIA DE LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

29 - PROCESSO: 0008441-58.2018.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOAO FELIPE DA SILVA RODRIGUES OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0009895-76.2018.8.14.0005 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANDREW LEOCADIO DA COSTA
REPRESENTANTE: OSCAR DAMASCENO FILHO (OAB/PA 8577-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0003167-10.2019.8.14.0029 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: REGIANE DOS SANTOS SILVA
REPRESENTANTES: RINALDO RIBEIRO MORAES (OAB/PA 26330-A)
APELANTE: IVANILSON BRAGA DOS SANTOS
APELANTE: DEJANIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: ARTHUR DIAS DE ARRUDA (OAB/PA 12743-A
APELANTE: RAILSON BRAGA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: RINALDO RIBEIRO MORAES (OAB/PA 26330-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0000781-51.2020.8.14.0100 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCOS AUGUSTO DE MOURA AGUIAR
REPRESENTANTES: LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA JUNIOR (OAB/PA 26917-A), MARGARETH CARVALHO MONTEIRO BARBOSA (OAB/PA 17899-A), LUCA CADALORA MONTEIRO BARBOSA (OAB/PA 30401-A)

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0007207-16.2020.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SANDIO PUCHO SOUZA
APELANTE: ALEX GOMES DOS REIS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

34 - PROCESSO: 0800107-48.2021.8.14.0086 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WALLACE BATISTA VITOR
REPRESENTANTE: SOCRATES GUIMARAES PINHEIRO (OAB/PA 29129-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
ASSISTENTE: VALDEIA GONCALVES DOS SANTOS
REPRESENTANTE: RAFAEL SANTOS DE MOURA (OAB/PA 21735-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

35 - PROCESSO: 0800179-67.2021.8.14.0043 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELDINEY MOREIRA GUILHERME
REPRESENTANTE: BARBARA MARIA BALIEIRO DE OLIVEIRA (OAB/PA 28713-A) - DEFENSORA DATIVA
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

36 - PROCESSO: 0800506-55.2021.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DANIEL CRAVO MARTINS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

37 - PROCESSO: 0804672-80.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: PATRICK SILVA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 23 de fevereiro de 2023.

ATA/RESENHA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

3ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Luiz César Tavares Bibas. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 27 de fevereiro de 2023 e término às 14h do dia 06 de março de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0000030-04.2016.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL ? SEM REVISÃO
APELANTE: DAVIDSON QUARESMA DE ALMEIDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0004883-61.2014.8.14.0057 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ROMARIO DA SILVA FREITAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO

3 - PROCESSO: 0004559-60.2012.8.14.0051 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: RUI HUDSON DUARTE FERREIRA
REPRESENTANTE: KLEBER RAPHAEL COSTA MACHADO (OAB/PA 22428-A)
RECORRENTE: EDIELSON DO NASCIMENTO GOMES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0005499-78.2019.8.14.0051 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: SUELEN VASCONCELOS DE MIRANDA
REPRESENTANTE: ALEJANDRO DHLLOMO SOUZA DE OLIVEIRA FALABELO (OAB/PA 28253-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0004594-71.2011.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL ? SEM REVISÃO
APELANTE: EDILSON ANGELO DOS SANTOS COELHO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0005067-70.2014.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL- SEM REVISÃO
APELANTE: LUIZ ROGERIO QUEIROZ DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0003170-16.2007.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDSON DE ARAUJO ALVES FERREIRA
REPRESENTANTE: ANA CLAUDIA SOUSA WAUGHAN (OAB/PA 9645-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0001098-62.2010.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE MARIA DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: CARLOS LOBATO BAHIA (OAB/PA 5887-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: REGINA LUCIA PEREIRA
REPRESENTANTE: LOYS DENIZE MARIA ARAGAO (OAB/PA 7847-A)
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0003200-92.2012.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JEMMERSON SANTOS DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O

RECURSO

10 - PROCESSO: 0022555-88.2012.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JENISSON DIAS NUNES
APELANTE: JEFFERSON DO NASCIMENTO LEAL
REPRESENTANTE: EDGARD AUGUSTO FONTES DA COSTA (OAB/PA 18338-A) ? DEFENSOR DATIVO
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0002088-37.2013.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: REGINALDO RUBENS LAMARAO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0002424-56.2014.8.14.0067 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SAULO SANTOS SOUZA
REPRESENTANTE: TONY HEBER RIBEIRO NUNES (OAB/PA 17571-A) ? DEFENSOR DATIVO
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0000036-17.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GERFERSON BENTO DA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: EDIVALDO RABELO DE LIMA
REPRESENTANTE: ELAINE RABELO LIMA (OAB/PA 22885-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0004981-25.2016.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ISAAC DA COSTA VIANA
REPRESENTANTE: MARIA AMELIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS (OAB/PA 12903-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0006918-58.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APELADO: RAFAEL PIEDADE CONCEICAO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0009323-83.2016.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCELO FERREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0011648-38.2016.8.14.0070 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EVELLEN RAIARA LIMA LOBATO
APELANTE: JEREMIAS DE SOUZA GONCALVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0014543-96.2016.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELIAS LOBATO ALVES
APELANTE: JURACI SANTOS DAS MERCES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0015153-66.2016.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WILLIAMES SILVA PEREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0001521-73.2017.8.14.0048 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JAILSON CARDOSO DA FONSECA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0003877-68.2017.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FRANCEJANO DE SOUZA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0007648-91.2017.8.14.0059 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANA CRISTINA BRITO ALCANTARA
REPRESENTANTE: JOAO CARLOS ROSA DE MORAES (OAB/PA 017898)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0009444-77.2017.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JACKSON SOARES DE SOUSA
APELANTE: PAULO RICARDO ALMEIDA GUIMARÃES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0010672-94.2017.8.14.0070 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LIBIANE CASTRO TEIXEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0012157-98.2017.8.14.0048 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUIS PAULO BRAGA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0012933-18.2017.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DOUGLAS AMARAL DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0016396-09.2017.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALEX DE SOUZA SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0000463-09.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUIS RICARDO DA SILVA LIMA
REPRESENTANTES: JOSE CLAUDIO FERREIRA DOS SANTOS (OAB/PA 008321), HAILTON OLIVEIRA DA SILVA (OAB/PA 15411-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

29 - PROCESSO: 0002484-76.2018.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DAVI RONILSON DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0004684-50.2018.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RONALDO ADRIANO SILVA RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0007819-79.2018.8.14.0005 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDINEI DA SILVA VEIGA
REPRESENTANTE: MARIA LUIZA BARBOSA (OAB GO14075-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0009510-98.2018.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARIA DO SOCORRO ALVES ANDRADE
REPRESENTANTE: GISELIA DOMINGAS RAMALHO GOMES DOS REIS (OAB/PA 13576-A)
APELANTE: ARILDO FERREIRA VIEIRA
REPRESENTANTES: CLARIANA DIAS DE MOURA (OAB/PA 24758-A), MARCUS ALEXANDRE RIBEIRO FIDELIS (OAB/PA 7705-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0011766-03.2018.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
APELADO: ANSELMO LUIS VIEIRA MIRANDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

34 - PROCESSO: 0013638-70.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DAIVID LUIZ LOPES VILHENA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

35 - PROCESSO: 0001063-11.2019.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JONATAS DE SOUZA BELTRAO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: ATHIRSON IGREJA COSTA
REPRESENTANTE: ANDREY PINHEIRO LISBOA (OAB RJ115883-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

36 - PROCESSO: 0002391-77.2019.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SILVANA RODRIGUES
REPRESENTANTES: ITALO GOMES RICARDO DA SILVA (OAB/PA 29279-E), ANDRESSA HAYANE OLIVEIRA XAVIER (OAB/PA 28075-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO PELO MENOS UM DOS RECURSO

37 - PROCESSO: 0003903-86.2019.8.14.0042 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ZIDANE GAMA DA SILVA
APELANTE: FABRICIO BARBOSA MARQUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

38 - PROCESSO: 0004265-02.2019.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DENILSON BECKEMAM NUNES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

39 - PROCESSO: 0004614-23.2019.8.14.0097 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALCIONE DO ROSARIO FARIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

40 - PROCESSO: 0005329-45.2019.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WILSON ALVES DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

41 - PROCESSO: 0005669-97.2020.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RENATO TEIXEIRA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

42 - PROCESSO: 0009874-08.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MIRIAN GOMES DE SOUZA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

43 - PROCESSO: 0807263-15.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: AIRTON MAIK LOBATO DIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 06 de março de 2023.

ATA/RESENHA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

4ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 06 de março de 2023 e término às 14h do dia 13 de março de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0008551-31.2018.8.14.0047 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: RAONI SANTANA DA SILVA
RECORRENTE: CAIQUE COSTA CRUZ
REPRESENTANTE: RONE MESSIAS DA SILVA (OAB/PA 11638-A) - DEFENSOR DATIVO
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0001646-45.2017.8.14.9100 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS
APELANTE: WERISON BRUNO REGO MENDONCA
REPRESENTANTE: WENDERSON PESSOA DA SILVA (OAB/PA 29922-A) - DEFENSOR DATIVO
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0003625-12.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCOS VINICIUS PANTOJA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0004253-94.2018.8.14.9100 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LARISSE DA SILVA DE SOUSA
REPRESENTANTES: VENANCIO PIMENTEL DOS SANTOS PEREIRA (OAB AP4201-A), PAULO ANDRE ALMEIDA CAMPBELL (OAB/PA 9715-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0002404-11.2019.8.14.0093 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SONIA BARROS DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: PORFIRIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA (OAB/PA 6777-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0005014-05.2019.8.14.0043 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DIVANILSON DE JESUS LOBATO DA SILVA
REPRESENTANTE: EVANDRO CRUZ DE SOUZA (OAB/PA 11485-A) ? DEFENSOR DATIVO
APELANTE: DANILO SOUZA MARQUES
REPRESENTANTE: EVANDRO CRUZ DE SOUZA (OAB/PA 11485-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0008580-41.2019.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0012754-07.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RUY ALAIDE DE MORAES VIEGAS NETTO
APELANTE: LUIZ FABIANO RIBEIRO MORAES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: A JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0811049-67.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WILKSON DOS SANTOS MAGALHAES
APELANTE: THIAGO SANTOS ALENCAR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0800568-11.2022.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MAURO SERGIO FARIAS RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0001912-75.2008.8.14.0005 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE DIAS PEREIRA
REPRESENTANTE: JACKSON PIRES CASTRO (OAB DF20764-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0011627-07.2009.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JAKSON NAZARENO LOPES DOS SANTOS
REPRESENTANTE: PAULO ROBERTO VALE DOS REIS (OAB/PA 4276-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
TERCEIRO INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0005831-43.2011.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALEX MAFRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0000999-93.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CARLOS NAISON DA SILVEIRA DA SERRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0006377-48.2013.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: HAYLTON RODRIGO SILVA DA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0011451-48.2013.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JAILSON SOARES DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0007215-36.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALEXANDRE BRILHANTE DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0018689-04.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE EDUARDO TAVARES CARDIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0020329-42.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JEFFERSON JAQUES PINTO BELEM
APELANTE: MATHEUS ANDREW MOREIRA SERRAO
REPRESENTANTE: PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA (OAB/PA 8269-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0031256-85.2015.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DIEGO DO NASCIMENTO REGO
REPRESENTANTE: ODILON VIEIRA NETO (OAB/PA 13878-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0033385-81.2015.8.14.0022 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JEOVANE DOS SANTOS MACIEL
REPRESENTANTE: MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (OAB/PA 21293-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0065087-66.2015.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SAMUEL MIRANDA FURTADO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0074539-09.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GLEYDSON DA SILVA RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0003252-67.2016.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ERIVELTON PANTOJA MONTEIRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0006213-36.2016.8.14.0021 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WALISSON ANTONIO FIGUEIREDO LEAL
REPRESENTANTE: GUSTAVO JOSE RIBEIRO DA COSTA (OAB/PA 21328-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0006934-12.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CAMILO VERISSIMO DE SOUZA FREITAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0014330-61.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCELO JUNIOR PEREIRA DO VALE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0003443-15.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SALATIEL GOMES RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

29 - PROCESSO: 0007691-34.2017.8.14.0057 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WALLACY BRUNO CARVALHO CASTRO
REPRESENTANTE: JORGE LUIZ ANJOS TANGERINO (OAB/PA 9009-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0007731-72.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MAIKON LISBOA DE SOUZA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0010480-93.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE ALENCAR DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0024311-59.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELTON MATOS DE CASTRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0030516-07.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: REGINA DO SOCORRO PASTANA DIAS DE MELO
REPRESENTANTE: ADRIANA ALMEIDA DE AZEVEDO RIBEIRO (OAB/PA 24329)
APELANTE: LEOPOLDINO ALVES DE MELO JUNIOR
REPRESENTANTES: JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (OAB/PA 18859-A), KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (OAB/PA 20874-A)
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISOR: DES. RAIMUNDO HOLANDA REIS
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

34 - PROCESSO: 0001103-76.2018.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IZAQUE GOMES ALVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

35 - PROCESSO: 0003367-89.2018.8.14.0081 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: AMANDA CRISTINA DE CAMPOS LOPES
REPRESENTANTE: ROCHERTER WALBER BARBOSA MARQUES (OAB/PA 19230-A), RAFAEL BENTES CORREA (OAB/PA 16514-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

36 - PROCESSO: 0005388-48.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SILAS SAMUEL ASSUNCAO DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

37 - PROCESSO: 0005522-64.2018.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GUILHERME PIRES SOARES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

38 - PROCESSO: 0008885-82.2018.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE LEANDRO MORAES BRITO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

39 - PROCESSO: 0009989-89.2018.8.14.0048 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ARIEL DOS SANTOS E SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

40 - PROCESSO: 0011097-64.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: PHELIPE BRIAN DE OLIVEIRA FEIO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

41 - PROCESSO: 0012820-73.2018.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ALEXSSANDER MATHEUS SALLES ALMEIDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

42 - PROCESSO: 0018136-15.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: AGUINALDO OLIVEIRA FERREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

43 - PROCESSO: 0010797-68.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: THIAGO DOS SANTOS REIS
APELANTE: UBENILSON SANTANA MONTEIRO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

44 - PROCESSO: 0004918-80.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL -SEM REVISÃO
APELANTE: BRUNO MARTINS DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

45 - PROCESSO: 0028702-91.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: CHARDESON SANTOS DE BARROS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

46 - PROCESSO: 0003366-24.2017.8.14.0022 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MANOEL MORAES RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

47 - PROCESSO: 0000581-84.2018.8.14.0077 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARINELDO DE SOUZA LOPES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

48 - PROCESSO: 0001604-81.2019.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CLEYTON GONCALVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

49 - PROCESSO: 0001608-50.2019.8.14.0083 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GEOVANILDO SILVA ALMEIDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

50 - PROCESSO: 0003710-61.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IRATAN ULISSES DA SILVA
REPRESENTANTE: JORGE MOTA LIMA (OAB/PA 011302), FERNANDO MAGALHAES PEREIRA (OAB/PA 7890-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 13 de março de 2023.

ATA/RESENHA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

5ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José

Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Hezedequias Mesquita da Costa. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 13 de março de 2023 e término às 14h do dia 20 de março de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0810489-33.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JOAO BATISTA VIEIRA
REPRESENTANTE: MARCELO BRASIL CAMPOS (OAB/PA 22245-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0002060-18.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RODOLFO MORAES DA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0002468-67.2019.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANTONIO CLEITON DA COSTA GOMES
REPRESENTANTE: MARCOS BENEDITO DIAS (OAB/PA 3970-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0001043-68.2020.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: RODRIGO CEZAR TRINDADE SENA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0805829-12.2021.8.14.0006 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: RAFAEL ERON RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0019011-92.2012.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: ROSEANE ALVES DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0008168-42.2019.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: JOSE MARIA COSTA DOS SANTOS JUNIOR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0806587-67.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: THIAGO VITORIA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0019203-98.2007.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: BENEDITO NEVES LOUREIRO
REPRESENTANTES: EUZEBIO HENRIQUE VERAS ALVES (OAB/PA 3480-A), ALEXANDRE BARBOSA LISBOA (OAB/PA 9371-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0009833-61.2008.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCOS VINICIUS CABRAL MOREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0017316-74.2010.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: BENEDITO MIRANDA DE NAZARE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0011717-06.2011.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: FRANCIVALDO LIMA DA CUNHA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0014302-48.2011.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANDERSON GOMES FARIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0016829-23.2013.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WELLINGTON LIMA DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0008647-90.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CHARLES JOHN PALHETA COSTA
REPRESENTANTE: NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (OAB/PA 14092-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0023410-96.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: KARINA BARROS DA SILVA
REPRESENTANTE: CESAR RAMOS DA COSTA (OAB/PA 11021-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: KATIA REGINA BARROS DA SILVA
REPRESENTANTE: GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (OAB/PA 13933-A), MAISSA ASSUNCAO DA COSTA (OAB/PA 16989-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0002945-32.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCIO BONIFACIO SILVA JUNIOR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0003438-89.2015.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JOSE SILVA BARRETO JUNIOR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0012315-87.2015.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RARISON DA SILVA ARAUJO
REPRESENTANTE: ADEBRAL LIMA FAVACHO JUNIOR (OAB/PA 9663-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0015325-45.2016.8.14.0048 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: THYAGO AZEVEDO DO ESPÍRITO SANTO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0015746-59.2016.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LEANDRO GOMES DE SOUSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0113023-67.2016.8.14.0075 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MAYCON PAIXAO DE SOUSA
REPRESENTANTE: JOSE ORLANDO DA SILVA ALENCAR (OAB/PA 8945-A) - DEFENSOR DATIVO
APELADO: A JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0000861-77.2017.8.14.0081 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: HIORAN PIEDADE SANTOS
APELANTE: HAILTON CORDEIRO ARAUJO
APELANTE: JEFFERSON DE OLIVEIRA RAIOL
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0006707-20.2017.8.14.0067 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DEIBSON ALVES DOS SANTOS
REPRESENTANTE: JURANDIR JUNIOR VALENTE DA CRUZ (OAB/PA 016883-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0011500-67.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DIVAN NUNES DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0014986-43.2017.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GABRIEL HENRIQUE DOLZANE
APELANTE: JEAN MOTA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0015356-51.2017.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ISMAEL DE SOUSA BORGES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0016465-71.2017.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ERLANDES DOS ANJOS SOUSA
APELANTE: JOSE CARLOS SILVA RODRIGUES
APELANTE: JOSE EREDILSON BEZERRA SILVA
APELANTE: MARCOS ANTONIO PEREIRA DA COSTA

REPRESENTANTE: RAIMUNDO FRANCISCO DE LIMA MOURA (OAB/PA 8389-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

29 - PROCESSO: 0016528-16.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DEBYEZZ DIAS VIEIRA DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0001503-38.2018.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RAIMUNDO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0009433-95.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE CARLOS SOUZA CORREA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0013126-11.2018.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: AGEU PANTOJA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0015478-37.2018.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JEFFERSON DA COSTA MATOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

34 - PROCESSO: 0002002-54.2019.8.14.0084 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: RENATO BRITO FONSECA
REPRESENTANTE: DILSON JOFRE BATALHA GUIMARAES (OAB/PA 23886-A) - DEFENSOR DATIVO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

35 - PROCESSO: 0004377-47.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: INGLESON GOES SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

36 - PROCESSO: 0009770-50.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DEBORAH HELENA SANTOS DO CARMO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

37 - PROCESSO: 0019615-09.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CARLOS AUGUSTO ALMEIDA DOS SANTOS
REPRESENTANTES: RONALDO MASAKAZU HAMAGUCHI JUNIOR (OAB/PA 25059-A), ANTONIO GERMANO MARQUES DO NASCIMENTO (OAB/PA 24705-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

38 - PROCESSO: 0005040-16.2016.8.14.0105 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOEL QUEIROZ DA SILVA
REPRESENTANTE: WENDEL JOSE DE SOUZA MADEIRO (OAB/PA 24031-A) ? DEFENSOR DATIVO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

39 - PROCESSO: 0023964-60.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOAO FABRICIO AMARAL DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

40 - PROCESSO: 0006995-96.2018.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MAURICEIA ANDRADE MENEZES
REPRESENTANTE: ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (OAB/PA 12401-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

41 - PROCESSO: 0001985-28.2019.8.14.0501 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE PAULO FIGUEIREDO DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

42 - PROCESSO: 0002238-09.2019.8.14.0083 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALEX CALADO DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 20 de março de 2023.

ATA/RESENHA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

6ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, a Exma. Procuradora de Justiça Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 20 de março de 2023 e término às 14h do dia 27 de março de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0006132-33.2016.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL ? SEM REVISÃO

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
APELADO: RAIMUNDO SANTOS BEZERRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0001464-77.2014.8.14.0107 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELIENE DA SILVA SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0000624-11.2017.8.14.0124 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: CLEONES DOS SANTOS SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0806116-51.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GELVANE FREITAS DE LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0013150-73.2015.8.14.0061 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: MARCELO DE SOUZA MEDRADO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADOS: A JUSTIÇA PÚBLICA E V. ACÓRDÃO Nº 216.795 (ID 6045731)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0009032-79.2018.8.14.0051 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
EMBARGANTE: GILDSON DOS SANTOS SOARES
REPRESENTANTE: OMAR ADAMIL COSTA SARE (OAB/PA 13052-A)
EMBARGADOS: JUSTIÇA PUBLICA E O V. ACÓRDÃO ID 12021064
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, EMBARGOS REJEITADOS

7 - PROCESSO: 0800095-52.2022.8.14.0004 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: JOSIRENA NAZARE PINHEIRO
REPRESENTANTE: JOAO BATISTA MENDES DE CAMPOS (OAB/PA 10592-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0017068-64.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: RAIMUNDO CARLOS RODRIGUES RAMOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0007908-62.2019.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: RODRIGO DE SOUSA BARBOSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0079084-73.2003.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ROSIVALDO AREAS SANTANA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0013028-54.2008.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MAURO RONALDO ROMANO DA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O O RECURSO

12 - PROCESSO: 0001484-96.2010.8.14.0046 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE ALACIDES SANTOS BARROS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0016152-06.2012.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WARISTON OLIVEIRA SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0002582-92.2013.8.14.0020 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDUARDO GUIMARAES CUSTODIO
REPRESENTANTE: VIVALDO MACHADO DE ALMEIDA (OAB/PA 3764-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0004030-73.2014.8.14.0050 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FAGNER JUNIOR DE SOUSA RODRIGUES
REPRESENTANTE: MARCOS ROGERIO SILVA (OAB GO55828-B)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0006153-76.2014.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DAIVSON DOS SANTOS DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0004091-11.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDIPO GUILHERME SILVA MARTINS
REPRESENTANTE: LUCIEL DA COSTA CAXIADO (OAB/PA 4753-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0069803-45.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RODRIGO PINHEIRO SANTOS
REPRESENTANTES: DAVID QUINTERO SALOMAO (OAB/PA 14059-A), MARIA FERNANDA RIBEIRO SANTOS (OAB/PA 22769-A)
APELANTE: YAGO WENDEL NEVES
REPRESENTANTE: OLDEMAR PEREIRA ALVES (OAB/PA 21503-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: PEDRO DE SOUSA MARIM
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0084193-41.2015.8.14.0200 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARIA MADALENA LOPES DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: PAULO CRISTIANO SOUZA DA SILVA
REPRESENTANTE: JULIANNE ESPIRITO SANTO MACEDO (OAB/PA 20959-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0006857-75.2016.8.14.0086 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCELO FARIAS CANTO
REPRESENTANTE: MARIA LUCIA PANTOJA DE FARIAS (OAB/PA 1678-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0007369-83.2016.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANTONIO RONIERISON NASCIMENTO PALHETA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISOR: DES. RAIMUNDO HOLANDA REIS
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0000701-77.2017.8.14.0105 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IVANILSON DE ABREU OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0001846-83.2017.8.14.0004 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUCAS SOUZA NONATO
REPRESENTANTE: ANDRE FERREIRA PINHO (OAB/PA 20416-A) - DEFENSOR DATIVO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0003383-87.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANDERSON MONTEIRO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0005116-43.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FLAVIA CARDOSO DE SOUZA
APELANTE: MAICON DA SILVA ANDRADE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0015562-53.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSIAS MESCOUTO PEREIRA
REPRESENTANTE: ROMULO DE SOUZA DIAS (OAB AP660-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0017832-05.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RHAYDAN FERNANDES
REPRESENTANTES: DANIELLY DE AGUIAR SOUSA (OAB/PA 24365-A), LUCAS ASSIS NUNES (OAB/PA 26364-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0001247-09.2018.8.14.0070 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: ALAF RODRIGUES LOPES
REPRESENTANTE: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (OAB/PA 6908-A)
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

29 - PROCESSO: 0002945-17.2018.8.14.0081 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: AMANDA CRISTINA DE CAMPOS LOPES
REPRESENTANTE: ROCHERTER WALBER BARBOSA MARQUES (OAB/PA 19230-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0002995-53.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELVIS NAZARENO FERREIRA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0007534-85.2018.8.14.0070 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE IVANILDO PINHEIRO DIAS
REPRESENTANTE: DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (OAB/PA 8020-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0009168-46.2018.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: THARLLYS MAYCON SILVA SOUSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0000162-95.2019.8.14.0023 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ANTONIO JOSE DA SILVA CARNEIRO
APELANTE: MARIA FRANCINETE DA SILVEIRA
REPRESENTANTE: PAULO ANDERSON DIAS BOUCAO (OAB/PA 25729-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

34 - PROCESSO: 0008872-37.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: OSMAR BARBOSA DA SILVA JUNIOR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISOR: DES. RAIMUNDO HOLANDA REIS

RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

35 - PROCESSO: 0001491-52.2020.8.14.0074 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSIEL DA CRUZ ALMEIDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO DO RELATOR

36 - PROCESSO: 0003687-34.2020.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MIGUEL ESTUMANO CARDOSO
REPRESENTANTE: LUCAS ALENCAR DOS SANTOS (OAB/PA 30198-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: LEDIANE DE SOUSA
REPRESENTANTE: GERALDO MELO DA SILVA (OAB/PA 17411-A)
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

37 - PROCESSO: 0801751-90.2021.8.14.0097 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: VALDOMIRO DE ALMEIDA FRANCIS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

38 - PROCESSO: 0010538-07.2013.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE MAURICIO TAVARES VIANA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

39 - PROCESSO: 0003931-20.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LOYANA SELMA NOGUEIRA DA SILVA
APELANTE: FLAVIO DIAS FERREIRA
REPRESENTANTE: PAULO ROBERTO BATISTA DA COSTA JUNIOR (OAB/PA 19985-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

40 - PROCESSO: 0002570-88.2016.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WALACE NASCIMENTO DA SILVA
REPRESENTANTE: ANDERSON ALVES DE JESUS FREITAS (OAB/PA 19061-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

41 - PROCESSO: 0009159-51.2017.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LEONARDO CARVALHO DA SILVA
REPRESENTANTE: RITA DE CASSIA CARVALHO RICA (OAB AM12787)
APELANTE: RENATO MOURA DA SILVA
REPRESENTANTE: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB AM2302)
APELANTE: ODEMAR BARBOSA GOMES
REPRESENTANTE: RITA DE CASSIA CARVALHO RICA (OAB AM12787)
APELANTE: RICHARDSON DOS SANTOS QUEIROZ
REPRESENTANTE: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB AM9692)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

42 - PROCESSO: 0000944-75.2019.8.14.0032 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: BENEDITO QUIRINO DA FONSECA
REPRESENTANTE: WLANDRE GOMES LEAL (OAB/PA 13836-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 27 de março de 2023.

ATA/RESENHA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

7ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 27 de março de 2023 e término às 14h do dia 03 de abril de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0810543-96.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: CARLOS ROBERTO LEAL BRITO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0812244-92.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: ALESSANDRO BORGES DE AGUIAR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0067010-19.2015.8.14.0051 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: JOELSO SANTOS DUARTE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
EMBARGADO: JUSTIÇA PÚBLICA E O V. ACÓRDÃO ID 10492856
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, EMBARGOS REJEITADOS

4 - PROCESSO: 0018377-57.2016.8.14.0401 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: PEDRO PEREIRA DE ALMEIDA JUNIOR
REPRESENTANTE: MARIO RENAN CABRAL PRADO SA (OAB/PA 20818-A)
EMBARGADO: JUSTIÇA PUBLICA E O V. ACÓRDÃO Nº 214.303 (ID 6045994)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: KARLA CRISTINA BARROS BRITO
REPRESENTANTE: YURI ALEXANDRE BARROS DO NASCIMENTO (OAB/PA 19164)
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, EMBARGOS NÃO CONHECIDOS

5 - PROCESSO: 0814448-12.2022.8.14.0000 - CORREIÇÃO PARCIAL CRIMINAL
CORRIGENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CORRIGIDO: JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BREVES
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, EMBARGOS NÃO CONHECIDOS

6 - PROCESSO: 0028352-98.2019.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: GETULIO JUNIOR BATISTA CARNIZELLA
REPRESENTANTE: DJULI BARBOSA SAMPAIO (OAB/PA 017325-A)
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0005855-60.2009.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: JOZERIVAN GARCIA SILVA
REPRESENTANTE: MARIA DO SOCORRO DE FIGUEIREDO MIRALHA DA SILVA (OAB/PA 3000-A)
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0800192-12.2021.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL ? SEM REVISÃO
APELANTE: ROSEMBERG DE CARVALHO SOUSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0000022-59.1999.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE/APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELANTEAPELADO: PEDRO DIAS COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0000112-69.2000.8.14.0109 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDIVANCIO COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0012784-04.2003.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSEANNY DE FATIMA SOUZA CORREA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0011440-17.2005.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCUS HENDERSON HARACIO TRAJANO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO

O RECURSO

13 - PROCESSO: 0001066-80.2009.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDSON RIBEIRO AVINTE
REPRESENTANTES: AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA (OAB/PA 23523-A), ALESSANDRO MOURA SILVA (OAB/PA 17603-A), MEIRY TOZZO FOLETTO (OAB/PA 21066-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0000939-24.2011.8.14.0003 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCIO CLEBER QUEMEL RIBEIRO
APELANTE: ALAN ILSON COSTA OLIVEIRA
REPRESENTANTE: ROGERIO CORREA BORGES (OAB/PA 13795-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0013400-95.2011.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARIA ELIANA SARMENTO DOS REIS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0007618-55.2013.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE/APELADO: RICARDO SOARES DA SILVA
APELANTE/APELADO: CLEBER PEREIRA DA CONCEICAO
APELANTE/APELADO: AILTON PEREIRA LIMA
APELANTE/APELADO: JAISON SANTOS DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE/APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0011577-34.2013.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SAMUEL CRUZ DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0000262-74.2014.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CLEBER SANTOS DA CRUZ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0001228-26.2014.8.14.0043 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JHONATA MOREIRA VIANA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0019224-30.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JEFFERSON RODRIGO SALDANHA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: YONE ROSELY FRANCES LOPES (OAB/PA 7456-A)
APELANTE: DIOGO JHONATA PEREIRA DE LIMA
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0011306-93.2015.8.14.0124 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0055084-41.2015.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ERICA ALMEIDA DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS (OAB/PA 19567-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: JAQUELINE MOTA DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: PEDRO ERNESTO PARANATINGA LAVOR (OAB/PA 8178-A)
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0070609-80.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RAFAEL VITOR SILVA ALCANTARA
REPRESENTANTE: SANDRO FIGUEIREDO DA COSTA (OAB/PA 23083-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME

REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0096573-75.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GLEYDSON DE NAZARE SILVA PINTO
REPRESENTANTE: MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (OAB/PA 14069-A)
APELANTE: GILBERTO FERREIRA LOPES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0004995-97.2016.8.14.0012 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RICARDO FERNANDES MORAES
REPRESENTANTE: VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (OAB/PA 11505-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0001361-11.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DIONES LINDOSO SIRQUEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0013989-71.2017.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: THAIS DA COSTA OLIVEIRA
REPRESENTANTE: CLEVERSON JORGE PALHA DE PINHO (OAB/PA 21704-A)
APELANTE: LARISSA DAIANE RAMOS OLIVEIRA
REPRESENTANTE: NEY GONCALVES DE MENDONCA JUNIOR (OAB/PA 7829-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0014480-08.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ADRIANO VIEIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O

RECURSO

29 - PROCESSO: 0017141-88.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: LEANDRO CURVINO SENA
REPRESENTANTES: RHUAN DE ARAUJO MORAIS (OAB/PA 22050-A), JOSE AUGUSTO SEPTIMIO DE CAMPOS (OAB/PA 8947-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0020169-64.2017.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RONILDO CLARO RODRIGUES
REPRESENTANTE: PAULO ROBERTO BORGES DA SILVA (OAB GO36395)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0003771-08.2018.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MESSIAS ALVES DE OLIVEIRA
APELANTE: LUIZ HENRIQUE SANTOS SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0004747-82.2018.8.14.0038 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOAO PAULO SOUSA DE SOUZA
REPRESENTANTE: CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (OAB/PA 28137-A) - DEFENSORA DATIVA
APELANTE: JOSIEL MENDES FREITAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0011487-34.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALAN JUNIOR MACIEL DA SILVA
REPRESENTANTE: ALDENI CORDEIRO DA COSTA (OAB/PA 22347-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

34 - PROCESSO: 0013115-67.2018.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CRISTINA DE ARAUJO GAMA
REPRESENTANTE: CLAUDIO GEMAQUE MACHADO (OAB/PA 9364-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

35 - PROCESSO: 0004309-91.2019.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: IURY FILGUEIRA BRITO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

36 - PROCESSO: 0005969-48.2019.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
APELADO: FAYLON DA ANUNCIACAO PRESTES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

37 - PROCESSO: 0001886-61.2020.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUIZ DA SILVA ALMEIDA
REPRESENTANTE: ANDERSON FRANCISCO MATOS BESTEIRO (OAB/PA 21518-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: RETIRADO DE PAUTA POR AUSÊNCIA DE VOTO

38 - PROCESSO: 0801480-42.2021.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: ALAN DIOGO LIMA DO ROSARIO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

39 - PROCESSO: 0013340-64.2007.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: CLEYTON SERRAO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

40 - PROCESSO: 0015866-73.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALEXANDRO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 03 de abril de 2023.

ATA/RESENHA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

8ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, o Exmo. Procurador de Justiça Dr. Geraldo de Mendonça Rocha. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 03 de abril de 2023 e término às 14h do dia 12 de abril de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0028627-86.2015.8.14.0401 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL
EMBARGANTE: MILTON LERAY PIMENTEL
REPRESENTANTE: ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (OAB/PA 12401-A)
EMBARGADOS: JUSTIÇA PÚBLICA E O V. ACÓRDÃO ID 10916365
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, EMBARGOS REJEITADOS

2 - PROCESSO: 0015463-20.2016.8.14.0401 - AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CRIMINAL
AGRAVANTE: LUIS PAULO CONCEICAO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: JUSTIÇA PÚBLICA E DECISÃO MONOCRÁTICA ID 12026672
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0013026-87.2018.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: JILMAR SILVA LOPES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO

DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0022287-24.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: LIA BATISTA PANTOJA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0027091-35.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: MARCIO JOSE SOUZA DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0014841-16.2019.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: ADALBERTO PEREIRA MELO JUNIOR
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0003661-92.2020.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: JOSÉ CLEU DOS SANTOS ALVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0004529-44.2004.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DAVID FERREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0009152-33.2004.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GUILHERME NEGRAO SANTA BRIGIDA
REPRESENTANTE: EDIVALDO NAZARENO DIAS LIMA (OAB/PA 18243-A)
APELANTE: JOAO PAULO LIMA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME

REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0019283-62.2007.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RICARDO MOTA CARDOSO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0003029-77.2008.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALEXANDRE MODESTO MAGNO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0007846-71.2010.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: ALLAN DEIVID LIMA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0011054-90.2014.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WEVERTON THIAGO SOUSA XAVIER
REPRESENTANTES: TULIO VINICIUS REZENDE BRITO (OAB/PA 29055-A), MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (OAB/PA 26671-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROCEDENTE O RECURSO

14 - PROCESSO: 0016095-17.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALBERTO DAMASCENO LOPES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0000403-19.2015.8.14.0085 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: AILSON LUIZ DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0000807-92.2015.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: FELIPHI SOUZA DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0004134-73.2015.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: HITALO ANDERSON SANTOS COSTA
APELANTE: DANIEL AUGUSTO DO ROSARIO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0021928-66.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: THIELSON CORREA SILVA
APELANTE: IGOR SANTOS RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0027107-57.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DEYVISSON ALAN DE ALMEIDA COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0030523-33.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE/APELADO: SEBASTIAO DA SILVA DIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE/APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME

REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0000361-70.2017.8.14.0029 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: ADRIEL DA SILVA DOS SANTOS
APELADO: MOISES VINICIO MONTEIRO PEREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0002623-41.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: DENIS ROBERT GONCALVES SARAIVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0022671-21.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOAO VICTOR ALMEIDA DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0000183-33.2020.8.14.0089 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RAFAEL DE ARAUJO PALHETA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0010070-04.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: TAYLOR ALLAN DA COSTA ARRUDA
REPRESENTANTE: PAULO ROBERTO VALE DOS REIS (OAB/PA 4276-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 12 de abril de 2023.

ATA/RESENHA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

9ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, a Exma. Procuradora de Justiça Dra. Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 10 de abril de 2023 e término às 14h do dia 17 de abril de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0811987-67.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: EDUARDO RIBEIRO SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0814565-03.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: WAGNER GUEDES SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0815568-90.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: BRUNO ASSUNCAO LOBO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0820080-19.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: JOAO FILHO CRUZ ALVES
REPRESENTANTE: JEDYANE COSTA DE SOUZA (OAB/PA 13657-A)
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0002226-68.2018.8.14.0070 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: ROSINALDO DE JESUS DA COSTA RODRIGUES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0000001-68.2021.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
INTERESSADO: ANDERSON BARROSO CORRÊA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0000182-69.2021.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: LUIZ GUILHERME FERREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: MAURICIO DO SOCORRO ARAUJO DE FRANCA (OAB/PA 10339-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0000567-17.2021.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: BRENO VIDIGAL BARROSO
RECORRIDO: CLEBERSON LOURENÇO RODRIGUES DE SOUZA
RECORRIDO: SANTIAGO CRISTIANO DA SILVA LEITE
REPRESENTANTE: ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB/PA 13998-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0015845-42.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: SEBASTIAO LACERDA DOS SANTOS ARAUJO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0000001-94.2009.8.14.0004 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: DARLISON MACIEL GOES
REPRESENTANTE: ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (OAB/PA 6469-A) - DEFENSOR DATIVO
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0003088-50.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - Feito retirado de pauta da 22ª Sessão Virtual de 2022.
APELANTE: WEIDSON GOMES MUNIZ
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0003032-62.2010.8.14.0045 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: ADERSON PEREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0021041-90.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: MICHEL DA SILVA ARAUJO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0013750-67.2017.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MAX JUNIOR VOLCAO COSTA
APELANTE: YAGO RAYFSON DE MEDEIROS BEZERRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELANTE: PEDRO HENRIQUE DOS REIS OLIVEIRA
REPRESENTANTE: LUIZ ANTONIO FERREIRA MARTINS JUNIOR (OAB/PA 22884-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 17 de abril de 2023.

ATA/RESENHA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE

10ª Sessão Ordinária de 2023 de Plenário Virtual da 3ª Turma de Direito Penal, sob a Presidência da

Exma. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra. Com participação dos Exmos. Desembargadores José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Pedro Pinheiro Sotero. Representante do Ministério Público habilitado no sistema, a Exma. Procuradora de Justiça Dra. Aria do Socorro Martins Carvalho Mendo. Sessão realizada de forma virtual por meio da ferramenta Plenário Virtual, disponibilizada no site oficial do TJPA, **iniciada às 14h do dia 17 de abril de 2023 e término às 14h do dia 25 de abril de 2023**. (informações extraídas do Sistema PJe):

1 - PROCESSO: 0815605-20.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: EDINEY DIEGO PANTOJA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

2 - PROCESSO: 0820320-08.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
AGRAVANTE: MARCLEBIO DE SOUZA FELIPE
REPRESENTANTE: ELAINE GALVAO DE BRITO (OAB/PA 19139-A)
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

3 - PROCESSO: 0000083-77.2016.8.14.0070 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO: ELIELSON RODRIGUES PEREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PROVIDO O RECURSO

4 - PROCESSO: 0005153-18.2017.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: ANDRE DA SILVA MIRANDA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

5 - PROCESSO: 0024901-36.2017.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: FERNANDO MENEZES COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

6 - PROCESSO: 0000657-72.2019.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: RONALTH BRAGA COSTA
REPRESENTANTES: AUGUSTO ELIAS FERNANDES LOBATO (OAB/PA 28198-A), CARLOS MAIA DE MELLO PORTO (OAB/PA 8910-A)

RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

7 - PROCESSO: 0800393-63.2020.8.14.0085 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: ISRAEL SOUZA DE MORAES
REPRESENTANTE: SAINT CLAIR SANTOS DA SILVA (OAB/PA 25719-A) - DEFENSOR DATIVO
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

8 - PROCESSO: 0004177-74.2018.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: NAZARENO SILVA MELO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

9 - PROCESSO: 0017162-07.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: IGOR CARDOSO INGLIS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

10 - PROCESSO: 0008672-79.2018.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARILDO VANGELISTA DIAS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

11 - PROCESSO: 0018121-46.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE MARIA DA ROCHA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

12 - PROCESSO: 0000120-46.2009.8.14.0201 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: GLEYCE KELLY SALES MENDES
REPRESENTANTES: ANTONIO FERNANDO CARVALHO DOS SANTOS NETO (OAB/PA 16968-A), NEY

GONCALVES DE MENDONCA JUNIOR (OAB/PA 007829), NEYLER MARTINS DE MENDONCA (OAB/PA 14600-A), RICARDO AUGUSTO MINAS DA SILVA (OAB/PA 25293-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

13 - PROCESSO: 0001461-97.2015.8.14.0201 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: AYRTON FAILACHE BARROS
REPRESENTANTE: CARLOS RENATO NASCIMENTO DAS NEVES (OAB/PA 17910-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

14 - PROCESSO: 0011159-41.2017.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: OTAVIO JEFFERSON LIMA RODRIGUES
REPRESENTANTE: PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA (OAB/PA 8269-A)
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

15 - PROCESSO: 0003347-74.2019.8.14.0110 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: PAULO HENRIQUE FERREIRA LIMA
REPRESENTANTE: YURI FERREIRA MACIEL (OAB/PA 25777-A)
RECORRENTE: LOREANE COSTA SOARES
RECORRENTE: PEDRO PAULO DA SILVA
REPRESENTANTE: WEILLIA FREIRE DE ABREU (OAB/PA 10653-A) - DEFENSORA DATIVA
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

16 - PROCESSO: 0006923-91.2019.8.14.0040 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
RECORRENTE: NIVALDO COSTA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

17 - PROCESSO: 0006312-77.2019.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: ANTONIO GENEI DE SOUSA ALVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

18 - PROCESSO: 0001359-51.2012.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LEANDRO DA SILVA SABATINGA
APELANTE: ANDRE SANTOS ROCHA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

19 - PROCESSO: 0002223-41.2013.8.14.0086 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JHONER LIMA MARINHO
REPRESENTANTE: MARCIO JOSE GOMES DE SOUSA (OAB/PA 10516-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

20 - PROCESSO: 0017053-37.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MARCELO MAURICIO MOUTINHO DA CUNHA
REPRESENTANTE: ANTONIA DE FATIMA DA CRUZ MELO (OAB/PA 5398-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

21 - PROCESSO: 0000382-02.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RODRIGO SOUZA MARQUES
APELANTE: DANIELE DOS SANTOS CHAVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

22 - PROCESSO: 0004973-28.2014.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JOSE JAKSON COSTA NOVAIS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

23 - PROCESSO: 0005401-41.2014.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APELADO: VAGNER VIEIRA MATOS
REPRESENTANTE: JOELSON FARINHA DA SILVA (OAB/PA 17612-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES CHAVES RODRIGUES
REPRESENTANTE: ARNALDO RAMOS DE BARROS JUNIOR (OAB/PA 17199-A)
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

24 - PROCESSO: 0024553-23.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: PAULO SERGIO PAULINO DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECIDO O RECURSO

25 - PROCESSO: 0019100-76.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JOSE NORONHA VALENTE
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

26 - PROCESSO: 0017723-36.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GEAM MOREIRA LOPES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

27 - PROCESSO: 0027295-16.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: JONAS SANTOS DE SOUZA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

28 - PROCESSO: 0021784-03.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ISABELE THUANNE MIRANDA GONCALVES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO

29 - PROCESSO: 0005009-40.2019.8.14.0121 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: VALDETE ALVES DA SILVA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

30 - PROCESSO: 0008972-55.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: LUIS HENRIQUE LOPES BARROS
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: A JUSTICA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

31 - PROCESSO: 0803167-54.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: WENDELL LUIS DOS SANTOS PEREIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

32 - PROCESSO: 0006737-85.2016.8.14.0036 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO
APELANTE: MARQUINES GOMES DA SILVA
REPRESENTANTE: SAMUEL GOMES DA SILVA (OAB PA 21889-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O RECURSO

33 - PROCESSO: 0018677-92.2011.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: SONIA MARIA SANTOS DE PINHO
REPRESENTANTE: RAPHAEL REIS DE SOUSA (OAB/PA 15356-A)
APELANTE: DEIVISON DE PINHO MONTEIRO
REPRESENTANTES: RAPHAEL PAULINO MARTINS DE SOUZA (OAB CE46789), ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB CE38071)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO

34 - PROCESSO: 0000923-90.2014.8.14.0221 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: VALDIELSON NEVES FAVACHO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO

RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO

35 - PROCESSO: 0022448-73.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
APELADO: RAMON DA COSTA CASTRO
REPRESENTANTE: NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (OAB/PA 18898-A)
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

36 - PROCESSO: 0003301-79.2015.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RONIVALDO LIMA DA SILVA
APELANTE: EGNALDO SOARES SAMPAIO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

37 - PROCESSO: 0042214-04.2015.8.14.0070 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ELTON COSTA DA CUNHA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO

38 - PROCESSO: 0006376-22.2016.8.14.0019 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: MANOEL DA PAZ DE SOUSA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO

39 - PROCESSO: 0016101-74.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: GABRIEL MELO DE LIMA
REPRESENTANTE: BEIDSON RODRIGUES COUTO (OAB/PA 24024-A)
APELANTE: CARLOS JOILSON DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: CLEBER LUIZ MORAES DA SILVA (OAB/PA 22345-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO

40 - PROCESSO: 0009687-26.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: ALAN MARCELO DOS REIS COELHO
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

41 - PROCESSO: 0003787-29.2018.8.14.0038 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: FRANCISCO ZACARIAS DE BRITO
REPRESENTANTE: ELVA MARIA SALES COELHO (OAB/PA 17318-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: RETIRADO POR AUSÊNCIA DE VOTO

42 - PROCESSO: 0005597-55.2018.8.14.0065 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: EDISON BARBOSA DOS SANTOS
REPRESENTANTE: MARX SUEL LUZ BARBOSA DE MACEDA (OAB 4439), PEROLA REGINA MARQUES DE SOUSA (OAB/PA 23715-A)
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

43 - PROCESSO: 0003419-80.2019.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RONALDO GREGORIO DA SILVA MAIA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

44 - PROCESSO: 0003991-17.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL
APELANTE: RICHARD DA SILVA BARBOSA
APELANTE: HAILTON DRAGO PIRES
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
IMPEDIMENTO: DESA. EVA DO AMARAL COELHO
REVISOR: DES. PEDRO PINHEIRO SOTERO
RELATORA: DESA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA
DECISÃO: A EGRÉGIA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL JULGOU, À UNANIMIDADE, IMPROVIDO O RECURSO

Do que para constar, eu, Esmerina de Jesus Tenório Gomes, Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, consigno a presente Ata/Resenha com dados extraídos do sistema PJe em Julgamento sob ferramenta Plenário Virtual, para os devidos fins. Desembargadora Kédima Pacífico Lyra, Presidente. Belém/PA, 17 de abril de 2023.

FÓRUM CÍVEL

COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE BELÉM

Número do processo: 0849098-21.2023.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: JOAO CARLOS PINA SARAIVA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILA CORREA TEIXEIRA OAB: 12291/PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE DE ARRECADAÇÃO-FRJ-BELÉM

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE DE ARRECADAÇÃO-FRJ-BELÉM**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por seu chefe subscritor, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC: 0849098-21.2023.8.14.0301
NOTIFICADO: JOAO CARLOS PINA SARAIVA

Adv.: CAMILA CORREA TEIXEIRA

FINALIDADE: **NOTIFICAR** JOAO CARLOS PINA SARAIVA, na pessoa do seu/sua advogado(a), para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção **?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **cobranca01@tjpa.jus.br** ou pelo celular (91) 98251-4983 (whatsapp) nos dias úteis das 8h às 14h.

Belém/PA, 23 de novembro de 2023

Everton de Araújo Silva
Chefe da Unidade de Arrecadação ? FRJ ? Belém

Número do processo: 0869361-74.2023.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: EDSON ANTONIO TREBESCHI Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO MORAES ALVIM OAB: 130710/MG

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE DE ARRECADAÇÃO-FRJ-BELÉM

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE DE ARRECADAÇÃO-FRJ-BELÉM**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por seu chefe subscritor, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC: 0869361-74.2023.8.14.0301
NOTIFICADO EDSON ANTONIO TREBESCHI

Adv.: RICARDO MORAES ALVIM

FINALIDADE: **NOTIFICAR** EDSON ANTONIO TREBESCHI, na pessoa do seu/sua advogado(a), para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção **?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **cobranca01@tjpa.jus.br** ou pelo celular (91) 98251-4983 (whatsapp) nos dias úteis das 8h às 14h.

Belém/PA, 23 de novembro de 2023

Everton de Araújo Silva
Chefe da Unidade de Arrecadação ? FRJ ? Belém

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

0862898-87.2021.8.14.0301

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 30 DIAS)

Augusto Cesar da Luz Cavalcante, Juiz de Direito, Titular da 6ª Vara Cível de Belém, na forma da lei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de Citação virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e secretaria, a Ação de: USUCAPIÃO, movida por MARIA DOLORES MARTINS GUIMARAES, contra CIA DE DESEMVOLV E ADM DA AREA METROPOLITANA DE BELEM, LIGA CONTRA A LEPRA (ATUAL SOCIEDADE EDUCANDARIO EUNICE WEAVER, ANGELITA DA CRUZ, SUSY MARIA LIMA DA SILVA, VERA MARIA DA SILVA GREGORIO, AUSENTES E INCERTOS, RUBEM BORGES MARTINS, - tendo como objeto o seguinte bem: imóvel localizado na Avenida Padre Bruno Sechi (antiga Estrada da Yamada), Passagem Nossa Senhora de Fátima, nº 15, perímetro compreendido entre a Passagem São José e Rua Ajax de Oliveira, Bairro Bengui, CEP: 66.630- 420, cidade de Belém/PA., fica(m) desde logo, **CITADOS os requeridos Henrique de Oliveira Borges da Rocha e Edgar de Sousa Franco**, representantes da requerida LIGA CONTRA A LEPRA (ATUAL SOCIEDADE EDUCANDARIO EUNICE WEAVER), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, para apresentar(em) defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do término do prazo deste edital(30 dias), sob pena de revelia e de serem aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor na Exordial (art. 285 e 319, do CPC), observando-se os requisitos exigidos pelo artigo 256,I, do novo código civil e seus incisos do mesmo Diploma legal. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado na forma da lei afixado no local público de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 21 de novembro de 2023. Eu Edmilton Pinto Sampaio, Diretor de Secretaria, digitei.

AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE

Juiz de Direito

UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 1 VARA DE FAMÍLIA

EDITAL PARA PUBLICIDADE DE ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS DE CASAMENTO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

O Juiz de Direito titular da 3ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, Paulo Pereira da Silva Evangelista, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que pelo Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Belém/PA, expediente da UPJ de Família desta Comarca, processam-se os termos da Ação de ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS, Processo nº 0843659-29.2023.8.14.0301, entre os cônjuges FELIPE MAYWORM GERVASONI CPF: 052.416.751-67, e, BEATRIZ DA SILVA GERVASONI CPF: 168.037.577-65, casados, brasileiros, ele militar, filho de Claudio Dantas Gervasoni e de Vanisa Mayworm Gervasoni, ela ocupação não informada, filha de Valdecir Tavares da Silva e de Edeilza de Souza da Silva, residentes e domiciliados na Travessa Pirajá, 716, APTO 202 / Bloco A, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66083-514, nesta cidade, cuja demanda tem o condão de alterar o regime de bens do casal: de Separação Total de Bens para Comunhão Parcial de Bens (Id-96197041).

E para chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, a fim de resguardando direitos de terceiros, determinou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL, que será afixado no local público de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico e alhures, conforme determina a lei (Art. 734 e § 1º do CPC). Dado e passado nesta cidade de Belém, aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três. Eu, Leonardo Bezerra Bittencourt, Auxiliar Judiciário do Núcleo de Cumprimento da UPJ de Família subscrevo eletronicamente o presente, autorizado pelo art. 1º, §2º, IX do Provimento nº 06/2006 da CJRMB.

LEONARDO BEZERRA BITTENCOURT

Auxiliar Judiciário - Matrícula 169803

Autorizado pelo Prov. 006/2006 da CJRMB

UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 20 (VINTE) DIAS

Processo: 0899761-71.2023.8.14.0301
Ação: GUARDA C/C OFERTA DE ALIMENTOS
Requerente: LUIS JOSE DE ALMEIDA, CPF 628.551.901-34

Requerida: MARIA ANTONIA NUNES CUNHA, CPF 009.643.242-02

FINALIDADE

A Doutora SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, Juíza de Direito, titular da 4ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo expediente da UPJ de Família desta Comarca, processam-se os termos da Ação de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7), Processo nº 0899761-71.2023.8.14.0301, tendo por finalidade o presente EDITAL a CITAÇÃO da requerida **MARIA ANTONIA NUNES CUNHA, CPF 009.643.242-02**, para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, por meio de advogado/defensor publico, ficando advertido de que se não contestar à ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Caso seja decretada sua revelia, ser-lhe-á nomeado curador especial, nos termos do art. 72 do CPC.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que publicado no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário de Justiça Eletrônico (DJE/PA) na rede mundial de computadores e afixar no local público de costume, conforme determina a lei. Dado e passado nesta cidade de Belém-PA, aos 24 de novembro de 2023.

(Assinado eletronicamente)

José Alexandre Costa do Nascimento

Auxiliar de Secretaria da UPJ das Varas de Família de Belém

Autorizado pelo Prov. 006/2006 da CJRMB

FÓRUM CRIMINAL DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL O Excelentíssimo Doutor JOÃO AUGUSTO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Juiz Diretor do Fórum Criminal da Capital, em exercício, no uso de suas atribuições legais etc. Resolve: . PORTARIA Nª 98/2023- DFCri/Plantão O Excelentíssimo Doutor JOÃO AUGUSTO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Juiz Diretor do Fórum Criminal da Capital, em exercício, no uso de suas atribuições legais etc. Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados Resolve: Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de DEZEMBRO/2023: DIAS; HORÁRIO MAGISTRADO; SERVIDORES 01, 02 e 03/12 Portaria n.º 98/2023-DFCri, 27/11/2023 Dia:01/12-14h às 17h Dias:02 e 03/12- 08h às 14h 1ª Vara Criminal da Capital Dra. CLARICE MARIA DE ANDRADE ROCHA, Juíza de Direito, ou substituta Celular de Plantão: (91) 98010-0986 E-mail: 1crimebelem@tjpa.jus.br Diretor de Secretaria: Simone Feitosa de Souza Assessor (a) de Juiz(a): Lorena Martins da Silva Cruz Queiroz Servidor(a) de Secretaria: Reinaldo Alves Dutra (2 e 3/12) Servidor(a) Distribuidor(a): Lorena Rodrigues Nylander Brito Servidor(a) da Biometria: Ronaldo Pereira (02 e 03/12) Oficiais de Justiça: Angelo Correa Lobato Neto (01/12) Aníbal da Gama Bastos (01/12 ? Sobreaviso) Antônio Carlos Silva dos Santos (01/12 ? Sobreaviso) Márcio Roberto Macedo Cardoso(02 e 03/12) Ana Patrícia Teixeira Coelho Lages (02 e 03/12 ? Sobreaviso) Operadores Sociais: Roberta Cristina Ferreira Rios Melo: Psicologia/Central Multidisciplinar da Mulher Edy Joy Quadros do Nascimento Lima: Serviço Social/CEM/VDFM Nelciany Cristina Pereira Colares Miranda: Psicóloga/VEPMA Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se Belém, 14 de novembro de 2023. JOÃO AUGUSTO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA JÚNIOR Juiz Diretor do Fórum Criminal da Capital, em exercício

SECRETARIA DA VARA DE EXECUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS AUTOS nº 2001929-28.2023.8.14.0401

PESSOA EM ALTERNATIVA: JEAN CORREA MORAES, RG 6991567 SSP/PA, CPF 702.686.232-44, Nome do Pai: JULIO RODRIGUES MORAES, Nome da Mãe: ANA CLEIDE CORREA LOBO, nascido em 13/04/1992, natural de BELÉM, localizável no(a) INTIMAÇÃO POR EDITAL, - - - - - BELÉM/PA - CEP: 66.625-155 A Juíza ANDRÉA LOPES MIRALHA, Titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, no uso de suas atribuições legais MANDA INTIMAR POR EDITAL a pessoa em alternativa acima qualificada, por não ter sido ENCONTRADO(A) NO ENDEREÇO QUE INDICOU, estando hoje em local incerto e não sabido, motivo pelo qual foi expedido este EDITAL, cujo prazo, após publicação é de 20 dias, PARA COMPARECER NA VARA DE EXECUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS ? VEPMA, na Travessa Joaquim Távora, nº 333, Bairro Cidade Velha, Belém/PA a fim de dar início/continuidade ao cumprimento de sua reprimenda, nos termos da legislação vigente. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará. CUMPRA-SE.

FÓRUM DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE PATRONO

Processo de número: 0818387-45.2023.8.14.0006

Nos termos do art. 1º, § 2º, XXIV, dos PROVIMENTOS Nº 006/2006-CJRMB e 006/2009- JCI, INTIMO o Dr. JOSÉ EDUARDO PEREIRA ROCHA-OAB/PA n. 18045, Advogado do nacional Genário dos Santos, nos autos do processo supra, para que, no prazo de lei, junte aos autos em referência a defesa preliminar do suso denunciado, visto que os autos encontram-se no disponíveis no PJE. Ananindeua/PA, 24 de novembro de 2023. SARAH REGINA SOUSA PEREIRA/Diretora de Secretaria da 1ª VCA.

COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0824086-17.2023.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO LUIZ FERNANDES SANTANA Participação: REQUERIDO Nome: LARISSA GOMES TEIXEIRA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO LUIZ FERNANDES SANTANA OAB: 23624/PA

NOTIFICAÇÃO

A UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA REGIONAL DE ANANINDEUA - UNAJ-AN, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

PAC:0824086-17.2023.8.14.0006

NOTIFICADO(A): LARISSA GOMES TEIXEIRA

Advogado(s): FABIO LUIZ FERNANDES SANTANA - OAB/PA nº 23624

FINALIDADE: NOTIFICAR: LARISSA GOMES TEIXEIRA
para que proceda, no prazo de15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/, acessando a opção ?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo? e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 006unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone (91) 3201-4992 nos dias úteis das 8h às 14h.

Ananindeua/PA,24 de novembro de 2023

Número do processo: 0824095-76.2023.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LETICIA ALVES GODOY DA CRUZ Participação: REQUERIDO Nome: HERALDO COSTA E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: LETICIA ALVES GODOY DA CRUZ OAB: 482863/SP

NOTIFICAÇÃO

A UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA REGIONAL DE ANANINDEUA - UNAJ-AN, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

PAC:0824095-76.2023.8.14.0006

NOTIFICADO(A):HERALDO COSTA E SILVA

Advogado(s): LETICIA ALVES GODOY DA CRUZ - OAB/SP nº 482863

FINALIDADE: NOTIFICAR: HERALDO COSTA E SILVA
para que proceda, no prazo de15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/, acessando a opção ?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo? e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 006unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone (91) 3201-4992 nos dias úteis das 8h às 14h.

Ananindeua/PA,24 de novembro de 2023

Número do processo: 0824025-59.2023.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ROBERTO BECHIR MAUES FILHO Participação: REQUERIDO Nome: MORAES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

NOTIFICAÇÃO

A UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA REGIONAL DE ANANINDEUA - UNAJ-AN, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

PAC:0824025-59.2023.8.14.0006

NOTIFICADO(A): MORAES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

Adv.: Advogado(s) do reclamado: JOSE ROBERTO BECHIR MAUES FILHO. OAB PA015848.

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a): MORAES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
para que proceda, no prazo de15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/, acessando a opção ?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo? e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 006unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone (91) 3201-4992 nos dias úteis das 8h às 14h.

Ananindeua/PA,24 de novembro de 2023

Número do processo: 0824079-25.2023.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO ARAUJO DA SILVA NETO Participação: REQUERIDO Nome: YURI DE CASTRO SANTANA MORELAND Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO ARAUJO DA SILVA NETO OAB: 6992/TO

NOTIFICAÇÃO

A UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA REGIONAL DE ANANINDEUA - UNAJ-AN, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

PAC:0824079-25.2023.8.14.0006

NOTIFICADO(A): YURI DE CASTRO SANTANA MORELAND

Advogado(s): MAURICIO ARAUJO DA SILVA NETO - OAB/TO nº 6992

FINALIDADE: NOTIFICAR: YURI DE CASTRO SANTANA MORELAND
para que proceda, no prazo de15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/, acessando a opção ?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo? e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 006unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone (91) 3201-4992 nos dias úteis das 8h às 14h.

Ananindeua/PA,23 de novembro de 2023

Número do processo: 0824047-20.2023.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMA Participação: REQUERIDO Nome: BANCO HONDA S/A. Participação: ADVOGADO Nome: DRIELLE CASTRO PEREIRA

NOTIFICAÇÃO

A UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA REGIONAL DE ANANINDEUA - UNAJ-AN, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

PAC:0824047-20.2023.8.14.0006

NOTIFICADO(A): BANCO HONDA S/A.

Adv.: Advogado(s) do reclamado: MAURICIO PEREIRA DE LIMA. OAB PA10219, DRIELLE CASTRO PEREIRA. OAB PA016354.

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a): BANCO HONDA S/A.
para que proceda, no prazo de15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/, acessando a opção ?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo? e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 006unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone (91) 3201-4992 nos dias úteis das 8h às 14h.

Ananindeua/PA,24 de novembro de 2023

Número do processo: 0824039-43.2023.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: UNYEAD EDUCACIONAL S.A. Participação: ADVOGADO Nome: MARIANA LEANDRO DAMACENO

NOTIFICAÇÃO

A UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA REGIONAL DE ANANINDEUA - UNAJ-AN, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA,

expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

PAC:0824039-43.2023.8.14.0006

NOTIFICADO(A): UNYEAD EDUCACIONAL S.A.

Adv.: Advogado(s) do reclamado: MARIANA LEANDRO DAMACENO. OAB DF38091.

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a): UNYEAD EDUCACIONAL S.A.
para que proceda, no prazo de15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/, acessando a opção ?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo? e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 006unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone (91) 3201-4992 nos dias úteis das 8h às 14h.

Ananindeua/PA,24 de novembro de 2023

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Exma. Dra. **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, Juíza de Direito titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc., **FAZ SABER**, aos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramitaram os autos de interdição autuados sob n. **0800817-69.2020.8.14.0097**, tendo acolhido os pedidos expressos nos autos, conforme consta na sentença (id 88207903) dos autos, decisão que decretou a interdição da Sra. **KLECE CARDOSO DE SOUZA** e de **KELLE CARDOSO DE SOUZA**. interdição aqui publicada teve como motivo o fato de a Interditadas **KLECE SOUSA** ser portador da mazela classificada com o CID 10 F71.1 e **KELLE SOUZA** ser portadora de classificada com CID 10 F 72.1, conforme prova carreada nos autos em epígrafe. Desta feita, é entendido como sendo **INCAPAZ, RELATIVAMENTE A CERTOS ATOS OU À MANEIRA DE OS EXERCER**, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil. O encargo da curatela foi conferido à Sra. **KESIA CARDOSO DE SOUZA**. A curatela, no caso em tela, é por prazo indeterminado e afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do curatelado, não alcançará o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Por força do art. 1.774 do Código Civil, as obrigações do curador estão previstas nos artigos 1.741, 1.747 e 1.748 do referido Código, sendo ao curador vedada a prática dos atos descritos no art. 1.749 do Código Civil. A referida Curadora não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis de qualquer natureza, que venham a pertencer as Interditadas, sem a necessária autorização Judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, na alimentação e no bem-estar das Interditadas. A sentença será inscrita no Registro de Pessoas Naturais, em conformidade com a determinação do § 3º, do art. 755, do Código de Processo Civil. **EXPEDIDO** nesta Cidade e Comarca de Benevides do Estado do Pará, aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), nos termos do Provimento n.º 006/2006, alterado pelo Provimento n.º 008/2014, da CGJRMB.

CAROLINA AMARAL VILHENA BARBOSA

Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

Comarca de Benevides

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Exma. Dra. **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, Juíza de Direito titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc., **FAZ SABER**, aos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramitaram os autos de interdição autuados sob n. **0802229-64.2022.8.14.0097**, tendo acolhido os pedidos expressos nos autos, conforme consta na sentença (id 104557446) dos autos, decisão que decretou a interdição do Sr. **ANTÔNIO CLEIBE SILVA DE CARVALHO**. A interdição aqui publicada teve como motivo o fato de o Interditado ser portador da mazela classificada com o CID 10 G83 e H91.3, conforme prova carreada nos autos em epígrafe. Desta feita, é entendido como sendo **INCAPAZ, RELATIVAMENTE A CERTOS ATOS OU À MANEIRA DE OS EXERCER**, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil. O encargo da curatela foi

conferido à Sra. **FRANCISCA ANDREINA SILVA DE CARVALHO**. A curatela, no caso em tela, é por prazo indeterminado e afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do curatelado, não alcançará o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Por força do art. 1.774 do Código Civil, as obrigações do curador estão previstas nos artigos 1.741, 1.747 e 1.748 do referido Código, sendo ao curador vedada a prática dos atos descritos no art. 1.749 do Código Civil. A referida Curadora não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis de qualquer natureza, que venham a pertencer ao Interditado, sem a necessária autorização Judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, na alimentação e no bem-estar do Interditado. A sentença será inscrita no Registro de Pessoas Naturais, em conformidade com a determinação do § 3º, do art. 755, do Código de Processo Civil. **EXPEDIDO** nesta Cidade e Comarca de Benevides do Estado do Pará, aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), nos termos do Provimento n.º 006/2006, alterado pelo Provimento n.º 008/2014, da CGJRMB.

CAROLINA AMARAL VILHENA BARBOSA

Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

Comarca de Benevides

EDITAIS

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS

EDITAL DE CITAÇÃO DOS CONFINANTES DESCONHECIDOS, RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O(A) Dr(a). **VANESSA RAMOS COUTO**, Juiz(a) de Direito respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Belém, Estado do Pará, na forma da Lei e etc.

FAZ SABER a todos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tomarem, que por este Juízo, processam-se os autos da **AÇÃO DE USUCAPIÃO** ? Processo n.º **0853991-55.2023.8.14.0301**, proposta por **AUTOR: RENATA PAES CARVALHO, tendo por objeto o imóvel urbano situado na Travessa Barão de Mamoré, 405, casa, Guamá, CEP: 66073-070, BELéM - PA. É o presente Edital para CITAÇÃO DOS CONFINANTES, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E TERCEIROS INTERESSADOS,** que se encontram em local incerto e não sabido, da presente AÇÃO, para que compareçam ao processo, a fim de apresentar CONTESTAÇÃO, no que se refere aos fatos postulados na inicial, quanto ao imóvel acima identificado. Ficando cientes que o prazo para CONTESTAR, querendo, é de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo deste EDITAL, que é de 30 (trinta) dias, a partir da publicação, sob pena de revelia e, nesse caso, presumir-se-ão aceitos pelos requeridos como verdadeiros os fatos articulados pelos requerentes na petição inicial. E, para que não seja alegada ignorância, no presente e no futuro, expediu-se o presente EDITAL, sendo publicado na forma da lei, e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 24 de novembro de 2023. Eu, ROSILENE FREIRE MONTEIRO, Diretor/Analista/Auxiliar Judiciário da 1ª UPJ Cível e Empresarial de Belém, digitei e assino, de ordem do MM. Juiz de Direito e nos termos dos Provimentos 006/2006-CJRMB e 008/2014-CRMB.

COMARCA DE ABAETETUBA

COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE ABAETETUBA

Número do processo: 0805185-03.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA RODRIGUES COSTA Participação: REQUERIDO Nome: MARCELO FONSECA BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA RODRIGUES COSTA OAB: 27012/PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC:0805185-03.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): MARCELO FONSECA BARBOSA

ENDEREÇO: Rua Manoel Costa, 782, prox a casa do cimento ao lado do mercado silva, mutirão, ABAETETUBA - PA - CEP: 68440-000

Advogado(s) do notificado: JULIANA RODRIGUES COSTA (OAB/PA 27.012)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a) **MARCELO FONSECA BARBOSA,** para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção**?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h

às 14h OU a parte notificada por comparecer nesta UNAJ, localizada no Fórum da Comarca de Abaetetuba, na Avenida Dom Pedro II, 1177, Aviação, em frente à Praça do Barco, Abaetetuba.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

Número do processo: 0805187-70.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: VANESSA NEVES COSTA Participação: REQUERIDO Nome: RAFAEL MACIEL DE OLIVEIRA DO REGO Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PIRES RODRIGUES OAB: 20476/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES OAB: 23422/PA Participação: ADVOGADO Nome: VANESSA NEVES COSTA OAB: 28518/PA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PIRES RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC:0805187-70.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): RAFAEL MACIEL DE OLIVEIRA DO REGO

ENDEREÇO: AVENIDA MINAS GERAIS, 433, FRANCILÂNDIA, ABAETETUBA - PA - CEP: 68440-000

Advogado(s) do reclamado: VANESSA NEVES COSTA (OAB/PA 28.518)

MAURICIO PIRES RODRIGUES (OAB/PA 20.476)

LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES (OAB/PA 23.422)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a) **RAFAEL MACIEL DE OLIVEIRA DO REGO,** para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com

sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção **?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h às 14h OU a parte notificada por comparecer nesta UNAJ, localizada no Fórum da Comarca de Abaetetuba, na Avenida Dom Pedro II, 1177, Aviação, em frente à Praça do Barco, Abaetetuba.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

Número do processo: 0805188-55.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: KAREN RODRIGUES DOS SANTOS PINHEIRO Participação: REQUERIDO Nome: EDINALDO FARIAS DE ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: KAREN RODRIGUES DOS SANTOS PINHEIRO OAB: 22850/PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DEJUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC: 0805188-55.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): EDINALDO FARIAS DE ALMEIDA

Advogado(s) do notificado: KAREN RODRIGUES DOS SANTOS PINHEIRO (OAB/PA 22850)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a) **EDINALDO FARIAS DE ALMEIDA**, para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção **?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h às 14h.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

Número do processo: 0805096-77.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: MARIA SUELY PEREIRA BARBOSA DE AZEVEDO Participação: ADVOGADO Nome: CELMIRA VIANA DE CARVALHO OAB: 26908/PA Participação: ADVOGADO Nome: CELMIRA VIANA DE CARVALHO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC:0805096-77.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): : MARIA SUELY PEREIRA BARBOSA DE AZEVEDO

ENDEREÇO: AVENIDA ACRE, 4365, FRANCILANDIA, ABAETETUBA - PA - CEP: 68440-000

Advogado(s) da notificada: CELMIRA VIANA DE CARVALHO (OAB/PA 26908)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a) **MARIA SUELY PEREIRA BARBOSA DE AZEVEDO,** para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção**?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h às 14h OU a parte notificada por comparecer nesta UNAJ, localizada no Fórum da Comarca de Abaetetuba, na Avenida Dom Pedro II, 1177, Aviação, em frente à Praça do Barco, Abaetetuba.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

Número do processo: 0805189-40.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES Participação: REQUERIDO Nome: ADYNAIR DE ARAUJO E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES OAB: 6908/PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC:0805189-40.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): ADYNAIR DE ARAUJO E SILVA

ENDEREÇO: AV D PEDRO II, 921, CENTRO, ABAETETUBA - PA - CEP: 68440-000

Advogado(s) da notificada: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (OAB/PA 6908)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a) **ADYNAIR DE ARAUJO E SILVA,** para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção**?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h às 14h OU a parte notificada por comparecer nesta UNAJ, localizada no Fórum da Comarca de Abaetetuba, na Avenida Dom Pedro II, 1177, Aviação, em frente à Praça do Barco, Abaetetuba.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

Número do processo: 0805190-25.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES Participação: REQUERIDO Nome: ALMERINDO PAES MAUES Participação: ADVOGADO Nome: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES OAB: 6908/PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no

§2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC:0805190-25.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): : ALMERINDO PAES MAUES

ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO RODRIGUES, Nº 460, Centro, ABAETETUBA - PA - CEP: 68440-000

Advogado(s) do notificado: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (OAB/PA 6908)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a) **ALMERINDO PAES MAUES,** para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção**?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h às 14h OU a parte notificada por comparecer nesta UNAJ, localizada no Fórum da Comarca de Abaetetuba, na Avenida Dom Pedro II, 1177, Aviação, em frente à Praça do Barco, Abaetetuba.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

Número do processo: 0805186-85.2023.8.14.0070 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA RODRIGUES COSTA Participação: REQUERIDO Nome: JOAO VIEGAS DIAS Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA RODRIGUES COSTA OAB: 27012/PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO ? FRJ - ABAETETUBA

NOTIFICAÇÃO

A **UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO-FRJ-ABAETETUBA**, unidade judicia?ria subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente **NOTIFICAÇÃO** nos termos abaixo delineados:

PAC:0805186-85.2023.8.14.0070

NOTIFICADO(A): JOAO VIEGAS DIAS

ENDEREÇO: Avenida Rio de Janeiro, 1703, Francilandia, ABAETETUBA - PA - CEP: 68440-000

Advogado(s) do notificado: JULIANA RODRIGUES COSTA (OAB/PA 27.012)

FINALIDADE: NOTIFICAR o(a) Senhor(a)**R JOAO VIEGAS DIAS,** para que proceda, no prazo de **15 (quinze) dias corridos,** a contar da presente notificação, o pagamento das **CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS**, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

OBSERVAÇÕES:

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência desta notificação.

2. O boleto banca?rio a ser pago esta? disponível no endereço: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ , acessando a opção**?2ª Via do Boleto Banca?rio e do Relatório de Conta do Processo?** e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto banca?rio também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço **070unaj@tjpa.jus.br** ou pelo telefone (91) 3751-0800 nos dias úteis das 8h às 14h OU a parte notificada por comparecer nesta UNAJ, localizada no Fórum da Comarca de Abaetetuba, na Avenida Dom Pedro II, 1177, Aviação, em frente à Praça do Barco, Abaetetuba.

Abaetetuba/PA,23 de novembro de 2023.

CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Chefe da Unidade Regional de Arrecadação ? FRJ ? Abaetetuba

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Processo nº 0809143-94.2021.814.0028. Requerente: Marituba Transmissao de Energia S.A. Requerido: Tese Empreendimentos e Serviços Eireli. Ação de Constituição De Servidão Administrativa com Pedido Liminar EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - PRAZO DE DEZ (10) DIAS O Excelentíssimo Senhor Dr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI, Juiz de Direito da Vara Agrária da Região de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Agrária da Região de Marabá e expediente da Secretaria Judicial da Vara Agrária desta Cidade e Comarca de Marabá, processam-se os autos de Servidão de Constituição de Servidão Administrativa com Pedido Liminar ? 0809143-94.2021.8.14.0028 (PJE)? em que é requerente(s) MARITUBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. em face de TESE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, o objeto é a Ação de Constituição de Servidão de Passagem, com pedido de liminar, fundada em utilidade pública, de imóvel rural, denominado ?Sítio Proteção Divina?, situado no Município de Breu Branco, para fins de implantação da Linha de Transmissão Tucuruí ? Marituba C1, conforme consta na inicial e documentos que a acompanham. **Tendo o presente EDITAL A FINALIDADE DE DAR CONHECIMENTO A TERCEIROS, DA AÇÃO SUPRAMENCIONADA, BEM COMO DO PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VALORES QUE CONSTA NOS AUTOS, CONFORME DISPÕE ART. 34 DO DECRETO LEI Nº 3.365/41, PARA QUE, QUERENDO, POSSAM IMPUGNAR A TITULARIDADE DA ÁREA OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO OU REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. A seguir a SENTENÇA ID nº 100682610, transcrita*: ?II- **FUNDAMENTAÇÃO**: A servidão administrativa é uma modalidade de intervenção branda do Estado na propriedade, o que equivale a dizer que a sua imposição não suprime o direito do particular, mas simplesmente o restringe, incidindo, especificamente, sobre o poder de uso do bem. O conceito de propriedade, na concepção do Código Civil, é composto por quatro elementos (poderes), bem discriminados por seu art. 1.228, a saber: uso, gozo (ou fruição), disposição e defesa. Entretanto, esses poderes podem ser separados uns dos outros, sem que isso importe em transferência do domínio de uma pessoa para outra. Há, nessa hipótese, verdadeira conversão da propriedade, que, anteriormente, era plena e passa a ser limitada. A instituição de servidão administrativa confere ao Poder Público apenas a utilização do bem, para o que lhe basta o poder de uso. O poder de uso conferido ao ente político interveniente se destina ao desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas do Estado, sejam elas qualificadas como públicas ou de utilidade pública. Neste sentido é que se institui servidão administrativa, por exemplo, para a passagem de linha de transmissão de energia elétrica, como no presente feito.Assim como acontece com qualquer forma de intervenção do Estado na propriedade, as servidões administrativas se assentam em dois princípios básicos: a) o da supremacia do interesse público sobre o privado (implícito) e b) o da função social da propriedade (art. 5.º, XXIII e art. 170, XIII da CF/88). Portanto, não restam dúvidas de que as servidões administrativas não impõem outra espécie de dever senão o de suportar uma ação do Estado, que adquire, na forma da lei, um direito real conferidor de poder de uso da propriedade ou posse alheia. A parte ré goza de direito real sobre o terreno afetado pela servidão administrativa, possuindo, assim, direito à indenização, registrando-se que nesse caso, ao contrário da desapropriação, a indenização visa ressarcir os prejuízos causados pela restrição do uso, e não pela perda do direito real. Nesse sentido é preciso se asseverar que nas servidões administrativas se indenizam os prejuízos sofridos pelo particular em virtude de sua instituição. Não se indeniza o valor da propriedade, porque esta não é retirada do particular que suporta o ônus. No caso, a servidão administrativa constitui-se em um apossamento feito pela concessionária do serviço público para a instalação de linhas de transmissão de energia elétrica, consistindo, portanto, em servidão aparente, que restringe a utilização do solo superficial. Não existe, todavia, um percentual fixo a ser aplicado à espécie. Segundo doutrina de Hely Lopes Meirelles: **A indenização da servidão faz-se em correspondência com o prejuízo causado ao imóvel. Não há fundamento algum para o estabelecimento de um percentual fixo sobre o valor do bem serviente, como pretendem alguns julgados. A indenização há que corresponder ao efetivo prejuízo causado ao imóvel, segundo sua normal destinação. Se a servidão não prejudica a utilização do bem, nada há que indenizar; se o prejudica, o pagamento deverá corresponder ao efetivo prejuízo, chegando, mesmo, a transformar-se em desapropriação indireta com indenização total da propriedade, se a inutilizou para sua exploração econômica***

normal." (Direito Administrativo Brasileiro, 33ª ed., Malheiros Ed.: SP, p. 629). Ante a ausência de composição entre as partes quanto ao valor da indenização, coube ao juízo nomear perito com o fim de determinar o montante a ser pago à ré para suportar o ingresso do Poder Público em sua área. *Desse modo, o cálculo da indenização devida em virtude da instituição de servidão no imóvel objetiva retratar e ponderar a real alteração nas condições de uso e ocupação dos imóveis, quando submetidos à implantação de servidão parcial ou total, a fim de se oferecer um valor justo em favor daquele que teve sua área limitada, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 35.851/54. Nesse âmbito, o cálculo do valor correspondente à servidão deve abranger todas as restrições impostas à área gravada pela servidão e deve ser feito levando-se em conta valores de mercado imobiliário, em obediência as legislações federais, estaduais e municipais disciplinadoras do uso e ocupação do solo, às normas de avaliação vigentes, bem como as específicas para cada caso. Nesse sentido, importante frisar que, nas servidões administrativas por interesse público, o expropriado não transfere a sua propriedade, mas, tão somente, sofre uma limitação administrativa ao uso pleno de seu domínio. Ou seja, a indenização decorrente de servidão administrativa para passagem de linhas de transmissão de energia elétrica deve corresponder ao efetivo prejuízo sofrido pelo proprietário, considerando o uso do terreno, por isso, imperiosa e fundamental a avaliação imobiliária para comprovação. Assim, no* ***ID. Num. 94215202,*** *o perito nomeado por este Juízo avaliou no quantum de* ***R$ 11.602,55*** *(onze mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos) o valor adequado para indenização da servidão administrativa objeto da demanda,* ***com o que as partes concordaram tacitamente, uma vez que, conquanto intimadas, deixaram de se manifestar (ID. Num. 97642646).*** *Diante disso, analisando os presentes autos, observo que* ***a prova pericial apresentada foi exposta de maneira clara e suficiente****, tendo sido bem fundamentados os critérios expostos e utilizados pelo perito para a composição do justo valor indenizatório. Observa-se que em sua avaliação, a perita discorreu, dentre outros elementos, sobre a* ***caracterização geral do imóvel, sua forma de acesso, recursos hídricos, topografia, cobertura vegetal, distribuição da área, capacidade do uso da terra, informações adicionais sobre o imóvel, diagnóstico de mercado, liquidez do imóvel, valor de mercado e valor da terra nua, para, ao final, chegar ao quantum indenizatório de R$ 11.602,55 (onze mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), o que demonstra ter o perito produzido de forma minuciosa a prova, eis que o profissional nomeado discorreu com clareza sobre os critérios utilizados, tendo inclusive fundamentado sua conclusão na norma da ABNT NBR 14.653-3:2019, valendo-se destacar que se trata de profissional detentor de conhecimento técnico, não tendo interesse na causa.*** *Assim, não havendo qualquer indício de erro e/ou omissão na prova pericial produzida, a avaliação do Sr. Perito Judicial deve ser prestigiada, pois justificada em vista dos critérios utilizados para o tipo de imóvel e para o local, tendo ainda sido realizada com metodologia confiável para aferir o valor da indenização. Nesse sentido é a jurisprudência:* ***TJSP: SERVIDÃO ADMINISTRATIVA: Adoção do laudo oficial. Valor indenizatório condizente com a realidade do imóvel na época da avaliação. Utilização de metodologia confiável para apurar o valor da indenização e do percentual dos fatores de depreciação e restrição do uso do imóvel. Perito de confiança do juízo. Trabalho realizado longe do interesse das partes. Ação julgada procedente. Recurso não provido." (Ap. nº 0001289-45.2011.8.26.0369, rel. Des. Reinaldo Miluzzi). TJSP: DIREITO PÚBLICO. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. RESTRIÇÃO DE PROPRIEDADE PARA PASSAGEM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DEREDE ELÉTRICA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA, FIXANDO-SE INDENIZAÇÃO DE R$ 205.515,00. INSURGÊNCIA DA AUTORA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. Apuração pelo método comparativo e com homogeneização de amostras, observando-se o princípio da contemporaneidade Críticas de assistente técnico suficientemente espancadas com sólidos argumentos Perícia realizada por profissional da inteira confiança do juízo, com suficiência ao desate da lide, merecendo, portanto, crédito e respaldo Valor indenizatório mantido tal como especificado no laudo. JUROS COMPENSATÓRIOS Pretensão de redução Possibilidade Juros compensatórios no percentual de 6% ao ano, em observância ao entendimento do S.T.F. no julgamento da ADI nº 2332.Procedência mantida Recurso parcialmente provido." (Apelação Cível 1001691-09.2016.8.26.0281; Relator (a): Antonio Tadeu Ottoni).*** *Desse modo de rigor a manutenção do valor encontrado pela perícia, de* ***R$ 11.602,55 (onze mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos)****. Fixado, pois, o valor indenizatório, de rigor tecer algumas observações sobre os consectários legais incidentes sobre o principal, quais sejam,* ***correção monetária, juros de mora e juros compensatórios****. A* ***correção monetária****, enquanto mera recomposição do valor real da moeda, deve incidir a partir da data-base da avaliação pericial do valor do imóvel até o efetivo pagamento, nos termos da Súmula n.º 561 do C. Supremo Tribunal Federal, in verbis: ?Em desapropriação, é devida a correção monetária até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo proceder-se à atualização do cálculo,*

ainda que por mais de uma vez?. Em relação aos ***juros moratórios****, eles são devidos a partir do trânsito em jugado desta sentença, na ordem de 1% ao mês, sobre a diferença da indenização que ainda resta a ser paga. Vale reforçar que* ***tanto a correção monetária quanto os juros moratórios incidirão tão somente sobre o valor da diferença entre o valor inicialmente depositado nos autos e aquele fixado na avaliação definitiva****, ou seja, o valor que resta a pagar a título de indenização. Derradeiramente, os* ***juros compensatórios*** *são devidos em razão da perda ou restrição da propriedade antes do recebimento da indenização devida ? ou seja, quando da imissão provisória do expropriante na posse do imóvel ?, incidindo sobre o montante do valor indenizatório que não estava disponível ao expropriado quando da perda do bem (que, no caso, corresponde ao valor do depósito provisório que a parte requerida não poderia levantar, na ordem de 20% do depósito) acrescido da diferença indenizatória que ainda deve ser paga, se for o caso. Com efeito, é o entendimento sumulado do C. Superior Tribunal de Justiça: Súmula n.º 69: ?Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel?. Súmula n.º 113: ?Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente?. Em relação ao índice dos juros compensatórios, o C. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI n.º 2332/DF, fixou as seguintes teses:* ***I ? É constitucional o percentual de juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano para a remuneração pela imissão provisória na posse de bem objeto de desapropriação; II ? A base de cálculo dos juros compensatórios em desapropriações corresponde à diferença entre 80% do preço ofertado pelo ente público e o valor fixado na sentença; III ? São constitucionais as normas que condicionam a incidência de juros compensatórios à produtividade da propriedade; IV ? É constitucional a estipulação de parâmetros mínimo e máximo para a concessão de honorários advocatícios em desapropriações, sendo, contudo, vedada a fixação de um valor nominal máximo de honorários. (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2332; Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO; Acórdão Julgamento: 17/05/2018; Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-080 DIVULG 15-04-2019 PUBLIC 16-04-2019)****. Assim,* ***os juros compensatórios deverão incidir sobre o montante que não esteve disponível de imediato para os réus, ainda que depositado nos autos****.* ***III. DISPOSITIVO:*** *Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta,* ***JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial (ID. Num. 34015644),*** *declarando-se constituída a servidão administrativa na área descrita no laudo de 2,1747 ha (ID. Num. 94215202), e, assim, declaro* ***EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO****, nos termos do art. 487, I do CPC****, para:a) Instituir servidão administrativa sobre o bem objeto do litígio, descrito na peça vestibular, ratificando a decisão que ordenou imissão provisória na posse de ID. Num. 38371775; b) Arbitrar o valor da indenização a ser paga pela autora à requerida em R$ 11.602,55 (onze mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), acrescido de correção monetária pelo IGPM a partir da data do laudo pericial (Junho de 2023 - ID. Num. 94215202), consignando-se que, como já foi depositada inicialmente pela autora a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) (ID. Num. 34953844 e ID. Num. 41148396), não deverá incidir juros de mora. Com relação aos juros compensatórios, ficam estabelecidos na ordem de 6% (seis por cento) ao ano, desde a imissão provisória na posse do imóvel, ocorrida em 27 de janeiro de 2022 (ID. Num. 49032877), incidentes sobre a diferença entre o valor fixado em sentença (R$ 11.602,55) e 80% (oitenta por cento) do valor oferecido pela autora (R$ 5.180,608, que, no caso, corresponde ao valor da quantia oferecida pela autora que os réus poderiam levantar - ID. Num. 34953844); c) Condeno a parte autora em custas processuais,que deverão ser atualizadas para o valor da indenização estabelecida na sentença, tendo em vista que este se constitui no conteúdo patrimonial em discussão, nos termos do art. 292 § 3º do CPC, devendo ser a parte autora intimada para recolher as custas remanescentes; d)****Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da parte requerida, que ficam arbitrados em 2% (dois por cento), sobre a diferença do valor inicialmente oferecido pela autora e o estabelecido em sentença, nos termos do artigo 27, § 1º, do Decreto-Lei n.º 3.665/41 e do teor da Súmula n.º 141 do C. Superior Tribunal de Justiça****; e)*** *Expeça-se, em favor da Requerente, mandado de imissão de posse, se for o caso, valendo esta sentença como título hábil para a transcrição no registro de imóveis a servidão de passagem, nos termos do art. 29 do Decreto ? Lei n. 3.365/41, esclarecendo-se que a parte requerida deverá cumprir com o disposto no artigo 34 do Decreto-Lei n.º 3.665/41 para qualquer levantamento de valores existentes nos autos, juntando-se nestes, documentos atualizados, os quais comprovem a quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o imóvel objeto da servidão (servindo declaração), bem como realize a publicação de editais, com o prazo de 10 (dez) dias, para conhecimento de terceiros, nos termos do art. 523 e seguintes do CPC/15. Sem remessa necessária ante a inaplicabilidade dos artigos 28, § 1º, do Decreto-Lei n.º 3.665/41 e 496 do Código de Processo Civil por ser a autora empresa privada e não entidade fazendária.*

Expeçam-se os ofícios e demais documentos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento da presente decisão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após certificado o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE. Marabá (PA), *data e hora da assinatura eletrônica*. **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI** Juiz de Direito Titular da Vara Agrária da 3ª Região ? Marabá/PA.*?.* **E, para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, será o edital afixado, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de publicação do Fórum da Comarca de Marabá, na forma da lei; publicado no Diário de Justiça Eletrônico. EXPEDIDO nesta cidade de Marabá/PA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, ___ (Leonardo Ferreira Santana), Diretor Substituto, o digitei. Região agrária de Marabá.**

COMARCA DE SANTARÉM

UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL

EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL

O DR. GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO, MM. Juiz de Direito Coordenador Geral da UPJ Criminal de Santarém, faz saber a todos os interessados que, na forma do Provimento nº 004/2001-CJCI/TJE/PA, da Instrução nº 004/2008-CJCI/TJE/PA e do Provimento 09/2023-CGJ, que será realizada **CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL**, com a finalidade de inspecionar o serviço da **UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL (UPJ) DAS VARAS CRIMINAIS DA COMARCA DE SANTARÉM**, instalada na Av. Mendonça Furtado, s/nº, Bairro Liberdade, Fórum local, Andar Térreo, Sala 09, nesta Cidade de Santarém, Pará. Durante os trabalhos, qualquer interessado poderá dirigir-se diretamente ao Juiz de Direito Coordenador Geral da UPJ Criminal, relatando fatos e/ou apontando eventuais irregularidades em relação aos serviços do respectivo Órgão e UPJ. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expede-se o presente **EDITAL** que deverá ser afixado no local de costume, **CONVOCANDO** os interessados a comparecerem perante este Juízo no **dia 10 de janeiro de 2024, às 09h00min,** na sala de audiências da 3ª Vara Criminal, quando será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA DE INSTALAÇÃO DE CORREIÇÃO, na forma do item I da instrução acima mencionada.

Santarém/PA, 24 de novembro de 2023.

GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO

Juiz de Direito Coordenador Geral da UPJ Criminal

UPJ DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: JUDSON SANTOS DE SOUZA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **JUDSON SANTOS DE SOUZA**, brasileiro, filho de Jurandir Lemos de Souza e Otaviana Santos de Souza, nascido em 05/07/1979, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do teor da sentença proferida nos autos do processo supra, que revogou a suspensão condicional da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0017214-54.2018.814.0051 e autorizou o cumprimento da pena em regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da sua pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 16 dias do mês de novembro de 2023. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

PROCESSO Nº 2000655-46.2022.8.14.0051 EXECUÇÃO DE PENAS EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ EXECUTADO: WENDELL ELOI SILVA DOS SANTOS, NATUREZA DA DÍVIDA: MULTA CRIMINAL EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 30 DIAS O Excelentíssimo Dr. Flávio Oliveira Lauande, Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da lei, etc.. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, e respectiva Secretaria, tramitam os autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PENA DE MULTA acima identificada, sendo que, encontrando-se o(a) devedor(a) atualmente em lugar ignorado, FICA por este EDITAL regularmente CITADO(A) o(a) executado(a) o(a) Sr(a). WENDELL ELOI SILVA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Isabel Cleide Silva dos Santos, nascido no dia 08/08/1991, para que, no prazo de 10 dias (art. 164 da Lei de Execução Penal), realize o pagamento da pena de multa imposta em razão de condenações proferidas nos processos nº 0009920-19.2016.8.14.0051 e nº 0005706-82.2016.8.14.005, fixadas, no valor total, de R$ 19.944,40, conforme cálculo apresentado pelo Ministério Público do Estado do Pará, nomeie bens à penhora, junte prova do pagamento ou requeira o parcelamento do referido valor em prestações mensais, iguais e sucessivas (art. 169 da Lei de Execução Penal), ficando desde já cientificado que, se não possuir condições financeiras para pagar o valor da

multa, deverá juntar aos autos, no mesmo prazo, provas documentais admitidas por Direito que comprovem a alegação de hipossuficiência econômica, como, por exemplo, cópias dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho; Cartão do Bolsa Família ou outro benefício assistencial; Declaração de hipossuficiência assinada de próprio punho, etc.; Receitas, laudos médicos, medicamentos, etc., caso faça uso, ou possua algum membro do núcleo familiar que necessite de tratamento médico e/ou medicamentoso. Logo, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, o presente edital será publicado no Diário de Justiça e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo. CUMPRA-SE na forma de lei. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no dia 06 de novembro de 2023. Eu ____ (Priscilla Sonsin Nonato), Analista judiciária da Vara da Execução Penal da Comarca de Santarém, digitei o presente expediente e subscrevi. PRISCILLA SONSIN NONATO Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006. Validação em https://seeu.pje.jus.br/seeu/ - Identificador: PJ5M9 N4PZN 5H837 Z3T73 SEEU - Processo: 2000655-46.2022.8.14.0051 - Assinado digitalmente por PRISCILLA SONSIN NONATO [45.1] EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO - Edital em 06/11/2023 Analista Judiciária da Vara da Execução Penal da Comarca de Santarém De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenada: DAIANA LOPES SIQUEIRA DOS SANTOS

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** a apenada **DAIANA LOPES SIQUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, filha de José Lopes dos Santos e Ana Maria Lopes de Siqueira, nascida em 27/01/1986, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do teor da sentença proferida nos autos do processo supra, que declarou o descumprimento das penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0806051-39.2021.814.0051, reconvertendo-as a pena privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITA A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 23 dias do mês de novembro de 2023. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: JOSE CARLOS NASCIMENTO SOUZA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **JOSE CARLOS NASCIMENTO SOUZA**, brasileiro, filho de José Ribamar de Souza e Antônia Nascimento Souza, nascido em 30/07/1982, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do teor da sentença proferida nos autos do processo supra, que declarou o descumprimento das penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0089004-06.2015.814.0051, reconvertendo-as a pena privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 23 dias do mês de novembro de 2023. Eu, ____, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

E D I T A L D E I N T I M AÇÃO

P R A Z O 15 D I A S

Classe: Execução da Pena

Apenado: ARLISON MAIA COSTA

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **ARLISON MAIA COSTA**, brasileiro, filho de Miguel Rodrigues Costa e Joana D´arc Maia Costa, nascido em 19/07/1996, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do teor da sentença proferida nos autos do processo supra, que declarou o descumprimento das penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0008895.97-2018.814.0051, reconvertendo-as a pena privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 24 dias do mês de novembro de 2023. Eu, ____,

Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

Ádria Gonçalves Vinhote

Analista Judiciário da VEP de Santarém

De ordem. Provimento 006/2006-CJCI

UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

MEDIDAS PROTETIVAS

COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO N°: **0813123-09.2023.8.14.0051**

REQUERENTE: **R. D. C. D. S. L.**

COM A FINALIDADE DE INTIMAR O REQUERIDO **JOÃO FURTADO DA GAMA**, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e **mantenho as medidas protetivas já fixadas**, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, tudo em consonância com fundamento no art. 13, da Lei Maria da Penha, sendo que as medidas deferidas **terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado**.

CIENTIFIQUE-SE a vítima de que, decorrido o prazo de 1 ano, é possível a renovação das medidas, caso persista a situação de risco. Nessa hipótese, deve a requerente comparecer a esta Vara para o requerimento pertinente, que poderá ser juntado aos presentes autos para deliberação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se, sendo possível o desarquivamento a qualquer tempo, em caso de nova manifestação das partes.

Santarém - PA, data da assinatura eletrônica.

(Assinado digitalmente)

SIDNEY POMAR FALCÃO

Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar

Contra a Mulher da Comarca de Santarém-PA - Portaria Nº 49/2023-SEJUD.

De ordem, Santarém-Pará, Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, **27 de NOVEMBRO de 2023**, eu, TAIARA DE SOUSA COELHO SILVA, estagiária da secretaria, digitei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

MEDIDAS PROTETIVAS

COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO N°: **0815152-32.2023.8.14.0051**

REQUERENTE: **M. H. T. S.**

COM A FINALIDADE DE INTIMAR O REQUERIDO **JANILSON SOUSA DE SOUSA**, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e **mantenho as medidas protetivas já fixadas**, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, tudo em consonância com fundamento no art. 13, da Lei Maria da Penha, sendo que as medidas deferidas **terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado**.

CIENTIFIQUE-SE a vítima de que, decorrido o prazo de 1 ano, é possível a renovação das medidas, caso persista a situação de risco. Nessa hipótese, deve a requerente comparecer a esta Vara para o requerimento pertinente, que poderá ser juntado aos presentes autos para deliberação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se, sendo possível o desarquivamento a qualquer tempo, em caso de nova manifestação das partes.

Santarém - PA, data da assinatura eletrônica.

(Assinado digitalmente)

SIDNEY POMAR FALCÃO

Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar

Contra a Mulher da Comarca de Santarém-PA - Portaria Nº 49/2023-SEJUD.

De ordem, Santarém-Pará, Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, **27 de NOVEMBRO de 2023**, eu, TAIARA DE SOUSA COELHO SILVA, estagiária da secretaria, digitei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

MEDIDAS PROTETIVAS

COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO N°: **0810433-07.2023.8.14.0051**

REQUERENTE: **M. M. F. V.**

COM A FINALIDADE DE INTIMAR O REQUERIDO **WILLISSON DOS SANTOS**, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e **mantenho as medidas protetivas já fixadas**, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, tudo em consonância com fundamento no art. 13, da Lei Maria da Penha, sendo que as medidas deferidas **terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado**.

CIENTIFIQUE-SE a vítima de que, decorrido o prazo de 1 ano, é possível a renovação das medidas, caso persista a situação de risco. Nessa hipótese, deve a requerente comparecer a esta Vara para o requerimento pertinente, que poderá ser juntado aos presentes autos para deliberação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se, sendo possível o desarquivamento a qualquer tempo, em caso de nova manifestação das partes.

Santarém - PA, data da assinatura eletrônica.

(Assinado digitalmente)

SIDNEY POMAR FALCÃO

Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar

Contra a Mulher da Comarca de Santarém-PA - Portaria Nº 49/2023-SEJUD.

De ordem, Santarém-Pará, Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, **27 de NOVEMBRO de 2023**, eu, TAIARA DE SOUSA COELHO SILVA, estagiária da secretaria, digitei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

MEDIDAS PROTETIVAS

COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO N°: **0813341-37.2023.8.14.0051**

REQUERENTE: **M. G. P. N.**

COM A FINALIDADE DE INTIMAR O REQUERIDO **RAIMUNDO ROCHA MONTEIRO** EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e **mantenho as medidas protetivas já fixadas**, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, tudo em consonância com fundamento no art. 13, da Lei Maria da Penha, sendo que as medidas deferidas **terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado**.

CIENTIFIQUE-SE a vítima de que, decorrido o prazo de 1 ano, é possível a renovação das medidas, caso persista a situação de risco. Nessa hipótese, deve a requerente comparecer a esta Vara para o requerimento pertinente, que poderá ser juntado aos presentes autos para deliberação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se, sendo possível o desarquivamento a qualquer tempo, em caso de nova manifestação das partes.

Santarém - PA, data da assinatura eletrônica.

(Assinado digitalmente)

SIDNEY POMAR FALCÃO

Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar

Contra a Mulher da Comarca de Santarém-PA - Portaria Nº 49/2023-SEJUD.

De ordem, Santarém-Pará, Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, **27 de NOVEMBRO de 2023**, eu, TAIARA DE SOUSA COELHO SILVA, estagiária da secretaria, digitei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

MEDIDAS PROTETIVAS

COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO N°: **0813459-13.2023.8.14.0051**

REQUERENTE: **M. V. D. S.**

COM A FINALIDADE DE INTIMAR O REQUERIDO **MAYKON DE LIMA RIBEIRO**, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e **mantenho as medidas protetivas já fixadas**, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, tudo em consonância com fundamento no art. 13, da Lei Maria da Penha, sendo que as medidas deferidas **terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da**

pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado.

CIENTIFIQUE-SE a vítima de que, decorrido o prazo de 1 ano, é possível a renovação das medidas, caso persista a situação de risco. Nessa hipótese, deve a requerente comparecer a esta Vara para o requerimento pertinente, que poderá ser juntado aos presentes autos para deliberação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se, sendo possível o desarquivamento a qualquer tempo, em caso de nova manifestação das partes.

Santarém - PA, data da assinatura eletrônica.

(Assinado digitalmente)

SIDNEY POMAR FALCÃO

Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar

Contra a Mulher da Comarca de Santarém-PA - Portaria Nº 49/2023-SEJUD.

De ordem, Santarém-Pará, Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, **27 de NOVEMBRO de 2023**, eu, TAIARA DE SOUSA COELHO SILVA, estagiária da secretaria, digitei.

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA

PODER JUDICIÁRIO VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA Rua Maranhão (Rodovia Transamazônica, Km 04), s/n, ao lado do DNIT, Bairro Bela Vista, Altamira - PA, CEP 68374-784, Altamira ? PA ? Correio eletrônico: agrariaaltamira@tjpa.jus.br ? Contato telefônico: (91) 98251-1732 **EDITAL DE CITAÇÃO ? PRAZO 20 (VINTE) DIAS** AÇÃO DE USUCAPIÃO

PROCESSO: **0801277-72.2022.8.14.0069**

Requerente: MARLENE DE OLIVEIRA DA SILVA

Advogado: ARTHUR RAMON ADRIANO DA SILVA - OAB PA 29121-A

Requerido: RUDI CARLOS SCHUNKE
Endereço: RUA C QUADRA B, CONJ CAS. MOURA, Águas Negras (Icoaraci), BELÉM - PA - CEP: 66822-480

Requerida: VANIA CRISTINA SOUZA CAMPELO SCHUNKE
Endereço: RUA: C QUADRA B, CONJUNTO CASTRO MOURA, 6, AGUAS NEGRAS, BELÉM - PA - CEP: 66010-020

O Dr. ANTONIO FERNANDO DE CARBALHO VILAR, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Agrária da Região de Altamira, Estado do Pará, na forma da Lei.

Dar publicidade a todos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que ficam devidamente citados OS CONFINANTES e TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS e DESCONHECIDOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente ação para, querendo, oferecerem contestação dentro do prazo da Lei.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL QUE SE PRETENDE E LEGITIMAÇÃO

IMÓVEL: Lote 45, o qual corresponde a fração de 08 (oito) alqueires (que corresponde a 38,72 hectares) que integra parte de um todo maior correspondente ao imóvel rural denominado ?Fazenda Belam? e que se encontra registrado no Cartório do Único Ofício de Pacajá (Cartório Santos) sob matrícula nº 0000614, Livro 2, na cidade de Pacajá/PA.

PRAZO: O prazo para contestar a presente ação é de 15 (quinze) dias, finda a dilação assinada pelo Juiz.

REVELIA: não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo no que diz respeito aos direitos indisponíveis, lhe sendo assegurado a nomeação de Curador Especial, conforme estabelece o art. 72, inc. II c/c art. 257, inc. IV, ambos do NCPC.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e, publicado na forma da lei. Eu, Valdilene Bento do Nascimento Silva, digitei e subscrevo.
Altamira/PA, 08 de novembro de 2023 ANTONIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR
Juiz de Direito

COMARCA DE RURÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE RURÓPOLIS

PROCESSO: 0800808-14.2022.8.14.0073

AÇÃO:[Capacidade]

REQUERENTE: SILMARA FERREIRA TRINDADE

REQUERIDA: MARIA ANTONIA ZAWASKI

SENTENÇA

Vistos os autos.

Tratam os autos de **AÇÃO DE CURATELA/INTERDIÇÃO** movida por **SILMARA FREITAS TRINDADE,** qualificada nos autos, através de advogada, requerer a interdição e curatela de **MARIA ANTONIA ZAWASKI**.

A autora pleiteia a interdição da requerida, em sede de tutela de urgência, alegando, que a interditanda é idosa, enferma física ? CID 10: 274, laudo médico (Id. 79175597, pág. 10), o que a impossibilita de praticar os atos da vida civil. Com a inicial vieram os documentos de Id. 79175597, pág. 1-10, de difícil controle, faz uso de medicamento e depende exclusivamente da família e sobrinha para sobreviver, o que a impossibilita de praticar os atos da vida civil.

Com a inicial juntou laudo médico atestando a incapacidade e que está acamada Id. 79175597.

Decisão que deferiu a curatela provisória Id. 79301961.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** na condição de fiscal da ordem jurídica (art. 752, §1º, do CPC), se manifesta na forma, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, e artigo 755, incisos I e II, do CPC, e ante a incapacidade da Requerida para os atos da vida civil, o Ministério Público do Estado do Pará se manifesta favorável à decretação da interdição de MARIA ANTONIA ZAWASKI com a nomeação de SILMARA FERREIRA TRINDADE para o encargo de curadora, observados os limites estabelecidos no artigo 85 da Lei 13.146/2015, Id. 103196619.

É o relatório. Decido.

Consta na petição inicial que a Requerente é neta da interditanda é idosa, apresenta limitações físicas, estando acamada, ? CID 10: 274, laudo médico (Id. 79175597, pág. 10), de natureza grave e irreversível, necessita de cuidados especiais, não sendo capaz de gerir, por si só os atos da vida civil, portanto a requerida deve, realmente, ser interditada, pois, concluiu-se que é portadora de moléstia permanente e irreversível, encontrando-se incapacitada para desempenhar atividade laboral, sendo desprovida de capacidade de fato.

Conforme DISCIPLINA a Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterou e

revogou vários artigos do Código Civil/2002 relativos à capacidade da pessoa, de modo que não há mais que se falar em incapacidade absoluta ? com exceção dos menores de dezesseis anos ?, sendo que o atual artigo 4º, inciso III do CC/2002 descreve como incapazes, ?relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade?.

Desse modo, considerando que no laudo médico (Id. 84490078) consta a informação de que o requerido encontra-se acometido de síndrome demencial, sendo incapaz para gerir sua vida e praticar os atos vida da civil, em decorrência da modificação anteriormente descrita**,** pelo que se apresenta válida a decretação, neste feito, de curatela na forma dos artigos 4º, III do CC/2002 e do artigo 85 da Lei nº 13.146/2015.

Diante do exposto, e, em consonância ao parecer do representante do Parquet, por consequência, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para **DECRETAR A CURATELA** da requerida **MARIA ANTONIA ZAWASKI,** para vedar, sem representação de curador, a prática de todos os atos jurídicos (art. 755, § 3º do CPC/2015), dando-lhe curadora na pessoa da requerente **SILMARA FERREIRA TRINDADE,** possibilitando que essa venha representar a curatelada nos atos da vida civil.

Assim, não poderá a requerida, sem representação da curadora nomeada, praticar nenhum ato jurídico, de maneira que a curadora nomeada por meio da presente sentença poderá representar a requerida nos atos da vida civil.

Intime-se a curadora nomeada para prestar compromisso em 05 (cinco) dias.

Lavre-se o competente termo. Inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se pela imprensa oficial (Diário da Justiça).

Ciente o Ministério Público.

Sem custas diante ao deferimento de justiça gratuita e sem honorários.

Transitada em julgado, arquive-se.

Publique. Intime-se.

Servirá a presente sentença, por cópia digitalizada, como MANDADO/INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

RURÓPOLIS - PARÁ, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente por:

RAFAEL ALVARENGA PANTOJA

Juiz de Direito

Respondendo pela Vara Única da Comarca de Rurópolis

Portaria nº 4179/2023 -GP

COMARCA DE MONTE ALEGRE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE

PROCESSO Nº 0000149-06.2018.8.14.0032 ? UNIÃO ESTÁVEL

REQUERENTE: MARCIANE SANTOS VIEIRA

ADVOGADO: DR. CARIM JORGE MELÉM NETO OAB/PA 13.789

REQUERIDO: ELINALDO SANTOS DE ASSUNÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Ausente a requerente. Presente o advogado **DR. CARIM JORGE MELÉM NETO OAB/PA 13.789.** Ausente o requerido. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801247-51.2022.8.14.0032 ? PREVIDENCIÁRIO

REQUERENTE: LUÍS ALVES COUTINHO

ADVOGADO: Dr. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807

ADVOGADO: Dr. RUAN PATRICK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA 26.925

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do requerente, devidamente acompanhado de seus advogados **Dr. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807 e Dr. RUAN PATRICK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA 26.925.** Ausente o requerido bem como seu procurador judicial. Presente a testemunha José Campos de Assunção. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **Passou**

o MM Juiz a proferir Sentença: Vistos, etc., Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE APOSENTADORIA POR IDADE PESCADOR C/C TUTELA DE URGÊNCIA**. promovida por **LUÍS ALVES COUTINHO**, já qualificado, em desfavor **de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS,** igualmente qualificado, aduzindo sinteticamente que requereu frente ao INSS, em 19/03/2018, sua aposentadoria por idade, na condição de pescador. No entanto, teve seu pedido indeferido sob a justificativa de: ? **Em atenção ao seu pedido de Aposentadoria por Idade, apresentado em 19/03/2018, informamos que, após a análise da documentação apresentada, não foi reconhecido o direito ao benefício, tendo em vista não ter comprovado o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, conforme o ano que implementou todas as condições, por tempo igual a 180 contribuições exigidas no ano de 2011 correspondente a carência do benefício**.? Inconformado, portanto, lança-se a provar em Juízo que reúne os requisitos para a aposentadoria especial de pescador, visando, logicamente, obter a concessão judicialmente. Seus documentos pessoais, apensados, atestam que nascido em 19/07/1953, então com 69 anos na data do requerimento em tela, suficiente para a percepção. Quanto a comprovação do efetivo exercício da atividade pescador, anexa: Carteira de Pescador; GPS de Segurado Especial; Recibos de Mensalidade; Requerimentos de Seguro Defeso e Carteira Sindical. **É o que basta relatar**. **Decido**. A sistemática aplicável ao caso em comento veda o deferimento da aposentação com base em prova exclusivamente testemunhal, conforme vedado pela legislação previdenciária, implementada pela interpretação irretocável firmada no verbete sumular nº. 149 do Colendo Superior Tribunal de Justiça ? STJ. Relativamente à atividade rural, depois da Lei nº. 9.063/95, que alterou a redação do art. 143 supramencionado, o trabalhador rural deve comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínuo, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, outro não é o entendimento do STJ e Turma Nacional de Uniformização. Não existem questões preliminares a serem apreciadas. **DO MÉRITO:** No mérito, é cediço que a aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais é devida desde que preenchidos os seguintes requisitos: a) idade de 60 (sessenta) anos para homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para mulher; b) comprovação do exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses igual à carência do benefício (artigos 39, I, 106, I e 143, da Lei nº 8.213/91). **Observa-se que o requisito da idade já foi preenchido pelo autor, que contava com mais de 60 (sessenta) anos quando requereu sua aposentadoria**. É cediço que a aposentadoria por idade para o segurado especial independe de carência, porém, desde que comprovado o exercício da atividade rural, à luz do disposto no artigo 26, III, da Lei nº 8.213/91. Assim, o rurícola não está dispensado de comprovar o efetivo exercício da atividade rural, no período anterior ao requerimento do benefício. No caso em julgamento, é mister observar que foram juntadas cópias de documentos que, à luz de uma interpretação extensiva do parágrafo único do art. 106, da Lei nº. 8.213/91, podem ser úteis para caracterizar que há início de prova material, e confirmar que o autor faz jus ao benefício previdenciário pleiteado na exordial, em virtude de que o rol de documentos exigidos pelo citado dispositivo legal é meramente exemplificativo, e não, taxativo, podendo acolher-se, portanto, outras provas que sirvam para demonstrar, idônea e suficientemente, os fatos. Ressalte-se que o início de prova material necessariamente não deve ser produzido em relação a todo o período de atividade rural, bastando que seja contemporâneo a uma parte de seu exercício. Em face dos elementos trazidos aos autos, e ainda com apoio nos que foram colhidos em audiência, tenho como plenamente revestida de seriedade a afirmativa autoral de haver exercido a profissão de pescador. São expressivos e extremamente detalhados os depoimentos prestados pelas testemunhas, colhidos em audiência de instrução e julgamento. É firme a jurisprudência no sentido de que a conjugação da prova testemunhal com razoável prova material se mostra bastante a comprovar o desempenho de atividade rural, crendo este Juízo que o certificado e demais peças que instruem a vestibular, além da prova testemunhal, compreendem prova bastante nesse âmbito. Desse modo, merecem transcritos: ?PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA. Entende este sodalício que o caráter assistencial do benefício de aposentadoria por idade rural, somado à dificuldade de comprovação do exercício de tal labor, autorizam a admissão de documentos outros que os elencados no art. 106 da Lei 8.213/91. Havendo nos autos início razoável de prova material, corroborado por prova testemunhal, a comprovar o labor agrícola, mister o reconhecimento do tempo de serviço para fins previdenciários. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental no Recurso Especial nº 754862/SP (2005/0076764-9), 6ª Turma do STJ, Rel. Paulo Medina. j. 28.03.2006, unânime, DJ 02.05.2006)?. ?PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. RECONHECIMENTO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTO MEDIANTE PROVA TESTEMUNHAL. 1. É firme a linha de precedentes nesta Corte e no STJ no sentido de que o início razoável de prova material pode projetar efeitos para período de tempo anterior ou posterior ao nele retratado, desde que corroborado por segura

prova testemunhal. Ressalva de entendimento em sentido contrário do Relator. 2. Demonstrado nos autos, mediante início razoável de prova material, complementado por segura prova testemunhal, o exercício de atividades rurais durante o período de tempo alegado, faz jus o segurado à contagem do tempo de serviço rural para fins de aposentadoria por tempo de serviço. 3. Impossível a concessão da aposentadoria por tempo de serviço pleiteada, em face do reconhecimento do tempo de serviço rural, pois inexistente prova do tempo de serviço urbano. Postulação que deve ser deduzida na esfera administrativa. 4. Apelação do INSS não provida. 5. Apelação do autor parcialmente provida. (Apelação Cível nº 96.01.34927-8/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Des. Fed. Carlos Moreira Alves, Rel. Convocado Juiz Fed. Antônio Cláudio Macedo da Silva. j. 26.04.2006, unânime, DJ 11.05.2006)?. ?PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL ASSOCIADA À PROVA TESTEMUNHAL. I. O STJ, em face das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais em fazer prova material a seu favor, tem decidido no sentido de que o rol de documentos hábeis a comprovar atividade rural, inscrito no artigo 106, parágrafo único da Lei 8.213/91 é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissíveis outros documentos não mencionados no dispositivo, entre eles o assento de óbito onde conste a profissão de agricultor do cônjuge. II. Dentre os documentos acostados aos autos constam a certidão de óbito do cônjuge, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oricuri - PE, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e comprovantes do ITR do local onde a demandante exerce suas atividades. III. As testemunhas ouvidas em audiência, com a cautela do Juízo, atestam que a autora exerce atividade rural há mais de vinte anos. IV. Parcelas vencidas corrigidas nos termos da Lei 6.899/91. Juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, excluídas as parcelas vincendas, conforme Súmula 111 do STJ. V. Apelação provida. (Apelação Cível nº 383401/PE (2004.83.08.000424-0), 4ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Margarida Cantarelli. j. 09.05.2006, unânime, DJU 30.05.2006)?. ?PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA TESTEMUNHAL ASSOCIADA A INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 111/STJ. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA Nº 204/STJ. 1. A Constituição Federal/88, art. 201, § 7º, II assegura aposentadoria para o trabalhador rural aos 60 anos para o homem e aos 55 anos para a mulher. 2. As provas testemunhais, colhidas com as cautelas do juízo, não contraditadas, associadas a início razoável de prova material, fazem prova da atividade rural. 3. Quanto aos honorários advocatícios, devem ser excluídas da condenação as parcelas vencidas, assim entendidas as posteriores à prolação da sentença, nos termos insertos na Súmula nº 111/STJ. 4. Apelação e remessa oficial improvidas. (Apelação Cível nº 376308/PB (2005.05.99.002380-1), 4ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Marcelo Navarro. j. 07.02.2006, unânime, DJU 15.03.2006)?. Assim, tem-se como suficientemente comprovado o exercício da condição de pescador artesanal, ainda que de forma descontínua, pelo período igual ou até superior ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido conforme previsão do artigo 143 da Lei n.º 8.213/91). Sobre a necessidade de tal período ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, esclareço que essa exigência legal não há de ser tomada literalmente, mas sim temperada com bom senso e moderação, em face da dura realidade dos trabalhadores rurais, dado o caráter eminentemente social do benefício previdenciário requerido. Com efeito, é muito comum o abandono de trabalho rural finda a capacidade laborativa do colono ou pescador, disso se originando o inevitável lapso temporal entre o término da atividade rural e o pleito administrativo ou judicial do benefício. Ressalte-se, inclusive, estar expressamente afastado o quesito da qualidade de segurado para a concessão do benefício em questão, devido à vigência da Lei nº. 10.666/03, que assim dispõe: ?Art. 3º (...) § 1º. Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício.?. Ademais, com relação à Lei nº. 10.666/03, resultante da conversão da MP n.º 83, de 12-12-2002, esclareça-se que, ao afastar a necessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos para a concessão do benefício, inexigindo assim a manutenção da qualidade de segurado, apenas veio a confirmar o entendimento que já estava sendo adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo anteriormente à edição da referida Lei, de tal forma que não se trata de aplicabilidade retroativa. Destarte, restando comprovado o implemento de todos os requisitos necessários, a parte autora faz jus à percepção do benefício de aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo. O termo inicial do benefício é a partir da data do requerimento administrativo, conforme dispõe o art. 49, I, b, da Lei nº 8.213/91. Ante o exposto, preenchido o requisito de idade e comprovado nos autos o requisito de exercício de atividade rural, **JULGO PROCEDENTE** o pedido autoral para determinar que o INSS implemente em favor do autor o benefício previdenciário de aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário mínimo. O termo inicial do benefício é a partir do requerimento administrativo, qual seja, **19/03/2018**. A correção monetária será calculada pelo INPC, ante o julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, a qual por arrastamento declarou

inconstitucional o artigo 1º-F da Lei 9494/97 (atualização monetária pelo índice de remuneração da poupança). A partir de 25/03/2015, a atualização monetária será calculada pelo índice de preços ao consumidor amplo especial (IPCA-E), com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/2013 e nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária. Por sua vez, os juros de mora incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, observando-se o índice oficial aplicável à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97). Oportuno ressaltar que as decisões tomadas pelo STF no julgamento das ADIs supra nominadas não interferiram na taxa de juros aplicável às condenações do INSS (RESP. 1.270.439). Condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios, nos percentuais mínimos das faixas previstas no § 3º do art. 85 do CPC, de 10% (dez por cento) sobre o total das prestações vencidas até a prolação desta sentença. Sem custas. Quanto ao pedido de tutela de urgência, a análise da natureza jurídica e do fundamento de existir da antecipação de tutela encontra seus pilares, segundo a doutrina, na necessidade de prestigiar o direito provável em detrimento do direito improvável, e na intenção de que aquele que é titular do direito provável não arque sozinho com todos os ônus decorrentes da privação do seu direito enquanto tramita o processo. Trata-se de reflexo do princípio da efetividade da jurisdição. Por óbvio, tomando-se a litigiosidade geral como parâmetro em ações previdenciárias, é cediço que em regra a concessão da antecipação de tutela é medida excepcional, concessível apenas mediante preenchimento dos requisitos explícitos elencados em lei: verossimilhança e urgência. Em outras palavras, não é regra, mas exceção, o trâmite processual precedido da antecipação, o que exige a presença dos requisitos legais. Quanto à verossimilhança e a prova inequívoca, estão afirmadas na sentença, que atestou os requisitos legais para a consecução do benefício pleiteado. Assim, a sentença, ao reconhecer a procedência do pedido está afirmando a existência de verossimilhança, dando por provável existência de direito em favor do segurado. Sob o ponto de vista da urgência ? requisito explícito definidor da oportunidade de antecipação em favor daquele que aparenta firmemente deter o melhor direito ? feita a constatação de que será extremamente difícil à parte suportar o decurso do tempo processual sem a materialização do seu direito, está se diante da necessidade de antecipação material do pedido, se disso não resultar maior ônus ao réu. Em alguns casos, devido às circunstâncias fáticas, constata-se que é premente que o direito se exerça já, seja por sua relevância, seja pela extrema prejudicialidade da demora. A análise da urgência também implica verificar qual direito é de importância. Os princípios constitucionais que permeiam processualmente o dilema em que se encontra o juiz ao apreciar o pedido de antecipação são de igual envergadura: de um lado a segurança jurídica e de outro a efetividade da jurisdição. Contudo, na medida em que se percorrem os níveis de maior concretização dos princípios e normas em conflito e se ingressa na seara dos direitos de ordem substancial, material, observa-se categórica possibilidade de valoração entre eles. Por certo o direito à vida digna, a verba alimentar, à sobrevivência, é de maior relevo do que o interesse patrimonial do INSS. Não é apenas o direito de receber benefício previdenciário que está em jogo, mas o que tal direito implica ao segurado em termos de diminuição de sofrimento, melhoria de sua expectativa de vida, cura de doenças e a própria chance de sua sobrevivência, bens jurídicos de maior relevância e urgência do que os interesses em jogo do INSS, absolutamente respeitáveis também, mas de hierarquia valorativa inferior, portanto, entendo plausível a concessão da tutela de urgência vindicada, no caso específico. Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência vindicada para determinar que o INSS implante o benefício de aposentadoria por idade, em favor do autor, no prazo de 30 (trinta) dias, independente de trânsito em julgado da sentença, arbitrando multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) em caso de descumprimento, limitado a 30 (trinta) dias. No caso em exame, não obstante, embora não se conheça com absoluta precisão o valor da condenação, é indene de dúvidas que seu montante não ultrapassará o importe de mil (1.000) salários-mínimos, pela simples razão de que tal patamar não será atingido nem mesmo se as prestações em atraso alcançarem o teto do valor dos benefícios pagos pela Previdência Social, portanto, deixo de determinar a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região para fins de reexame necessário. P. R. C. I. Serve a cópia desta ata como mandado judicial/ofício**.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800159-80.2019.8.14.0032 ? ATO INFRACIONAL

REPRESENTADO: R. M. DOS S. F.

ADVOGADO: Dr. AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL - OAB/PA Nº. 10.628

REPRESENTADO: S. DE S. M.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h10min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do representado **S. DE S. M.** Presente a testemunha policial Marcos Pereira Marques. Presente o advogado **Dr. AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL - OAB/PA Nº. 10.628**. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** SENTENÇA Vistos, etc ... Trata-se de procedimento de apuração de ato infracional instaurado para averiguar a conduta dos representados **R. M. DOS S. e S. DE S. M.**, ocorrida no dia 15/01/2014, por volta das 18h40min, estavam na PA 255, participando, na direção de motocicletas, de corridas e demonstrações de perícia em manobra nos referidos veículos, gerando situação de risco à incolumidade pública. Consta nos autos que no dia e hora acima aduzidos o PM MARCOS e a guarnição da qual fazia parte foram acionados pela central em função de diversas denúncias de que haveriam pessoas fazendo corridas irregulares em motocicletas na PA 255. Chegando ao local, o PM verificou a veracidade das denúncias, flagrando os nacionais DIASIS, JANDERSON e os adolescentes ROSIVALDO e SANDRO fazendo corrida e ?empinando? motocicletas. s chuteiras, totalizando R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Ouvidos em sede policial, tanto ROSIVALDO quanto SANDRO negaram o ato infracional a eles imputados, alegando que estavam no local apenas observando os outros fazerem as manobras e pilotarem as motocicletas, mas não estavam participando. O ato infracional atribuído ao adolescente é o equiparado aos crimes previstos no art. 308 da Lei n° 9.503 /97 do Código de Trânsito Brasileiro. O Ministério Público requereu a concessão de **REMISSÃO c/c a medida socioeducativa de PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA aos adolescentes nos termos seguintes, senão vejamos: ?** Analisando, detidamente os autos, apesar dos representados ostentarem antecedentes de atos infracionais, entende-se que os fatos não se revestem de maior gravidade, de modo que seria possível a proposta de **REMISSÃO CUMULADA COM APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.** Nesse sentido, o Ministério Público propõe a cada um dos representados o pagamento do valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais, que será destinado ao Abrigo das Crianças e Adolescentes do município de Monte Alegre, concedendo-lhes o prazo de 30 dias para o pagamento dos valores.? Feita a proposta os adolescentes a aceitaram. É o que basta relatar. Decido. Assim sendo, e considerando as circunstâncias e consequências do ato, a personalidade dos adolescentes e ao contexto social em que estão inseridos **HOMOLOGO a REMISSÃO c/c a medida socioeducativa de PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA** nos termos do art. 126 e 180, inc. II, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sentença publicada em audiência. **PROVIDÊNCIA DA SECRETARIA**: Expeça-se guia de pagamento. P.R.I.C. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800640-04.2023.8.14.0032 ? INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: ADEILSON BARROS CORREA

REQUERIDA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h10min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do requerente, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA N° 26925.** Ausente a requerida. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0000861-25.2020.8.14.0032 ? CARTA PRECATÓRIA

DENUNCIADA: NEUZA DE SOUZA NASCIMENTO

ADVOGADO: Dr. MÁRIO IGOR GOMES MOURA OAB/PA 18.211

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença da denunciada, devidamente acompanhada de seu advogado **Dr. MÁRIO IGOR GOMES MOURA OAB/PA 18.211.** Presente as testemunhas Emanuel Teixeira da Costa, Wellington Ferreira, Francidete Gomes de Souza e Neuziane de Souza Nascimento. Ausente Nilton Broni Cristo. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Considerando a certidão do Oficial de Justiça ? ID 99571883, na qual, informou que a testemunha Nilton Broni Cristo não reside no endereço indicado, determino a devolução da carta precatória ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801253-92.2021.8.14.0032 ? ANPP

INVESTIGADO: ADAILSON MACÁRIO DA SILVA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Ausente o denunciado. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste sobre o endereço atualizado do investigado ADAILSON MACÁRIO DA SILVA. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801337-93.2021.8.14.0032? ANPP

INVESTIGADO: TÁCIO ROGERSON MACHADO ROCHA

ADVOGADO: Dr. JEFFESON PÉRICLES BAÍA UCHÔA OAB/PA 29857

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do investigado, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. JEFFESON PÉRICLES BAÍA UCHÔA OAB/PA 29857.** Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Considerando a não aceitação da proposta, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800746-34.2021.8.14.0032? AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: LAÉRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

ADVOGADO: Dr. OTACÍLIO DE JESUS CANUTO - OAB/PA Nº. 12.633

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ASSISTENTES: Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA N° 26925 e Dr. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA Nº 12.807

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. OTACÍLIO DE JESUS CANUTO - OAB/PA Nº. 12.633.** Presente os assistentes do Ministério Público **Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA N° 26925 e Dr. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA Nº 12.807**. Presente a informante e assistente do Ministério Público Maria Grinaura Linhares de Melo. Presente a testemunha Robenildo Góes dos Santos, Rafaella Santos de Oliveira, Lucivaldo Mendes de Araújo e Rodrigo Carvalho Pereira. Ausente a testemunha Tatiane Bentes da Silva. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Vistas dos autos ao MP para que informe ao juízo o endereço da testemunha Tatiane Bentes da Silva, para que a mesma seja validamente intimada**. 2)** Após, conclusos para designação de audiência. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0008249-47.2018.814.0032 - DEPOIMENTO ESPECIAL

DENUNCIADO: RICARDO DE FIGUEIREDO DA BATISTA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (19.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 14h20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca**.** Aberta a audiência, verificou-se a ausência do réu e da vítima. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste quanto ao endereço atualizado da vítima onde a mesma possa ser validamente intimada. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801344-51.2022.8.14.0032- TRANSAÇÃO PENAL

AUTOR DO FATO: JONIVALDO SOARES DOS SANTOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a ausência do denunciado. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Devolva-se ao juízo deprecante, dando-se baixa na distribuição. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800318-52.2021.8.14.0032- AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: RAIMUNDO NILDO DA CONCEIÇÃO AMORIM

ADVOGADO: Dr. RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS - OAB/PA Nº. 16.039

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS - OAB/PA Nº. 16.039.** Presente a vítima Cristiane Jardim Ferreira. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Conclusos para sentença**. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800648-78.2023.8.14.0032 - CARTA PRECATÓRIA

RÉU: JOSÉ MOTA BEZERRA

RÉU: RAIMUNDO SÉRGIO DE SOUZA MONTEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a ausência dos denunciados e das testemunhas Cleonice Mendes da Silva e Sinésia Batista Ribeiro. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando a informação nos autos de que teria havido o aditamento na referida carta precatória com a substituição das testemunhas arroladas pelo Ministério Público Federal pelas testemunhas da defesa, determino que a Secretaria Judicial deste juízo diligencie se houve o encaminhamento do referido aditamento pelo juízo deprecante ou por e-mail ou por lote digital. Após, retornar conclusos para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800023-44.2023.8.14.0032 - TRANSAÇÃO PENAL

AUTOR DO FATO: RAIMUNDO CARLOS FALABELO

ADVOGADO: Dr. MAKSSON WILKER BRAGA MEDEIROS OAB/PA 29.825

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. MAKSSON WILKER BRAGA MEDEIROS OAB/PA 29.825.** Ausente a vítima. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA Vistos etc ...** Trata-se de Termo Circunstanciado de ocorrência em que a vítima Maria Raimunda das Graças Falabelo de Carvalho em depoimento perante a autoridade policial informou ter sido ameaçada pelo autor do fato **RAIMUNDO CARLOS FALABELO**. Em apertada síntese, consta que no mês de agosto de 2022, Maria

Raimunda das Graças Falabelo de Carvalho compareceu na Delegacia de Polícia acompanhada de sua filha, Neila de Carvalho, para comunicar que foi ameaçada de morte por seu irmão Raimundo Carlos Falabelo, em razão de conflitos relacionados a herança de família. A vítima devidamente intimada para comparecimento em audiência se fez ausente injustificadamente. É o que basta relatar. Decido. Inicialmente cumpre ressaltar que o não oferecimento da representação na audiência preliminar **não implica decadência do direito**, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei. O prazo para exercício do direito de representação é de 6 meses do conhecimento da autoria delitiva, com fundamento no art. 38 do CPP. Analisando detidamente os autos verifica-se que o fato ocorreu há mais de seis meses e que a vítima em que pese devidamente intimada para comparecimento em juízo se fez ausente injustificadamente. Neste caso, a ausência da vítima terá como resultado inevitável a renúncia à representação, uma vez que o prazo decadencial já está esgotado. Assim, em cumprimento ao artigo 107, inciso IV, do Código Penal declaro a extinção da punibilidade pela Decadência, determinando o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0002986-97.2019.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: JOÃO BRUNO PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO OAB/PA 13.789

ADVOGADO: Dr. RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA OAB/PA 8.173

ADVOGADO: Dr. MAKSSON WILKER BRAGA MEDEIROS OAB/PA 29.825

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO OAB/PA 13.789, Dr. MAKSSON WILKER BRAGA MEDEIROS OAB/PA 29.825 e Dr. RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA OAB/PA 8.173.** Presente as testemunhas José Maria Torres Pinheiro e José Rubem Barros da silva. Ausente a testemunha policial Mauro Nazareno Ainette Santos. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Retorne os autos conclusos para análise da representação policial ID 51630533 ? incidente de insanidade mental. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800666-02.2023.814.0032- INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: ELIANE BORHER FABINO

ADVOGADO: Dr. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807

REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A.

PREPOSTO: JAIRO VASCONCELOS MARQUES

ADVOGADA: DRA. AMANDA BARSAMULFO MARTINS DE OLIVEIRA BRANDÃO OAB/GO 69838

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença da requerente, devidamente acompanhada de seu advogado **Dr. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807.** Presente o requerido, por intermédio de preposto, devidamente acompanhado de sua advogada **DRA. AMANDA BARSAMULFO MARTINS DE OLIVEIRA BRANDÃO OAB/GO 69838.** Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Determino o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a parte requerida comprove nos autos o cumprimento da medida liminar, sob pena de majoração da multa e providências acerca da eventual desobediência**. 2)** Após, conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0003901-15.2020.8.14.0032 - AÇÃO PENAL (V. D.)

DENUNCIADO: FABRÍCIO MUNHOZ MOREIRA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença da testemunha Francisco Souza da Mota. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para apresentação das alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias**. 2)** Após, vistas à Defensoria Pública para o mesmo fim no prazo de 5 (cinco) dias. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz

mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0001181-61.2009.8.14.0032 ? IMPROBIDADE

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

REQUERIDO: JORGE LUÍS DOS SANTOS BRAGA

REQUERIDO: PEDRO ÁLVARO MENDES BARBOSA

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789

REQUERIDO: ALAIN GIÓRGIO BAÍA XAVIER

ADVOGADO: Dr. JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ, OAB/PA Nº 13.143

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (20.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do procurador. Presente os requeridos, devidamente acompanhados de seus advogados **Dr. JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ, OAB/PA Nº 13.143 e Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789.** Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Considerando a suscitação de ordem pela defesa dos réus, bem como o requerimento formulado pelo Ministério Público, determino que os autos sejam encaminhados ao Ministério Público para que se manifeste**. 2)** Após, retornar conclusos. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0010636-69.2017.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: WILSON PÉRICLES BACELAR

DENUNCIADA: RAIMUNDA VIEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença dos denunciados, devidamente acompanhados de seu advogado **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789.** Presente as testemunhas Raimunda Vilma Araújo de Souza e Claudionor Carvalho Sales. Ausentes as testemunhas Esmerina dos Santos Brás ? (falecida ? ID 100051597), Antônio da Costa Alves e Ana Rafaela Silva Franca. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: DECISÃO** Vistos etc ... A defesa suscitou questão de ordem pública, no sentido de que, em relação ao denunciado Wilson Péricles Bacelar, operou-se a prescrição. O réu já possui 73 anos, portanto, o prazo prescricional se opera na metade. O Ministério Público ponderou que o réu não possui registro de antecedentes criminais tampouco condenação criminal anterior, sendo que é improvável que seja apenado com pena superior a 4 anos. É o que basta relatar. Decido. Compulsando-se detidamente os presentes autos, verifica-se a absoluta falta de interesse processual para o prosseguimento do presente feito conforme muito bem pontuado pelo Ministério Público em sua manifestação. Dessa forma, a persecução penal no presente caso será dá mais completa e total inutilidade, implicando em infrutífero dispêndio de tempo e dinheiro e no desgaste do prestígio da Justiça Pública, faltando, por óbvio, interesse de agir por parte do Estado haja vista que a denúncia foi recebida em 20 de outubro de 2017, passando mais seis anos. Nesse sentido, manifesta-se o cada vez mais afamado professor Eugênio Pacelli de Oliveira: "Com efeito, diante da constatação, feita nos próprios autos do procedimento de investigação (inquérito policial ou qualquer outra peça de informação), da impossibilidade fática da imposição, ao final do processo condenatório, de pena em grau superior ao mínimo legal, é possível, desde logo, concluir pela inviabilidade da ação penal a ser proposta, porque demonstrada, de plano, a inutilidade da atividade processual correspondente. E assim ocorre porque, em tais hipóteses, o prazo prescricional inicialmente considerado, isto é, pela pena em abstrato (art. 109, CP), seria sensivelmente reduzido após a eventual sentença condenatória (com a pena concretizada). Semelhante operação seria possível antes mesmo do início da ação penal, à vista das condições pessoais do agente imputado ou das circunstâncias objetivas do fato, que impediriam, em sede de juízo prévio, a imposição de pena acima do mínimo previsto no tipo penal adequado ao fato apurado na investigação. (...) Por isso, entendemos perfeitamente possível o requerimento de arquivamento do inquérito ou peças de investigação por ausência de interesse - utilidade - de agir." (In Curso de Processo Penal, Belo Horizonte: Del Rey, 6.ª edição, 2006, p. 85). De fato, não há que se falar em eventual falta de previsão legal, eis que O PROCESSO NÃO É JULGADO EXTINTO POR TER OCORRIDO EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, MAS SIM POR FALTA DO INTERESSE DE AGIR. A prescrição, nesse caso, é analisada à luz das condições da ação, somente para fins de caracterização do interesse processual. Desta forma, encontra-se na própria lei processual penal o argumento necessário à consideração da prescrição em perspectiva. Neste sentido, as palavras do professor Rogério Greco: "Embora como 'pano de fundo' se encontre a efetiva possibilidade de ocorrência da futura prescrição, o juiz não a reconhecerá, tampouco o Ministério Público a poderá requerer, mas, sim, ambos fundamentarão os seus pedidos e decisões na falta de interesse de agir, na modalidade interesse-utilidade da medida, condição esta indispensável ao regular exercício do direito de ação, que deve existir durante toda a vida processual" (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 8 ed. Niterói, Impetus, 2008). Também merece citação a lição do ilustre Magistrado Federal do Rio Grande do Sul, Doutor Celso Kipper, nos autos do processo no 8.902.372: "Se a missão do Direito Penal é a proteção de bens jurídicos, através da cominação, aplicação e execução de pena, se a finalidade do processo penal é a realização do Direito Penal, servir como instrumento útil e necessário para tornar efetiva a função jurisdicional, e se, enfim, não haverá pena a ser aplicada e executada, em virtude de desconstituição de eventual sentença condenatória em face do advento da prescrição retroativa, então já não haverá mais utilidade na sobrevivência do processo, uma vez que não pode atingir sua finalidade" (in MEDEIROS, Pedro Paulo Guerra de. A prescrição retroativa pela pena em concreto perspectiva no direito penal brasileiro. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2459, 26 mar. 2010). Vale também destacar o enunciado nº 15, do I FONACRIM - Fórum Nacional dos Juízes Federais -,

realizado em abril de 2009: Enunciado n. 15 - "A falta de interesse em razão da prescrição pela pena em perspectiva pode ser reconhecida quando manifesta e admitida com prudente valoração de segurança acerca da pena máxima admissível e da extrapolação do tempo para sua ocorrência" (in MORAES, Renato de. Prescrição antecipada da pena evita perda de tempo. Conjur. Disponível em: Acessado em 28/07/2010). Vejamos como o tema é tratado na jurisprudência dos Tribunais Federais: "PENAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA PELA PENA SUPOSTAMENTE APLICADA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. I. Examinados os autos e verificando que a única pena viável ensejará fatalmente a prescrição retroativa, impõe-se decretar antecipadamente a extinção da punibilidade. II. Sendo indiscutível a causa extintiva da punibilidade, por economia processual e política criminal, em razão de o processo representar um intenso ônus para o réu, deve-se reconhecer a prescrição pela pena supostamente aplicável. III. Constata-se, na espécie, que se torna a parte autora carecedora da ação pela superveniente falta de interesse de agir, uma vez que restará inútil a prestação jurisdicional, sendo, portanto, caso de extinção do processo" (TRF4, 1a Turma, ACR 95.04.39301-2, Rel. Juiz Gilson Dipp, julg.05/05/98, DJU 24/06/98, p.00493). ... "A persecução penal só pode seguir adiante quando o provimento jurisdicional invocado guardar identidade com as regras de adequação, necessidade utilidade. Se o decurso do tempo cuidou de estagnar o interesse de agir do Estado, vês que eventual pena - ainda que imposta com extremado rigor, em 08 anos dentre os limites de 03 a 10 anos previstos para o crime, em sendo primários e de bons antecedentes os implicados - não seria exeqüível diante da prescrição, indiscutível que já se faz ausente a justa causa para a persecução penal, que ora se esbarra na garantia constitucional do inciso LXXVIII do art. 5º." (TJMT - Recurso em Sentido Estrito 49921/2006, Rel. Dra. Graciema Ribeiro de Caravella). E, no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: "O interesse processual, condição necessária para o regular exercício da provocação do poder jurisdicional, é visto no âmbito específico do processo penal, sob a perspectiva de sua efetividade. O processo deve mostrar-se útil desde a sua instauração, a fim de realizar os diversos escopos da jurisdição. Haverá interesse sempre que o processo constituir a única via, válida e eficaz, para que o autor da ação penal condenatória alcance a consequência jurídica inerente ao reconhecimento da responsabilidade penal do réu, qual seja, a aplicação da pena criminal. Assim, em hipótese de perda superveniente do interesse processual, ante a impossibilidade de futura aplicação da pena, em razão do reconhecimento da prescrição em perspectiva, deve o processo ser extinto sem resolução do mérito. Muito embora a extinção do processo por falta de interesse não se confunda com extinção do processo em virtude da extinção da punibilidade é inócua a alteração do fundamento da sentença, pois que o resultado prático consiste no impedimento do ajuizamento de nova demanda" (TJRJ, RSE 200705100593, Rel. Des. Geraldo Prado, julg.13/12/2007). ... "A VISUALIZAÇÃO ANTECIPADA DO QUANTUM DA PENA A SER APLICADA JÁ É POSSÍVEL, DESDE O INÍCIO DA PERSECUÇÃO, DIANTE DA ANÁLISE DOS ARTIGOS 59, 61 E 62 DO CÓDIGO PENAL. DE ACORDO COM A FAC DA ACUSADA (...). ADEMAIS, TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP, SÃO FAVORÁVEIS À ACUSADA, NÃO SE VISLUMBRANDO A PRESENÇA DE QUALQUER AGRAVANTE OU OUTRA CAUSA DE AUMENTO DA PENA, CAPAZ DE ELEVAR A PENA BASE ACIMA DO SEU MÍNIMO LEGAL, NO MOMENTO DA DOSIMETRIA DA PENA. ASSIM, OFERECIDA A DENÚNCIA E, AO FINAL, CASO CONDENADA A RÉ, A PENA FIXADA SERIA NO MÍNIMO LEGAL (01 ANO). NESTE DIAPASÃO, É EVIDENTE QUE À LUZ DA PROVA PRODUZIDA A ÚNICA SENTENÇA VIÁVEL A SER PROFERIDA PELO MM MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DIFICILMENTE IMPORIA SANÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL, O QUE IMPLICARIA NO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO NA SUA MODALIDADE RETROATIVA, ENQUADRANDO-SE O PRAZO DE QUATRO ANOS, DENTRO DO MARCO TEMPORAL ENTRE A DATA DO FATO E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. NESSA HIPÓTESE, RESTA PATENTE A FALTA DE JUSTA CAUSA. RESSALTA-SE QUE A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA, PRIMANDO PELA INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO, VÊM SEDIMENTANDO O ENTENDIMENTO DE QUE DEVE OPERAR-SE A PRESCRIÇÃO RETROATIVA EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, ONDE EVENTUAL SANÇÃO NÃO PRODUZIRIA QUALQUER EFEITO, COMO OCORE NO CASO EM TELA. DESAPARECENDO O INTERESSE PROCESSUAL, O PROCESSO DEVE SER EXTINTO. E O SERÁ SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, POIS QUE HÁ REAL EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. É DO SISTEMA, POIS, A SOLUÇÃO QUE EXIGE DO JUIZ O ENCERRAMENTO DA ATIVIDADE PROCESSUAL SEMPRE QUE O MAGISTRADO VERIFICAR A INUTILIDADE DE SE PROSSEGUIR COM O PROCESSO. RECURSO CONHECIDO PARA NO MÉRITO NEGAR-LHE PROVIMENTO, CONFIRMANDO A DECISÃO DE QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, COM FUNDAMENTO NA CHAMADA "PRESCRIÇÃO PELA PENA IDEAL" (TJRJ, 7ª Cam.Crim., Recurso em Sentido Estrito nº 0002612-70.2009.8.19.0007, Rel.Des. Siro Darlan de Oliveira, julg.13/04/2010). ...

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME PREVISTO NO ARTIGO 168, PARÁGRAFO 1º, INCISO III, CP. DECISÃO QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RECORRIDO, COM FULCRO NO ARTIGO 107, INCISO IV, DO CP. PRESCRIÇÃO PELA PENA IDEAL. MP SE INSURGE CONTRA A DECISÃO QUE EXTINGUIU A PUNIBILIDADE DO RECORRIDO. PRETENDE O MP A REFORMA DA DECISÃO PARA QUE SEJA DADO O DEVIDO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, DE FORMA QUE SEJA PROLATADA A SENTENÇA REFERENTE AO PRÓPRIO MÉRITO DA AÇÃO. A DENÚNCIA FOI RECEBIDA EM 23 DE AGOSTO DE 2004. RÉU PRIMÁRIO E POSSUIDOR DE BONS ANTECEDENTES. PENA MÍNIMA ABSTRATA PREVISTA EM 01 (UM) ANO. COM RAZÃO A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. TEM-SE QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ARTIGO 59, DO CP NÃO SÃO DESFAVORÁVEIS AO ACUSADO, NÃO SE VISLUMBRANDO CIRCUNSTÂNCIAS CAPAZES DE ELEVAR A PENA-BASE MUITO ACIMA DO SEU MÍNIMO LEGAL. SENDO A SANÇÃO MÍNIMA COMINADA DE 1 (UM) ANO DE RECLUSÃO E MULTA, E DIANTE DA PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES DO RÉU, CERTO É QUE OCORRERIA O FENÔMENO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA, HAJA VISTA O TRANSCURSO DE MAIS DE QUATRO ANOS ENTRE A DATA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A SENTENÇA PROLATADA. RESTA EVIDENCIADA A INUTILIDADE DO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. A MÁQUINA JURISDICIONAL SERÁ MOVIMENTADA SEM QUE SE OBTENHA QUALQUER RESULTADO PRÁTICO AO FINAL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO." (Recurso em Sentido Estrito nº 0003444-58.2004.8.19.0014, Rel. Des. Sidney Rosa da Silva, Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Julgamento: 20/09/2011)**.** Logo, diante de todos os argumentos expostos acima, conclui-se que o presente feito deve ser julgado extinto em relação ao réu **WILSON PÉRICLES BACELAR**, sem a apreciação do mérito, em razão de falta de condição da ação superveniente, qual seja, do interesse de agir, eis que, mesmo em caso de condenação, nenhum resultado útil advirá do presente feito. Ante o exposto, e de tudo mais que dos autos consta, reconheço extinta a punibilidade do denunciado **WILSON PÉRICLES BACELAR**, pela prescrição em perspectiva em relação ao crime do art. 304 do CPB, por medida de economia processual, em virtude de não se encontrar presente o interesse de agir (utilidade), uma das condições de viabilidade da ação. **2)** Dando regular prosseguimento ao feito em relação à ré **RAIMUNDA VIEIRA DOS SANTOS**, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste acerca do pedido formulado pela defesa sobre a possibilidade de se propor a suspensão condicional do processo, bem como para que diligencie o endereço atualizado da testemunha Ana Rafaela Silva Franca. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801572-89.2023.8.14.0032 ? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADA: DIANA FERREIRA PARANATINGA

FLAGRANTEADO: JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES

ADVOGADO: Dr. JUSCELINO OLIVEIRA RIBEIRO ? OAB/PA 31.292

FLAGRANTEADO: CHARLES FILHO DOS ANJOS FREITAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h00min, onde se achava presente o

Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca. Presente o advogado **Dr. JUSCELINO OLIVEIRA RIBEIRO ? OAB/PA 31.292.** Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** Trata-se de autos de prisão em flagrante lavrado em desfavor de **CHARLES FILHO DOS ANJOS FREITAS, JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES e DIANA FERREIRA PARANATINGA** pela prática dos crimes de tráfico e associação ao tráfico de drogas. O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informou a este Juízo a prisão dos flagrados acima qualificados. Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com oitiva do condutor e testemunhas, conduzidos sem qualquer irregularidades, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Constam dos autos as advertências legais quanto aos direitos constitucionais dos flagrados. Na hipótese vertente, verifico que o auto de prisão em flagrante foi apresentado dentro do prazo legal (art. 310 do CPP) e que o flagrante se encontra formal e materialmente válido. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, a prisão em flagrante levada a efeito pela autoridade policial não ostenta qualquer irregularidade, uma vez que atendidas as disposições constitucionais e legais atinentes à espécie (art. 5° da CF e arts. 301 a 306 do CPP). Além disso, está presente uma das hipóteses de flagrância (art. 302 do CPP). Importante ressaltar que quanto à questão meritória isso será analisado em momento oportuno. Assim não vejo razões para o relaxamento da prisão dos autuados, razão pela qual **HOMOLOGO** o **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE** (Art. 310, I, CPP) e passo a analisar a necessidade de decretação da prisão preventiva (art. 310, II, CPP) ou a possibilidade de concessão de liberdade provisória (art. 310,III, CPP). Decido. **2. DA (DES) NECESSIDADE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.** Inicialmente cumpre ressaltar que o art. 310 do Código de Processo Penal estabelece que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do **art. 312 deste Código**, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal. A manutenção do encarceramento cautelar dos autuados somente subsistirá em caso de extrema e comprovada necessidade, devidamente demonstrada por circunstâncias concretas da realidade, não se podendo impor segregação cautelar com base em meras especulações ou em peculiar característica do crime do agente. É que o princípio da não culpabilidade, insculpido no inciso LVI do art. 5 ° da Constituição da República, consagra no ordenamento jurídico brasileiro a regra de que a custódia provisória do indivíduo é uma excepcionalidade no sistema normativo. Pois bem, sabemos que a prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. No caso dos autos, identifico haver *fumus comissi delicti,* consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante. **Em relação ao flagrado JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES pondero que há nos autos informações de que o mesmo seria o líder da associação, o mesmo realizada de acordo com o que fora apurado até o momento tráfico de drogas em sua residência havendo notícias que no momento da abordagem policial estaria o mesmo comercializando entorpecente tenso sido apreendido balança de precisão e outros elementos que indicam que o mesmo se dedicava de forma reiterada ao tráfico de drogas e ainda no intuito de esconder o entorpecente pagou ao flagranteado Charles para que guardasse o entorpecente na sua residência. Registra-se que fora apreendido quantidade considerável de entorpecente na residência de Charles. Consigno ainda em relação ao flagranteado JOCIVALDO que o mesmo possui pelo menos 3 processos referente ao crime de tráfico de drogas no município de Santarém o que demonstra sua contumácia delitiva. Evidente portanto que a ordem pública encontra-se em perigo.** Nesse contexto, cumpre destacar os ensinamentos de Guilherme de Souza Nucci, ?verbis?: "*Entende-se pela expressão a necessidade de se*

manter a ordem na sociedade, que, em regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente". **(Código de Processo Penal Comentado 6. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007**). Nesse sentido: *"Não há falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito em tese praticado e da periculosidade do agente, bem demonstradas pelo modus operandi empregado." (HC 242.913/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 29/08/2012)*. Sobre assunto semelhante, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: CRIMINAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇAO DA LEI PENAL. REITERAÇAO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE DOMICÍLIO FIXO. FUNDAMENTAÇAO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. I. Exige-se concreta motivação para a decretação da custódia preventiva, com base em fatos que efetivamente justifiquem a excepcionalidade da medida, atendendo-se aos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal e da jurisprudência dominante. II. Hipótese em que o paciente ostenta histórico de delitos, além de não ter comprovado domicílio fixo, o que revela a necessidade de sua segregação para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal. III. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator". (STJ. HC 198675 / MT. Relator Ministro Gilson Dipp. Julgado em 28/02/2012). Percebe-se, de imediato, que a prisão para garantia da ordem pública não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se, ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não aprisionamento de autores de crimes que causassem intranquilidade social. Quanto ao fundamento pertinente à garantia da ordem pública, sobretudo com base nas provas carreadas aos autos até o momento, observa-se que persiste o periculum libertatis, restando sobejamente fundado no potencial risco à ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelo modus operandi empregado pelo agente na prática da conduta criminosa, visto que adquiriu quantidade significativa de substância entorpecente (252,0g de ?cocaína?) oriunda de outro município, além do fato de ter reiterado a prática delitiva enquanto cumpria medidas cautelares diversas da prisão nos autos do processo nº 0800263-67.2022.8.14.0032, no qual foi preso em flagrante por delito da mesma natureza (Num. 61249118 - Pág. 2). **Chamo atenção que os fatos ora analisados demostram a aptidão do requerente para influir negativamente com a sociedade local, o que acarreta considerável risco a ordem pública**. É cediço que o crime de tráfico de drogas é um dos maiores responsáveis pelo desencadeamento de tantos outros crimes e, por conseguinte, do elevado índice de violência, afetando diretamente tanto a incolumidade pública como a própria paz social da comunidade. Dentre os crimes que derivam da traficância estão principalmente os crimes contra o patrimônio, pois o usuário, em regra, busca satisfazer seu vício em detrimento de terceiros, efetuando, assim, furtos, roubos e até mesmo latrocínio. Portanto, tais circunstâncias demonstram a periculosidade concreta dos requerentes e causam temor a coletividade local, exigindo resposta mais enérgica do Poder Judiciário para evitar que tais situações se repitam, ainda mais em cidades pequenas como é o caso do município de Monte Alegre, em que os fatos criminosos praticados pelo requerente repercutem na sociedade, acarretando medo e intranquilidade as pessoas deste pacífico município, gerando instabilidade social. Portanto, há evidente perigo a garantia da ordem pública, com o risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do requerente, caso permaneça em liberdade Outrossim, ainda que as provas das condições favoráveis fossem robustas, o que não é o caso, destaca-se que a jurisprudência mansa e pacífica do E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará é no sentido de que ?as qualidades pessoais são irrelevantes para a concessão da ordem de habeas corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva? (ENUNCIADO N. º 8 DA SÚMULA DO TJPA). Nesse sentido, faz-se mister trazer à baila recentes julgados do TJPA e do STJ que se amoldam perfeitamente ao caso sub examine: PENAL E PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA IMPUTADA. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CRIME. MODUS OPERANDI E PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. 1. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. 2. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte de Justiça e do

Supremo Tribunal Federal, a prisão preventiva, por ser medida de caráter excepcional, somente deve ser imposta, ou mantida, quando demonstrada concretamente a sua necessidade. 3. Hipótese em que a segregação cautelar está fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelo modus operandi empregado pelo agente na prática da conduta criminosa, uma vez que, em tese, por motivo torpe (intenção da vítima de se separar) e meio cruel (asfixia por esganadura), levou a sua companheira a óbito, demonstrando frieza e crueldade. Além do mais, posteriormente, teria ocultado, dentro do próprio imóvel, em uma vala, o cadáver, o qual, quando encontrado, já estava em avançada fase de putrefação. Não satisfeito com toda a conduta perpetrada, ainda se dirigiu à Delegacia de Polícia para comunicar falsamente que a companheira havia abandonado o lar. 4. As condições pessoais favoráveis do acusado não possuem o condão de inviabilizar a decretação da custódia preventiva, se existem outros elementos nos autos que respaldam a medida constritiva. 5. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. (RHC 53.508/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 04/05/2015) HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. ARTIGO 157, §2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. TESE REJEITADA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PROVA DA MATERIALIDADE DO CRIME E INDÍCIOS DE AUTORIA. ASSEGURAÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E NECESSIDADE DE GARANTIR A INSTRUÇÃO CRIMINAL E A ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA DELITUOSA. INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS A PRISÃO EM RAZÃO DA GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 321 DO CPP. SÚMULA 8 DO TJ/PA. HABEAS CORPUS CONHECIDO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. (2016.01495406-92, 158.280, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Órgão Julgador CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Julgado em 2016-04-18, Publicado em 2016-04-20) (grifou-se). Portanto, a concessão da liberdade, neste momento, geraria sentimento de impunidade e serviria de estímulo a reiteração criminosa e colocaria em risco a sociedade. Logo, incabível a concessão de liberdade provisória prevista no inciso terceiro do art. 310, do CPP, considerando que se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva. **Por derradeiro, também não é o caso de substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP ao réu JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES , pois diante da necessidade da manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, exclui-se a possibilidade da substituição pelas medidas cautelares, ante a incompatibilidade entre os institutos além de que foi comprovado que a flagrada não tem respeito às ordens judiciais**. Diante disso, apenas a imposição de medidas cautelares não é o bastante para evitar a reiteração delitiva. É preciso, para garantir que a incolumidade pública não seja mais exposta a risco pelo modo despreocupado e irresponsável com que a flagranteado age. **Em relação ao flagranteado CHARLES FILHO DOS ANJOS FREITAS entende este juízo que por ora não estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Trata-se de flagranteado primário, de bons antecedentes, nada indica envolvimento com crimes anteriormente e após a sua prisão em flagrante o mesmo colaborou com a justiça confessando espontaneamente os fatos noticiados nos autos e franqueado de maneira voluntária o acesso ao seu aparelho celular para a polícia civil na qual inclusive consta os diálogos com o flagranteado JOCIVALDO em que este oferece pagamento para a guarda da droga.** Assim, a liberdade, que é a regra, deve prevalecer durante o trâmite da persecução penal em relação a **CHARLES FILHO DOS ANJOS FREITAS** sendo as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP compatível com a situação em apreço, sobretudo para impingir ao autuado restrições, como forma de mantê-lo vinculado ao processo e, consequentemente, garantir a aplicação da lei penal. **Em relação a flagranteada DIANA FERREIRA PARANATINGA entende este juízo que os requisitos autorizadores da prisão preventiva estão presentes vez que na sua residência praticava a venda constante de entorpecentes. Em que pese isso seguinte orientação do Supremo Tribunal Federal e a legislação processual, por ter a flagrada filho menor de 12 anos fica então assegura sua prisão domiciliar. 3. DISPOSITIVO.** Ante o exposto, com fundamento no art. 312 c/c art. 310, II, do CPP, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA de **JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES**, já qualificado. Determino a prisão domiciliar da flagranteada **DIANA FERREIRA PARANATINGA** nos termos do art. 318 do CPP. Por fim CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, sem fiança, a **CHARLES FILHO DOS ANJOS FREITAS,** impondo-lhe as seguintes medidas cautelares: **I)** Obrigação de manter o endereço atualizado perante o juízo; **II)** o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; **III)** proibição de frequentar bares, boates e congêneres; **IV)** a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; **V)** proibição de mudar de endereço sem previa comunicação ao juízo; VI) proibição de vir a cometer qualquer outro tipo de ilícito, sob pena de descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória.

Deverá o requerido observar TODAS as medidas acima deferidas, cumprindo as providências que lhe competem, sob pena de serem aplicadas as sanções legais pertinentes, inclusive, se for o caso, **decretada sua prisão preventiva**. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público. Cientifique-se à Autoridade Policial que o preso **JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES** deverá ser imediatamente transferido para um estabelecimento penal adequado, a critério da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em face da interdição da carceragem da Delegacia de Polícia local. **Expeça-se Mandado de Prisão em desfavor de JOCIVALDO DA SILVA FERNANDES** e **DIANA FERREIRA PARANATINGA**. **Expeça-se Alvará de Soltura em desfavor de CHARLES FILHO DOS ANJOS FREITAS.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, devidamente assinado. Eu, Fernanda Perez Carvalho Barbosa, Analista Judiciária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800661-77.2023.8.14.0032 ? ATO INFRACIONAL (CONTINUAÇÃO)

REPRESENTADO: A. DA S. M.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h15min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a ausência do representado e de sua representante legal. Ausente a vítima. Presente as testemunhas Edilson Silveira de Moura (PM) e Jorge Anderson Costa da Silva (PM). Ausente a testemunha Benedito dos Santos Vaz. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Considerando que a vítima foi devidamente intimada e se fez ausente injustificadamente, determino a renovação da diligência para realização da audiência **04.06.2024 às 10h15min** para ser ouvida em juízo, devendo ser expedido mandado de condução coercitiva. **2)** Com relação à requisição da testemunha Benedito dos Santos Braz ao sistema penitenciário, uma vez que, não houve atendimento à determinação judicial bem como qualquer justificativa para a não apresentação do mesmo, renove-se às diligências com encaminhamento de nova requisição com cópia para o senhor secretário do Sistema Penal para que adote as providências necessárias, uma vez que, além de não ter sido apresentado o preso, não houve apresentação de qualquer justificativa para tal. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0001553-58.2019.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: MARINALDO PEREIRA PIRES

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h15min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Ausente a vítima. R. B. da. M. e sua representante legal Ângela Maria da Mota Pires. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Considerando que resta pendente a inquirição da vítima e tendo sido informado seu novo endereço - ID 100844834, defiro o pedido formulado pelo Ministério Público no sentido de que a vítima seja ouvida na modalidade depoimento especial. Expeça-se Carta Precatória à Comarca de Óbidos, local onde atualmente a genitora da vítima reside, com a finalidade de intimar e ouvir a vítima na modalidade depoimento especial, bem como sua representante legal, conforme endereços constantes nos autos.**2**) Fica designada audiência para o dia **04.06.2024 às 13h00min** com a finalidade de ouvir as eventuais testemunhas de acusação e defesa, bem como o interrogatório do réu. **3)** Considerando que o denunciado informou novo endereço (Rua 10 de janeiro, S/N°, próximo ao Bar da Iracema na última rua do lado esquerdo, no bairro Petropólis), oficie-se à Comarca de Prainha para que disponibilize todos os meios necessários para que o denunciado possa acompanhar a audiência virtualmente. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800693-82.2023.8.14.0032 ? ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: M. V. C. S.

REPRESENTANTE LEGAL: MAIELLE MARIA COSTA SOUSA

REQUERIDO: CÉLIO ANDRADE ROCHA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h15min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença da representante legal. Presente o requerido. Aberta a audiência, as partes foram

devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Determino o encaminhamento dos autos à Defensoria Pública para que no prazo de 30 (trinta) dias, as partes procedam a realização do exame de DNA de forma particular**. 2)** Após o prazo, retornar conclusos para providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0000925-11.2015.8.14.0032 ? INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: MARIA DE LOURDES ASSUNÇÃO

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789

REQUERIDO: BANCO FIAT S.A.

ADVOGADO: Dr. EUGÊNIO CARVALHO DOS SANTOS SILVA OAB/PB 31.106

PREPOSTO: MARGARETE SOUZA ALMEIDA

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença da requerente, devidamente acompanhada de seu advogado **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789.** Presente a requerida, por intermédio de preposto, devidamente acompanhada de seu advogado **Dr. EUGÊNIO CARVALHO DOS SANTOS SILVA OAB/PB 31.106**. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA Vistos e etc** ... Considerando o pedido de desistência da parte autora, HOMOLOGO o pedido para que surta seus jurídicos e legais efeitos e via de consequência, determino a revogação de eventual medida liminar que tenha sido concedida nos autos, extinguindo-se o feito, sem resolução do mérito. Sem custas. P.R.I.C. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800429-36.2021.8.14.0032 ? ATO INFRACIONAL (CONTINUAÇÃO)

REPRESENTADO: B. L. R.

ADVOGADO: Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA N° 26.925

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h05min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se ausência injustificada da testemunha Valdeci Aires da Silva. Presente o advogado **Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA N° 26.925**. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Fica designada audiência para o dia **04/06/2024 às 11h00**. **2)** Determino a renovação da diligência com a finalidade de proceder a intimação da testemunha Valdeci Aires da Silva, devendo ser expedido mandado de condução coercitiva para tal fim**. 3)** O representado ficará intimado por intermédio de seu patrono judicial, podendo participar por videoconferência, uma vez que atualmente reside no município de Manaus-AM. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801113-24.2022.8.14.0032 ? ALIMENTOS

REQUERENTE: L. V. S.

REPRESENTANTE LEGAL: JENNYFER KETELEN VASCONCELOS RIBEIRO

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789

REQUERIDO: ADALBERTO FARUK DA FONSECA SARRAF

ADVOGADA: DRA. KALLINKA RAYSSA GOMES BATINGA OAB/PA 33.740

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h25min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença da requerente, devidamente acompanhada de seu advogado **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA Nº. 13.789**. Presente o requerido, devidamente acompanhada de seu advogado **DRA. KALLINKA RAYSSA GOMES BATINGA OAB/PA 33.740**. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Determino a quebra do sigilo fiscal do requerido para que seja oficiado à Receita Federal devendo ser encaminhado a este juízo as declarações de imposto de renda referente aos anos 2021 e 2022. **2)** Retornem os autos conclusos para pesquisa via SISBAJUD das movimentações bancárias realizadas pelo requerido - 2 anos. **2)** Compulsando os autos, verifica-se que houve arbitramento de alimentos provisórios com um valor inferior ao valor que está incontroverso aos autos, no caso, o próprio requerido informou que teria condições de pagar o valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos) reais. Assim, fica neste ato consignado a majoração dos alimentos provisórios para o valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos) reais até que se

julgue o mérito da ação. **3)** Aguarde-se o retorno dessas informações para que eventualmente possa-se produzir a prova testemunhal. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800787-30.2023.8.14.0032? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: FABRÍCIO DA SILVA SANTOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (21.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 14h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Presente a vítima Rodrigo dos Santos Rodrigues. Presente as testemunhas Gabriel dos Santos Ferreira, Edie Jefferson da Cruz Bastos (PM) e Tanos Batista Abud (PM). Ausente as testemunhas Julinho e Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Fica designada audiência para o dia **05.10.2023 às 09h00min. 2)** Verifica-se que a testemunha ?Julinho? se fez ausente na presente audiência, dessa forma, determino a renovação da diligência com a finalidade de se realizar o depoimento da referida testemunha, devendo para tanto ser expedido mandado de condução coercitiva. **3)** Em relação à testemunha Gabriel dos Santos, a impossibilidade de seu depoimento ocorreu pela ausência justificada da Assistente Social deste Juízo, sendo assim renove-se a diligência para que a referida testemunha seja ouvida mediante depoimento especial, devendo então ser encaminhados ao centro social para tal fim. Fica neste ato intimados Gabriel dos Santos e sua representante legal. **4)** No que concerne a reavaliação da prisão cautelar do réu denota-se que o mesmo teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva em 16/05/2023. Naquela ocasião, ficou consignado que havia a presença dos indícios de autoria delitiva, bem como a prova da materialidade. A prisão do réu foi justificada e fundamentada na garantia da ordem pública ficando consignada na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva de que o réu naquela ocasião ostentava condenação criminal. Registra-se que o réu possui extensa ficha criminal, o que demonstra se tratar de réu com prática de reiteração delitiva, o que é fato concreto suficiente para justificar a manutenção do mesmo na prisão. Tendo em vista a possibilidade da prática de novos crimes que sem dúvida abala a ordem pública local pelo que não há como neste momento conceder o pleito defensivo. Ademais, denota-se que, com início da instrução, não houve fato novo capaz de justificar a modificação da situação fática que decretou a prisão do réu. Outrossim, verifica-se, também que a instrução criminal já se iniciou e está compatível com a tramitação de processos com prioridade legal em Vara Única, a qual conta hoje com aproximadamente 6.000 processos. Dessa forma, então, não havendo fato novo capaz de justificar a modificação do decreto prisional, o mesmo será mantido, devendo ele aguardar o término da instrução criminal preso. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0007576-25.2016.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: RONILSON ALMEIDA DOS SANTOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Ausente a vítima. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Cumpra-se a determinação judicial ? ID 91984646, a qual se determinou a expedição de Carta Precatória à Comarca de Santarém com a finalidade de intimar e inquirir a vítima no endereço informado pelo Ministério Público**. 2)** Aguarde-se o retorno da respectiva carta precatória ou da resposta da certidão de intimação da vítima. 3) Após, certifique e retornem conclusos. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800902-56.2020.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: NAILTON DA SILVA FONSECA

ADVOGADO: Dr. RUAN PATRIK NUNES NASCIMENTO OAB/PA 26.925

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO OAB/PA 13.789

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente a **Sra. ANGELINA DE CÁSSIA DOS SANTOS BRAGA,** Assistente Social desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seus advogados **Dr. RUAN PATRIK NUNES NASCIMENTO OAB/PA 26.925 e Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO OAB/PA 13.789.** Presente a vítima e sua genitora. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual,

anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Converto a apresentação das alegações finais orais em memoriais escritos, devendo os autos serem encaminhados com vistas ao Ministério Público para apresentação das alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias. **2)** Após a devolução dos autos, intime-se a defesa do réu. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0000121-38.2018.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO(A): FRANCISCO BRITO DOS SANTOS

ADVOGADO: Dr. ELANILDO RAIMUNDO RÊGO DOS SANTOS - OAB/PA Nº 7401

DENUNCIADO(A): DANIEL RIBEIRO BRITO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado **Francisco Brito dos Santos,** devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. ELANILDO RAIMUNDO RÊGO DOS SANTOS - OAB/PA Nº 7401.** Ausente o denunciado **Daniel Ribeiro Brito.** Presente a testemunha Odenize de Souza e Juciene Souza. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Vistas dos autos ao Ministério Público para apresentação das alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias. **2)** Após, intime a defesa do réu FRANCISCO BRITO DOS SANTOS para o mesmo fim, observando que a defesa do réu DANIEL RIBEIRO BRITO neste ato já apresentou seus memoriais. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO 0801292-55.2022.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: JOCINEI ALVES DA MOTA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Presente as testemunhas José Roberto dos Santos (PM), Sélio Roberto dos Anjos Melo (PM). Presente a informante Eliana Chaves Soares. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801597-05.2023.8.14.0032 ? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: GEORGE MARCELLUS DE SOUZA CASTELO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca. Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informa a este Juízo a prisão em flagrante delito do **GEORGE MARCELLUS DE SOUZA CASTELO**, já qualificado, pela suposta infringência, em tese do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) **CPB art. 7°, II, da Lei 11.340/2006 e art. 129 do Código Penal Brasileiro.** Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com oitiva do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Constam do auto as advertências legais quanto aos direitos constitucionais do flagrado. Na hipótese vertente, verifico que o auto de prisão em flagrante foi apresentado dentro do prazo legal (art. 310 do CPP) e que o flagrante se encontra formal e materialmente válido. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, a prisão em flagrante levada a efeito pela autoridade policial não ostenta qualquer irregularidade, uma vez que atendidas as disposições constitucionais e legais atinentes à espécie (art. 5° da CF e arts. 301 a 306 do CPP). Além disso, está presente uma das hipóteses de flagrância (art. 302 do CPP). Importante ressaltar que quanto à questão meritória isso será analisado em momento oportuno. Assim não vejo razões para o relaxamento da prisão do autuado, razão pela qual **HOMOLOGO** o **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE** (Art. 310, I, CPP) e passo a analisar a necessidade de decretação da

prisão preventiva (art. 310, II, CPP) ou a possibilidade de concessão de liberdade provisória (art. 310,III, CPP). Decido. **2. DA (DES) NECESSIADDE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.** Inicialmente cumpre ressaltar que **o art. 310 do Código de Processo Penal** estabelece que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do **art. 312 deste Código**, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal. A manutenção do encarceramento cautelar do autuado somente subsistirá em caso de extrema e comprovada necessidade, devidamente demonstrada por circunstâncias concretas da realidade, não se podendo impor segregação cautelar com base em meras especulações ou em peculiar característica do crime do agente. É que o princípio da não culpabilidade, insculpido no inciso LVI do art. 5 ° da Constituição da República, consagra no ordenamento jurídico brasileiro a regra de que a custódia provisória do indivíduo é uma excepcionalidade no sistema normativo. Pois bem, sabemos que a prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do **fumus comissi delicti** e **periculum libertatis**, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. No caso dos autos, identifico haver fumus comissi delicti, consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante. No caso em análise, após os relatos do preso e analisando os elementos concretos existentes nestes autos, entendo que não emergem fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar do indiciado. Assim, a liberdade, que é a regra, deve prevalecer durante o trâmite da persecução penal. Noutro giro, a concessão das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP mostra-se compatível coma situação em apreço, sobretudo para impingir ao autuado restrições, como forma de mantê-lo vinculado ao processo e, consequentemente, garantir a aplicação da lei penal. **3. DISPOSITIVO**. Assim, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, sem fiança, a **GEORGE MARCELLUS DE SOUZA CASTELO,** impondo-lhe as seguintes medidas cautelares: **I)** Obrigação de manter o endereço atualizado perante o juízo; **II)** o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; **III)** proibição de frequentar bares, boates e congêneres; **IV)** a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 7 (trinta) dias; **V)** Recolhimento domiciliar noturno a partir das 21horas; **VI)** proibição de mudar de endereço sem previa comunicação ao juízo; VII) proibição de vir a cometer qualquer outro tipo de ilícito, sob pena de descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória. Deverá o requerido observar TODAS as medidas acima deferidas, cumprindo as providências que lhe competem, sob pena de serem aplicadas as sanções legais pertinentes, inclusive, se for o caso, **decretada sua prisão preventiva** . P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público**.** Serve a cópia da presente decisão como Alvará de Soltura/mandado judicial/ofício à autoridade policial local. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Fernanda Perez Carvalho Barbosa, Analista Judiciária, digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800131-10.2022.8.14.0032 - TCO

AUTOR DO FATO: VALDINEI DA SILVA ALMEIDA

ADVOGADO: Dr. RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS - OAB/PA Nº. 16.039

AUTOR DO FATO: ROBSON BRASIL DE MOURA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença dos denunciados, devidamente acompanhado de advogado **Dr. RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS - OAB/PA Nº. 16.039.** Ausente a vítima Ana Lúcia Brasil de Moura. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Intime-se a vítima Ana Lúcia Brasil de Moura, via WhatsApp - (99) 991659370, para informar se ainda tem interesse em dar prosseguimento ao feito**.** Caso positivo, será redesignada audiência, ficando ciente que deverá ingressar no link disponibilizado nos autos ou entrar em contato com a Secretaria do Fórum. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0003106-43.2019.814.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: JOSÉ MANOEL RAMOS FURTADO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (26.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Presente a testemunhas Lúcia José Amorim. Ausente a testemunha Cláudia Abreu Dias. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Fica designada audiência em continuação para o dia **04.06.2024 às 13h00min. 2)** Considerando que a testemunha Cláudia Abreu Dias foi devidamente intimada, no entanto, se fez ausente injustificadamente, determino expedição do mandado de condução coercitiva. **3)** Em relação à testemunha **TAYNARA SANTOS NUNES**, expeça-se mandado de intimação para que possa ser ouvida em juízo. Caso seja residente em outra Comarca, desde já, autorizo a expedição de carta precatória para que ela seja intimada e ouvida no juízo deprecado. O denunciado saiu intimado. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801796-61.2022.814.0032 ? RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

REQUERENTE: A. V. DE A. M.

REQUERENTE: B. M. DE A. M

REQUERENTE: DÁRIO ALVES DE OLIVEIRA MARANHÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença dos requerentes. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800627-05.2023.814.0032 ? INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: ELISABETE RIBEIRO DE CARVALHO

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A.

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h25min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1**) Considerando a impossibilidade de realização da presente audiência devido à falta de internet, redesigno o ato para o dia **29.09.2023 às 9h30min. 2)** Cumpra-se com todas as formalidades legais exigidas. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0004124-75.2014.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: JOSIMAR SOUZA DA CRUZ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Ausentes as testemunhas Mauro Nazareno Ainette Santos (PC), Joaquim Veríssimo Ferreira Neto (PC), Francisco Cleber Lima dos Santos e Alex Alves dos Santos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1**) Considerando a impossibilidade de realização da presente audiência devido à falta de internet, redesigno o ato para o dia **05.06.2024 às 9h00min. 2)** Cumpra-se com todas as formalidades legais exigidas. **3)** Fica o denunciado intimado. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0006289-56.2018.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: JURACI DE OLIVEIRA SOUZA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Presente as testemunhas Luciane Feitosa dos Santos e Raimundo. Ausente a testemunha Maria Jandira Feitosa de Oliveira. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1**) Considerando a impossibilidade de realização da presente audiência devido à falta de energia, redesigno para o dia **05.06.2024 às 10h00min. 2)** Cumpra-se com todas as formalidades legais exigidas. **3)** Ficam intimados neste ato o denunciado e as testemunhas presentes. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800003-53.2023.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: JANILDO CAETANO DA SILVA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a ausência do denunciado. Ausentes as testemunhas Oziel Araújo Ribeiro (PM) e Elison Marreira de Souza (PM). Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para que diligencie o endereço do denunciado para ser validamente citado e intimado. **2)** Cumpra-se com todas as formalidades legais exigidas para o ato. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800886-05.2020.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

DENUNCIADO: PAULO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a ausência do denunciado (falecido). Ausente as vítimas Karen Castro de Oliveira e Izaura Munise Bezerra de Souza. Ausente as testemunhas Charlie Wagner Silva Nascimento e Mycharles Ramos Ferreira da Costa. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA Vistos, etc.**.. Trata-se de Ação Penal lavrada em desfavor de **PAULO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA,** já qualificado, pela suposta prática do crime previsto no no art. 157, caput, C/C art. 71 do Código Penal Brasileiro, tendo como vítima Karen Castro de Oliveira e Izaura Munise Bezerra de Souza, igualmente qualificado. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público requereu a decretação da extinção da punibilidade de **PAULO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA,** uma vez que já se encontra falecido conforme certidão do Oficial de

Justiça ID 98949966, razão pela qual o reconhecimento da EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE é medida imperativa. É O RELATÓRIO. DECIDO. Vê-se dos autos que o autor do fato **PAULO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA** veio a óbito. A punibilidade vem como resultado da responsabilidade penal do réu pelo crime que cometeu. Dela decorre o direito de o Estado fazer cumprir a pena. ?A punição é a consequência natural da realização da ação típica, antijurídica e culpável. Porém, após a prática do fato delituoso podem ocorrer as chamadas causas extintivas, que impedem a aplicação ou execução da sanção respectiva.? (BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Anotado, 2.ª Ed., Editora Revista dos Tribunais, pág. 394, 1999). Em corolário a isso, a extinção da punibilidade resulta na supressão do direito do Estado de impor a pena, no havendo como ele querer vê-la cumprida. As circunstâncias mais relevantes para tanto estão condensadas no artigo 107 do Código Penal. Consoante dispõe o art. 107, inciso I, do CP, a morte é causa extintiva da punibilidade, uma vez que a pena é personalíssima e não se transmite aos herdeiros do condenado. Falecendo o autor do fato, não há espaço à aplicação da pena. O falecimento do agente põe termo à fase pré-processual, à ação penal e ao cumprimento de pena. Desse modo, considerando a comprovação da morte do agente em tela, na forma prevista pelo art. 62 do Código de Processo Penal, é de ser reconhecida a extinção da punibilidade em relação a este. Isto posto, declaro a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, pela morte, do agente **PAULO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA**, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro e art. 62 do Código de Processo Penal. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta sentença como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801777-55.2022.8.14.0032 ? PREVIDENCIÁRIO

REQUERENTE: JOSÉ GOMES DA MOTA

ADVOGADO: DR. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA 26.925

ADVOGADO: DR. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do requerente, devidamente acompanhado de seus advogados **DR. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO OAB/PA 26.925 e DR. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807.** Ausente o requerido. Presente as testemunhas Marcenilda dos Santos Brito e Antônio Anselmo Morais Bezerra. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Passou o MM Juiz a proferir Sentença**: Vistos, etc., Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL** promovida por **JOSÉ GOMES DA MOTA**, já qualificado, em desfavor **de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ? INSS,** igualmente qualificado, aduzindo sinteticamente que requereu frente ao INSS, em 04/08/2022, sua aposentadoria por idade, na condição de trabalhador rural. O pedido foi indeferido (Comunicação de Decisão ao largo), no entanto, sob a justificativa de: **?Não foi reconhecido o direito ao benefício, tendo em vista não ter comprovado o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua?.** Inconformado, lança-se a provar em Juízo que reúne os requisitos para a aposentadoria especial rural, visando, logicamente, obter a concessão judicialmente. Seus documentos pessoais, apensados, atestam que nascido em 10/01/1962, então com 60 anos na data do requerimento em tela, suficiente para a

percepção: Ficha de prontuário no Hospital Municipal; Escola do filho na Zona Rural; Cartão Sus do Autor indicando que o mesmo reside na Zona Rural; Título de eleitor do autor; Certidão eleitoral do autor, comprovando sua condição de trabalhador rural. Quanto a comprovação do efetivo exercício da atividade rural, anexa: Título Definitivo expedido pelo INCRA do imóvel onde reside; certidões de nascimento dos filhos na zona rural; título eleitoral; certidão eleitoral que atesta a sua condição de trabalhador rural; Cartão do SUS do Autor; Decisão que indeferiu o pedido; boletim escolar de um dos filhos; Documentos junto a Previdência Social. **É o que basta relatar**. **Decido**. A sistemática aplicável ao caso em comento veda o deferimento da aposentação com base em prova exclusivamente testemunhal, conforme vedado pela legislação previdenciária, implementada pela interpretação irretocável firmada no verbete sumular nº. 149 do Colendo Superior Tribunal de Justiça ? STJ. Relativamente à atividade rural, depois da Lei nº. 9.063/95, que alterou a redação do art. 143 supramencionado, o trabalhador rural deve comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínuo, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, outro não é o entendimento do STJ e Turma Nacional de Uniformização. Não existem questões preliminares a serem apreciadas. **DO MÉRITO:** No mérito, é cediço que a aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais é devida desde que preenchidos os seguintes requisitos: a) idade de 60 (sessenta) anos para homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para mulher; b) comprovação do exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses igual à carência do benefício (artigos 39, I, 106, I e 143, da Lei nº 8.213/91). Observa-se que o requisito da idade já foi preenchido pelo autor, que contava com mais de 60 (sessenta) anos quando requereu sua aposentadoria. É cediço que a aposentadoria por idade para o segurado especial independe de carência, porém, desde que comprovado o exercício da atividade rural, à luz do disposto no artigo 26, III, da Lei nº 8.213/91. Assim, o rurícola não está dispensado de comprovar o efetivo exercício da atividade rural, no período anterior ao requerimento do benefício. No caso em julgamento, é mister observar que foram juntadas cópias de documentos que, à luz de uma interpretação extensiva do parágrafo único do art. 106, da Lei nº. 8.213/91, podem ser úteis para caracterizar que há início de prova material, e confirmar que o autor faz jus ao benefício previdenciário pleiteado na exordial, em virtude de que o rol de documentos exigidos pelo citado dispositivo legal é meramente exemplificativo, e não, taxativo, podendo acolher-se, portanto, outras provas que sirvam para demonstrar, idônea e suficientemente, os fatos. Ressalte-se que o início de prova material necessariamente não deve ser produzido em relação a todo o período de atividade rural, bastando que seja contemporâneo a uma parte de seu exercício. Em face dos elementos trazidos aos autos, e ainda com apoio nos que foram colhidos em audiência, tenho como plenamente revestida de seriedade a afirmativa autoral de haver exercido a profissão de pescador. São expressivos e extremamente detalhados os depoimentos prestados pelas testemunhas, colhidos em audiência de instrução e julgamento. É firme a jurisprudência no sentido de que a conjugação da prova testemunhal com razoável prova material se mostra bastante a comprovar o desempenho de atividade rural, crendo este Juízo que o certificado e demais peças que instruem a vestibular, além da prova testemunhal, compreendem prova bastante nesse âmbito. Desse modo, merecem transcritos: ?PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA. Entende este sodalício que o caráter assistencial do benefício de aposentadoria por idade rural, somado à dificuldade de comprovação do exercício de tal labor, autorizam a admissão de documentos outros que os elencados no art. 106 da Lei 8.213/91. Havendo nos autos início razoável de prova material, corroborado por prova testemunhal, a comprovar o labor agrícola, mister o reconhecimento do tempo de serviço para fins previdenciários. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental no Recurso Especial nº 754862/SP (2005/0076764-9), 6ª Turma do STJ, Rel. Paulo Medina. j. 28.03.2006, unânime, DJ 02.05.2006)?. ?PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. RECONHECIMENTO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTO MEDIANTE PROVA TESTEMUNHAL. 1. É firme a linha de precedentes nesta Corte e no STJ no sentido de que o início razoável de prova material pode projetar efeitos para período de tempo anterior ou posterior ao nele retratado, desde que corroborado por segura prova testemunhal. Ressalva de entendimento em sentido contrário do Relator. 2. Demonstrado nos autos, mediante início razoável de prova material, complementado por segura prova testemunhal, o exercício de atividades rurais durante o período de tempo alegado, faz jus o segurado à contagem do tempo de serviço rural para fins de aposentadoria por tempo de serviço. 3. Impossível a concessão da aposentadoria por tempo de serviço pleiteada, em face do reconhecimento do tempo de serviço rural, pois inexistente prova do tempo de serviço urbano. Postulação que deve ser deduzida na esfera administrativa. 4. Apelação do INSS não provida. 5. Apelação do autor parcialmente provida. (Apelação Cível nº 96.01.34927-8/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Des. Fed. Carlos Moreira Alves, Rel. Convocado Juiz Fed. Antônio Cláudio Macedo da Silva. j. 26.04.2006, unânime, DJ

11.05.2006)?. ?PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL ASSOCIADA À PROVA TESTEMUNHAL. I. O STJ, em face das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais em fazer prova material a seu favor, tem decidido no sentido de que o rol de documentos hábeis a comprovar atividade rural, inscrito no artigo 106, parágrafo único da Lei 8.213/91 é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissíveis outros documentos não mencionados no dispositivo, entre eles o assento de óbito onde conste a profissão de agricultor do cônjuge. II. Dentre os documentos acostados aos autos constam a certidão de óbito do cônjuge, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oricuri - PE, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e comprovantes do ITR do local onde a demandante exerce suas atividades. III. As testemunhas ouvidas em audiência, com a cautela do Juízo, atestam que a autora exerce atividade rural há mais de vinte anos. IV. Parcelas vencidas corrigidas nos termos da Lei 6.899/91. Juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, excluídas as parcelas vincendas, conforme Súmula 111 do STJ. V. Apelação provida. (Apelação Cível nº 383401/PE (2004.83.08.000424-0), 4ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Margarida Cantarelli. j. 09.05.2006, unânime, DJU 30.05.2006)?. ?PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA TESTEMUNHAL ASSOCIADA A INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 111/STJ. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA Nº 204/STJ. 1. A Constituição Federal/88, art. 201, § 7º, II assegura aposentadoria para o trabalhador rural aos 60 anos para o homem e aos 55 anos para a mulher. 2. As provas testemunhais, colhidas com as cautelas do juízo, não contraditadas, associadas a início razoável de prova material, fazem prova da atividade rural. 3. Quanto aos honorários advocatícios, devem ser excluídas da condenação as parcelas vencidas, assim entendidas as posteriores à prolação da sentença, nos termos insertos na Súmula nº 111/STJ. 4. Apelação e remessa oficial improvidas. (Apelação Cível nº 376308/PB (2005.05.99.002380-1), 4ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Marcelo Navarro. j. 07.02.2006, unânime, DJU 15.03.2006)?. Assim, tem-se como suficientemente comprovado o exercício da condição de pescador artesanal, ainda que de forma descontínua, pelo período igual ou até superior ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido conforme previsão do artigo 143 da Lei n.º 8.213/91). Sobre a necessidade de tal período ser imediatamente anterior ao requerimento do benefício, esclareço que essa exigência legal não há de ser tomada literalmente, mas sim temperada com bom senso e moderação, em face da dura realidade dos trabalhadores rurais, dado o caráter eminentemente social do benefício previdenciário requerido. Com efeito, é muito comum o abandono de trabalho rural finda a capacidade laborativa do colono ou pescador, disso se originando o inevitável lapso temporal entre o término da atividade rural e o pleito administrativo ou judicial do benefício. Ressalte-se, inclusive, estar expressamente afastado o quesito da qualidade de segurado para a concessão do benefício em questão, devido à vigência da Lei nº. 10.666/03, que assim dispõe: ?Art. 3º (...) § 1º. Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício.?. Ademais, com relação à Lei nº. 10.666/03, resultante da conversão da MP n.º 83, de 12-12-2002, esclareça-se que, ao afastar a necessidade de cumprimento simultâneo dos requisitos para a concessão do benefício, inexigindo assim a manutenção da qualidade de segurado, apenas veio a confirmar o entendimento que já estava sendo adotado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo anteriormente à edição da referida Lei, de tal forma que não se trata de aplicabilidade retroativa. Destarte, restando comprovado o implemento de todos os requisitos necessários, a parte autora faz jus à percepção do benefício de aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário-mínimo. O termo inicial do benefício é a partir da data do requerimento administrativo, conforme dispõe o art. 49, I, b, da Lei nº 8.213/91. Ante o exposto, preenchido o requisito de idade e comprovado nos autos o requisito de exercício de atividade rural, **JULGO PROCEDENTE** o pedido autoral para determinar que o INSS implemente em favor do autor o benefício previdenciário de aposentadoria por idade, no valor de 01 (um) salário-mínimo**. O termo inicial do benefício é a partir do requerimento administrativo, qual seja, 04/08/2022**. A correção monetária será calculada pelo INPC, ante o julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, a qual por arrastamento declarou inconstitucional o artigo 1º-F da Lei 9494/97 (atualização monetária pelo índice de remuneração da poupança). A partir de 25/03/2015, a atualização monetária será calculada pelo índice de preços ao consumidor amplo especial (IPCA-E), com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/2013 e nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária. Por sua vez, os juros de mora incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, observando-se o índice oficial aplicável à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97). Oportuno ressaltar que as decisões tomadas pelo STF no julgamento das ADIs supra nominadas não interferiram na taxa de juros aplicável às condenações do INSS (RESP. 1.270.439). Condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios, nos percentuais mínimos das faixas previstas no § 3º do art. 85 do CPC, de 10% (dez por

cento) sobre o total das prestações vencidas até a prolação desta sentença. Sem custas. Quanto ao pedido de tutela de urgência, a análise da natureza jurídica e do fundamento de existir da antecipação de tutela encontra seus pilares, segundo a doutrina, na necessidade de prestigiar o direito provável em detrimento do direito improvável, e na intenção de que aquele que é titular do direito provável não arque sozinho com todos os ônus decorrentes da privação do seu direito enquanto tramita o processo. Trata-se de reflexo do princípio da efetividade da jurisdição. Por óbvio, tomando-se a litigiosidade geral como parâmetro em ações previdenciárias, é cediço que em regra a concessão da antecipação de tutela é medida excepcional, concessível apenas mediante preenchimento dos requisitos explícitos elencados em lei: verossimilhança e urgência. Em outras palavras, não é regra, mas exceção, o trâmite processual precedido da antecipação, o que exige a presença dos requisitos legais. Quanto à verossimilhança e a prova inequívoca, estão afirmadas na sentença, que atestou os requisitos legais para a consecução do benefício pleiteado. Assim, a sentença, ao reconhecer a procedência do pedido está afirmando a existência de verossimilhança, dando por provável existência de direito em favor do segurado. Sob o ponto de vista da urgência ? requisito explícito definidor da oportunidade de antecipação em favor daquele que aparenta firmemente deter o melhor direito ? feita a constatação de que será extremamente difícil à parte suportar o decurso do tempo processual sem a materialização do seu direito, está se diante da necessidade de antecipação material do pedido, se disso não resultar maior ônus ao réu. Em alguns casos, devido às circunstâncias fáticas, constata-se que é premente que o direito se exerça já, seja por sua relevância, seja pela extrema prejudicialidade da demora. A análise da urgência também implica verificar qual direito é de importância. Os princípios constitucionais que permeiam processualmente o dilema em que se encontra o juiz ao apreciar o pedido de antecipação são de igual envergadura: de um lado a segurança jurídica e de outro a efetividade da jurisdição. Contudo, na medida em que se percorrem os níveis de maior concretização dos princípios e normas em conflito e se ingressa na seara dos direitos de ordem substancial, material, observa-se categórica possibilidade de valoração entre eles. Por certo o direito à vida digna, a verba alimentar, à sobrevivência, é de maior relevo do que o interesse patrimonial do INSS. Não é apenas o direito de receber benefício previdenciário que está em jogo, mas o que tal direito implica ao segurado em termos de diminuição de sofrimento, melhoria de sua expectativa de vida, cura de doenças e a própria chance de sua sobrevivência, bens jurídicos de maior relevância e urgência do que os interesses em jogo do INSS, absolutamente respeitáveis também, mas de hierarquia valorativa inferior, portanto, entendo plausível a concessão da tutela de urgência vindicada, no caso específico. Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência vindicada para determinar que o INSS implante o benefício de aposentadoria por idade, em favor do autor, no prazo de 30 (trinta) dias, independente de trânsito em julgado da sentença, arbitrando multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) em caso de descumprimento, limitado a 30 (trinta) dias. No caso em exame, não obstante, embora não se conheça com absoluta precisão o valor da condenação, é indene de dúvidas que seu montante não ultrapassará o importe de mil (1.000) salários-mínimos, pela simples razão de que tal patamar não será atingido nem mesmo se as prestações em atraso alcançarem o teto do valor dos benefícios pagos pela Previdência Social, portanto, deixo de determinar a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região para fins de reexame necessário. P. R. C. I. Serve a cópia desta ata como mandado judicial/ofício**.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800722-35.2023.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

DENUNCIADO: ANTHONY HEDLLE ARAGAO DE FREITAS DANTAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 14h00min, onde se achava presente o

Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Considerando o encerramento da instrução criminal, retornem os autos conclusos para sentença**. 2)** Em atenção à manifestação ministerial pela absolvição do réu em relação aos crimes de lesão corporal, e considerando ainda que o réu não é reincidente, entendo que os requisitos autorizadores da restrição da liberdade se mostram incabível já que o crime pelo qual o mesmo responde é um tipo penal de menor potencial ofensivo e possível condenação não admite o cumprimento da pena em regime fechado. Sendo assim REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA, e aplico as seguintes medidas cautelares: **I)** Obrigação de manter o endereço atualizado perante o juízo; **II)** o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; **III)** proibição de frequentar bares, boates e congêneres; **IV)** a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; **V)** proibição de mudar de endereço sem previa comunicação ao juízo; VI) proibição de vir a cometer qualquer outro tipo de ilícito, sob pena de descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória. Deverá o requerido observar TODAS as medidas acima deferidas, cumprindo as providências que lhe competem, sob pena de serem aplicadas as sanções legais pertinentes, inclusive, se for o caso, **decretada sua prisão preventiva**. **Ressalto que as MEDIDAS PROTETIVAS em favor das vítimas serão mantidas, devendo o réu se abster de ter qualquer contato com as mesmas sob pena de ser novamente decretada sua prisão**. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Fernanda Perez Carvalho Barbosa, Analista Judiciária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE MONTE ALEGRE ? VARA ÚNICA

TRIBUNAL DO JÚRI

ATA DO JULGAMENTO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO PARÁ.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de 2023 (28/09/2023), no Auditório do Tribunal do Júri, nesta cidade e Comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às portas abertas, às 09h00min, presentes o Exmo. Juiz de Direito Dr. **THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, o Promotor de Justiça Dr. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO e Dr(a). **RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público. Comigo, **Juvenílson Bastos da Silva**, Diretor do Tribunal do Júri**, SILVIA LAURO, ANALISTA JUDICIÁRIO, LUÍS ARTHUR PEREIRA e SUSELY GERMANO**, Oficiais de Justiça. Foi iniciada a Sessão com as solenidades legais. **DELIBERAÇÃO JUDICIAL EM AUDIÊNCIA:** Em razão da não apresentação do preso à presente Sessão, remarco a mesma para o dia **06.06.2024** ficando desde já as testemunhas **JOSÉ ARMANDO DA SILVA ALMEIDA e EDNEY JARDIM DOS SANTOS intimados acerca da nova data.** Sala de Sessões do Tribunal do Júri da Comarca de Monte Alegre, em 28 de setembro de 2023?. Para constar, foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, RAFAEL TOLENTINO, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

JUIZ PRESIDENTE:

PROMOTOR DE JUSTIÇA:_____

DEFENSOR PÚBLICO: _____

RÉU:_____

PROCESSO Nº 0800627-05.2023.814.0032 ? INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: ELISABETE RIBEIRO DE CARVALHO

ADVOGADO: DR. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADA: DRA. ROSEANE BEZERRA DA CRUZ OAB/RN 10.529

PREPOSTA: SANDRA MARIA PASTANA DOS SANTOS

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (29.09.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença da requerente, devidamente acompanhada de seu advogado **DR. EDSON DE CARVALHO SADALA OAB/PA 12.807.** Presente o requerido, por intermédio de preposta, devidamente acompanhada de sua advogada **DRA. ROSEANE BEZERRA DA CRUZ OAB/RN 10.529.** Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801649-98.2023.8.14.0032? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: GILMAR SANCHES VIANA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (05.10.2023), na sala de audiências do

Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 8h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACÊDO JÚNIOR**, Juiz de Direito respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS**, Defensor Público desta Comarca. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Passou o MM Juiz a proferir decisão: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** Vistos, etc... O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informa a este Juízo a prisão em flagrante delito do nacional **GILMAR SANCHES VIANA**, já qualificado, pela suposta infringência ao artigo **147, do Código Penal c/c Art. 7° da Lei 11.340/2006**. Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com ouvida do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, razão por que HOMOLOGO o auto e MANTENHO A PRISÃO EM FLAGRANTE. **2. DA (DES) NECESSIADDE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.** Inicialmente cumpre ressaltar o dispõe o art. 310 do Código de Processo Penal que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência do crime e indício suficiente de autoria, e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. Ou seja, dada sua natureza eminentemente cautelar, a custódia cautelar reclama a presença dos requisitos gerais do fumus comissi delicti e periculum libertatis, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. Segundo Fernando da Costa Tourinho Filho: ?Já sabemos que toda e qualquer prisão que anteceda à decisão definitiva do Juiz é medida drástica, ou, como dizia Bento de Faria, é uma injustiça necessária do Estado contra o indivíduo, e, portanto, deve ser reservada para casos excepcionais. Por isso mesmo, entre nós, a prisão preventiva somente poderá ser decretada dentro naquele mínimo indispensável, por ser de incontrastável necessidade e, assim mesmo, sujeitando-a a pressupostos e condições, evitando-se ao máximo o comprometimento do direito de liberdade que o próprio ordenamento jurídico tutela e ampara. [...] Os pressupostos da prisão preventiva estão contidos no art. 313 do CPP. São eles a "prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria.". (Manual de Processo Penal. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 542-543**. No caso dos autos identifico haver o requisito do ?fumus comissi delicti?, consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante, notadamente em face do depoimento da vítima e do condutor. A vítima acionou a polícia militar informando que seu companheiro havia lhe agredido e lhe ameaçado com um martelo, tendo sido impedido de golpeá-la por terceira pessoa. A gravidade da situação se mostra tamanha diante do contexto em que os fatos ocorreram, na presença dos filhos menores, que foram colocados juntamente com a vítima para fora de casa. A presença do ?periculum libertatis? está evidente, pois os autuado é contumaz na prática de atos violentos, tendo em outras ocasiões agredido a vítima e colocado em risco sua integridade física e psicológico. Ademais a gravidade concreta dos fatos praticados, a revelar instabilidade emocional do agressor homem, com histórico recente de outros atos de violência doméstica, justificam a prisão preventiva para garantir a ordem pública e a vida da mulher** . Assim é o entendimento atual da jurisprudência, senão vejamos: Lei Maria da Penha ? necessidade da prisão cautelar ? irrelevância quanto à reconciliação do casal. ?2 Em situações de violência doméstica familiar, as circunstâncias deverão ser criteriosamente avaliadas, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem perder de vista os objetivos da Lei Maria da Penha. A gravidade concreta dos fatos praticados, a revelar instabilidade emocional do agressor homem, com histórico recente de outros atos de violência doméstica, justificam a prisão preventiva para garantir a ordem pública e a indenidade da mulher. A reconciliação do casal não impede a continuidade da segregação quando a violência continuada contra a mulher evidencia a possibilidade concreta de novas agressões, com perigo de morte.? Acórdão 1265754, 07181640520208070000, Relator: GEORGE LOPES, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 16/7/2020, publicado no DJE: 29/7/2020. **Registra-se que o juiz pode diante da análise do caso concreto verificado que há risco à integridade física da ofendida ou à efetividade**

da medida protetiva de urgência, poderá negar liberdade provisória ao preso. Chamo atenção que a vítima encontra-se em estado gestacional, o que agrava ainda mais a situação. Além da proteção à vítima e aos filhos é preciso ponderar que o flagrado é um perigo atual a ordem pública, por se mostrar violento e contumaz na prática de agressões. Sobre a garantia da ordem pública, ensina Guilherme de Souza Nucci: A garantia da ordem pública envolve a própria segurança pública, não sendo necessário abranger toda uma cidade, bastando um bairro, uma região ou uma comunidade. Demanda requisitos básicos como gravidade concreta do crime, repercussão social, maneira destacada de execução, condições pessoais negativas do autor e envolvimento com quadrilha, bando ou organização criminosa (Prisão e Liberdade: As reformas processuais penais introduzidas pela Lei 12.403 de 4 maio de 2011. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 63-64). Assim, indiferente da eventual sanção a ser aplicada aos flagrados em tela, em caso de condenação ao final do processo, a restrição cautelar das suas liberdades nesse momento é necessária como medida de caráter processual, para assegurar a ordem pública. **Registro neste momento que o flagrado é contumaz em agressão a sua esposa, já tendo sido em momento anterior decreto inclusive Medida Protetiva e depois revogada, denotando que possue sérias dificuldades em assimilar as regras de convivência social**. **O fato é que a periculosidade concreta do agente, inferida ante as suas reiteradas condutas de agressão à sua companheira que está grávida, denota a imprescindibilidade de se acautelar não só a vítima como também o meio social. Portanto, a concessão da liberdade, neste momento, geraria sentimento de impunidade, serviria de estímulo a reiteração criminosa e colocaria em risco a sociedade**. Registre-se que a prisão para a garantia da ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça, que por certo ficariam abalados com a soltura dos autuados diante das circunstâncias indicativas de periculosidade, uma vez que a prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública não se destina à proteção do processo penal, mas, ao revés, ao resguardo da própria sociedade. Acerca do tema, confiram-se os ensinamentos do eminente jurista EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA, in Curso de Processo Penal, 11ª edição, Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, pág. 452: (...) Percebe-se, de imediato, que a prisão para garantia da ordem pública não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se, ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não aprisionamento de autores de crimes que causassem intranquilidade social. (...).(...) No Brasil, a jurisprudência, ao longo desses anos, tem se mostrado ainda um pouco vacilante, embora já dê sinais de ter optado pelo entendimento da noção de ordem pública como risco ponderável da repetição da ação delituosa objeto do processo, acompanhado do exame acerca da gravidade do fato e de sua repercussão. Logo, incabível a concessão de liberdade provisória prevista no inciso terceiro do art. 310 do CPP, considerando que se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva. Também não é o caso de substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, pois diante da necessidade da manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, exclui-se a possibilidade da substituição pelas medidas cautelares, ante a incompatibilidade entre os institutos, bem como pelo fato de, repise-se, os presos já terem sido beneficiados com tais medidas, de forma que não as cumpriram como determinado. Diante disso, apenas a imposição de medidas cautelares não é o bastante. É preciso, para garantir que a incolumidade pública não seja mais exposta a risco pelo modo despreocupado e irresponsável com que o flagranteado age. Por tais fundamentos, **CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva do nacional GILMAR SANCHES VIANA**, já qualificado. Cientifique-se à Autoridade Policial que o preso deverá ser imediatamente transferido para um estabelecimento penal adequado, a critério da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em face da interdição da carceragem da Delegacia de Polícia local. P. R. I. C. Ciências ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Expeça-se MANDADO DE PRISÃO. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800787-30.2023.8.14.0032 - DEPOIMENTO ESPECIAL E INTERROGATÓRIO (RÉU PRESO)

RÉU: FABRÍCIO DA SILVA SANTOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (05.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 9h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACÊDO JÚNIOR**, Juiz de Direito respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do réu, bem como das testemunhas Gabriel dos Santos e Jhonatan Torres Araújo vulgo ?Julinho?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801248-02.2023.814.0032 ? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: WELLINTON NASCIMENTO MEIRELES

ADVOGADO: DR. EDINELSON MOTA BATISTA OAB/PA 34.325

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (16.10. 2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 10h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o flagranteado, devidamente acompanhado de seu advogado **DR. EDINELSON MOTA BATISTA OAB/PA 34.325.** Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: 1. Considerando que não há nenhuma circunstância modificativa da situação que ensejou a decretação da prisão preventiva do réu e que não houve nenhuma ilegalidade no cumprimento da mesma, mantenho a prisão por seus próprios fundamentos. 2. Oficie à Secretaria de Administração Penitenciária para que providencie a transferência do preso para a Penitenciária de Santarém. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801490-58.2023.8.14.0032? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: WELLINTON NASCIMENTO MEIRELES

ADVOGADO: DR. EDINELSON MOTA BATISTA OAB/PA 34.325

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (16.10. 2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o flagranteado, devidamente acompanhado de seu advogado **DR. EDINELSON MOTA BATISTA OAB/PA 34.325.** Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** 1. Considerando que não há nenhuma circunstância modificativa da situação que ensejou a decretação da prisão preventiva do réu e que não houve nenhuma ilegalidade no cumprimento da mesma, mantenho a prisão por seus próprios fundamentos. 2. Oficie à Secretaria de Administração Penitenciária para que providencie a transferência do preso para a Penitenciária de Santarém. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800930-19.2023.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (16.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado. Presente as testemunhas Paulo Roberto Martins de Carvalho e Getúlio Castro de Souza Filho. Ausente a testemunha Marcelo Barbosa da Silva. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Fica designada audiência em continuação para o dia 14.11.2023 às 14h00min. **2)** Considerando que a testemunha Marcelo Barbosa da Silva devidamente intimada se fez ausente injustificadamente, expeça-se mandado de condução coercitiva. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800420-06.2023.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: OZENILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

ADVOGADO: RAMON BARBOSA DA CRUZ - OAB PA21714

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (16.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Vistos etc ... A defesa formulou pedido de Revogação de Prisão Preventiva em favor do réu, tendo o Ministério Público se manifestado favoravelmente o pleito. É o que basta relatar. Decido. Pois bem, compulsando detidamente os autos e o contexto fático apresentado, verifica-se que, apesar de haver prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, NÃO se vislumbra, por ora, os requisitos ensejadores da decretação da prisão preventiva. Explica-se. É sabido que a prisão preventiva é uma espécie de prisão provisória, detentora de caráter cautelar para o processo, dado que visa a garantir a eficácia de futuro provimento jurisdicional, o qual poderá tornar-se inútil, em algumas hipóteses, se o acusado permanecer em liberdade. Trata-se de medida de exceção que só pode ser decretada para assegurar a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado (art. 312 do CPP). Ainda, tem-se que a decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada (art. 312, §2º, do CPP). O mesmo diploma processual dispõe, ademais, que, observado o art. 312 do CPP, será admitida a decretação da prisão preventiva: I ? nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; II ? se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ? Código Penal; III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Nesse passo, em regra, somente é possível decretar a referida medida cautelar quando estejam caracterizados o fumus comissi delicti, consistente na prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, e o periculum libertatis, isto é, a necessidade da imposição da medida como forma de garantir a ordem pública ou econômica, assegurar a aplicação da lei penal e/ou por conveniência da instrução criminal. A esse respeito, em que pese ? como dito acima ? existir nos autos prova da materialidade e indícios suficientes de autoria delitiva, não vislumbra, ao menos POR ORA, a presença/manutenção dos requisitos ensejadores da custódia cautelar, sobretudo em razão de já ter se encerrado a instrução processual ? e que, em princípio, não há indicativos concretos de que o investigado apresente risco à ordem pública, à conveniência da instrução criminal ou à futura aplicação da lei penal (art. 312, do CPP). Dessa forma, entende-se, nesse momento, desproporcional e inadequada a medida constritiva de prisão preventiva. Assim, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, a **OZENILDO JOSÉ DE OLIVEIRA,** impondo-lhe as seguintes medidas cautelares: **I)** Obrigação de manter o endereço atualizado perante o juízo; **II)** O comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; **III)** Proibição de frequentar bares, boates e congêneres; **IV)** A proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; **V)** Proibição de mudar de endereço sem

previa comunicação ao juízo; **VI)** Proibição de vir a cometer qualquer outro tipo de ilícito, sob pena de descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública/Defesa. Expeça-se Alvará de Soltura em favor do réu. Dando-se regular prosseguimento ao feito determino a intimação do MP para que no prazo legal manifeste-se em alegações finais. Após, à defesa para o mesmo fim. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Fernanda Perez Carvalho Barbosa, Analista Judiciária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801115-57.2023.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: NAULINO DHULHO LENO BACELAR DA SILVA

ADVOGADO: DR. MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALON OAB/PA 16.235

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo oitavo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (18.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 8h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu advogado **DR. MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALON OAB/PA 16.235.** Presente as testemunhas Elson José Rabelo Gama Filho (PM), Francisco Evenilson Pinheiro Filho (PM), Elciclei Souza dos Santos e Anderson Andrade Mota. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA COM MÉRITO** Vistos etc... O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra **NAULINO DHULHO LENO BACELAR DA SILVA,** como incurso nas prescrições legais do art. 33 da Lei 11.343/2006. Os fatos foram suficientemente narrados na peça exordial, defesa prévia e memoriais, razão pela qual não carecem de repetições desnecessárias na presente sentença, somente cotejarei alguns trechos de referidas peças. Segundo relatos da denúncia, o réu foi preso em flagrante, no dia 07 de julho de 2023, a polícia militar abordou dois indivíduos que estavam na posse de dois invólucros de crack para consumo próprio e indicaram que compraram do Naná, que é o réu deste processo. Diante disso, os Policiais se dirigiram até a casa de NAULINO, situada no endereço ao norte indicado, e ao serem recebidos pelo denunciado, foi lhes franqueada a entrada, conforme termo de autorização acostados nos autos. Dentro do imóvel, os Policiais encontraram invólucro dentro de uma bolsa transversal contendo substâncias semelhantes a pedras de crack, junto também estava uma trouxinha plástica amarrada com linha de costura de cor laranja, semelhante as que apreenderam com os dois indivíduos já retro mencionados. Ato contínuo, com a cooperação do denunciado, foram encontrados cerca de 23g de substância análoga a ?CRACK? dentro da casa de NAULINO, (afora as duas trouxinhas dos dois usuários), além de duzentos e oitenta e cinco reais, mais materiais costumeiramente utilizados para embalagem e comercialização de drogas, tais comumo: tesoura, linha de costura cor laranja semelhante a mesma linha encontrada nas trouxinhas que apreenderam com Anderson e Elciclei (usuários). **Laudo pericial definitivo concluiu ser cocaína e foto do material entorpecente apreendido no id. Num. 98013898 - Pág. 3. Em instrução processual as testemunhas foram claras em narrar que o entorpecente foi apreendido na posse do réu e que este é um indivíduo que já era conhecido como traficante, inclusive havendo situações anteriores.**

Após, em seu interrogatório, o réu afirmou que era usuário de entorpecente e que vendeu drogas por ocasião de desemprego. Em seguida foram colhidos memoriais orais, onde o Órgão Ministerial pugnou pela condenação pelo tráfico. Por seu turno a defesa pugnou pela: 1. Pelo desentranhamento da prova, por não obedecer a cadeia de custódia, vez que não foi encaminhada diretamente ao Renato Chaves; 2. Pugna pela condenação do réu, mas reconhecimento de confissão espontânea, bem como do privilégio previsto em lei. Vieram os autos conclusos. **É o relatório. Decido. II ? FUNDAMENTAÇÃO II.1. DA PRELIMINAR DE CADEIA DE CUSTÓDIA** Quando a preliminar de desentranhamento da perícia constante- ao id. Num. 85842607, observo que a Polícia Civil cumpriu a risca os mandamentos esposados no 158-A e do Código de Processo Penal, com metodologia apropriada e dentro dos fundamentos provenientes de ordem judicial, razão pela qual inexiste qualquer fundamento para a anulação de referida prova. **II.2. DA FUNDAMENTAÇÃO PROPRIAMENTE DITA** Pois bem, cuidam os presentes autos de ação penal deflagrada contra o denunciado em epígrafe, o qual é acusado do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. As condições da ação e os pressupostos processuais positivos estão presentes. O procedimento adotado corresponde ao que está previsto na lei especial para a apuração da notícia de crime descrita na inaugural e não havendo a necessidade de se ordenar diligências, devendo se adentrar, de imediato, a seara meritória. A infração penal sob apuração, estão descritas no **art. 33 da lei 11.343/2006**, que possui a seguinte redação: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. A materialidade do crime de tráfico ilícito de entorpecentes é incontestável, conforme o Laudo de Exame de constatação de substância entorpecente, autos do inquérito policial, referente à substância encontrada em poder dos réus, vulgarmente conhecida como crack Erythroxylon coca é uma planta encontrada na América Central e América do Sul. Essas folhas são utilizadas, pelo povo andino, para mascar ou como componente de chás, com a função de aliviar os sintomas decorrentes das grandes altitudes. Entretanto, uma substância alcaloide que constitui cerca de 10% desta parte da planta, chamada benzoilmetilecgonina, é capaz de provocar sérios problemas de saúde e também sociais. Na primeira fase da extração do alcaloide, as folhas são prensadas em ácido sulfúrico, querosene ou gasolina, resultando em uma pasta denominada sulfato de cocaína. Na segunda e última, utiliza-se ácido clorídrico, formando um pó branco. Assim, neste segundo caso, ela pode ser aspirada, ou dissolvida em água e depois injetada. Já a pasta é fumada em cachimbos, sendo chamada, neste caso, de crack. Há também a merla, que é a cocaína em forma de base, cujos usuários fumam-na pura ou juntamente com maconha. Atuando no Sistema Nervoso Central, a cocaína provoca euforia, bem estar, sociabilidade. Pelo fato de que nem sempre as pessoas conseguem ter tais sensações naturalmente, e de forma intensa, uma pessoa que se permite utilizar esta substância tende a querer usar novamente, e mais uma vez, e assim sucessivamente. O coração tende a acelerar, a pressão aumenta e a pupila se dilata. O consumo de oxigênio aumenta, mas a capacidade de captá-lo, diminui. Este fator, juntamente as com arritmias que a substância provoca, deixa o usuário pré-disposto a infartos. O uso frequente também provoca dores musculares, náuseas, calafrios e perda de apetite. Como a cocaína tende a perder sua eficácia ao longo do tempo de uso, fato este denominada tolerância à droga, o usuário tende a utilizar progressivamente doses mais altas buscando obter, de forma incessante e cada vez mais inconsequente, os mesmos efeitos agradáveis que conseguia no início de seu uso. Dosagens muito frequentes e excessivas provocam alucinações táteis, visuais e auditivas; ansiedade, delírios, agressividade, paranoia. Trata-se da droga mais nociva à sociedade. De igual sorte a quantidade da substância, forma como foi adquirida e forma de acondicionamento são contrários de que a droga seria para uso próprio. Por seu turno, os próprios policiais reforçaram que após operação de saturação na área próxima à casa do réu conseguiram abordar usuários, que por sua vez indicaram o acusado e que, por fim, foi encontrado o material entorpecente e conseguiram prendê-lo em flagrante. Por seu turno, a autoria está devidamente pavimentada, vez que todas as provas convergem ao réu. **III ? DISPOSITIVO** Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para CONDENAR O RÉU NAULINO DHULHO LENO BACELAR DA SILVA** nas penas previstas no **art. 33, da Lei nº. 11.343/2006**, pelo que passo a realizar a dosimetria da pena em conformidade com o previsto pelo art. 68 do CPB, observando-se, contudo, o disposto no art. 42 da Lei nº. 11.343/2006 que impõe ao Juiz considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou produto, a personalidade e a conduta social do agente. **CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP c/c art. 42 da Lei 11.343/2006:** Reconheço a baixa **quantidade** de droga apreendida, destinada a comercialização, o que me afigura a **natureza** do material entorpecente é droga de alta danosidade social, vez que conhecida como crack, porém a quantidade é ínfima; **culpabilidade** normal a

espécie; o réu não tem **antecedentes** criminais; a **conduta social, não foi** investigada; a **personalidade** do agente não poderá ser mensurada por ausência de elementos suficientes; os **motivos** não são aptos à majoração, vez que se submeteu a traficância em momento desemprego e precisando sustentar uma casa com duas crianças; as **circunstâncias**, também faz jus a valoração negativa; as **consequências** do delito são nefastas para a saúde pública e a sociedade em geral, pois é responsável pela ruína de diversos jovens e famílias; não há que se falar no **comportamento da vítima**. Sopesadas as circunstâncias judiciais, bem como, atendendo aos critérios de suficiência e necessidade fixo pena-base, **para o crime de tráfico de substâncias entorpecentes - art. 33, caput da Lei nº. 11.343/2006, 07 (seis) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. AGRAVANTES E ATENUANTES** Inexistem circunstâncias agravantes e atenuantes, mantendo a pena intermédia no patamar **07 (sete) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DE PENA** O réu pugnou pelo reconhecimento do tráfico privilegiado em virtude de suas qualidades pessoais e nunca ter ser envolvido com tráfico de drogas. Conforme definição legal constante no parágrafo §4 do art. 33 da Lei de tóxicos, ?nos delitos definidos no caput e no § 1° deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa?. Em audiência de instrução e julgamento ficou demonstrada a presença das qualidades suficientes para reconhecer a causa de diminuição em comento, razão pela qual diminuo a pena em 1/3. Destarte, fixo a pena final e definitiva em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 500 dias-multa. **DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE** Nos termos do artigo 44 do CP, as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: a) aplicada pena privativa de liberdade n¿o superior a quatro anos**;** b) crime n¿o cometido com violência ou grave ameaça à pessoa**;** c) qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; d) réu n¿o reincidente em crime doloso; e) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado; f) os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituiç¿o seja suficiente. Pois bem. Quanto ao primeiro requisito, foi aplicada **pena privativa de liberdade superior a quatro anos, razão pela qual não se torna possível substituição de pena.** Por fim, A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é cabível substituição da pena privativa de liberdade em tráfico de drogas, em caso de aplicação da minorante do artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06, ?cabendo ao Magistrado processante, de forma motivada, eleger qual medida é mais adequada ao caso concreto (AgRg no HC 643.390/SC). **DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA:** Da mesma forma acima, não compete aplicar a suspensão condicional da pena, nos termos do caput do artigo 77 do CPB. **DETRAÇÃO:** Tendo em vista que o réu está preso preventivamente desde o flagrante (07 de julho de 2023) até a presente data (19/10/2023), perfazendo um total de 03 (TRÊS) meses e 13 (treze) dias, promovo a detração e resta a cumprir a pena de **04 (quatro) ANOS, 04 (quatro) MESES E 17 (dezessete) DIAS. DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE** Em atenção à primariedade do custodiado e não se revelando ainda presentes os requisitos ensejadores da custódia cautelar, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO e concedo o direito de recorrer em liberdade. EXPEÇA-SE O ALVARÁ DE SOLTURA ao acusado. **DA FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL** A pena deverá ser cumprida em regime INICIALMENTE SEMIABERTO, conforme determina o artigo 33 §§ 1º e 2º alínea ?b? do Código Penal Brasileiro. **DISPOSIÇÕES FINAIS** Julgo, na espécie, inaplicável o art. 387, IV do CPP, assim, deixo de fixar valor mínimo para a reparação do dano por inexistência de vítima; Publique-se **na íntegra**. Registre-se. Intime-se; **Intime-se, pessoalmente, os acusados para ciência desta sentença;** Intime-se o Ministério Público; Intime-se o advogado de defesa, via DJe; Havendo interposição de recurso, CERTIFICAR a respeito da tempestividade; Transitada em julgado esta sentença: **a)** Lance-se o nome dos acusados no rol dos culpados e oficie-se à Justiça Eleitoral para os fins do que dispõe o art. 15, inc. III da CF; **b)** Expeça-se guia de execução DEFINITIVA e extraiam-se as cópias necessárias para formação dos autos de execução, sendo o caso, remetendo ao juízo competente; **c)** Oficie-se ao órgão encarregado da estatística criminal (CPP, art. 809); **d) Finalmente, após cumprida integralmente todos os expedientes, baixe-se o registro de distribuição e arquive-se.** CONDENO o réu nas CUSTAS PROCESSUAIS, as quais suspendo a exigibilidade em virtude da hipossuficiência econômica. Por oportuno, não havendo controvérsia acerca da natureza da substância entorpecente trazida aos autos, **DETERMINO A INCINERAÇÃO**, ressalvando a preservação de amostra suficiente para perícia enquanto não transitado em julgado. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801213-42.2023.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: FRANKALIN IBIAPINO DA SILVA JUNIOR

ADVOGADO: Dr. JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB/PA Nº 13.143

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo oitavo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (18.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 12h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu advogado **Dr. JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB/PA Nº 13.143.** Presente as testemunhas Elnon de Alencar Barreto (PM), Alkitro Divikitro Silva e Silva (PM) e Evandro Júnior de Almeida Mendonça (PM). Presente as testemunhas da defesa. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA COM MÉRITO** Vistos etc... O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra **FRANKALIN IBIAPINO DA SILVA JUNIOR** como incurso nas prescrições legais do art. 33 da Lei 11.343/2006. Os fatos foram suficientemente narrados na peça exordial, defesa prévia e memoriais, razão pela qual não carecem de repetições desnecessárias na presente sentença, somente cotejarei alguns trechos de referidas peças. Segundo relatos da denúncia, o réu foi preso em flagrante, Policiais Militares tinham informações, obtidas do Serviço do Reservado da própria Polícia Militar, de que o denunciado FRANKALIN IBIAPINO DA SILVA JUNIOR era apontado por diversos usuários de entorpecente como um dos grandes traficantes do Município de Monte Alegre. Diante disso, os Policiais avistaram o denunciado saindo em uma motocicleta Honda CG 150 ES, para uma possível entrega de entorpecente no Bairro Turú, neste Município. Em seguida, os Policiais realizaram busca na residência do denunciado, localizada na Rua 1º de maio, sendo encontrado, na oportunidade, 913g (novecentos e treze gramas) de substância entorpecente conhecida como cocaína, 03 cadernos contendo anotações referentes ao tráfico de drogas; 02 balanças de precisão; 02 aparelhos celulares; 03 relógios e quantia de R$ 6.693,80. Afirmam que o serviço reservado da PM já estava monitorando o denunciado e que este era uma liderança no tráfico de entorpecentes no Município de Monte Alegre. **Laudo pericial definitivo concluiu ser cocaína. Em instrução processual as testemunhas foram claras em narrar que o entorpecente foi apreendido na posse do réu e que este é um indivíduo de liderança no tráfico de drogas no município de Monte Alegre, sendo faccionado ao comando vermelho. Relatos foram repassados à polícia de que o acusado estaria na data do flagrante num local utilizado para venda de drogas e aplicação da disciplina dos viciados devedores nesta cidade. Ressalta que o réu não tem paradeiro certo, não estuda, não trabalha e já retornou de Manaus possivelmente com uma ocorrência de crime contra vida, mas não sabe precisar. Após, em seu interrogatório, o réu confessou que estava traficando drogas em virtude da necessidade de sustentar sua mulher que estava grávida, que tinha iniciado a pouco tempo. Em seguida foram colhidos memoriais orais, onde o Órgão Ministerial pugnou pela condenação pelo tráfico. Por seu turno a defesa pugnou pelo reconhecimento da confissão e primariedade, reconhecimento do privilégio e concessão da liberdade.** Vieram os autos conclusos. **É o relatório. Decido.**

II ? FUNDAMENTAÇÃO Pois bem, cuidam os presentes autos de ação penal deflagrada contra o denunciado em epígrafe, o qual é acusado do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. As condições da ação e os pressupostos processuais positivos estão presentes. O procedimento adotado corresponde ao que está previsto na lei especial para a apuração da notícia de crime descrita na inaugural e não havendo a necessidade de se ordenar diligências, devendo se adentrar, de imediato, a seara meritória. A infração penal sob apuração, estão descritas no **art. 33 da lei 11.343/2006**, que possui a

seguinte redação: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. A materialidade do crime de tráfico ilícito de entorpecentes é incontestável, conforme o Laudo de Exame de constatação de substância entorpecente, autos do inquérito policial, referente à substância encontrada em poder dos réus, vulgarmente conhecida como crack. Erythroxylon coca é uma planta encontrada na América Central e América do Sul. Essas folhas são utilizadas, pelo povo andino, para mascar ou como componente de chás, com a função de aliviar os sintomas decorrentes das grandes altitudes. Entretanto, uma substância alcaloide que constitui cerca de 10% desta parte da planta, chamada benzoilmetilecgonina, é capaz de provocar sérios problemas de saúde e também sociais. Na primeira fase da extração do alcaloide, as folhas são prensadas em ácido sulfúrico, querosene ou gasolina, resultando em uma pasta denominada sulfato de cocaína. Na segunda e última, utiliza-se ácido clorídrico, formando um pó branco. Assim, neste segundo caso, ela pode ser aspirada, ou dissolvida em água e depois injetada. Já a pasta é fumada em cachimbos, sendo chamada, neste caso, de crack. Há também a merla, que é a cocaína em forma de base, cujos usuários fumam-na pura ou juntamente com maconha. Atuando no Sistema Nervoso Central, a cocaína provoca euforia, bem-estar, sociabilidade. Pelo fato de que nem sempre as pessoas conseguem ter tais sensações naturalmente, e de forma intensa, uma pessoa que se permite utilizar esta substância tende a querer usar novamente, e mais uma vez, e assim sucessivamente. O coração tende a acelerar, a pressão aumenta e a pupila se dilata. O consumo de oxigênio aumenta, mas a capacidade de captá-lo, diminui. Este fator, juntamente as com arritmias que a substância provoca, deixa o usuário pré-disposto a infartos. O uso frequente também provoca dores musculares, náuseas, calafrios e perda de apetite. Como a cocaína tende a perder sua eficácia ao longo do tempo de uso, fato este denominado tolerância à droga, o usuário tende a utilizar progressivamente doses mais altas buscando obter, de forma incessante e cada vez mais inconsequente, os mesmos efeitos agradáveis que conseguia no início de seu uso. Dosagens muito frequentes e excessivas provocam alucinações táteis, visuais e auditivas; ansiedade, delírios, agressividade, paranoia. Trata-se da droga mais nociva à sociedade, mais especificamente o crack, é responsável pela ?zumbificação? de diversos usuários e formação de grandes centros de deterioração humana, popularmente conhecida e vista em diversas capitais como ?Cracolândia?. De igual sorte a quantidade da substância, forma como foi adquirida e forma de acondicionamento são contrários de que a droga seria para uso próprio. Por seu turno, a autoria está devidamente pavimentada, vez que todas as provas convergem ao réu. **III ? DISPOSITIVO** Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para CONDENAR O RÉU FRANKALIN IBIAPINO DA SILVA JUNIOR** nas penas previstas no **art. 33, da Lei nº. 11.343/2006**, pelo que passo a realizar a dosimetria da pena em conformidade com o previsto pelo art. 68 do CPB, observando-se, contudo, o disposto no art. 42 da Lei nº. 11.343/2006 que impõe ao Juiz considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou produto, a personalidade e a conduta social do agente. **CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP c/c art. 42 da Lei 11.343/2006:** Reconheço a alta **quantidade** de droga apreendida, destinada a comercialização, o que me afigura a **natureza** do material entorpecente é droga de alta danosidade social, vez que conhecida como crack/cocaína; **culpabilidade** elevada, assim como, o grau de reprovabilidade das demais condutas, vez que foi comprovado ser o denunciado um dos distribuidores de entorpecente do município de Monte Alegre, revelando ser o mesmo um dos personagens mais importantes do tráfico de drogas do município; o réu não tem **antecedentes** criminais; a **conduta social não** investigada; a **personalidade**; os **motivos** são aptos à majoração das penas-base, pois pretendiam lucro fácil através da proliferação dos odiosos entorpecentes em nossa sociedade; as **circunstâncias**, também faz jus a valoração negativa, vez que era o responsável pela circulação de drogas aos demais traficantes no município de Monte Alegre; as **consequências** do delito são nefastas para a saúde pública e a sociedade em geral, pois é responsável pela ruína de diversos jovens e famílias; não há que se falar no **comportamento da vítima**. Sopesadas as circunstâncias judiciais, bem como, atendendo aos critérios de suficiência e necessidade fixo pena-base, **para o crime de tráfico de substâncias entorpecentes - art. 33, caput da Lei nº. 11.343/2006, 12 (doze) anos de reclusão e 350 (quinhentos) dias-multa. AGRAVANTES E ATENUANTES** Inexistem circunstâncias agravantes e atenuantes. **CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DE PENA** O réu pugnou pelo reconhecimento do tráfico privilegiado em virtude de suas qualidades pessoais e nunca ter ser envolvido com tráfico de drogas. Conforme definição legal constante no parágrafo §4 do art. 33 da Lei de tóxicos, ?nos delitos definidos no caput e no § 1° deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons

antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa?. Em audiência de instrução e julgamento não se demonstrou o preenchimento dos requisitos legais para o reconhecimento do privilégio, demonstrando o réu não ter ocupação lícita, ser integrante do Comando Vermelho e está intrinsecamente ligado à atividade criminosa, denotando ser um dos distribuidores de drogas nas biqueiras e bocas de fumo do município de Monte Alegre e estar provado, através de fotos histórico, cadernos de anotação e depoimento dos policiais que o mesmo integra organização criminosa. Destarte, não reconheço a causa de diminuição de pena. Insta pontuar, que a relação entre o réu e o comando vermelho advém de uma interpretação conglobante dos fatos enlaçados no presente processo. A facção organiza-se através de hierarquia e disciplina para a distribuição e fornecimento de drogas à determinada região. Sendo assim, só fornece drogas a integrante do CV quem for o distribuidor do CV. Então, logicamente, o denunciado configura-se como um integrante ativo e que tem a função primordial de alimentar as biqueiras e bocas de fumo da região. Destarte, mantenho a pena final e definitiva em 12 (doze) anos de reclusão e 350 dias-multa. **DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE** Não estão presentes, na espécie, os requisitos subjetivo e objetivo do art. 44, do Código Penal, o qual admite a substituição da pena privativa de liberdade, posto que a pena privativa de liberdade foi superior a quatro anos. **DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA:**Da mesma forma acima, não compete aplicar a suspensão condicional da pena, nos termos do caput do artigo 77 do CPB. **DETRAÇÃO** Tendo em vista que o réu está preso preventivamente desde o flagrante (26/07/2023) até a presente data (19/10/2023), perfazendo um total de 02 (dois) meses e 24 (vinte quatros) dias, promovo a detração e resta a cumprir a pena de **11 (onze) ANOS, 09 (nove) MESES E 06 (seis) DIAS. DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE** MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO, vez que ainda subsistem os motivos ensejadores da decretação da preventiva. **DA FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL** A pena deverá ser cumprida em regime INICIALMENTE FECHADO, conforme determina a lei 8072/92 em seu artigo 2º, §1º, e artigo 33 §§ 1º e 2º alínea ?A? do Código Penal Brasileiro. **DISPOSIÇÕES FINAIS 1.**Julgo, na espécie, inaplicável o art. 387, IV do CPP, assim, deixo de fixar valor mínimo para a reparação do dano por inexistência de vítima; 2. Publique-se **na íntegra**. Registre-se. Intime-se; **3. Intime-se, pessoalmente, os acusados para ciência desta sentença; 4.** Intime-se o Ministério Público; **5.** Intime-se o advogado de defesa, via DJe; **6.** Havendo interposição de recurso, CERTIFICAR a respeito da tempestividade; **7.** Transitada em julgado esta sentença: **a)** Lance-se o nome dos acusados no rol dos culpados e oficie-se à Justiça Eleitoral para os fins do que dispõe o art. 15, inc. III da CF; b) Expeça-se guia de execução DEFINITIVA e extraiam-se as cópias necessárias para formação dos autos de execução, sendo o caso, remetendo ao juízo competente; **c)** Oficie-se ao órgão encarregado da estatística criminal (CPP, art. 809); d) **Finalmente, após cumprida integralmente todos os expedientes, baixe-se o registro de distribuição e arquive-se.** CONDENO o réu nas CUSTAS PROCESSUAIS, as quais suspendo a exigibilidade em virtude da hipossuficiência econômica. Por oportuno, não havendo controvérsia acerca da natureza da substância entorpecente trazida aos autos, **DETERMINO A INCINERAÇÃO**, ressalvando a preservação de amostra suficiente para perícia enquanto não transitado em julgado**.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Rafael Tolentino, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801022-94.2023.8.14.0032 ? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: JOSÉ CARLOS LOUZEIRO BASTOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (19.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 13h00min, onde se achava presente o

Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR, Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS,** Defensor Público desta Comarca**.** Feito o pregão constatou-se a presença das testemunhas ELNON DE ALENCAR BARRETO (PM) e ÁLKITRO DIVIKITRO SILVA E SILVA (PM)**.** Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Considerando a informação da expedição do mandado de prisão em desfavor do denunciado no ano de 2020 por fato ocorrido na cidade de Laranjal do Jari/AP e em Mato Grosso, solicito que a Secretaria Judicial providencie junto ao TJ/AP e ao TJ/MT a certidão de antecedentes criminais do denunciado em tela. **2)** Após, conclusos. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Rafael Tolentino, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0800026-96.2023.8.14.0032? AÇÃO PENAL (RÉU PRESO)

RÉU: ADRIENE BARBOSA DE OLIVEIRA

RÉU: JÚLIO SANTOS DA SILVA

RÉU: MATEUS FREITAS GALVÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao décimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (19.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 14h00min, onde se achava presente **o Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular respondendo por esta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS**, Defensor Público desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença das testemunhas PMS EDIE JEFFERSON DA CRUZ BASTOS, TANOS BATISTA ABUD e RENAN CARVALHO DA SILVA. Ausente a testemunha JULIO SANTOS DA SILVA. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Em razão da não apresentação do denunciado MATEUS FREITAS GALVÃO pela SUSIPE, remarco a presente audiência para o dia **19.06.2024 às 12h00min**, devendo ser intimadas, todas as testemunhas arroladas, além dos denunciados para o ato. Em decorrência da redesignação da audiência de instrução ocorrida entendo pertinente reanalisar os requisitos para a sua prisão preventiva. Observando os autos, percebo que o denunciado em comento é primário e tem bons antecedentes e, ao que tudo indica, apresenta residência fixa, não é envolvido com criminalidade, tem família constituída e profissão estabelecida. Em suma, não se revelam elementos para a permanência da prisão preventiva. É o relatório. Passo a decidir. A Constituição Federal, ao admitir que a regra, num Estado Democrático de Direito, é a liberdade; e a restrição à liberdade é a exceção, previu que "ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança" (art. 5º, LXVI). Deste modo, inconstitucional vedá-la de modo absoluto. Nenhuma sanção penal ou processual penal é aplicada sem interesse público. A concessão de liberdade provisória pode depender do poder discricionário e não arbitrário do juiz. Portanto, presentes os requisitos que autorizam a concessão de liberdade ao acusado, não se trata de uma faculdade do juiz conceder ou não, mas sim de um direito subjetivo do mesmo. Negar o benefício nesses casos caracteriza-se coação ilegal. Nesse contexto, inexistindo necessidade efetiva da intervenção cautelar, qualquer investida do Estado contra o direito de

liberdade de cidadão constitui constrangimento ilegal, em violação ao basilar princípio da presunção de inocência, como bem destaca TOURINHO FILHO: "toda e qualquer prisão provisória, sem que haja laivos de cautelaridade, é desnecessária e afronta o princípio da presunção de inocência, dogma constitucional" (Ob. Cit., p. 368). Nossos Tribunais Superiores já firmaram entendimento de que as prisões cautelares estão informadas pela necessidade concreta e pelo seu caráter residual e de exceção, devendo o magistrado, indicar, fundamentadamente, os requisitos hábeis a denegar a liberdade, quando for o caso. A proibição genérica não é suficiente para impedir a liberdade provisória ? que é direito do cidadão ? entendimento contrário não se coaduna com uma visão constitucionalista do direito processual penal. Senão vejamos: PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ART. 12 DA LEI Nº6.368/76, C/C ART. 329, CAPUT DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. Na linha de precedentes desta Turma, a qualificação do crime como hediondo não dispensa a exigência de motivação concreta para a denegação da liberdade provisória. (precedentes). Recurso provido, para conceder a liberdade provisória ao paciente, com a consequente expedição do alvará de soltura, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo que novo decreto prisional possa ser expedido em seu desfavor, desde que devidamente fundamentado. (Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 15703/SC (2004/0014997-7), 5ª Turma do STJ, Rel. Min. Félix Fischer. J. 23.03.2004, unânime, DJ 31.05.2004). Com efeito, somente se veda a liberdade se, diante do caso concreto, estiverem presentes os requisitos da preventiva, previstos no art. 312 do CPP. Posto Isto, PROMOVO A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DE DO RÉU, servindo a presente decisão como ALVARÁ DE SOLTURA. Ciência ao Ministério Público. Comunique-se à autoridade policial E EXPEÇA-SE o alvará de soltura pelo BNMP. IMPORTANTE AO RÉU ? MEDIDAS CAUTELARES. Em substituição à prisão preventiva, determino a medida cautelar consistente na (1) proibição de mudança de endereço sem comunicação prévia a este Juízo, bem como recolhimento domiciliar no período noturno, a partir das 21h, (2) e proibição de aproximar-se a menos de 100 metros de testemunhas e partes do processo; (3) proibição de ingerir bebida alcóolica na rua, bares e similares; (4) comparecer a todos os atos do processo. Assevere-se que qualquer mudança não autorizada de endereço acarretará a imediata decretação de prisão e decretação de revelia, nos termos do artigo 367 do CPP. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Rafael Tolentino, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE MONTE ALEGRE ? VARA ÚNICA

TRIBUNAL DO JÚRI

ATA DO JULGAMENTO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO PARÁ.

Aos 20 de outubro de 2023 (20/10/2023), no Auditório do Tribunal do Júri, nesta cidade e Comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às portas abertas, às 09h00min, presente o Exmo. Juiz de Direito Dr. **Vilmar Durval Macedo Junior**, o Promotor de Justiça Dr. **Rafael Trevisan Dal Bem**, e o Advogado Dr**. Rogério William Araújo Ferreira ? OAB/ PA 33.046.** Comigo, **Rafael Augusto Tolentino da Silva**, Analista Judiciário, **Silvia Grazieli Lauro**, Analista Judiciária**, Dyohana Pires Gonçalves,** estagiária, e **Luís Arthur Pereira**, Oficial de Justiça. Foi iniciada a Sessão com as solenidades legais. Feito o pregão constatou-se a presença das testemunhas arroladas pela acusação e defesa, quais sejam: **PM LEONARDO FERREIRA DUTRA, PM EDIE JEFFERSON DA CRUZ BASTOS, PM ADRIANO BRONI XAVIER, NAMILSON SILVA DA CONCEIÇÃO, AURILENE VALENTE BARBOSA, MARLEDA VALENTE BARBOSA.** Em seguida o MM. Juiz Presidente, cumprindo com os dispostos no art. 442 do C.P.P., abriu a

urna e confirmou a existência das trinta e cinco cédulas, com os nomes dos jurados sorteados para esta Sessão, e verificando publicamente anotou-se a presença de 23 jurados quais sejam: **ADEILTON FREITAS DA SILVA, ADRIANA DA SILVA BARBOSA, ANDRÉ LUIZ GOMES RENTE, CARLA PATRÍCIA JARDINA WURDEL, DERLÍDIA DE NAZARÉ CAMELO VILELA, DIONI FARRAPES ARAÚJO TORRES, DJEANE MARA DE OLIVEIRA, ELEINE CHARLES VASCONCELOS ALMEIDA, LUCIMARA NEVES BATISTA, RENATO SANTOS BAGGIO, ZUILA DOS SANTOS MARTINS (atestado médico), NELYSANDRA ABREU DA SILVA, TAÍS DA CONCEIÇÃO SILVA, CARLIANE KELLY DE CARVALHO, GLENNA MAÍRA DA SILVA XAVIER , LEOMAR BEZERRA BALTAZAR, MESSIAS NUNES MOURA (atestado médico), ALINE DA SILVA TEIXEIRA, CÉLIA MARIA MARANHÃO,ALCIONE DA SILVA DE SOUZA, ADRIANA FERREIRA DE LIMA, ALINE SILVA MELO SILVA e ANDREA ISAURA FUZIEL DA SILVA.** Ausentes os jurados: **LUZIA DA COSTA PELEJA, DAIANA HITOMI PACHECO IKEGAMI, ANTONIA JUCINELMA DOS SANTOS BORGES, DIEGO XAVIER MOURA LIMA, EDILENE DA COSTA JANUARIO (falecida), ANDERSON CLEI DA SILVA MOURA, FRANCISCA DAS CHAGAS NASCIMENTO DE LIMA, DIENDRIA CHRISTINA DO NASCIMENTO COSTA (atestado médico), ROSENILDO SILVA DE ALMEIDA, ALESSILVANE MARIA DE MESQIUITA, LENIRA CORRÊA MOTA e DANUZIA REGINA VASCONCELOS LIMA (atestado médico),** sendo arbitrada multa de um salário-mínimo por ausência injustificada. Aberta a Sessão pelo MM. Juiz Presidente, este anunciou que ia submeter a Julgamento o réu **MARCELO PALMA DA SILVA** pelo crime de Homicídio, praticado contra a vítima **ADANILDO BARBOSA DO CARMO**, nesta cidade, determinando ao Oficial de Justiça que apregoasse as partes e testemunhas. Feito o pregão, apresentaram-se o Promotor de Justiça Dr. **Rafael Trevisan Dal Bem**, e o Advogado **Dr. Rogério William Araújo Ferreira ? OAB/ PA 33.046.** O MM. Juiz efetuou o pregão dos jurados presentes, sendo constatada a presença de 23 (vinte e três) jurados, motivo pelo qual havendo o número mínimo legal declarou instalada a presente sessão do Júri, tomando as partes seus respectivos lugares e sendo as testemunhas recolhidas às salas próprias, tudo conforme certidão passada pelo Oficial de Justiça. Conduzido o réu a presença do MM. Juiz e sendo-lhe perguntado seu nome, sua idade e se tinha defensor respondeu chamar-se, **MARCELO PALMA DA SILVA** assistido por Advogado **Dr. Rogério William Araújo Ferreira** - **OAB /PA 33.046.** Feita a nova verificação da urna, o MM. Juiz advertiu os jurados dos impedimentos constantes do art. 462 do CPP, bem como das incompatibilidades legais por suspeição em razão de parentesco com o Juiz, com o Promotor, com o defensor, com o réu ou com a vítima, da proibição de se comunicarem entre si e de manifestarem suas opiniões, e em seguida, o MM. Juiz Presidente do Júri deu início ao sorteio dos jurados, e à medida que as cédulas eram extraídas da urna, o MM. Juiz as lia, **sendo sorteados para compor o conselho de sentença, os seguintes jurados: ADEILTON FREITAS DA SILVA, ANDRÉ LUIZ GOMES RENTE, CARLA PATRÍCIA JARDINA WURDEL, ELEINE CHARLES VASCONCELOS ALMEIDA, GLENNA MAIRA DA SILVA XAVIER, RENATO SANTOS BAGGIO e TAÍS DA CONCEIÇÃO SILVA.** O MM juiz dispensou o jurado MESSIAS NUNES MOURA. O Ministério Público dispensou os jurados CARLIANE KELLY DE CARVALHO e LEOMAR BEZERRA BALTAZAR. A Defesa dispensou os jurados DERLÍDIA DE NAZARÉ CAMELO VILELA, ADRIANA DA SILVA BARBOSA e DJEANE MARA DE OLIVEIRA. Formado o Conselho de Sentença, o MM. Juiz tomou de seus integrantes o compromisso legal, conforme termo nos autos. O MM juiz deu início à instrução, passou a acolher o depoimento pessoal das testemunhas, através de registro Audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPC, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM, sem necessidade de transcrição. Foi chamada a plenário a 1ª testemunha o senhor **EDIE JEFFERSON DA CRUZ BASTOS (PM)** para prestar depoimento, ficando registrada a qualificação e o depoimento em sistema de gravação de áudio e vídeo, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório da testemunha foi encerrado às 10h12min. Foi chamada ao plenário a 2ª testemunha, o senhor **LEONARDO FERREIRA DUTRA (PM),** para prestar depoimento ficando registrada a qualificação e o depoimento em sistema de gravação de áudio e vídeo, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório da testemunha foi encerrado às 10hr21min. Foi chamado ao plenário a 3ª testemunha, o senhor **ADRIANO BRONI XAVIER (PM),** para prestar depoimento, ficando registrada a qualificação e o depoimento em sistema de gravação de áudio e vídeo, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório da testemunha foi encerrado às 10h28min. Foi chamado ao plenário a 4ª testemunha, a senhora **MARLEDA VALENTE BARBOSA**, para prestar depoimento, ficando registrada a qualificação e o depoimento em sistema de gravação de áudio e vídeo, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório da testemunha foi encerrado às 11h10min. Foi chamado ao plenário a 5ª testemunha, a senhora **AURILENE VALENTE BARBOSA**, para prestar depoimento, ficando registrada a qualificação e o depoimento em sistema de gravação de áudio e vídeo, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório da

testemunha foi encerrado às 11h50min. Foi chamado ao plenário a 6ª testemunha, o senhor **NAMILSON SILVA DA CONCEIÇÃO**, para prestar depoimento, ficando registrada a qualificação e o depoimento em sistema de gravação de áudio e vídeo, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório da testemunha foi encerrado às 12h35min. Em seguida, foi procedida à leitura da denúncia, passando o MM. Juiz a qualificar e interrogar o réu **MARCELO PALMA DA SILVA**, através de sistema audiovisual, cuja mídia de gravação ficará armazenada nos autos. O interrogatório do réu foi encerrado às 14h01min. Passou o MM. Juiz a iniciar os debates às 14h04min. **O Ministério Público iniciou sua manifestação** às 14h04min, encerrando-se às 15h17min. **Dada a palavra à Defesa do Réu**, a mesma iniciou sua manifestação às 15h26min, defendendo a tese de **HOMICÍDIO PRIVILEGIADO**. Encerrou-se a manifestação da Defesa às 16h01min. Passou o MM. Juiz a perguntar aos Jurados se estavam aptos para proferir seus julgamentos, tendo todos respondido que SIM. Às 16h02min, o MM. Juiz passou a ler e explicar os quesitos formulados para o julgamento do Réu MARCELO PALMA DA SILVA. Os jurados têm soberania em seu veredicto e tais questões devem ser postas à votação dos jurados. Às 16h05min, o MM. Juiz pediu para que o Público presente se retirasse para que o Conselho de Sentença pudesse julgar seu veredicto, e passou a explicar os quesitos aos jurados. Passou o MM. Juiz a proferir a série de votação do **CRIME PREVISTO NO ART. 121, § 2º, INCISOS II DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO ? HOMICÍDIO QUALIFICADO QUESITOS: Materialidade do fato - 1º QUESITO**: No dia 11 de dezembro de 2022, por volta das 21h00min, a vítima **ADANILDO BARBOSA DO CARMO** foi atingida por golpe de faca na região do ombro, provocando-lhe as lesões descritas no laudo de exame de corpo de delito de Num. 83564016 - Pág. 3 autos? E O RESULTADO FOI SIM, por maioria. **Autoria ou Participação - 2º QUESITO**: O réu **MARCELO PALMA DA SILVA**, qualificado nos autos, foi o autor do fato descrito no primeiro quesito? E O RESULTADO FOI SIM, por maioria. **Se o acusado deve ser absolvido - 3º QUESITO**: O jurado absolve o acusado? E O RESULTADO FOI NÃO, por maioria. **Homicídio privilegiado (causa de diminuição injusta provocação da vítima) - 4º QUESITO**: O réu praticou o fato descrito no primeiro quesito sob domínio de forte emoção, logo após injusta provocação da vítima? E O RESULTADO FOI NÃO, por maioria. **Qualificadora (motivo fútil) - 5º QUESITO**: O réu praticou o fato descrito no primeiro quesito por motivo fútil? E O RESULTADO FOI SIM, por maioria. **Qualificadora (recurso que impossibilitou a defesa da vítima) - 6º QUESITO**: O réu praticou o fato descrito no primeiro quesito utilizando-se de recurso que dificultou a defesa da vítima? E O RESULTADO FOI SIM, por maioria. Passou o MM. Juiz a proferir a série de votação do **CRIME PREVISTO NO ART. 342 do CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - FALSO TESTEMUNHO QUESITOS: Materialidade do fato e autoria - 1º QUESITO**: No dia 20/10/2023, a testemunha **NAMILSON SILVA DA CONCEIÇÃO**, devidamente compromissado a falar a verdade na forma da lei, omitiu informações relevantes sobre a causa em julgado, contrariando os seus depoimentos anteriores firmados em sede policial? E O RESULTADO FOI SIM, por maioria. **Omissão dolosa ou esquecimento justificável - 2º QUESITO:** Essa omissão é decorrente de esquecimento em razão do lapso temporal e das condições que a testemunha se encontrava no momento dos fatos? E O RESULTADO FOI NÃO, por maioria. Passou o MM. Juiz a proferir **SENTENÇA** Vistos, etc... Adoto como relatório o mesmo da decisão de pronúncia, acrescentando o que segue. Na data de 20 de outubro de 2023, reuniu-se o E. Tribunal do Júri, com a formação do Conselho de Sentença para a apreciação da causa, ocasião colheu-se depoimentos das testemunhas e, em seguida o réu foi qualificado e interrogado. Em debates orais, as partes apresentaram posições divergentes, tendo o Ministério Público, pugnado pela condenação do acusado nos termos da decisão de pronúncia, sustentando em seus termos que o acusado se utilizou de uma arma branca, tipo faca, para a prática do crime de homícidio em face da vítima, por motivo fútil e utilizando-se de recurso que impossibilitou a defesa da vítima e, ao fim sustentou a ocorrência do delito de falso testemunho em face da omissão da testemunha **NAMILSON SILVA DA CONCEIÇÃO**. A Defesa, por sua vez, desenvolveu a sua tese convergindo com a tese Ministerial quanto a materialidade e autoria, contudo em divergência sustentou o reconhecimento do homicídio privilegiado em virtude de ter agido sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, bem como o decote das qualificadoras, por fim a exclusão do falso testemunho do senhor Namilson. Após a leitura e explanação dos quesitos e indagados os jurados se estavam aptos a votar, o plenário fora convertido em sala especial e ali efetuaram a votação. Foram formulados 02 (duas) séries de quesitos, uma para cada delito apurado (1 homicídio e um delito de falso testemunho). 1. **A PRIMEIRA SÉRIE ? HOMICÍDIO QUALIFICADO:** De acordo com a decisão do Conselho de Sentença, conforme fixado em ata e no termo de votação, no **1º quesito**, o Júri reconheceu, por maioria de votos, que a vítima foi alvo de facada que lhe causou as lesões descritas no exame de corpo de delito; no **2º quesito**, o Júri reconheceu, por maioria de votos, que o réu **MARCELO PALMA DA SILVA** foi o autor do golpe de faca; no **3º quesito** , os jurados não absolveram o réu; no **4º quesito,** o Júri não reconheceu o homicídio privilegiado; no **5º quesito,** o Júri reconheceu o motivo fútil; no **6º quesito**, o Júri também reconheceu que o réu se utilizou

de meio que dificultou a defesa da vítima. **1. 2ª SÉRIE DE QUESITOS ? FALSO TESTEMUNHO** De acordo com a decisão do Conselho de Sentença, conforme fixado em ata e no termo de votação, o Júri reconheceu, por maioria dos votos, que houve falso testemunho por parte do senhor **NAMILSON SILVA DA CONCEIÇÃO**. Ante a votação proferida pelos juízes de fato, **JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva manifestada na denúncia e alegações finais, e nos termos da Lei: I) CONDENO o réu MARCELO PALMA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, pela prática do delito de homicídio duplamente qualificado, previsto no art. 121, §2º, II e IV, todos do CP.** Na forma dos arts. 59 e 68 do CP, passo a dosar a pena de maneira individualizada do réu condenado adotando o critério trifásico de fixação da pena. A **culpabilidade** como grau de reprovabilidade da conduta, entendo extrema ao delito, o réu já tinha saído do local dos fatos e retornou com uma faca para cumprir o intento de matar a vítima. O réu não é portador de **maus antecedentes,** nos termos da lei. O réu apresenta uma **personalidade** fria quanto a vida humana, vez que em sua tese alega que o motivo das facadas foi por causa da vítima ter espremido limão na sua ferida, resolvendo todos os seus assuntos por violência conforme suas próprias palavras, já é o terceiro crime contra a vida que ele efetivamente responde. A **conduta social** do réu também é algo a ser valorado negativamente, não apresenta ocupação lícita, estudo, estava foragido contra três mandados de prisão por outros crimes e leva uma vida errante em busca de evadir-se da justiça. As **consequências do crime** foram graves, ceifou a vida da vítima na frente da família, o que pode causar uma série de problemas psicológicos nas crianças e destruiu uma família, pois a vítima era pai de cinco crianças. As **circunstâncias do crime** merecem maior rigor penal, pois o Réu escolheu um modo de cometimento do crime que dificultou a defesa da vítima, e por terem sido imputadas duas qualificadoras ao tipo penal, transporto a qualificadora do inciso IV, do parágrafo 2º, do art. 121, do CP, para esta fase da dosimetria, consoante permissibilidade doutrinária e jurisprudencial, e reconheço que o artificio utilizado pelo réu impossibilitou qualquer chance de defesa merece maior rigor penal. Os **motivos** são desabonadores, contudo deixo de valorá-la por ser esta circunstância a mesma a que se atribui como elemento da qualificadora do inciso II, do §2º, do art. 121 do CP, motivo fútil. Não se pode cogitar acerca de **comportamento da vítima**. Pelas circunstâncias acima, **fixo a pena-base de 28 (vinte e oito) anos de reclusão pelo delito praticado.** Não há circunstâncias agravantes**.** Reconheço a atenuante prevista no art. 65, III, alínea ?d? do CPB, razão pela qual diminuo a pena do réu para o patamar de **26 (vinte e seis) ANOS DE RECLUSÃO**. Não há causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, torno **PENA do RÉU DEFINITIVA NO PATAMAR DE 26 (vinte e seis) ANOS de RECLUSÃO. DA DETRAÇ¿O** Tendo em vista que o réu ficou preso desde o flagrante (12/12/2022) até o presente julgamento (20/10/2023), o réu cumpriu efetivamente 10 (dez) meses e 09 (nove) dias, restando a cumprir a pena de **25 (vinte e cinco) anos, 01 (um) mês e 21 (vinte e um) dias**. **DETERMINAÇ¿O DO REGIME PRISIONAL INICIAL** O Réu é primário, mas foi condenado a cumprir **PENA SUPERIOR A 08 (OITO) ANOS DE RECLUSÃO**, assim nos termos do art. 33, §2º, ?a? do CP, e por tratar-se o crime de homicídio qualificado, de crime hediondo, nos termos da Lei 8.072/90, o regime inicial deve ser o **FECHADO. ANÁLISE DE SUBSTITUIÇ¿O DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS E APLICAÇ¿O DO SURSIS** Não cabendo pela quantia de pena aplicada ao Réu a susbstituição, termos do art. 44 ou suspensão condicional do processo, consoante art, 77, deixo de analisar seu conteúdo subjetivo. **DA FIXAÇ¿O DE VALORES MÍNIMOS DE REPARAÇ¿O DO DANOS** Deixo de fixar o valor mínimo de reparação por não conter nos autos elementos suficientes para sua valoração, nem ter sido pleiteado na peça acusatória sua fixação, não se realizando assim o contraditório devido para seu balizamento. **DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE** A Constituição Federal prevê a competência do Tribunal do Júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida (art. 5º, inciso XXXVIII, d). Prevê, ademais, a soberania dos veredictos (art. 5º, inciso XXXVIII, c), a significar que os tribunais não podem substituir a decisão proferida pelo júri popular. Diante disso, não viola o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade a execução da condenação pelo Tribunal do Júri, independentemente do julgamento da apelação ou de qualquer outro recurso. Essa decisão está em consonância com a lógica do precedente firmado em repercussão geral no ARE 964.246-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, já que, também no caso de decisão do Júri, o Tribunal não poderá reapreciar os fatos e provas, na medida em que a responsabilidade penal do réu já foi assentada soberanamente pelo Júri. Não bastasse isso, considerando que em tese sedimentada por decisão da primeira turma do Supremo Tribunal Federal, a prisão do réu condenado por decisão do Tribunal do Juri, ainda que sujeita a recurso, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência ou não culpabilidade, neste termos, na esteira do entendimento do Excelso Tribunal, o qual comungo, deve o réu inicar o cumprimento provisório de pena. Aponto o julgado para marmorizar o entendimento adotado por este juízo. (STF - 1a Turma - HC 118.770/SP - Min. Luis Roberto Barroso, j. 07/03/2017) Por fim, em enunciado n 14 do Fórum Nacional dos Juízes Criminais (FONAJUC), traduz especificamente a jurisprudência da corte Suprema, ao entabular que ?O réu

condenado pelo Tribunal do Júri deve ser imediatamente recolhido ao sistema?. Assim, deve o réu **MARCELO PALMA DA SILVA** seguir ao cumprimento provisório de pena. Expeça-se competente guia de recolhimento provisória. **Transitada em julgado, permanecendo inalterada esta decisão:** - Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; - Comunique-se à Justiça Eleitoral o desfecho dessa decisão, para os efeitos do art. 15, III, da CF; - Expeça-se guia de execução definitiva de pena, com as cautelas de estilo, ao Juízo das Execuções Penais; - Comunique-se ao Instituto de Identificação do Estado do Pará, para as anotações de estilo; - Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, observando-se o disposto no art. 686 do CPP. - Condeno o réu, ainda, em custas e despesas processuais, porém, dispenso o pagamento tendo em vista o disposto na nova lei de custas em relação ao réu pobre. - Oportunamente, arquive-se com as cautelas de praxe. Publicada e intimada as partes na sessão do Júri. Registre-se Plenário do Tribunal do Júri da Comarca de Monte Alegre, aos vinte (20) dias de outubro de dois mil e vinte e três (2023). O MM. Juiz dispensou os jurados e após os agradecimentos aos presentes, encerrou a Sessão às 17h04min. Para constar, foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, **RAFAEL AUGUSTO TOLENTINO DA SILVA**, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

JUIZ PRESIDENTE:_____

PROMOTOR DE JUSTIÇA:_____

ADVOGADO: _____

RÉU:_____

JURADOS:

1. _____.

2. _____.

3. _____.

4. _____.

5. _____.

6. _____.

7. _____.

PROCESSO Nº 0801799-79.2023.8.14.0032 ? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: RICARDO DOS SANTOS BRANDÃO

ADVOGADO: EDER VIEGAS DE CARVALHO

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três **(24.10.2023)**, na sala de

audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre (audiência virtual) às 11h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID TERCEIRO**, Promotor de Justiça desta Comarca. Aberta a audiência de custódia, nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal, relativa ao auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor de **RICARDO DOS SANTOS BRANDÃO**, preso pela prática, em tese do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) art. 33 da Lei 11.343/2006. Abertos os trabalhos, ressalto a observância da disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que *?deverá ser assegurada privacidade ai preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?.* Passou o MM. Juiz a interrogar o flagranteado, através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos. Em seguida o advogado passou a se manifestar através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informou a este Juízo a prisão em flagrante delito do nacional **RICARDO DOS SANTOS BRANDÃO**, já qualificado, presos pela prática, em tese do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) CPB art. **33 da Lei 11.343/2006**. Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com oitiva do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Constam do auto as advertências legais quanto aos direitos constitucionais dos flagrados. Na hipótese vertente, verifico que o auto de prisão em flagrante foi apresentado dentro do prazo legal (art. 310 do CPP) e que o flagrante se encontra formal e materialmente válido. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, a prisão em flagrante levada a efeito pela autoridade policial não ostenta qualquer irregularidade, uma vez que atendidas as disposições constitucionais e legais atinentes à espécie (art. 5° da CF e arts. 301 a 306 do CPP). Além disso, está presente uma das hipóteses de flagrância (art. 302 do CPP). Importante ressaltar que quanto à questão meritória isso será analisado em momento oportuno. Assim não vejo razões para o relaxamento da prisão dos autuados, razão pela qual **HOMOLOGO** o **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE** (Art. 310, I, CPP) e passo a analisar a necessidade de decretação da prisão preventiva (art. 310, II, CPP) ou a possibilidade de concessão de liberdade provisória (art. 310,III, CPP). Decido. **2. DA (DES) NECESSIDADE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.** Inicialmente cumpre ressaltar que o art. 310 do Código de Processo Penal estabelece que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do **art. 312 deste Código**, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal. A manutenção do encarceramento cautelar dos autuados somente subsistirá em caso de extrema e comprovada necessidade, devidamente demonstrada por circunstâncias concretas da realidade, não se podendo impor segregação cautelar com base em meras especulações ou em peculiar característica do crime do agente. É que o princípio da não culpabilidade, insculpido no inciso LVI do art. 5 ° da Constituição da República, consagra no ordenamento jurídico brasileiro a regra de que a custódia provisória do indivíduo é uma excepcionalidade no sistema normativo. Pois bem, sabemos que a prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. No caso dos autos, identifico haver *fumus comissi delicti,* consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante. **Ademais há fundado receio de que a flagrado em liberdade pode voltar a delinquir. Registra-se que a custodiado foi preso nos autos do processo 0800282-73.2022.8.14.0032, sendo colocado em liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão. Pondero ainda que o custodiado encontra-se cumprindo pena nos autos do processo 20001156120238140 0.** Nesse contexto, cumpre destacar os ensinamentos de Guilherme de Souza Nucci, ?verbis?: "*Entende-se pela expressão a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, em regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente*". **(Código de Processo Penal Comentado 6. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007**). Nesse sentido: *"Não há falar*

em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito em tese praticado e da periculosidade do agente, bem demonstradas pelo modus operandi empregado." (HC 242.913/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 29/08/2012). Sobre assunto semelhante, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: CRIMINAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇAO DA LEI PENAL. REITERAÇAO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE DOMICÍLIO FIXO. FUNDAMENTAÇAO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. I. Exige-se concreta motivação para a decretação da custódia preventiva, com base em fatos que efetivamente justifiquem a excepcionalidade da medida, atendendo-se aos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal e da jurisprudência dominante. II. Hipótese em que o paciente ostenta histórico de delitos, além de não ter comprovado domicílio fixo, o que revela a necessidade de sua segregação para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal. III. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator". (STJ. HC 198675 / MT. Relator Ministro Gilson Dipp. Julgado em 28/02/2012). Percebe-se, de imediato, que a prisão para garantia da ordem pública não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se, ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não aprisionamento de autores de crimes que causassem intranquilidade social. Quanto ao fundamento pertinente à garantia da ordem pública, sobretudo com base nas provas carreadas aos autos até o momento, observa-se que persiste o periculum libertatis, restando sobejamente fundado no potencial risco à ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelo modus operandi empregado pelo agente na prática da conduta criminosa, visto que adquiriu quantidade significativa de substância entorpecente (252,0g de ?cocaína?) oriunda de outro município, além do fato de ter reiterado a prática delitiva enquanto cumpria medidas cautelares diversas da prisão nos autos do processo nº 0800263-67.2022.8.14.0032, no qual foi preso em flagrante por delito da mesma natureza (Num. 61249118 - Pág. 2). Chamo atenção que os fatos ora analisados demostram a aptidão dos requerentes para influirem negativamente com a sociedade local, o que acarreta considerável risco a ordem pública. É cediço que o crime de tráfico de drogas é um dos maiores responsáveis pelo desencadeamento de tantos outros crimes e, por conseguinte, do elevado índice de violência, afetando diretamente tanto a incolumidade pública como a própria paz social da comunidade. Dentre os crimes que derivam da traficância estão principalmente os crimes contra o patrimônio, pois o usuário, em regra, busca satisfazer seu vício em detrimento de terceiros, efetuando, assim, furtos, roubos e até mesmo latrocínio. Portanto, tais circunstâncias demonstram a periculosidade concreta dos requerentes e causam temor a coletividade local, exigindo resposta mais enérgica do Poder Judiciário para evitar que tais situações se repitam, ainda mais em cidades pequenas como é o caso do município de Monte Alegre, em que os fatos criminosos praticados pelo requerente repercutem na sociedade, acarretando medo e intranquilidade as pessoas deste pacífico município, gerando instabilidade social. Portanto, há evidente perigo a garantia da ordem pública, com o risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do requerente, caso permaneça em liberdade Outrossim, ainda que as provas das condições favoráveis fossem robustas, o que não é o caso, destaca-se que a jurisprudência mansa e pacífica do E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará é no sentido de que ?as qualidades pessoais são irrelevantes para a concessão da ordem de habeas corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva? (ENUNCIADO N. º 8 DA SÚMULA DO TJPA). Nesse sentido, faz-se mister trazer à baila recentes julgados do TJPA e do STJ que se amoldam perfeitamente ao caso sub examine: PENAL E PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA IMPUTADA. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CRIME. MODUS OPERANDI E PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. 1. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. 2. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a prisão preventiva, por ser medida de caráter excepcional, somente deve ser imposta, ou mantida, quando demonstrada concretamente a sua necessidade. 3. Hipótese em que a segregação cautelar está fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelo modus operandi empregado pelo agente na prática da conduta criminosa, uma vez que, em tese, por motivo torpe (intenção da vítima de se separar) e meio cruel

(asfixia por esganadura), levou a sua companheira a óbito, demonstrando frieza e crueldade. Além do mais, posteriormente, teria ocultado, dentro do próprio imóvel, em uma vala, o cadáver, o qual, quando encontrado, já estava em avançada fase de putrefação. Não satisfeito com toda a conduta perpetrada, ainda se dirigiu à Delegacia de Polícia para comunicar falsamente que a companheira havia abandonado o lar. 4. As condições pessoais favoráveis do acusado não possuem o condão de inviabilizar a decretação da custódia preventiva, se existem outros elementos nos autos que respaldam a medida constritiva. 5. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. (RHC 53.508/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 04/05/2015) HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. ARTIGO 157, §2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. TESE REJEITADA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PROVA DA MATERIALIDADE DO CRIME E INDÍCIOS DE AUTORIA. ASSEGURAÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E NECESSIDADE DE GARANTIR A INSTRUÇÃO CRIMINAL E A ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA DELITUOSA. INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS A PRISÃO EM RAZÃO DA GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 321 DO CPP. SÚMULA 8 DO TJ/PA. HABEAS CORPUS CONHECIDO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. (2016.01495406-92, 158.280, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Órgão Julgador CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Julgado em 2016-04-18, Publicado em 2016-04-20) (grifou-se). Portanto, a concessão da liberdade, neste momento, geraria sentimento de impunidade e serviria de estímulo a reiteração criminosa e colocaria em risco a sociedade. Logo, incabível a concessão de liberdade provisória prevista no inciso terceiro do art. 310, do CPP, considerando que se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva. **Por derradeiro, também não é o caso de substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, pois diante da necessidade da manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, exclui-se a possibilidade da substituição pelas medidas cautelares, ante a incompatibilidade entre os institutos além de que foi comprovado que a flagrada não tem respeito às ordens judiciais**. Diante disso, apenas a imposição de medidas cautelares não é o bastante para evitar a reiteração delitiva. É preciso, para garantir que a incolumidade pública não seja mais exposta a risco pelo modo despreocupado e irresponsável com que a flagranteado age. **Ante o exposto, com fundamento no art. 312 c/c art. 310, II, do CPP, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA de RICARDO DOS SANTOS BRANDÃO.**P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público. Determino que seja expedido ofício à SEAP para que providencie imediatamente a transferência do custodiado para um estabelecimento penal adequado, a critério da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Informe à Vara de Execuções Penais de Santarém sobre a presente decisão. **EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO - BNMP**. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, devidamente assinado. Eu, Fernanda Perez Carvalho Barbosa, Analista Judiciária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO N° 0801828-32.2023.8.14.0032- CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: DAVID LOBATO CANUTO

ADVOGADO: DR. JUSCELINO OLIVEIRA RIBEIRO - OAB/PA 31292

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (26.10.2023), na sala de

audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre (audiência virtual) às 14h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. DAVID PINHEIRO**, Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o flagranteado, acompanhado pelo Defensor Público. Aberta a audiência de custódia, nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal, relativa ao auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor de **RAILTON BARRETO DA SILVA**, preso pela prática, em tese do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) CPB art. **33, §4° da Lei 11.343/2006.** Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Passou o MM. Juiz a interrogar o flagranteado, através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos. Em seguida o Ministério Público passou a se manifestar através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos. Ato contínuo passou a Defensoria Pública a se manifestar através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informa a este Juízo a prisão em flagrante delito do nacional **DAVID LOBATO CANUTO,** já qualificado, pela suposta infringência, em tese do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) CPB art. **33, §4° da Lei 11.343/2006.** Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com oitiva do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Constam do auto as advertências legais quanto aos direitos constitucionais do flagrado. Na hipótese vertente, verifico que o auto de prisão em flagrante foi apresentado dentro do prazo legal (art. 310 do CPP) e que o flagrante se encontra formal e materialmente válido. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, a prisão em flagrante levada a efeito pela autoridade policial não ostenta qualquer irregularidade, uma vez que atendidas as disposições constitucionais e legais atinentes à espécie (art. 5° da CF e arts. 301 a 306 do CPP). Além disso, está presente uma das hipóteses de flagrância (art. 302 do CPP). Importante ressaltar que quanto à questão meritória isso será analisado em momento oportuno. Assim não vejo razões para o relaxamento da prisão do autuado, razão pela qual **HOMOLOGO** o **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE** (Art. 310, I, CPP) e passo a analisar a necessidade de decretação da prisão preventiva (art. 310, II, CPP) ou a possibilidade de concessão de liberdade provisória (art. 310,III, CPP). Decido. **2. DA (DES) NECESSIADDE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.** Inicialmente cumpre ressaltar que **o art. 310 do Código de Processo Penal** estabelece que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do **art. 312 deste Código**, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal. A manutenção do encarceramento cautelar do autuado somente subsistirá em caso de extrema e comprovada necessidade, devidamente demonstrada por circunstâncias concretas da realidade, não se podendo impor segregação cautelar com base em meras especulações ou em peculiar característica do crime do agente. É que o princípio da não culpabilidade, insculpido no inciso LVI do art. 5 ° da Constituição da República, consagra no ordenamento jurídico brasileiro a regra de que a custódia provisória do indivíduo é uma excepcionalidade no sistema normativo. Pois bem, sabemos que a prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do **fumus comissi delicti** e **periculum libertatis**, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. No caso dos autos, identifico haver fumus comissi delicti, consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante. No caso em análise, após os relatos do preso e analisando os elementos concretos existentes nestes autos, entendo que não emergem fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar do indiciado. Assim, a liberdade, que é a regra, deve prevalecer durante o trâmite da persecução penal. Noutro giro, a concessão das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP mostra-se compatível coma situação em apreço, sobretudo para impingir ao autuado restrições, como forma de mantê-lo vinculado ao processo e, consequentemente, garantir a aplicação da lei penal. **3. DISPOSITIVO**. Assim, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, sem fiança, a **DAVID LOBATO CANUTO,** impondo-lhe as seguintes medidas cautelares: **I)** Obrigação de manter o endereço atualizado perante o juízo; **II)** o

comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; **III)** proibição de frequentar bares, boates e congêneres; **IV)** a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; **V)** proibição de mudar de endereço sem previa comunicação ao juízo; VI) proibição de vir a cometer qualquer outro tipo de ilícito, sob pena de descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória. VII) Arbitro fiança no valor de meio salário-mínimo ao flagranteado. Tão logo seja recolhida a fiança, expeça-se Alvará de Soltura - BNMP. Serve a cópia da presente decisão como Alvará de Soltura/mandado judicial/ofício à autoridade policial local. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Fernanda Perez Carvalho Barbosa, Analista Judiciária, digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801858-67.2023.8.14.0032? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (30.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS**, Defensor Público desta Comarca. Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informa a este Juízo a prisão em flagrante delito do nacional **RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO** já qualificado, pela suposta infringência, em tese do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) CPB art. **129, §13° do CPB.** Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com oitiva do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Constam do auto as advertências legais quanto aos direitos constitucionais do flagrado. Na hipótese vertente, verifico que o auto de prisão em flagrante foi apresentado dentro do prazo legal (art. 310 do CPP) e que o flagrante se encontra formal e materialmente válido. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, a prisão em flagrante levada a efeito pela autoridade policial não ostenta qualquer irregularidade, uma vez que atendidas as disposições constitucionais e legais atinentes à espécie (art. 5° da CF e arts. 301 a 306 do CPP). Além disso, está presente uma das hipóteses de flagrância (art. 302 do CPP). Importante ressaltar que quanto à questão meritória isso será analisado em momento oportuno. Assim não vejo razões para o relaxamento da prisão do autuado, razão pela qual **HOMOLOGO** o **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE** (Art. 310, I, CPP) e passo a analisar a necessidade de decretação da prisão preventiva (art. 310, II, CPP) ou a possibilidade de concessão de liberdade provisória (art. 310,III, CPP). Decido. **2. DA (DES) NECESSIADDE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE**

EM PRISÃO PREVENTIVA. Inicialmente cumpre ressaltar que **o art. 310 do Código de Processo Penal** estabelece que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do **art. 312 deste Código**, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal. A manutenção do encarceramento cautelar do autuado somente subsistirá em caso de extrema e comprovada necessidade, devidamente demonstrada por circunstâncias concretas da realidade, não se podendo impor segregação cautelar com base em meras especulações ou em peculiar característica do crime do agente. É que o princípio da não culpabilidade, insculpido no inciso LVI do art. 5 ° da Constituição da República, consagra no ordenamento jurídico brasileiro a regra de que a custódia provisória do indivíduo é uma excepcionalidade no sistema normativo. Pois bem, sabemos que a prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do ***fumus comissi delicti*** e ***periculum libertatis***, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. No caso dos autos, identifico haver *fumus comissi delicti,* consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante. No caso em análise, após os relatos do preso e analisando os elementos concretos existentes nestes autos, entendo que não emergem fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar do indiciado. Assim, a liberdade, que é a regra, deve prevalecer durante o trâmite da persecução penal. Noutro giro, a concessão das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP mostra-se compatível coma situação em apreço, sobretudo para impingir ao autuado restrições, como forma de mantê-lo vinculado ao processo e, consequentemente, garantir a aplicação da lei penal. **3. DISPOSITIVO**. Assim, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, sem fiança, a **RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO,** impondo-lhe as seguintes medidas cautelares: **I)** Obrigação de manter o endereço atualizado perante o juízo; **II)** o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; **III)** proibição de frequentar bares, boates e congêneres; **IV)** a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; **V)** proibição de mudar de endereço sem previa comunicação ao juízo; VI) proibição de vir a cometer qualquer outro tipo de ilícito, sob pena de descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória. Considerando se tratar de situação que envolve suposta violência contra a vítima determino ainda a **DECRETAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA**, em favor da vítima **MARIA CLEONICE DE SOUZA PONTES** , de que tratam os Artigos 22 da Lei nº. 11.340/06, devendo o Requerido ser intimado para cumprir as seguintes medidas: **I)** Proibição de aproximar-se da suposta vítima, para tanto fixo o limite mínimo de distância de 300 (duzentos) metros entre o agressor e a vítima, ainda que em local público e que seja o primeiro a chegar, devendo se retirar do local a fim de evitar o descumprimento da presente medida. **II)** Proibição de manter contato com a ofendida, por qualquer meio de comunicação, inclusive por terceiros e por meio de redes sociais. **III)** Proibição de frequentar o endereço da ofendida. Deverá o requerido observar TODAS as medidas acima deferidas, cumprindo as providências que lhe competem, sob pena de serem aplicadas as sanções legais pertinentes, inclusive, se for o caso, **decretada sua prisão preventiva**. Ante o exposto, pelos fundamentos acima despendidos, **CONCEDO** a Liberdade Provisória, sem fiança, ao nacional **RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO** devendo o mesmo ser colocado em liberdade, se por outro motivo não se encontrar preso, impondo-lhe as medidas cautelares supramencionadas. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público**. Expeça-se** Alvará de Soltura. **Determino que seja encaminhada ao Ministério Público os autos para análise das Medidas Legais cabíveis quanto à possível atuação irregular dos policiais militares que atuaram na prisão do flagrado.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi.

JUIZ DE DIREITO:

PROCESSO Nº 0801863-89.2023.8.14.0032? CUSTÓDIA

FLAGRANTEADO: LUIZ CARLOS BELMIRO DA SILVA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Ao trigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (30.10.2023), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, às 11h30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. VILMAR DURVAL MACEDO JUNIOR**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RAFAEL TREVISAN DAL BEM,** Promotor de Justiça desta Comarca. Presente o **Exmo. Sr. Dr. RONDINELLY LOURENÇO SANTOS**, Defensor Público desta Comarca. Abertos os trabalhos, considerando a disposição do art. 19, §2°, I, da Resolução n°. 329/2020 do CNJ, que determina que ?deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva (...)?. Aberta a audiência, as partes foram devidamente qualificadas, através de registro audiovisual, anexo aos autos conforme determinado pela Resolução Nº 465 de 22/06/2022 do CNJ. Os atos realizados durante a presente audiência estão registrados através de registro audiovisual, anexo aos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Passou o MM Juiz a proferir decisão: 1. DA ANÁLISE FORMAL DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE:** Vistos, etc... O Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, no Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informa a este Juízo a prisão em flagrante delito do nacional **LUIZ CARLOS BELMIRO DA SILVA**, já qualificado, pela suposta infringência ao artigo **129, §13 da Lei 2848/19490 do Código Penal** Na análise das peças que compõe este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com ouvida do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, nota de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à Justiça no prazo da lei. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, razão por que HOMOLOGO o auto e MANTENHO A PRISÃO EM FLAGRANTE. **2. DA (DES) NECESSIADDE DE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.** Inicialmente cumpre ressaltar o dispõe o art. 310 do Código de Processo Penal que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência do crime e indício suficiente de autoria, e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. Ou seja, dada sua natureza eminentemente cautelar, a custódia cautelar reclama a presença dos requisitos gerais do *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade. Segundo Fernando da Costa Tourinho Filho: ?Já sabemos que toda e qualquer prisão que anteceda à decisão definitiva do Juiz é medida drástica, ou, como dizia Bento de Faria, é uma injustiça necessária do Estado contra o indivíduo, e, portanto, deve ser reservada para casos excepcionais. Por isso mesmo, entre nós, a prisão preventiva somente poderá ser decretada dentro naquele mínimo indispensável, por ser de incontrastável necessidade e, assim mesmo, sujeitando-a a pressupostos e condições, evitando-se ao máximo o comprometimento do direito de liberdade que o próprio ordenamento jurídico tutela e ampara. [...] Os pressupostos da prisão preventiva estão contidos no art. 313 do CPP. São eles a "prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria.". (Manual de Processo Penal. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 542-543**.** No caso dos autos identifico haver o requisito do ?fumus comissi delicti?, consubstanciados na materialidade e autoria, havidos no auto de prisão em flagrante, notadamente em face do depoimento da vítima e do condutor. Registra-se que há neste momento risco de reiteração delitiva por parte do custódia o qual afirma não ter pra onde ir a não ser a casa de sua genitora. Consigno ainda que o flagrado provocou diversos danos na residência conforme se verifica das fotos acostadas nos autos. Diante disso, apenas a imposição de medidas cautelares não é o bastante. É preciso, para garantir que a incolumidade pública não seja mais exposta a risco pelo modo despreocupado e irresponsável com que o flagranteado age. Por tais fundamentos, CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva do nacional LUIZ CARLOS BELMIRO DA SILVA, já qualificado. **Cientifique-se à SEAP para que providencie imediatamente a transferência do flagrado para um estabelecimento penal adequado, a critério da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em face da interdição**

da carceragem da Delegacia de Polícia local. P. R. I. C. Ciências ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Expeça-se MANDADO DE PRISÃO. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Dyohana Pires Gonçalves, estagiária, o digitei e subscrevi

JUIZ DE DIREITO:

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

PROCESSO: 0800071-05.2023.8.14.0096

INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

[Capacidade]

REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DA SILVA LIMA

Advogado do(a) REQUERENTE: RONALDO DIAS CAVALCANTE - PA22921

Polo Passivo: Nome: ARLINDA MARIA DA SILVA
Endereço: TRAVESA DO KM 96, S/N, PROXIMO A IGREJA SANTA LUZIA, ZONA RURAL, SãO FRANCISCO DO PARá - PA - CEP: 68748-000

SENTENÇA/MANDADO

Trata-se de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA** ajuizada por MARIA DE FATIMA DA SILVA LIMA em desfavor de sua mãe, ARLINDA MARIA DA SILVA, alegando, em síntese, que é filha da interditanda, a qual é portadora de doença de Alzheimer CID G 30.1, não possuindo discernimento para a prática dos atos da vida civil.

Acompanham a inicial os seguintes documentos: documentos pessoais e Laudo médico de ID 87658632 - Pág. 9.

Parecer favorável do Ministério Público à concessão do encargo de curatela provisória ID 88750441).

Em decisão de ID 92365954 foi concedida a curatela provisória à requerente, determinada a citação da interditanda e designada audiência de entrevista.

Certidão de negativa de citação (ID 97878614).

Durante audiência de entrevista (ID 99691319) foi colhido o depoimento da requerente e dispensada a oitiva da interditanda que não pode se locomover e não conseguiu acesso remoto. Na ocasião, o Ministério Público apresentou favorável ao pedido formulado na inicial.

É o relatório. Decido.

Encerrada a instrução processual, é procedente a ação.

Verifico demonstração de que a interditando não possui capacidade de se autodeterminar e gerir sua própria vida.

Nos documentos juntados, especialmente laudo médico de ID 87658632 - Pág. 9, restou devidamente anotado que a interditanda é pessoa idosa com 87 anos que apresenta diagnóstico de Alzheimer e síndrome demencial, necessitando de auxílio para todas as atividades diárias.

O quadro clínico da interditanda indica que está sujeita à curatela, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil. A requerente possui legitimidade para a interdição, conforme art. 747, do CPC.

Não consta dos autos notícia que desabone a idoneidade do requerente.

Isso posto, com base na argumentação acima descrita, nos termos dos **artigos 1.767, inciso I, do CC e 759 do CPC**, **JULGO PROCEDENTE** o pedido do autor e, em consequência, **decreto a interdição de ARLINDA MARIA DA SILVA.**

Nomeio, como sua curadora a sra. MARIA DE FATIMA DA SILVA LIMA, que deverá prestar contas da situação do(a) interditado(a) anualmente, sempre no mês de dezembro, possibilitando ao Juízo a análise do exercício de sua função.

Intime-se a requerente para, no prazo de cinco dias, prestar o compromisso a que se refere o artigo 759, do CPC.

Determino a inscrição da sentença no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, bem como publique-se na forma prescrita no art. 755, §3º, do CPC.

Serve esta sentença como mandado dirigido ao Sr. Oficial do Cartório de Registro Civil onde a interditado foi registrada para que proceda à inscrição da sentença.

Sem custas nem honorários advocatícios, ante à gratuidade processual.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Servirá a presente sentença como mandado.

São Francisco do Pará/PA, data e hora registrada no sistema.

BRENO MELO DA COSTA BRAGA

Juiz de Direito Titular da Vara Única de São Francisco do Pará

COMARCA DE BUJARU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BUJARU

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BUJARU

PROCESSO Nº.: 0800464-09.2022.8.14.0081
CLASSE: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
ASSUNTO: [Capacidade]
Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Endereço: desconhecido
Nome: ENALDO FAUSTINO DA COSTA
Endereço: KM 20 RAMAL DA PEDREIRA, 99987-8659 (MARÓCA) PARA CONTATO, BUJARU, BUJARU - PA - CEP: 68670-000

Nome: TIAGO SILVA DA COSTA
Endereço: ROD. PA 140, KM-20, RAMAL DA PEDREIRA, 0, ZONA RURAL, BUJARU - PA - CEP: 68670-000
Nome: JULIE SAYURI SILVA AZUMA
Endereço: N S RAINHA DOS CORACOES, 20, CASTANHEIRA, BELéM - PA - CEP: 66625-230

TESTEMUNHAS/TERCEIROS INTERESSADOS:
Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Endereço: desconhecido
Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Endereço: desconhecido
Nome: TIAGO SILVA DA COSTA
Endereço: ROD. PA 140, KM-20, RAMAL DA PEDREIRA, 0, ZONA RURAL, BUJARU - PA - CEP: 68670-000
Nome: ENALDO FAUSTINO DA COSTA
Endereço: KM 20 RAMAL DA PEDREIRA, 99987-8659 (MARÓCA) PARA CONTATO, BUJARU, BUJARU - PA - CEP: 68670-000
Nome: JULIE SAYURI SILVA AZUMA
Endereço: N S RAINHA DOS CORACOES, 20, CASTANHEIRA, BELéM - PA - CEP: 66625-230

SENTENÇA/MANDADO

Vistos, etc.

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento de interdição e curatela ajuizado por ENALDO FAUSTINO DA COSTA, por meio do Ministério Público, em que pleiteia a interdição e curatela de seu filho TIAGO SILVA DA COSTA, ambos devidamente qualificadas nos autos.

A parte requerente informa que o interditando é incapaz definitivo e permanentemente para exercer atividades laborais, possui quadro grave, crônico e incurável, (CID 10 F71.1 + G40.9) e, consequentemente, perda da sua autonomia psíquica, necessitando de ajuda de terceiros para atos da vida civil.

Aduz, ainda, ainda, que o interditando possui déficit cognitivo e funcional significativo, razão pela qual recebe benefício junto ao INSS e o pretenso curador necessita assumir o encargo para regularizar e manter o auxílio.

A partes autos colacionou com a petição inicial laudos médicos de lavra de médicos psiquiatras atestando que o interditando possui retardo mental moderado (CID 10 F71.1) e Epilepsia não especificada (CID10 G40.9), pelo que é incapaz definitivo e permanentemente para exercer atividades laborais e não tem condições de reger os atos da vida civil (ID nº 76011993 - Pág. 13/14/17).

Foi deferido o pedido liminar e concedida a curatela provisória ? ID nº 76179416.

Termo de Curatela Provisória ? ID nº 95270623.

Audiência de entrevista realizada - ID nº 95271289.

Contestação por negativa geral apresentada por defensor dativo em ID nº 96554125.

Instado a se manifestar, o Ministério Público emitiu parecer favorável ao pleito, manifestando-se pela dispensa da realização de perícia médica ? ID nº 100330677.

O feito se encontra instruído com os documentos necessários.

É a síntese do necessário. Decido.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela.

O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação: ?São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ? os menores de dezesseis anos; II ? os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ? os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade?.

Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil foram revogados pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.

Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, *in verbis:*

?Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e

VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas?. (grifo nosso).

Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.

Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil.

As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, *in verbis:*

?Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

(...)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;?

A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas à curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, com a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe:

?Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;?

Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a pessoa considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a pessoa curatelada pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador.

O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.

Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa com enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.

No presente caso, a parte requerente informa que o interditando é incapaz definitivo e permanentemente para exercer atividades laborais, possui quadro grave, crônico e incurável, (CID 10 F71.1 + G40.9) e, consequentemente, perda da sua autonomia psíquica, necessitando de ajuda de terceiros para atos da vida civil.

Tais informações são comprovadas pelos laudos médicos carreados com a petição inicial de lavra de médico psiquiatras, sendo um deles do sistema único de saúde, que é servidor público e que goza de fé pública, ratificando as alegações da parte autora atestando que o interditando possui retardo mental moderado (CID 10 F71.1) e Epilepsia não especificada (CID10 G40.9), pelo que é incapaz definitivo e permanentemente para exercer atividades laborais e não tem condições de reger os atos da vida civil (ID nº 76011993 - Pág. 13/14/17).

Além dos laudos médicos, em sede de audiência de entrevista realizada por este Juízo, verificou-se que o interditando apresenta dificuldade na fala e de entendimento, bem como apresenta olhar vago e distante. Eis as impressões do Juízo em audiência:

O interditando apresenta certa dificuldade nas respostas, aparenta entender as perguntas, porém as responde de uma forma muito breve, muito simples. Além de aparentar um olhar distante e não focado no evento que está ocorrendo.

Cumpre destacar o depoimento do genitor do interditando, Sr. Ednaldo Faustino da Costa:

Juízo: Que a vida do interditando é ficar só em casa assistindo televisão; Que o interditando foi diagnosticado com epilepsia; Que o interditando tem retardo mental; que toma remédio direto; que começou a tomar remédio desde os 14 anos quando foi descoberta a doença; que o interditando não sabe ler; que o interditando não sabe escrever; que o interditando estudou pouco; que o interditando parou de estudar; que recebe benefício do governo; que o interditando mora com o pai e mais quatro irmãos na mesma casa; que o declarante não tem esposa; que cuida sozinho do interditando; que se separou da mãe do interditando. Ministério Público: Que os outros irmãos do interditando são mais novos; que ajudam o declarante a cuidar do interditando; que o declarante dá os remédios ao interditando; que quando o declarante não está o interditando toma sozinho os remédios pois já sabe os horários.

Com efeito, dadas as informações médicas e as informações colhidas em audiência de entrevista, entendo que o interditando deve ser impedido de praticar, por si, todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do curador, salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros, os quais não serão afetados pela definição da curatela, diante do teor do art. 85, caput e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que ora transcrevo:

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

Em relação ao requerente, além de possuir legitimidade por ser genitor do interditando, verifica-se que reúne os atributos essenciais para o exercício do encargo de curador.

Muito embora não tenha sido realizada a perícia no interditando, as provas produzidas nos autos, como laudo médico expedido por médico especialista do SUS e a entrevista do interditando, entendo que são suficientes para caracterizar a sua incapacidade para administrar seus bens e para praticar atos da vida civil, conforme previsão do art. 749 do CPC.

Na mesma linha de raciocínio é o parecer do Ministério Público, o qual informa que não pretende produzir provas novas e que é favorável à decretação da interdição de RAIMUNDO DO ESPÍRITO SANTO DE SOUZA TRINDADE, devendo lhe ser nomeado o seu genitor, ANTÔNIO CARLOS CONCEIÇÃO TRINDADE, como seu curador.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, acatando o parecer favorável do Ministério Público e com fulcro nas provas contidas nos autos, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECRETO a INTERDIÇÃO de TIAGO SILVA DA COSTA portador do RG n° 6156033-PC/PA e do CPF n° 925.561.402-91, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe como curador o seu genitor, o Sr. ENALDO FAUSTINO DA COSTA, portador do RG n° 2145299-PC/PA, CPF 054.149.102-43 , que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites

estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015.

Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica a interditada impedida de praticar pessoalmente, sem assistência do curador, todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador.

O curador, ora nomeado, deverá comparecer à Secretaria do Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo, no prazo de cinco dias.

Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se e averbe-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais competente; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; (f) Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a).

Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e averbação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal.

Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária.

Diante da ausência de Representante da Defensoria Pública do Estado do Pará nesta Comarca, bem como da nomeação do causídico JULIE SAYURI SILVA AZUMA ? OAB/PA 34.356 para que atuasse como Defensora Dativa no caso em comento, CONDENO o Estado do Pará ao pagamento de R$ 600,00 (seiscentos reais) a título de honorários advocatícios em favor da mencionada advogada, servindo a presente sentença como título executivo judicial.

Dê-se ciência ao Ministério Público e à advogada dativa nomeada.

Intime-se, pessoalmente, o curador acerca desta sentença.

Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo.

Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

SERVE COMO MANDADO, EDITAL, OFÍCIO e CARTA.

Local e data do sistema.

RODRIGO MENDES CRUZ

Juiz de Direito Substituto auxiliando a UJ de Bujaru/PA

COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS

PROCESSO: 0801110-86.2019.8.14.0125
CLASSE: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
ASSUNTO: [Tutela e Curatela]
REQUERENTE: MARINETE RODRIGUES DOS SANTOS

De ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia - PA, o **Dr. Antônio José dos Santos**, e considerando que o presente caso se amolda às hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, nos termos do art. 93, XIV, da Constituição Federal, art. 203, § 4º e 250, VI, do Código de Processo Civil, do art. 1º, § 2º, inciso IX, do Provimento nº 006/2006 (CJRMB), do art. 1º do Provimento 006/2009 (CJCI) e do art. 1º Provimento 008/2014 (CJRMB), **FAZ SABER**, a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo se processam os termos da **Ação de Interdição/Curatela nº 0801110-86.2019.8.14.0125**, na qual foi proferida **Sentença** com o seguinte dispositivo:

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO** para **SUBSTITUIR O CURADOR** de Genivaldo Rodrigues dos Reis, nomeando-lhe para o encargo Marinete Rodrigues dos Santos.

Em obediência ao disposto no art. 755, do Novo Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no site próprio do TJPA, permanecendo por 06 (seis) meses. Publique-se edital no DJE, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente.

Ciente o Órgão Ministerial.

Sem custas e honorários em face da gratuidade processual."

E para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, o Exmo. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de São Geraldo do Araguaia - PA, em 24 de novembro de 2023.

Eu, Davvy Lima da Silva, Auxiliar Judiciário, Matrícula 207110 - TJE/PA, este digitei.

Vara Única - Comarca de São Geraldo do Araguaia

Av. Presidente Vargas, Nº 323, Centro. CEP 68570-000. Fone: (94) 3331-1166. WhatsApp: (94) 98408-3876. E-mail: 1geraldoaraguaia@tjpa.jus.br

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS

PROCESSO: 0801135-02.2019.8.14.0125
CLASSE: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
ASSUNTO: [Tutela e Curatela]
REQUERENTE: MARIA EDILEUSA NUNES PEREIRA
REQUERIDO: JEKSON PEREIRA MEDEIROS

De ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia - PA, o **Dr. Antônio José dos Santos**, e considerando que o presente caso se amolda às hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, nos termos do art. 93, XIV, da Constituição Federal, art. 203, § 4º e 250, VI, do Código de Processo Civil, do art. 1º, § 2º, inciso IX, do Provimento nº 006/2006 (CJRMB), do art. 1º do Provimento 006/2009 (CJCI) e do art. 1º Provimento 008/2014 (CJRMB), **FAZ SABER**, a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo se processam os termos da **Ação de Interdição nº 0801135-02.2019.8.14.0125**, na qual foi proferida **Sentença** com o seguinte dispositivo:

"Ante o exposto, **DECRETO A INTERDIÇÃO de JEKSON PEREIRA MEDEIROS - CPF: 999.949.762-49**, na forma do art. 754 do CPC, **DECLARANDO-A** absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-lhe curador **MARIA EDILEUSA NUNES PEREIRA - CPF: 652.691.602-34**.

Em obediência ao disposto no art. 755, do Novo Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no site próprio do TJPA, permanecendo por 06 (seis) meses. Publique-se edital no DJE, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente.

Ciente o Ministério Público.

Sem custas e honorários, feitas as diligências arquive-se."

E para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, o Exmo. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de São Geraldo do Araguaia - PA, em 24 de novembro de 2023.

Eu, Davvy Lima da Silva, Auxiliar Judiciário, Matrícula 207110 - TJE/PA, este digitei.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Vara Única - Comarca de São Geraldo do Araguaia
Av. Presidente Vargas, Nº 323, Centro. CEP 68570-000. Fone: (94) 3331-1166. WhatsApp: (94) 98408-

3876. E-mail: 1geraldoaraguaia@tjpa.jus.br

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS

PROCESSO: 0801589-11.2021.8.14.0125
CLASSE: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
ASSUNTO: [Capacidade]
REQUERENTE: NATIVIDADE PEREIRA DE FREITAS
REQUERIDO: MARIA ANGELA PEREIRA DE FREITAS

De ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia - PA, o **Dr. Antônio José dos Santos**, e considerando que o presente caso se amolda às hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, nos termos do art. 93, XIV, da Constituição Federal, art. 203, § 4º e 250, VI, do Código de Processo Civil, do art. 1º, § 2º, inciso IX, do Provimento nº 006/2006 (CJRMB), do art. 1º do Provimento 006/2009 (CJCI) e do art. 1º Provimento 008/2014 (CJRMB), **FAZ SABER**, a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo se processam os termos da **Ação de Interdição/Curatela nº 0801589-11.2021.8.14.0125**, na qual foi proferida **Sentença** com o seguinte dispositivo:

"Ante o exposto, **DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA ÂNGELA PEREIRA DE FREITAS (CPF n. 372.093.102-15)**, na forma do art. 754 do CPC, **DECLARANDO-A** absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-lhe curador **NATIVIDADE PEREIRA FREITAS DOS SANTOS (CPF n. 794.929.242-34)**.

Em obediência ao disposto no art. 755, do Novo Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no site próprio do TJPA, permanecendo por 06 (seis) meses. Publique-se edital no DJE, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente.

Ciente o Ministério Público.

Sem custas e honorários, feitas as diligências arquive-se."

E para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, o Exmo. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de São Geraldo do Araguaia - PA, em 24 de novembro de 2023.

Eu, **Davvy Lima da Silva**, Auxiliar Judiciário, Matrícula 207110 - TJE/PA, este digitei.

COMARCA DE SOURE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SOURE

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇDO ESTADO DO PARÁ

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SOURE

Av. Primeira Rua s/nº, Centro, CEP 68870-000, fone/ fax 091-3741-1505

EDITAL DE ALISTAMENTO PROVISÓRIO DE JURADOS

(2ª Publicação)

A Doutora RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA, Juíza de Direito Titular da Comarca de Soure, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que através deste faz publicar a LISTA PROVISORIA DOS JURADOS que servirão ao TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR no transcorrer do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), conforme determina os artigos 425 e 426 do Código de Processo Penal, recaindo nos nomes dos cidadãos abaixo relacionados:

Nº	NOME	FUNÇAO	ENDEREÇO/ESCOLA
01	ADILSON BATISTA MONTEIRO	ESP. EM EDUCAÇÃO	GASPARINO SILVA
02	ADRIANA BARBOSA COSTA	PROFESSORA	
03	ADRIANO RODRIGUES BRITO	ASSIST. ADM CONTRATO	GASPARINO SILVA
04	ADRIELLE MENDELLO LOPES	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
05	AGNALDO VENANCIO DA SILVA CARDOSO	PROFESSOR	TAVARES
06	ALFREDO SALGADO DO AMARAL	PROFESSOR	EDDA DE SOUSA
07	ANA CLÁUDIA OLIVEIRA LIMA	PROFESSORA	GASPARINO SILVA/EDDA
08	ANDREA CRISTINA LIMA DE OLIVEIRA	PROFESSORA	DOM ALONSO
09	ANGELA MARIA DAHER BARBOSA	ASSISTENTE ADM.	EDDA DE SOUSA
10	CARLA PATRICIA BARBOSA ATHAR	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
11	CAROLINE FRANCO DE SOUSA	PROFESSORA	GASPARINO SILVA

12	CANTINEIDE DA PAIXÃO QUEIROZ	SECRETARIA ESCOLAR	GASPARINO SILVA
13	CELINA SILVA DA SILVA	PROFESSORA	STELLA MARIS
14	CLAUDIA ALICE ARAUJO	PROFESSORA	DAGMAR
15	DEBORAH CRUZ DOS SANTOS	PROFESSOR	GASPARINO SILVA
16	DENISE CASTRO MAGALHAES	PROFESSORA	RAIMUNDO RAMOS
17	DIEGO DA COSTA ARAUJO	PROFESSOR	GASPARINO SILVA
18	DORIS SILVA ASSUNÇÃO	ESPEC. EM EDUCAÇÃO	RAIMUNDO RAMOS
19	EDILEUSA MARIA DA SILVA	PROFESSORA	TUCUMANDUBA
20	EDINALVA DE JESUS SILVA NEVES	AUXILIAR SECRETARIA	GASPARINO /ENGELARD
21	EDINEIA MARIA DA SILVA	PROFESSORA	LUCILENE DAHER
22	EDINEY OLIVEIRA MACIEL	AG. ADMINISTRATIVO	STELLA MARIS
23	ELI REGINA SILVA SOUSA	ESPEC. EDUCAÇÃO	GASPARINO SILVA
24	ELICLEUMA SILVA SANTOS	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
25	EVANILDO BRAGA MENDES	ESPEC. EM EDUCAÇÃO	EDDA DE SOUSA
26	FABIANA CONCEIÇÃO SILVA	PROFESSORA	DAGMAR / STELLA MARIS
27	GENILMA SOUSA SILVA	PROFESSORA	TUCUMANDUBA
28	GRACINETE NASCIMENTO BEZERRA	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
29	IZANEIDE DOS SANTOS SIQUEIRA	PROFESSORA	DOM ALONSO
30	JACIRA DE JESUS IVO SILVEIRA	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
31	JOAO RICARDO BATISTA ALVES	COORDENADOR	ENGELHARD
32	JOÃO DO SOCORRO MENDONÇA DOS SANTOS	ESPEC. EM EDUCAÇÃO	EDDA DE SOUSA
33	JOSE CARLOS PEREIRA ALMEIDA	AUXILIAR SECRETARIA	GASPARINO SILVA
34	JOSÉ LÚCIO SARMENTO ALVES	PROFESSOR	EDDA DE SOUSA
35	JOSE ROMILDO DIAS DA SILVA	ASSISTENTE ADM.	EDDA DE SOUSA
36	JOECLEIA ABDON E ABDON	AGENTE ADM	ALACID NUNES
37	KARLA DA CONCEIÇÃO PANTOJA	PROFESSORA	EDDA DE SOUSA
38	KARLELE CONCEIÇÃO COSTA	PROFESSORA	EDDA DE SOUSA

39	LAURENTINA ISABEL RAMIS SAMPAIO	PROFESSORA	ALACID NUNES
40	LEIDE CLÉIA SILVA FERREIRA	PROFESSORA	TAVARES
41	LIZ CARLA SILVA CASTRO	PROFESSORA	DOM ALONSO
42	LOURDES LEAL DOS SANTOS	AG. ADMINISTRATIVO	DOM ALONSO
43	LUCIENE FIGUEIREDO DIAS OLIVEIRA	VICE-DIRETORA	STELLA MARIS
44	LUCINELIA GUIMARAES NUNES	PROFESSORA	STELLA MARIS
45	LUCIO JOSE OLIVEIRA NASCIMENTO	PROFESSOR	GASPARINO SILVA
46	MARCELO JOSE LEAL ARAUJO	PROFESSOR	GASPARINO SILVA
47	MAREIA OLIVEIRA COSTA	PROFESSORA	RAIMUNDO RAMOS
48	MARIA ADELAIDE SARMENTO PEIXOTO	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
49	MARIA AURORA DE SOUZA GONÇALVES	ESPEC. EM EDUCAÇÃO	ALACID NUNES
50	MARIA ELVIRA NEVES SILVEIRA	PROFESSORA	ENGELHARD
51	MARIA GRACINETE DE SOUZA FERNANDES	AUXILIAR BIBLIOTECA	ALACID NUNES
52	MARINETE GOMES MOURA	PROFESSORA	TUCUMANDUBA
53	MARIVALDIRENE SAMPAIO FELIPE	PROFESSORA	LUCILENE/DOM AQUILIO
54	NAZARE CRISTINA FONSECA RODRIGUES	PROFESSORA	TUCUMANDUBA
55	NUBIA REGINA DA SILVA CORDEIRO	PROFESSORA	ENGELHARD
56	ONELIA NASCIMENTO DA SILVA	AUXILIAR SECRETARIA	GASPARINO SILVA
57	ORLANDO FIGUEIREDO NASCIMENTO	PROFESSOR	GASPARINO SILVA
58	PATRICIA CAROLINE PÍNHEIRO	PROFESSORA	TAVARES
59	PAULO ARMANDO PENANTE REIS	PROFESSOR	EDDA DE SOUSA
60	PAULO JANDER BATISTA DE SOUSA	PROFESSOR	GASPARINO SILVA
61	RAIMUNDA AUREA SALGADO LEAL	PROFESSORA	SEMED
62	REGIANE DO S. OLIVEIRA FREITAS	PROFESSORA	J. MARAJOARA

63	RITA DE CASSIA CORDEIRO GUIMARÃES	PROFESSORA	STELLA MARIS
64	ROSEANE DO S. OLIVEIRA GOUVEA	PROFESSORA	EDDA DE SOUSA
65	ROSICLEIA DO SOCORRO DE V. LIMA	PROFESSORA	EDDA DE SOUSA
66	ROSILÉIA FELIPE BRITO MELO	ESP. EM EDUC.	EDDA DE SOUSA
67	SANDRA HELENA LIMA DE OLIVEIRA	PROFESSORA	STELLA MARIS
68	SILVIA MARA FELIPE SILVA	PROFESSORA	STELLA MARIS
69	SOLANGE LIMA RAMIREZ	PROFESSORA	ENGELHARD/GASPARINO
70	SUANE MARIA RODRIGUES DOS SANTOS SILVA	PROFESSORA	DOM AQUILIO
71	SUE ANNE PANTOJA MACEDO	PROFESSORA	DOM AQUILIO
72	SUZINETE PAIXÃO DANTAS	PROFESSORA	STELLA MARIS
73	THAIS DE FATIMA BRITO PANTOJA	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
74	ULISSES LEDO FERREIRA	PROFESSOR	TUCUMANDUBA
75	VALDIR LUIS BANDEIRA BARBOSA	ESP. EM EDUC.	EDDA DE SOUSA
76	WALCILENE SANTOS SILVA	PROFESSORA	GASPARINO SILVA
77	WILLHAMES CARLOS LEAL DA COSTA	PROFESSOR	GASPARINO SILVA

E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Soure-PA, aos 06(seis) dias do mês de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, ¿.....(Surama das Graças Vital da Silva) digitei e Selma F Fernandes, Diretora de Secretaria da Vara Única da Comarca de Soure, conferi e subscrevi.

RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA

Juiz de Direito Titular da Vara da Comarca de Soure-PA.

COMARCA DE MEDICILÂNDIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA

SENTENÇA-MANDADO-OFICIO. I ? RELATÓRIO. Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO LIMINAR DE CURATELA ajuizada por **MARIA CLEUZA CATTOSSI MIRA** em face de **BENEDITO JOSÉ MIRA**, ambos qualificados nos autos. Em síntese, o requerente alega ser esposa do interditando, o qual é portador de Mal de Alzheimer e Parkinson e possui uma lesão na coluna que lhe impede de se deslocar, sendo desprovido de capacidade para os atos da vida civil. Desse modo, o autor postula a interdição do requerido e sua nomeação como curadora definitiva. No Id. 70652378, a curatela provisória foi liminarmente deferida. No Id. 76227968, a Oficial de Justiça atestou que o interditando estava acamado e impossibilitado de receber a citação. No Id. 79860975, foi realizada audiência de instrução com a oitiva das partes. Em 26.06.2023, foi realizado exame pericial que concluiu que o requerido é física e mentalmente incapaz, em caráter definitivo, para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou favoravelmente ao pedido inicial. É o Relatório. II ? FUNDAMENTAÇÃO. Inicialmente, cumpre gizar que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (art. 1º do Código Civil). Todavia, nem todas as pessoas são dotadas da capacidade civil (ou de exercício), aptidão para a prática, pessoalmente, dos atos da vida civil, e devem em razão disso ser representadas ou assistidas pelas pessoas designadas pela lei. O art. 1.767, do Código Civil elenca as pessoas sujeitas a curatela, entre elas, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade. Por sua vez, assevera o art. 4º, III, do Código Civil que ?são relativamente incapazes, para o exercício de certos atos ou quanto à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade?. No caso em exame, a promovente logrou provar todo o articulado na inicial. De fato, de acordo com as provas constantes dos autos, inclusive do laudo médico pericial (ID. 95855432). Pelo exposto, vê-se, sem dificuldade, que o interditando é idoso e portador de deficiência física e mental que o incapacitam para os atos da vida civil, sendo, portanto, imprescindível a decretação de sua interdição e consequente nomeação de curador. A autora é reconhecidamente a pessoa mais apta para exercício da curatela, motivo pelo qual reconheço sua idoneidade, dispensando-o da especialização da hipoteca legal, haja vista sua desnecessidade e o desaparecimento dessa condição com a entrada em vigor do atual CPC. Portanto, à vista dos elementos de fato e de direito colacionados na presente ação, impõe-se o reconhecimento da incapacidade relativa do interditando, suas limitações para a prática dos atos da vida civil que demandem manifestação de vontade e livre determinação, não havendo óbice legal à sua interdição e à nomeação da autora como sua curadora, providências que ? à luz das provas e do direito ? apresentam-se plenas de razoabilidade. III ? DISPOSITIVO**.** Ex positis, com fulcro nos arts. 1.177 e seguintes do CPC c/c os arts. 1.767 e ss. do Código Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para DECRETAR A INTERDIÇÃO PARCIAL DO PROMOVIDO **BENEDITO JOSÉ MIRA**, nomeando-lhe curadora definitiva na pessoa de sua esposa, A PROMOVENTE **MARIA CLEUZA CATTOSSI MIRA**, sob compromisso, a ser prestado em 05 (cinco) dias, com as limitações impostas aos relativamente incapazes, nos termos do artigo 4º, inciso III, do Código Civil, devendo esta sentença ser publicada gratuitamente por 03 (três) vezes no Diário da Justiça, com intervalos de 10 (dez) em 10 (dez) dias e no átrio do Fórum da Comarca de Altamira, constando do edital os nomes do interdito e seu curador, a causa da interdição e os limites da curatela enumerados no art. 85 §1º da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Considerando o dever constitucional do Estado de prestar assistência judiciária aqueles que necessitem, considerando ainda a inexistência de Defensoria Pública no Município de Medicilândia, considerando também o princípio da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho, arbitro honorários advocatícios no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, a serem pagos pelo Estado do Pará em favor da advogada nomeada **Dra. LUANA QUIXABEIRA DIAS DE SOUSA (OAB/PA 27.359),** servindo a presente como título executivo judicial. Expeça-se mandado para averbação no livro próprio do competente Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis para averbação da interdição na matrícula de eventuais imóveis pertencentes ao Requerido, com fundamento no artigo 167, inciso II, item ?5? da Lei nº 6015/73. Sem custas processuais. Sem custas cartorárias. Dê ciência ao Ministério Público. Face à ausência de interesse recursal, certifique-se o imediato trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se. Serve cópia da presente sentença como MANDADO DE INTIMAÇÃO e OFÍCIO nos termos do provimento n.º 03/2009 da CJRMB TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. N.º11/2009 daquele órgão correicional. Medicilândia(PA), data da

assinatura eletrônica. **LIANA DA SILVA HURTADO TOIGO,** Juíza de Direito Titular da Comarca de Medicilândia.

COMARCA DE PRIMAVERA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Pje:0800217-08.2023.8.14.0044

Classe: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

Requerente: LUCIDALVA FONSECA DA SILVA

Requerido:MARIA FONSECA DA SILVA

EDITAL-01
PRAZO 10 (DEZ) DIAS

0800217-08.2023.8.14.0044 - INTERDIÇÃO E CURATELA - REQUERENTE: LUCIDALVA FONSECA DA SILVA- REQUERIDO:MARIA FONSECA DA SILVA - **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CÍVEL - (Prazo 10 dias)** O(A) Excelentíssimo(a) Doutor(a) JOSÉ JOCELINO ROCHA, Juiz(a) de Direito da Vara Única de Primavera, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Vara Única da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru, tramitam os autos de Interdição e Curatela entre as partes acima identificadas, sendo curatelado REQUERIDO: MARIA FONSECA DA SILVA CPF:º º 356.700.962-15 , na forma do artigo 755, § 3º, do CPC e artigo 9º, inciso III, do CC/02, com prazo de 10 (dez) dias, FICA o mesmo por este EDITAL regularmente INTIMADO(A) acerca do inteiro teor da SENTENÇA id:104226221 prolatada pelo MM. JUIZ desta Vara: SENTENCIOU: Trata-se de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE CURATELA PROVISÓRIA** proposta por **LUCIDALVA FONSECA DA SILVA** em face de **MARIA FONSECA DA SILVA**, todos identificados e qualificados nos autos.

Narra a petição de ingresso que a requerente é filha da curatelanda, a qual atualmente conta com 85 (oitenta e cinco) anos de idade. Afirma que após ser acometida por um AVC, perdeu os movimentos dos membros do lado direito do corpo, e que não consegue se comunicar plenamente por conta de sequelas na língua, sua patologia foi codificada sob o CID 10 ? I10.

Juntou procuração e documentos (ID 90825956 a ID 90825970).

Após parecer ministerial (ID. 94005807), foi deferida a curatela provisória à requerente (ID 94919582).

Audiência de entrevista realizada em 05.10.2023, estando gravada em mídia audiovisual acostada aos autos (ID 101915140).

Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pedido inicial, opinando, assim, pela procedência (ID. 103738858).

É o relatório. **DECIDO**.

Tendo em vista que os autos se encontram em ordem, tendo sido instruídos com observância dos ditames legais inerentes à espécie e inexistindo vícios ou nulidades a sanar, de rigor a análise do mérito.

O estatuto civil pátrio dispõe que estão sujeitos à curatela aqueles que, em razão de enfermidade ou deficiência mental, não detêm necessário discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, CC).

A curatela pode ser conceituada como o encargo deferido por lei a alguém capaz para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo.

Pela análise dos autos, pelos depoimentos colhidos, pela manifestação ministerial, verifica-se que a interditanda não tem condições de reger sua vida ou praticar os atos da vida civil, de modo que o pedido deve ser deferido.

Em audiência, a requerente informou que atualmente é responsável por todos os cuidados relativos à requerida, que é sua mãe. Aduziu que presta todo o auxílio e suporte necessários. Ademais, de acordo com o atestado de sanidade mental de ID. 90825962, a requerida é portadora da seguinte doença: CID 10 I10 (hpertensão essencial). Consta do referido laudo, assinado pelo médica CLEIDE BANNWART (CRM/PA 5316): ?*Paciente idosa, Maria Fonseca da Silva, 84 anos, é portadora da patologia codificada sob o CID10=I10, sequelada de AVC, cadeirante, não tem condições de resolver seus problemas diários e necessita de ajuda filhos para desenvolver suas funções (ID. 90825967*?.

Sobre o tema, importante consignar precedente jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. PLEITO DE DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA, ANTE A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. DESCABIMENTO. SENTENÇA CONFIRMADA. A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL É DISPENSÁVEL QUANDO OS DEMAIS ELEMENTOS DO PROCESSO COMPROVAM A INCAPACIDADE DA CURATELADA, COMO NO CASO DOS AUTOS, EM QUE EXISTEM PROVAS SUFICIENTES E CONTUNDENTES ACERCA DA INCAPACIDADE DA PROTEGIDA, TENDO SIDO DIAGNOSTICADA COM DEMÊNCIA (CID 10 F01 E CID 10 F03). RECURSO DESPROVIDO, POR MONOCRÁTICA. (TJRS ? APL XXXXX-87.2021.8.21.0001/RS, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. JOSE ANTONIO DALTOE CEZAR, julgado em 21.03.2022).

O Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido.

Isso posto, e por tudo que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado e **DECLARO MARIA FONSECA DA SILVA**, já qualificada nos autos, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 1.767, inciso I, do CC/02, e art. 754, do CPC.

NOMEIO o requerente, Sra. **LUCIDALVA FONSECA DA SILVA**, como seu(sua) curador(a) para todos os atos da vida civil, dado o estado de desenvolvimento mental do(a) interditando(a), nos termos do art. 755, I, do CPC.

Por conseguinte, julgo **EXTINTO O PROCESSO**, com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC.

PROCEDA-SE, na forma do artigo 755, § 3º, do CPC/15 e artigo 9º, inciso III, do CC, inscrevendo a presente decisão no Cartório de Registro competente, publicando-a na imprensa local e no órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.

O curador deverá prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do CPC/15.

Condeno a requerente nas custas, porém suspendo-as na forma do artigo 98, §3º do CPC, uma vez que beneficiário da justiça gratuita.

Sem honorários de sucumbência, ante a falta de resistência nos autos.

Ciência ao Ministério Público.

Após o decurso do prazo recursal, **EXPEÇA-SE** o Termo de Curatela Definitivo.

Comunique-se à Justiça Eleitoral.

Expeça-se o necessário.

Por fim, transitado em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.P.R.I.C **SERVIRÁ A PRESENTE SENTENÇA, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI.

Primavera, Pará, data e hora firmados em assinatura eletrônica.**JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA Juliana Silva de Sousa ? Matrícula:210811 -Auxiliando em Secretária do Judiciário da vara única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, de ordem da Portaria nº 008/2021GJP.

(Assino de acordo com o Provimento nº 006/2009-CJCI, Provimento nº 08/2014-CJRMB, o qual alterou dispositivos do Provimento nº 006/2006-CJRMB).

COMARCA DE CAMETÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 001/2023

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito, JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS, Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Cametá, no uso de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe o art. 101, inciso I, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), o art. 6º, VIII do Regimento Interno da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior;

FAZ SABER, através do presente edital, que realizará Correição Geral Ordinária do ano de 2023, na forma presencial, na 2ª Vara Cível da Comarca de Cametá no período de 11 a 15/12/2023. E, para que chegue ao conhecimento de todos, comunica-se que os trabalhos da Correição Geral Ordinária presencial, será realizado no Fórum da respectiva Unidade Judiciária, oportunidade em que serão recebidas reclamações sobre os serviços judiciais. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos vinte e três (23) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e três (2023). JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS, Juiz de Direito, Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Cametá.

COMARCA DE AUGUSTO CORREA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA

Autos: 0005987-79.2019.8.14.0068

Acusado: RAFAEL FARIAS DA SILVA

Advogada Nomeada: ANDERSON CRUZ COSTA OAB/PA nº 31.038

Vítima: DANIELE SOUSA DA SILVA e outros

Capitulação provisória: art. 129, § 9ºdo CPB, c/c ar. 147 e art. 147-B do CP, cometidos no âmbito da Lei 11.340/2006

SENTENÇA ? MÉRITO

Vistos, etc...

Cuida-se de Ação Penal proposta em face do acusado RAFAEL FARIAS DA SILVA**,** qualificado nos autos, pela suposta prática do crime previsto no art. **129, § 9º, c/c art. 147 e art. 147-B do CPB**, **cometidos no âmbito da Lei 11.340/2006,** contra sua genitora MARIA DAS GRAÇAS FARIAS DA SILVA

Narra a denúncia, que no dia 13.10.2019, o acusado teria agredido fisicamente sua genitora, além de ter ameaçado e perseguido a vítima.

Recebimento da denúncia, o réu foi citado, sendo apresentada resposta à acusação, através de Advogado Dativo.

Na Audiência de Instrução e Julgamento realizada por meio de videoconferência, foi ouvida a vítima e testemunha, o acusado não compareceu ao ato, mesmo devidamente intimado.

Findada a instrução processual, foi apresentado as alegações finais, em que o Ministério Público requereu a condenação por lesão corporal e absolvição quanto ao crime e ameaça e perseguição.. A Defesa, requer a absolvição por ausência de provas, subsidiariamente a aplicação do mínimo legal.

Não há preliminares a serem enfrentadas.

O acusado não apresenta antecedentes.

É o relatório. DECIDO

Em atenção as provas colacionadas nos autos, ficou demonstrada a lesão corporal sofrida pela vítima, conforme de depreende do depoimento da testemunha ouvida, em que pese a vítima afirme que somente foi um empurrão.

Não ficou demonstrado o crime previsto no art. 147 e art. 147B do CP.

Dessa forma, considerando o acervo probatório realizado tanto da fase inquisitorial quanto na fase judicial, restou devidamente comprovado que o acusado praticou o crime descrito no art. 129, §9º do CP, contra a

vítima, cometido no âmbito da violência doméstica.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, julgo procedente a denúncia apresentada, **CONDENANDO** o acusado

RAFAEL FARIAS DA SILVA acima qualificado, com fundamento no art. 387 do Código de Processo Penal, como incurso na pena prevista no art. 129, §9º do CP, praticado no âmbito da Lei 11.340/06, absolvendo quanto aos crimes de ameaça e perseguição.

Passo agora à dosimetria da pena, conforme o art. 68 do Código de Processo Penal, ao réu**.**

A **culpabilidade** considero normal, o réu não possui **antecedentes criminais**. A **conduta social** não foi evidenciada, sua **personalidade** não restou evidenciada. **Os motivos** não foram evidenciados. **As circunstâncias** são normais. As **consequências extrapenais** foram normais a espécie. Não há **comportamento** da vítima a ser analisado.

Em razão da ausência de circunstâncias judicial negativas, fixo a pena-base para o Réu quanto ao crime previsto no 129, §9º do CP, **detenção de 3 meses**

Não concorrem circunstâncias atenuantes.

Não concorrem circunstâncias agravantes

Ausente causa de diminuição de pena.

Não concorre causa de aumento de pena.

Torno a pena definitiva em detenção de 3 meses.

Regime aberto.

Não foi ventilado nos autos, possibilidade da fixação de um valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, impossibilitando assim, aferição do montante sofrido pelas vítimas.

Cumpra-se, imediatamente, o que preceitua o Provimento nº 02/2008 ? CJCI-TJE/PA, a respeito da obrigação de ciência à autoridade penitenciária, acerca das sentenças condenatórias.

Oportunamente, após do trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:

1) Lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados;

2) Em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo 2º, do Código Eleitoral oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, comunicando a condenação do réu para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal;

3) Expeça-se guia de recolhimento do réu, provisória ou definitiva, conforme o caso, encaminhado para o cumprimento da pena restritiva de direito aplicada.

Intime-se pessoalmente o acusado, pois patrocinado por defensora dativa.

Intime-se a Defesa nomeada.

Intime-se o Ministério Público.

Condeno o Estado do Pará ao pagamento dos honorários advocatícios a Anderson Cruz Costa OAB/PA nº 31.038 pois atuou em todo processo como Advogado Dativo, arbitrando o valor de R$ 10.000,00.

Após o prazo recursal, arquive-se dando baixa no sistema.

DECISÃO SERVINDO MANDADO

Datado eletronicamente.

ÂNGELA GRAZIELA ZOTTIS
Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrêa/PA

Acusado:

RAFAEL FARIAS DA SILVA, nascido em 17/12/1993, natural de Mauá-SP, filho de Maria das Graças Farias da Silva, residente na Vila da caçada, próximo a igreja, zona rural, Augusto Corrêa-PA.

ATO INFRACIONAL

Processo nº 0800254-65.2020.8.14.0068

Adv dativo: ANDERSON CRUZ COSTA OAB/PA nº 31.038

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de Representação para aplicação de medida socioeducativa em face do adolescente então Adolescente D.S.S.P**, qu**alificado nos autos.

Compulsando os autos, observa-se que o até então adolescentes, atualmente já alcançaram a maioridade penal, maior de 20 anos.

Diante de tal fato, as normas do ECA ficam impossibilitadas de serem aplicadas ao caso destes autos, principalmente, no que tange às medidas socioeducativas, conforme art. 2º, § único do ECA.

Assim sendo, julgo EXTINTA A PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA do ato infracional atribuído ao adolescente, com fulcro no art. 2º, parágrafo único, da lei 8.069/90 (ECA).

Ciência ao MP.

Intime-se a Defesa Nomeada.

Condeno o Estado do Pará, ao pagamento no valor de R$ 10.000 00 ao Dr **ANDERSON CRUZ COSTA OAB/PA nº** 31.038 ? que atuou de forma dativa em todo processo.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Datado Eletronicamente

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

COMARCA DE SALVATERRA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA

EDITAL DE INTIMAÇÃO ? PRAZO 60 DIAS

O Dr.., JOSÉ DIAS DE ALMEIDA JÚNIOR, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salvaterra, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER, aos que lerem este edital ou dele tomarem conhecimento, que tramitam neste juízo os autos de Ação Penal nº 0002925-30.2017.8.14.0091, em que figura como denunciado RAFAEL FIGUEIREDO BARROS, brasileiro, paraense, natural de Belém, nascido em 23/01/1997, portador do RG nº 8048550, filho de Viviane Sousa Figueiredo e de Juvenal Tavares Bastos.

Constando dos autos que se encontra em lugar desconhecido, fica, pelo presente edital, **INTIMADO** do teor da sentença de ID 68778145 e 68778146, que condenou o denunciado ao cumprimento da pena de 01 ano de reclusão em regime aberto com substituição pela pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Decorrido o prazo do edital, considerar-se-á ficticiamente intimado o representado, passando então a correr o prazo recursal. Esgotado o prazo, será certificado o trânsito em julgado e serão cumpridos os demais termos da sentença.

E, para que ninguém possa alegar ignorância ou desconhecimento, mandou publicar este edital, que também será afixado no local de costume, observadas as formalidades de estilo. Dado e passado nesta cidade de Salvaterra, Estado do Pará, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023).

Eu, ANA PRISCIA RIO, analista judiciária ? área judiciária, o digitei.

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

PROCESSO Nº 0800229-14.2022.8.14.0058. INTERDIÇÃO/CURATELA. POLO ATIVO: Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. JOELSON ALVES DUARTE. POLO PASSIVO: Nome: RAFAEL ALVES DUARTE. ¿SENTENÇA. I ¿ RELATÓRIO. Cuida-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO C/C PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA. EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará, por seu Órgão de Execução nesta Comarca, em face de RAFAEL ALVES DUARTE, qualificado nos autos. de Síndrome de Down, epilepsia e paralisia infantil, o interditando Rafael Alves Duarte não possui capacidade para exercer suas funções laborais. Nesse sentido, juntou documentos, quais sejam, notícia de fato, laudo psiquiátrico e receituário de controle especial. Consta do autos documento médico que o interdito possui incapacidade para atividades laborais (id nº 68611109). Requereu o MP a nomeação de JOELSON ALVES DUARTE, irmão do interditando, como curador de RAFAEL ALVES DUARTE. Deferidos os benefícios da justiça gratuita (id. 68845702), tendo em vista que preenchidos os requisitos contestantes no art. 98 e ss do CPC. Em decisão de id nº 77647707, este juízo deferiu a curatela provisória nos termos requeridos. Ouvidas as partes em audiência, bem como as testemunhas arroladas pelas partes (id nº 77647709). Ao final da audiência, o Juízo determinou a nomeação de curadora especial, bem como a elaboração de relatório pela Equipe Multidisciplinar do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Polo Altamira/PA) acerca da capacidade física e mental do interditando. Na oportunidade, nomeou-se a Dra. Sandra Lorrany Pereira Carvalho ¿ OAB/PA nº 28.662, como curadora especial do interditando. Manifestação da curadora especial acostada aos autos no id nº 80019515 ¿ Págs. 1/2, com requerimento de julgamento procedente da ação. Relatório Multidisciplinar no id nº 81128898 - Págs. 1/3, sugerindo que a curatela de RAFAEL ALVES DUARTE seja concedida a JOELSON ALVES DUARTE.Sustentou o Ministério Público que, em razão ter sido diagnosticado como portador O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido autoral (83097620 - Págs. 1/2). É, em breve síntese, do que cumpria relatar. Passo a decidir. ¿ FUNDAMENTAÇÃO. Possível o desenlace da controvérsia no atual momento procedimental, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porque prescinde, o caso, de maior dilação probatória. Não há preliminares arguidas pela defesa, de sorte que o processo pode ser julgado no estado em que se encontra. Quanto ao mérito, o pedido é procedente. Sabe-se que a curatela é um instituto que tem por escopo a proteção de maiores de idade que estejam em situação de incapacidade de cuidar dos próprios interesses, ou seja, de administrar seu patrimônio. A regra é que os maiores de dezoito anos são considerados plenamente capazes para os atos da vida civil. Contudo, essa presunção é relativa e, verificada a inaptidão da pessoa para gerir seus bens, por inúmeros motivos, ilustrativamente representados pela ocorrência de doença ou deficiência mental ou intelectual, mostra-se necessária a nomeação de outrem, a quem é atribuído o encargo. Trata-se do curador. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada pelo ordenamento pátrio com status de emenda constitucional, nos moldes da previsão do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988 (Decreto nº 6.949/2009). Com vistas à regulamentação dessa Convenção, foi aprovado no Brasil o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146/2015, que, além de conferir inúmeros direitos aos portadores de deficiência mental ou intelectual, deu nova redação a alguns dispositivos do Código Civil de 2002. Com isso, deixou, o interditado, de constar do rol dos absolutamente incapazes, em razão das alterações ao preceito insculpido no artigo 3º do Código Civil promovidas pelo novel Estatuto. Diversas características da curatela devem ser registradas: a) deve durar o menor tempo possível; b) refere-se tão somente a questões de natureza negocial e patrimonial; c) não afeta direitos pessoais; d) não impede o casamento; não impede o poder familiar; e) não impede que o curatelado(a) exerça atividade laboral; f) não impede, sequer, que o curatelado(a) possa votar; além de outros. Enfim, a ¿interdição¿, consoante o ordenamento jurídico pátrio atual, é instituo de direito material bastante restrito. Cumpre estabelecer, quais são os requisitos a serem verificados, no caso concreto, que ensejem, eventualmente, o deferimento do pedido de curatela. Conforme o artigo 1.767, caput e seus incisos, do Código Civil (com redação dada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência), ¿Estão sujeitos à curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; os pródigos¿. Importante consignar que a limitação capaz de sustentar o reconhecimento de inexistência ou comprometimento da higidez mental do interditando, in casu, foi aferido

por documento médico acostado aos autos. E, no caso sub judice, a inspeção judicial em audiência corroborou, em conjunto com oitiva de testemunhas e das partes, as conclusões a que já havia chegado do laudo pericial acima mencionado de que o interditando não consegue exprimir a sua vontade, realizando, por si, os atos negociais de sua vida civil.A curatela só pode ser declarada em situações excepcionais, nas quais se justifique, objetivamente, a nomeação de alguém apto a cuidar dos interesses patrimoniais do examinando, porque este se encontra incapaz de fazê-lo sem gravíssimos prejuízos a seu patrimônio.Nesse sentido positivou-se no art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o entendimento acima mencionado, abaixo reproduzido, in verbis: Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. § 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do(a) curatelado(a). § 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado(a). Por todo o exposto, tem-se que os elementos de convicção amealhados sobre o crivo do contraditório e da ampla defesa revelam que a curatela se impõe no caso em apreço. Conforme o que consta nos autos, comprovou-se que o interditando necessita ser curatelado. Por fim, manifestou-se a ilustre representante do Ministério Público favoravelmente ao deferimento do pedido, tendo entendido que é caso de reconhecer o caso como incapacidade, com nomeação da parte autora para exercer a curatela. Destarte, denota-se que o conjunto probatório é hábil a demonstrar que a parte requerida apresenta deficiência que suprime o seu discernimento e a impedem de, por si só, realizar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Desse modo, entendo que revela-se imprescindível o reconhecimento da deficiência do interditando com a consequente nomeação de parte autora como curadora para que, assistindo-o na prática de tais atos, sejam assegurados seus interesses. Ademais, é conveniente ressaltar que, devido à intensidade e grau da deficiência mental de longa duração diagnosticada, impossível se mostra, no caso sub examine, a adoção de medida menos restritiva, tal como a tomada de decisão apoiada. Destaca-se, afinal, que a prática de certos atos em nome da parte curatelada, tais como o pagamento de dívidas, a aceitação de heranças, legados e doações, ainda que com encargos, a transação, a venda de imóveis e a propositura de ações ou o oferecimento de defesa, dependem de prévia autorização judicial, de acordo com o artigo 1.748, do Código Civil de 2002. ¿ DISPOSITIVO. Ante o exposto, e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de, em razão do grau da deficiência psíquica e seus efeitos que afetam o discernimento, submeter à curatela a parte requerida RAFAEL ALVES DUARTE, qualificado nos autos, declarando-o incapaz de praticar, por si só, atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, em especial aqueles enumerados nos artigos 1.748 e 1.782, ambos do Código Civil de 2002, além de receber benefícios previdenciários e assistenciais, proventos e outras receitas, com fundamento nos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil de 2002, e artigos 84 e 85, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nos termos do que dispõe o artigo 1.775, § 2º, do Código Civil de 2002, nomeio como curador definitivo JOELSON ALVES DUARTE, também qualificado nos autos, para representar o curatelado na prática de atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, em especial aqueles enumerados nos artigos 1.748 e 1.782, ambos do Código Civil de 2002, além de receber benefícios previdenciários e assistenciais, proventos e outras receitas, utilizando os correspondentes ativos para o atendimento de suas necessidades. Ressalte-se que o curador dependerá de prévia provocação e autorização judicial para a prática dos atos descritos no artigo 1.748, do Código Civil de 2002, em especial negócios jurídicos vultosos, sob pena de sua responsabilização pessoal e direta, ressalvando-se o direito do curatelado à prática dos atos da vida civil discriminados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Compromisse-se, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do NCPC, contados da confirmação do registro da sentença no Registro das Pessoas Naturais da Comarca, conforme previsão do artigo 93, parágrafo único, da Lei n.º 6.015/1973. Cumpra-se o disposto nos artigos 755, § 3º e 759, ambos do CPC, bem como no artigo 9º, inciso III, do Código Civil de 2002, e artigo 93, da Lei nº 6.015/1973, mediante inscrição da instituição da curatela no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca, com publicação pelo órgão oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de dez dias, fazendo-se constar do edital os nomes da interdita e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que a interdita poderá praticar autonomamente. Providencie-se o registro da interdição na forma da lei, devendo-se notificar o cartório de registro de pessoas naturais para realizar os atos necessários, bem como para que sendo realizado, comprove a realização do ato, comunicando a este Juízo. Custas na forma da lei, observando-se que as partes são beneficiárias da gratuidade judiciária. Porque esta ação foi processada sob os benefícios da

Justiça Gratuita, ficarão os beneficiários dessa gratuidade isentos do pagamento de taxas, custas, emolumentos e contribuições junto aos Registros Civis das Pessoas Naturais, inclusive perante os Cartórios de Registro de Imóveis, nos termos do artigo 98, inciso IX, do Novo Código de Proc3esso Civil. Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o cumprimento das determinações constantes desta sentença, arquivem-se os autos. Publique-se. Intimem-se. SERVIRÁ a cópia da presente como MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/TERMO DE COMPROMISSO, nos termos do Provimento de nº 003/2009-TJPA. Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema (31/01/2023, 14:38:15). Rafael Henrique de Barros Lins Silva. Juiz de Direito Substituto, respondendo pela Vara Única de Senador José Porfírio/PA.¿ Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, o digitei e publico no DJE.

E D I T A L D E I N T I M A Ç Ã O D E S E N T E N Ç A - PRAZO DE 60 (SESSSENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber **NORFLORA - FLORA NORTE DO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 00.940.043/0001-57, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias a fim de tomar ciência da r. sentença de id. 98117305 prolatada por este Juízo em 03/08/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL **nº 0000010-06.2000.8.14.0058**: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2000. O réu foi citado pessoalmente em 12.02.2001 (id. 53198548 - Pág. 4), ocorrendo a penhora de imóvel em 18.02.2001 (id. 53198548 - Pág. 7). No id. 53198551 - Pág. 1, foi proferida sentença de extinção. Manejado apelo, o recurso foi provido (id. 53198553), retornando os autos a este juízo de piso em 24.04.2014 (id. 53198554 - Pág. 8). Foi realizada consulta SISBAJUD infrutífera (id. 53198554 - Pág. 14). A certidão de id. 53198556 - Pág. 2 informa que a ré não mais funciona neste município. O redirecionamento da execução face os sócios foi indeferido no id. 53198557 - Pág. 5. Consulta RENAJUD infrutífero no id. 53198557 - Pág. 7. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente (id. 78576449), o credor nada disse (id. 96687523). É a síntese. Pois bem. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro

da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o devedor o último marco interruptivo da prescrição foi a penhora de id. 53198548 - Pág. 7, realizada em 18.02.2001. O feito tramita nos escaninhos do Judiciários faz 23 anos, sem qualquer resultado prático. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Ainda que se considere que o feito recebeu sentença anterior de extinção, que foi objeto de recurso, é de se relembrar que os autos retornaram a este juízo de piso em 24.04.2014 (id. 53198554 - Pág. 8), quando desde então nada de concreto foi produzido para conferir impulso processual, não havendo hipóteses de interrupção ou suspensão do prazo prescricional. Logo, em 18.02.2007 operou-se a prescrição, quando o juízo a declara de ofício, como forma de extinguir a presente execução fiscal. Sobre o tema dispõe a jurisprudência do TRF1: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR E DE BENS APTOS A SATISFAZER A EXECUÇÃO. SÚMULA 314/STJ. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. 1 Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente?. (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018) 2 Na hipótese dos autos, a ação foi ajuizada em 21/01/2010, para cobrança de débito originário de multa por infração ambiental. O crédito foi inscrito na dívida ativa em 21/12/2009. O despacho citatório foi exarado em 31/03/2010. A primeira tentativa frustrada de citação, pelos Correios/AR, ocorreu em 11/10/2010. Em 23/08/2012, foi exarado despacho intimando a exequente, a qual se manifestou por petição protocolada em 23/08/2013. Houve sucessivas tentativas de citação do devedor e localização de bens, sem, contudo, lograr êxito. 3 Assim, ante a ausência de causa interruptiva da prescrição, desde a ciência da exequente da primeira tentativa frustrada de localização do devedor e de bens (20/08/2013) até a extinção da execução (14/06/2022), verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional nos termos do art. 40 da LEF (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento). 4 O mero requerimento de bloqueio de ativos financeiros do executado, constrição ínfima/ infrutífera ou de outras diligências com resultado negativo, não possui o condão de suspender ou interromper a prescrição intercorrente. 5 Apelação não provida. (AC 1003153-29.2023.4.01.9999, DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, TRF1 - SÉTIMA TURMA, PJe 19/04/2023 PAG.) (grifos acrescidos) Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o réu por edital. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.? Aos 14 (catorze) dias do mês de setembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais **LAMINADORA SOUZELENSE LTDA, ANTONIO GERALDO LAZARINI - CPF: 252.959.932-72, JOSE VANDEIR DA COSTA - CPF: 186.920.952-49** com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 30/09/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0001263-38.2014.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2010. O feito foi inicialmente distribuído à Vara Única da Subseção da Justiça Federal em Santarém/PA e posteriormente remetida por declínio de competência a este juízo de Senador José Porfírio/PA Consta no id. 38473204, fl. 07, datado em 21.03.2011, o despacho inaugural determinando a citação. O sócio JOSÉ VANDEIR DA COSTA foi citado via postal no id. 38473204, fl. 13. A LAMINADORA SOUZELENSE S/A e o sócio ANTÔNIO GERALDO LARANZINI foram citados por edital nos ids. 38473781, fl. 01 e fl. 03, respectivamente, atos que se deram conjuntamente em 29.06.2019. Várias diligências foram empregadas para localizar bens dos devedores, não havendo sucesso. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, o credor discordou do reconhecimento da prescrição, alegando que a demora na resolução da questão é culpa do Poder Judiciário e que a demanda jamais ficou mais de 5 anos sem movimentação (id. 99333032). É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que

a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o primeiro marco interruptivo da prescrição foi o despacho inaugural (art. 8º, § 1º da LEF), que repousa no id. 38473204, fl. 07, datado em 21.03.2011. Desde aquela data, nenhum outro marco interruptivo se operou. A citação de LAMINADORA SOUZELENSE S/A e do sócio ANTÔNIO GERALDO LARANZINI se deu por edital nos ids. 38473781, fl. 01 e fl. 03, respectivamente, em 29.06.2019. A citação postal do sócio JOSÉ VANDEIR DA COSTA que repousa no id. 38473204, fl. 13, é totalmente nula, pois a correspondência com A.R. foi recebido e assinado por terceira pessoa estranha ao feito. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada, seja com a citação pessoal dos réus, seja com a efetiva localização de bens aptos à garantia do juízo. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de auto de infração ambiental, que prescrevem em 5 anos, nos termos do Decreto-Lei 20.910/32. Desta feita, o marco prescricional se operou em 21.03.2017, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. Embora o credor sustente a demora judicial como para o atraso na resolutividade do feito, vê-se nos autos que houve uma infinidade de petições do credor, quer buscando citar os devedores pessoalmente, quer buscando bens para garantir o juízo, todas mal-sucedidas. O juízo, por sua vez, deliberou sobre todos os pedidos feitos, não lhe sendo atribuível responsabilidade pelo insucesso da demanda. O prolongamento do feito por longos 13 anos é prova maior da prescrição da pretensão executiva. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intimem-se os devedores por EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias. Após o trânsito em julgado. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.? Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça davs Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **JOSE BENEDITO DA MOTA ESCHRIQUE - CPF: 042.224.152-00** com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 27/10/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0003069-45.2013.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ? SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2013. Réu pessoalmente citado (id. 51882057 - Pág. 4) em 21.07.2014. Penhora de imóvel no id. 51882057 - Pág. 6, datado em 21.07.2014. SISBAJUD infrutífero no id. 51882057 - Pág. 14. Pedido de penhora de imóvel e veículo no id. 51882058 - Pág. 15. Veículo não localizado para constrição (id. 51882059 - Pág. 6). Pesquisa INFOJUD a partir do id. 71597246. Penhora de aluguéis determinada no id. 86520213, restando infrutífera no id. 95533503. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, disse o credor que as repetidas paralisações da lide em Secretaria não podem ser imputadas ao exequente, pleiteando por restrição no RENAJUD e novo SESARAJUD, conforme id. 100292772. É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-

C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a penhora de imóvel no id. 51882057 - Pág. 6, datado em 21.07.2014. Passados mais de 9 (nove) anos da penhora, percebe-se o desinteresse do credor naquele imóvel, tanto que jamais pediu sua avaliação, tampouco a hasta pública da coisa. Na realidade, o feito segue sem objetivo concreto, pois embora haja bem penhora nos autos desde 2014, o credor se limita a pedir a penhora de veículos e reiterados SISBAJUDs, além de consultas a sistemas públicos, tais como SERASAJUD e INFOJUD. Assim, desconstituo a penhora de no id. 51882057 - Pág. 6, considerando o desinteresse do credor no imóvel constrito. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer nova causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de condenação resultante de julgamento de contas, que prescreve em 5 anos. Desta feita, o marco prescricional se operou em 21.07.2020, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o devedor por EDITAL, considerando sua negativa em receber intimação anterior (id. 95533500). Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.? Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em

conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais **EXPORTADORA DE MADEIRAS XINGU EIRELI** - CNPJ: 03.012.912/0001-71 e **WAGNER ROGERIO LAZARINI** - CPF: 558.160.532-72 com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 25/10/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0000063-11.2005.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2005. O devedor foi citado e lavrou-se termo de penhora, conforme id. 37043677, fls. 02 e 04. Foi tentada a alienação do imóvel constrito, quando não houve interessado (id. 37043680, fl. 10). Houve o bloqueio de transferência do veículo de id. 37043908, fl. 06. SISBAJUD de id. 37043909, fl. 10 restou frustrado por ausência de saldo. Na diligência de id. 93982012 - Pág. 57, constatou-se a ausência de bens do devedor na Comarca de Porto de Moz/PA. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, o credor requereu a suspensão do feito nos termos do art. 40 da LEF, conforme id. 97165790. É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente,

deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior:i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a penhora do imóvel de id. 37043677, fl. 04, que por força do entendimento jurisprudencial acima exposto, retroage à data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera, se tratando da própria petição inicial recebida em 27.09.2005 (id. 37043675, fl. 02). Passados mais de 18 anos do ato constritivo, é claro e ululante que o credor desistiu da alienação daquele bem, que embora tenha sido ofertado em hasta pública, não houve interessado no seu arremate. Após a penhora do imóvel e da malograda hasta pública, o credor focou suas atividades na busca de ativos via SISBAJUD e na localização de veículos de titularidade do devedor, não havendo sucesso nas diligências. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer nova causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de tributos inadimplidos, que prescrevem em 5 anos. Desta feita, o marco prescricional se operou em 27.09.2011, sem que nenhuma nova causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. A prescrição se operou, apesar dos valorosos esforços do credor na tentativa de localizar bens aptos à garantia do juízo. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o devedor por EDITAL. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.? Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **ODILENO PEREIRA PAMPLONA** com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 30/09/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0000295-13.2011.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2011. O ato citatório ocorreu em 13.08.2013 (id. 44166879, fl. 02). Houve pesquisa SISBAJUD frustrada e bloqueio RENAJUD positivo. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente (id. 97580493), o credor reconheceu a perda da pretensão executiva (id. 100685895). É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a

primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a citação em 13.08.2013 (id. 44166879, fl. 02). O credor tomou ciência da citação em 02.10.2013 (id. 44166879 - Pág. 4). Jamais houve qualquer diligência positiva logrando a citação pessoal das partes ou a efetiva penhora de bens aptos à garantia do juízo. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer nova causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de tributos inadimplidos, que prescrevem em 5 anos. Embora o feito tenha permanecido suspenso em razão do parcelamento do débito, tal artifício não obsta o reconhecimento da prescrição intercorrente, conforme o próprio credor defende no id. 100685895, pois a data observada desde a rescisão do parcelamento, por si só, já ultrapassou o quinquênio previsto em Lei. Desta feita, o marco prescricional se operou em 28.03.2023, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. A prescrição se operou, apesar dos valorosos esforços do credor na tentativa de localizar os devedores para citação pessoal ou de bens aptos à garantia do juízo. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o devedor por EDITAL. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito? Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **JOSE BENEDITO DA MOTA ESCHRIQUE - CPF: 042.224.152-00** com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 27/10/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0000651-71.2012.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Vistos, etc... Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2012. Réu citado pessoalmente em 05.04.2013 (id. 39308796 - Pág. 1). SISBAJUD positivo no id. 39308801 - Pág. 5. Penhora de imóvel no id. 39308805, fl. 02. INFOJUD no id. 39308825 - Pág. 3. Conversão dos valores penhorados em renda (id. 39308854 - Pág. 7). SISBAJUD infrutífero no id. 39308855 - Pág. 5. RENAJUD no id. 39308855 - Pág. 13. Novo INFOJUD no id. 39308855 - Pág. 18. Decisão pela suspensão do art. 40 da LEF (id. 39308856 - Pág. 10). Tentativa de penhora de aluguéis no id. 87477429 - Pág. 2, frustrado conforme certidão de id. 96033802 - Pág. 2. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, disse o credor que as repetidas paralisações da lide em Secretaria não podem ser imputadas ao exequente, conforme id. 100292752. É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 ? LEF. iii) Superado o prazo

prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a penhora de imóvel no id. 39308805, fl. 02, datada em 21.07.2014. Passados mais de 9 (nove) anos da penhora, percebe-se o desinteresse do credor naquele imóvel, tanto que jamais pediu sua avaliação, tampouco a hasta pública da coisa. Na realidade, o feito segue sem objetivo concreto, pois embora haja bem penhora nos autos desde 2014, o credor se limita a pedir a penhora de veículos e reiterados SISBAJUDs, além de consultas a sistemas públicos, tais como SERASAJUD e INFOJUD. Assim, desconstituo a penhora de id. 39308805, fl. 02, considerando o desinteresse do credor no imóvel constrito. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer nova causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de condenação resultante de julgamento de contas, que prescreve em 5 anos. Desta feita, o marco prescricional se operou em 21.07.2020, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o devedor por EDITAL. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito? Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **AGROINDRUTRIA TRAMANDAI LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 03/08/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0000013-53.2003.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2003. A pessoa jurídica foi citada na pessoa do sócio JOSE CLAYRTON, que na oportunidade também foi citado em nome próprio (id. 37042991, fl. 05) em 26.06.2013. Não houve pagamento, tampouco oferta de bens à garantia. O imóvel de id. 37042994, de titularidade da pessoa jurídica devedora, foi penhorado por força da decisão de id. 37042997, fl. 10, em 21.07.2016. A averbação da constrição no Cartório de Imóveis competente consta no id. 37042998, fl. 1. Ressalte-se que o imóvel penhorado jamais foi localizado pelos vários Oficias de Justiça que certificaram nos autos, havendo sérias dúvidas se seu endereço fica em Senador José Porfírio, Anapú ou até mesmo Pacajá. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, o credor nada requereu (id. 96408738). É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador

da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a penhora determinada pelo juízo na decisão de id. 37042997, fl. 10, datada de 21.07.2016, sendo realizada a averbação junto ao cartório competente no id. 37042998, fl. 1. Jamais houve a intimação do devedor do ato constritivo, tampouco a coisa foi localizada pelos Srs. Meirinhos. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada e sem a efetiva localização da coisa penhorada, que até o presente momento não se sabe se fica em Senador José Porfírio, Anapú ou mesmo Pacajá. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de auto de infração ambiental, que prescrevem em 5 anos, nos termos do Decreto-Lei 20.910/32. Desta feita, o marco prescricional se operou em 21.07.2022, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. O credor teve ampla ciência dos autos para se se manifestar sobre a prescrição (id. 86520794), vindo a ser intimado na pessoa da Procuradora PATRÍCIA CARVALHO DA CRUZ em 14.03.2023 (id. 12476310 ? aba expedientes), nada requerendo (id. 96408738). Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o devedor por EDITAL. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado ao Cartório de Registro de Imóveis local para cancelamento da averbação da penhora feita na matrícula nº 509.Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito? Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais **LUCIANO ALBANO FERNANDES - CPF: 206.844.102-06, AGROPECUARIA VITORIA REGIA S/A - CNPJ: 34.683.656/0001-78,** pessoa jurídica de direito privado, e **LAUDELINO DELIO FERNANDES NETO - CPF: 282.083.746-87,** pessoa jurídica de direito privado, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 30/09/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0001223-56.2014.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2014. Réus citados por edital (id. Num. 55216633, fl. 01) em 22.10.2015. A execução seguiu seu curso, com a tentativa frustrada de penhora de ativos via SISBAJUD (id. 55216633, fl. 06). O credor indicou bens imóveis à penhora (id. 55216637, fl. 02), ainda pendentes de constrição. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, disse o credor que incide sobre a causa a suspensão determinada no IRDR nº 3/TJPA, processo nº 0800701-34.2018.8.14.0000, conforme id. 98501930. É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a citação por edital dos réus, conforme id. 55216633, fl. 01) datado em 22.10.2015. Jamais

houve qualquer diligência positiva logrando a citação pessoal das partes ou a efetiva penhora de bens aptos à garantia do juízo. Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer nova causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de tributos inadimplidos, que prescrevem em 5 anos. Desta feita, o marco prescricional se operou em 22.10.2021, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. A prescrição se operou, apesar dos valorosos esforços do credor na tentativa de localizar os devedores para citação pessoal ou de bens aptos à garantia do juízo. Embora o credor sustente a suspensão judicial determinada no IRDR nº 3/TJPA, processo nº 0800701-34.2018.8.14.0000, entendo que a prescrição atingiu a pretensão executiva independente daquele feito, pois diversas diligências foram adotadas dentro dos autos para tentar citar os réus e localizar bens independente do objeto daquela causa, tanto que houve tentativas de penhora via SISBAJUD e de constrição de imóveis, todas infrutíferas. A todo momento o credor impulsionava o feito visando a satisfação do crédito, mas o passar do tempo impõe o reconhecimento da prescrição. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intimem-se os devedores por EDITAL. Após o trânsito em julgado. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito?. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais **ANTONIO MARCOS SANTANA OLIVEIRA - CPF: 744.387.352-20** e **NORDESTE INDUNSTRIA E COERCIO DE MADEIRAS LTDA NORDESTE MAD,** pessoa jurídica de direito privado, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 21/09/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0002464-65.2014.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA Trata-se de execução fiscal ajuizada em 2014. O réu foi citado por edital em 05.11.2015 (id. 54864184, fl. 06). Foi realizada consulta SISBAJUD inexitosa. Foi determinada a citação do sócio Antônio Marcos Santana Oliveira (id. 54864186, fl. 13), até o presente momento não realizada. Chamado a se manifestar sobre a prescrição intercorrente, o credor sustentou que a demora no deslinde do feito se deve à própria estrutura do Poder Judiciário, aduzindo que por duas vezes houve a intimação errônea da PFN ao invés da Procuradoria Federal junto ao IBAMA (id. 97962239). É a síntese. Considerando o entendimento do STJ no REsp 1340553, tem-se que houve a pacificação do rito de suspensão, arquivamento e reconhecimento da prescrição intercorrente na execuções fiscais, oportunidade em que aquela Corte interpretou o art. 40 da LEF em sede de recurso repetitivo. O STJ proferiu a seguinte tese: 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira

tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. Em suma, entendeu aquela Corte superior: i) A suspensão prevista no art. 40 da LEF é contada da ciência do credor da ausência de citação ou de não localização de bens a garantirem o juízo; ii) Findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n.6.830/1980 - LEF. iii) Superado o prazo prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato Analisando detalhadamente os autos, tem-se que o último marco interruptivo da prescrição foi a citação do réu, que se deu por edital em 05.11.2015 (id. 54864184, fl. 06). Verifica-se que foi ultrapassado o prazo prescricional (1 ano de suspensão + 5 anos de arquivamento), sem que qualquer causa interruptiva ou suspensiva tenha sido observada. Analisando a(s) CDA(?s) juntada(s) em anexo à inicial executiva, percebe-se que se trata(m) de título(s) executivo(s) oriundo(s) de auto de infração ambiental, que prescrevem em 5 anos, nos termos do Decreto-Lei 20.910/32. Desta feita, o marco prescricional se operou em 05.11.2021, sem que nenhuma causa de interrupção ou de suspensão tenha sido observada. Apesar do credor tentar transferir a responsabilidade para o insucesso da demanda ao Poder Judiciária, é fato que nos 9 anos de tramitação do feito, nada de concreto foi produzido para satisfazer a dívida, não havendo sentido na continuidade de uma ação que nada de concreto produz e que de nada serve para a parte. Não antevejo, por outro lado, nenhuma demora atribuível ao Judiciário, pois a parte sempre foi regularmente intimada para conferir impulso processual, frustrado em razão da não localização do devedor tampouco de patrimônio penhorável. A prescrição da pretensão executiva vem do insucesso das medidas empregadas pelo credor, que jamais logrou interromper ou suspender o curso prescricional, apesar dos reiterados pedidos feitos e providos por este juízo. Ante o exposto, declaro de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente e julgo extinto o processo nos termos do art. 924, V do Código de Processo Civil c/c art. 40, § 4º da LEF. Intime-se o credor via sistema. Intime-se o devedor por EDITAL. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito?. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **AEREOMAR GOMES DO AMARAL** - CPF: 105.942.992-68, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 21/09/2023 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 0000284-81.2011.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?Sentença Vistos, etc. Tratam os autos de ação de Execução Fiscal proposta por ESTADO DO PARÁ em face de AEREOMAR GOMES DO AMARAL. Na petição de id. 98243469, o credor informou da desistência. Relatados em síntese. Decido. A desistência da execução é prerrogativa do credor, podendo desistir de toda execução ou apenas parte dela. Esse é o ensinamento do art. 775, caput, do CPC, que determina que o credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas. Do dispositivo supracitado conclui-se que a desistência da ação de execução é faculdade do credor, sendo, portanto, ato unilateral. Nos termos da lei processual civil pátria o pedido de desistência da parte, devidamente homologado, leva a extinção do processo. É o caso. Isto posto, HOMOLOGO a desistência da presente ação para os fins do art. 775, caput, c/c 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. Intime-se o credor via PJE. Intime-se o réu por edital com prazo de 20 (vinte) dias. P.R.I., e certificado o trânsito em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito?. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **ANTONIO ADAILTON ALVES DO NASCIMENTO - CPF: 621.403.343-61**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 24/05/2023 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0800537-50.2022.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?SENTENÇA/MANDADO Trata-se de autos de MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA pleiteadas pela vítima LUZIRENE BARBOSA DE SOUZA, em desfavor de ANTONIO ADAILTON ALVES DO NASCIMENTO, já qualificados nos autos, por fato caracterizador de violência doméstica e familiar, conforme a narrativa fática apresentada no bojo deste procedimento. Em decisão liminar (id nº 84168448 ? Págs. 1/3), foram deferidas as medidas protetivas pleiteadas pela ofendida. Vítima e ofensor foram devidamente intimados da decisão (ids nº 84459115 e 84459110). Sucintamente relatado, DECIDO. Entendo que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, sendo desnecessária a produção de provas em audiência, mesmo porque o objeto dos presentes autos é tão somente para a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência, pelo que passo a sua apreciação nos termos do art. 355, I, do CPC. Consta dos autos que o motivo da requerente solicitar as medidas protetivas se deu em virtude de ter sido agredida fisicamente pelo requerido. Ressalto que o presente feito versa sobre medidas protetivas, que visam resguardar a integridade física e psicológica da vítima de novas investidas do agressor, a fim de que ela possa ter o direito à vida com respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar, independentemente de prévia comprovação de ilícito penal, sob pena de inviabilizar o presente instituto. Consigno, ainda, que para fins de deferimento das medidas protetivas, a palavra da vítima é o suficiente, eis que nos casos de violência contra a mulher, no âmbito doméstico, a sua palavra ganha especial relevância. No caso em tela, verifico que o pedido da parte autora foi deferido liminarmente com base nas provas juntadas aos autos com a inicial. A parte ré, por sua vez, não manejou nenhum dos instrumentos impugnatórios autônomos, previstos no CPP. Assim, não havendo outros elementos de prova que refutem as alegações e as provas apresentadas pela requerente, bem como já tendo sido antecipado a tutela pretendida, é de se reconhecer a procedência do pedido e manter as medidas protetivas anteriormente deferidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e MANTENHO AS MEDIDAS

PROTETIVAS deferidas na decisão liminar em favor da vítima, a fim de resguardar a sua integridade física e psicológica. Em consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Diante disso, prorrogo o prazo das medidas protetivas em 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência do requerido a respeito desta decisão para a duração das medidas protetivas então impostas. Advirta-se o requerido que eventual transgressão das medidas protetivas poderá acarretar medida mais gravosa, inclusive prisão cautelar. Oficie-se a autoridade policial para que encaminhe o inquérito policial devidamente concluído, devendo observar, ainda, a orientação oriunda da CEVID, do Tribunal de Justiça do Pará, de que os processos de medida protetiva e as respectivas ações penais devem tramitar em separado. Assim, o inquérito policial deve ser distribuído em AUTOS APARTADOS, com nova numeração, para tramitação exclusiva do procedimento. Caso as partes não sejam localizadas, deverão ser intimadas por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. SERVIRÁ a cópia da presente como mandado/ofício/carta precatória, nos termos do Provimento de nº 003/2009-CJCI. Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito?. Aos 06 (seis) dias do mês de novembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T AL INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

15 (QUINZE) DIA

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito do Estado do Pará, Titular pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber a J GOME MADEIRÃO DOS LAGOS LTADA ? MADEIRÃO DOS LAGOS ? CNPJ: 04.512.485/0001-53, nesta cidade de Senador José Porfírio-PA, CELENE PALHETA DE CARVALHO, CPF: 900.297.712-34, , que devidos não ter sidos localizados para ser intimados pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 15 (quinze) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 27/04/2023, nos autos da Execução Fiscal nº 0001445-24.2014.8.14.0058, que, na íntegra, diz: SENTENÇA I ? ELATÓRIO CILENE PALHETA DE CARVALHO**,** por meio da sua curadora especial, tempestivamente aforou os presentes embargos à execução fiscal que lhe move o IBAMA. Sustentou a tese da negativa geral. A embargante não apresentou documentos. Instada a oferecer resposta processual, a embargada se manifestou no id. 83004087. **É o breve relato. Fundamento e decido.** II ? FUNDAMENTAÇÃO Os embargos do devedor devem ser opostos em anexo à execução fiscal, entretanto, por medida de economia processual, defiro seu processamento nos autos, quando passo a decidi-los. Tratando-se, como de fato se trata, de questão unicamente de direito e não havendo necessidade de produzir prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide. Sendo assim, passo ao exame da questão de fundo. As razões do embargante não prosperam. Inicialmente, porque verifico que houve o redirecionamento da execução contra a sócia CILENE PALHETA DE CARVALHO, conforme decisão de id. 43755165, fl. 13, sendo citada por edital conforme publicação de id. 43755167, fl. 07. O título executivo cumpre os requisitos legais atinentes, quais sejam, o art. 202 do CTN e o art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80. Dessa forma, não há falar em qualquer nulidade da CDA que instrui o presente feito executivo. Nesse sentido a jurisprudência: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. COBRANÇA DE ÁGUA. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO NÃO EVIDENCIADA. Não é nula a CDA que instrui o feito executivo, acompanhada de memória de cálculo onde devidamente discriminado o tributo cobrado, o valor do principal em cada exercício fiscal, a correção monetária, os juros e a forma do seu cálculo, restando cumpridos os requisitos do art. 202, do CTN, e no art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80. Ausência de prejuízo à defesa. Descabida a extinção do feito sem a intimação do exeqüente para que emende a CDA ou a substitua, nos termos do § 8º, do art. 2º, da Lei nº 6.830/80. DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO PARA DESCONSTITUIR A SENTENÇA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70027162650, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Mussoi Moreira, Julgado em 29/07/2009). Ademais, ainda que aqui fosse reconhecida alguma nulidade quanto à constituição da CDA, não daria ensejo à extinção da

execução fiscal, sem que tenha sido oportunizada a sua emenda ou substituição pelo exequente, em atenção ao disposto no § 8º, do art. 2º, da Lei nº 6.830/80, conforme já assentado pelo STJ (REsp 823011/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, j. 14.02.2007, DJ 05.03.2007 p. 261). Não prospera a contestação por negativa geral em sede de embargos à execução fiscal pelo curador especial, uma vez que estes constituem ação autônoma, sendo ônus do embargante a impugnação do específica do crédito buscado. Não pendendo qualquer irregularidade ou causa de nulidade, devem os embargos serem rejeitados. III ? DISPOSITIVO Com essas razões, e pelo que mais se avista no corpo do deste processo, julgo **IMPROCEDENTES** as razões do embargante, à mingua de demonstração do fato constitutivo de sua pretensão, extinguindo a presente lide, com espeque no art. 487, inc. I do Estatuto Processual Civil. Condeno a embargante em custas processuais e honorários advocatícios, estes em 10% (dez) por cento sobre o valor atribuído à causa. Condeno a União ao pagamento de honorários advocatícios no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais) à curadora especial Ilana de Carvalho Belo, OAB/PA 31.020, que patrocinou os interesses da embargante, protocolando embargos à execução, considerando a ausência de Defensoria Pública nesta Comarca Após o eventual trânsito em julgado, convertam-se os valores penhorados em renda, conforme instruções de id. 76699828. Publique-se. Registre-se. Intimações necessárias. Datado e assinado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito . **Senador José Porfírio-PA, 07 de novembro de 2023. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito Titular pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA.**

E D I T AL INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

15 (QUINZE) DIA

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito do Estado do Pará, Titular pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA, faz saber aos nacionais GEANNE DA SILVA MOREIRA, brasileira, natural, natural de Ruropolis/PA, filha de Eleni da silva Moreira e Francisco Lima Moreira, RG: Nº 6869216/PCPA, Residente e Domiciliada na **KIT NET DA VILA DO DEIBY**, **RUA NOSSA SENHORA DE LURDES, Nº 550, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA,** nesta cidade de SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA**, que devido não ter sida localizada para ser intimada pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 15 (quinze) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 19/10/2023, nos autos da Ação Penal nº 0800292-39.2022.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ?Processo n° PROCESSO Nº PROCESSO Nº 0800292-39.2022.8.14.0058 SENTENÇA/MANDADO 1. DO RELATÓRIO** O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra **ALESSANDRO FARIAS**, **vulgo ?SANDRINHO?,** imputando-lhe a prática dos crimes previstos no art. 157, § 1º, do CP contra a vítima W. R. F.; art. 157, caput, c/c art. 71 do CP, contra a vítima K. S. de O. e art. 155, caput (furto simples), c/c art. 69, ambos do CP, contra as vítimas J. da S. e G. L. Segundo narra a denúncia (id. nº 76511355): ?(...) Noticia o incluso inquérito policial que o denunciado Alessandro Farias, subtraíu mediante grave ameaça, os objetos das vítimas W. R. F. M. e K. S. de O., e subtraiu sem emprego de violência a bicicleta da vítima J. da S. e uma motocicleta Honda Biz, 125, cor vermelha da vítima G. L. dos S., conforme anexo auto de apresentação e apreensão. Aufere-se dos autos que no dia 02.06.2022, por volta das 09H00min, o denunciado entrou na vila residencial em que a vítima J da S. M. reside, onde a mesma se encontrava deitada, e no momento da subtração estava chovendo e subtraiu sua bicicleta, Marca Arthor, 18 machas, cor azul, conforme demonstrados nas filmagens da câmera de segurança do local, e vendeu posteriormente ao senhor Gilberto Galdino. Posteriormente no dia 06.06.2022, por volta das 20h30min, a vítima G. L. da S. se dirigiu em sua motocicleta até a residência do senhor Gilvan, onde deixou a motocicleta em frente à residência, com a chave do veículo na ignição. Posteriormente, o denunciado foi até a casa do senhor G., entrou na referida residência, pegou a bolsa da companheira da vítima e subtraiu um carregador de Iphone e posteriormente subtraiu a motocicleta, Honda Biz, cor vermelha, da vítima G. L. (conforme filmagens em anexo). Extrai-se dos autos que o denunciado em posse da motocicleta subtraída da vítima G., subtraiu mediante violência e grave ameaça, em via pública o aparelho celular, Motorola One, cor branca, e ainda pediu da vítima K. S. de O. que a mesma informasse a senha de desbloqueio do aparelho celular, e ainda solicitou dinheiro, K. relatou que não tinha, e a mesma

saiu ao ver pessoas em um lava-jato, próximo ao local, correu com medo do acusado. Em continuidade delitiva, o acusado em posse da motocicleta Honda Biz, em via pública, subtraiu o aparelho celular da marca Apple, modelo Iphone 7, cor prata, do adolescente W. R. F. M., onde posteriormente a conduta criminosa, a vítima ligou para o celular onde o denunciado atendeu ainda solicitou a quantia de R$ 300,00 (trezentos) para devolver o aparelho celular, e ainda ameaçou o adolescente, caso o mesmo denunciasse o mesmo. Após a prática dos crimes de roubos, o denunciado foi visto em via púbica pelo proprietário da motocicleta, e ao ver o ofendido G., Alessandro abandonou a motocicleta e saiu correndo. O denunciado foi reconhecido por todas as vítimas nas imagens de segurança. A guarnição da polícia militar recebeu todas as informações sobre os crimes realizados pelo denunciado, mas não obtiveram êxito em prender o acusado em flagrante delito (...)?. No relatório de conclusão do IPL nº 00140/2022.100037-1, a autoridade policial representou pela prisão preventiva do acusado, cujo pedido foi deferido por este juízo em decisão proferida no dia 01/09/2022 (id. nº 75484358). Naquele momento, o réu ALESSANDRO, se encontrava na condição de foragido. A denúncia foi recebida em 18/09/2022 (id. 77290215). Conforme certidão de id. 86929259, tomou-se conhecimento que o autuado estava custodiado no CRMV de Vitória do Xingu/PA por crime diverso praticado na Comarca de Porto de Moz/PA. O réu foi devidamente citado naquele estabelecimento prisional (id. 87746811), momento em que requereu o patrocínio da assistência jurídica gratuita. Ante a ausência de Defensoria Pública nesta Comarca de Senador José Porfírio/PA, a advogada **RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZELLI - OAB/PA 25.676-A** foi nomeada para exercer a defesa do réu na qualidade de defensora dativa (id. 88637285). A defensora dativa apresentou resposta escrita nos autos, reservando-se a adentrar no mérito apenas após o enfretamento a instrução criminal (id. 92666994). À mingua da possibilidade de absolvição sumária do réu, designou-se audiência de instrução e julgamento (id. 92723093). A instrução probatória ocorreu de forma fracionada em duas audiências, realizadas no dia 16/06/2023 e 09/08/2023 (ids. 95024414 e 98493559), ocasião em que foram tomadas as declarações das vítimas G. L. dos S.; W. R. F. M. e K. S. de O., bem como das testemunhas G. G. de S. e o IPC Diego Marson, finalizando com o interrogatório do réu, todos gravados em mídias audiovisuais em anexo. Na fase do art. 402 do CPP, nada foi requerido, sendo concedida vistas sucessivas dos autos ao MP e à Defesa para apresentação de alegações finais na forma escrita. O Ministério Público apresentou suas razões finais em petição de id. 99959085, pugnando pela condenação do réu nos termos da denúncia, por entender estar provada a autoria e materialidade delitiva. A seu turno, a defesa nomeada para o réu ofertou memoriais finais em petição de id. 101388836, pleiteando o seguinte: a) Com relação ao furto da bicicleta de J. da S. M., ante a falta de provas suficientes para condenação e em respeito ao princípio do in dubio pro reo, a absolvição do acusado, com fundamentação do art. 386, VII, do CPP; b) Com relação ao furto da motocicleta de G. L. da S., requereu a aplicação da redução de pena em seu patamar máximo, ante a existência de arrependimento posterior antes do oferecimento da denúncia, conforme artigo 16, do CP; c) a aplicação da pena em seu patamar mínimo (art. 59, CP), na 2ª fase da dosimetria a aplicação da atenuante disposta no art. 65, inciso I, do CP; d) considerando que não restou produzida qualquer prova nos autos pelo Ministério Público acerca da necessidade de reparação de danos (Art. 387, IV do CPP), matéria que sequer foi debatida nos autos, pugnou pela não fixação de valor mínimo de indenização, sob pena de violar o princípio do contraditório. Certidão de antecedentes do acusado (id. 80886762). Vieram-me os autos conclusos para julgamento. É o sucinto relatório. Decido. **2. DOS FUNDAMENTOS 2.1 DO MÉRITO** Trata-se de ação penal pública incondicionada proposta pelo Ministério Público Estadual imputando ao acusado **ALESSANDRO FARIAS** a prática dos crimes previstos no art. 157, § 1º do CP c/c art. 157, caput, c/c art. 71 do CP c/c art. 155, caput (furto simples) c/c art. 69 do CP. O processo foi regularmente instruído, tendo sido observadas todas as formalidades legais, assegurando-se o devido processo legal e, sobretudo, a oportunidade para o exercício da ampla defesa do réu. Não foram arguidas questões preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofício. Deste modo, passo a examinar o mérito. Tratando-se de vários crimines imputados, entendo por aprecia-los individualmente para fins de organização da argumentação. **2.2. DO CRIME DE FURTO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA J. DA S. M. - ART. 155, CAPUT, DO CP. (1º FATO):** A materialidade do crime de furto praticado contra a vítima J. da S. M. restou patenteada nos autos por meio do Boletim de Ocorrência Policial de id. 74634055 - Pág. 4, pelo Auto/Termo de Exibição e Apreensão de Objeto de id. 74634055 - Pág. 22, pelo Auto de Entrega de id. 74634055 - Pág. 23, bem como pelos registros de imagem captados pelas câmeras de segurança da ?Vila do Deiby? no id. 74634055 - Pág. 27, que atestam que houve a subtração de uma bicicleta da marca/modelo Athor, 18 marchas, cor azul, tudo em conformidade com a prova oral constituída em juízo sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. No que tange à autoria, tenho que também restou evidenciada. Nesse ponto, frisa-se que muito embora a vítima J. da S. M. não tenha sido ouvida durante a fase instrutória, emergem dos autos outros elementos de prova que evidenciam a prática do crime pelo acusado. Dentre tais elementos, destaca-se as imagens

de vídeo coletadas pela câmera de segurança da vila residencial onde J. da S. M. morava, porquanto registraram o exato momento em que ALESSANDRO se aproveitou do descuido da vítima para subtrair a bicicleta que se encontrava estacionada na porta de sua casa. Além disso, durante sua oitiva firmada em juízo, a testemunha Gilberto confirmou ter comprado diretamente da pessoa de ALESSANDRO a bicicleta subtraída da vítima J. da S. M., pagando a importância de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) pelo objeto, e que, posteriormente, foi procurado pela polícia, que lhe informou que o bem em questão era produto de crime. Em sede de interrogatório judicial, ao ser indagado sobre o fato, o réu optou por fazer uso de seu direito constitucional de permanecer em silêncio. Nesse cenário, não há que se falar em insuficiência de provas ou dúvida que justifique a absolvição quando os elementos contidos nos autos, todos a indicar a responsabilidade do acusado, formam um conjunto sólido, autorizando um seguro juízo de convicção. Estando configurado o furto simples, consumado pela inversão da posse, a condenação se impõe. **2.3. DO CRIME DE FURTO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA G. L. ? ART. 155, CAPUT, DO CP. (2º FATO):** Quanto ao segundo furto, estou convicto de que tanto a autoria quanto a materialidade também restaram devidamente comprovadas, sobretudo pelo Boletim de Ocorrência Policial de id. 74634055 ? Pág. 10, bem como pelas imagens de vídeo acostados nos autos nos ids. 74634059 e 74634061, além do depoimento da vítima G. L. coletado em juízo por ocasião da instrução criminal. Isso porque, as imagens de vídeo colacionadas nos ids. 74634059 e 74634061 registram o réu pilotando a motocicleta HONDA BIZ 125, COR VERMELHA, logo após tê-la furtado da vítima G. L. A autoria também se confirmou pela narrativa judicial da vítima, porquanto relatou que, no dia dos fatos, se encontrava na casa de uma pessoa conhecida quando, em dado momento, sua esposa se deu conta de que sua bolsa contendo um carregador original de Iphone e um perfume havia sido subtraída de um dos cômodos da casa. Na sequência, afirmou ter constatado que sua motocicleta também havia sido furtada da porta da casa onde a havia deixado estacionada, tendo conseguido chegar até a autoria do furto pelas imagens das câmeras de segurança do imóvel. Eis o depoimento da vítima: **?Que estava na casa de um colega; Que estavam no fundo da casa conversando; Que de repente sua esposa veio até o sofá e percebeu que a bolsa dela não estava (...) Que viram o crime pelas imagens das câmeras**; **Que no interior da bolsa tinha um carregador de Iphone original e um pouco de perfume**; **Que encontrou a bolsa de sua esposa aberta a cerca de 10 a 20 metros da casa sem o carregador e o perfume**; **Que havia deixado a sua motocicleta BIZ em frente à casa, mas percebeu que ela não se encontrava mais lá; Que passados cerca de 30 minutos, o autor do crime devolveu a BIZ?.** (grifei) Além disso, com base na prova oral produzida judicialmente, constatou-se que após a subtração do veículo, o réu utilizou a res furtiva como instrumento de fuga para praticar dois crimes de roubo contra as vítimas K. S. de O. e W. R. F. M., cujos fatos também foram objeto de apuração neste processo, conforme se verá adiante. O furto da motocicleta e os roubos praticados em seguida a bordo daquele veículo se deram dentro de um mesmo contexto temporal, ocorrendo um crime em seguida do outro. O réu, por sua vez, deixou de apresentar sua versão dos fatos, não havendo qualquer elemento que prejudique a credibilidade das declarações firmadas pela vítima G. L.. Deste modo, as provas colhidas em juízo são robustas e comprovam, sem margem para dúvidas, a autoria do crime em questão. Cabe salientar que a vítima narrou em juízo que as câmeras de segurança registraram todo o cenário delituoso, revelando-se, inconteste a materialidade e autoria do crime de furto. Confira-se a jurisprudência. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FURTO MAJORADO PELO REPOUSO NOTURNO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. IMAGENS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA. PROVA TESTEMUNHAL. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE INSURGÊNCIA RECURSAL. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. **A prova testemunhal aliada às imagens de câmeras de segurança do local do crime aponta, com segurança, a materialidade e autoria do delito de furto majorado, impondo-se a manutenção do decreto condenatório do réu. 2. Mantém-se o regime inicial semiaberto para o cumprimento da reprimenda considerando o quantum de pena corporal aplicado e a reincidência do réu. 3. Recurso conhecido e desprovido.** (TJ-DF 07069990620218070006 1660020, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, Data de Julgamento: 02/02/2023, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: 13/02/2023) (grifei) A Defesa pleiteia, ainda, o reconhecimento da causa de diminuição de pena do arrependimento posterior. No entanto, atento às peculiaridades do caso concreto, não vislumbro a possibilidade de acolhimento da tese defensiva, pois não verifico a presença dos requisitos legais inerentes ao referido instituto penal.

Esclareço. Segundo dispõe o art. 16 do CPP, a aplicação do instituto do arrependimento posterior dependerá do preenchimento dos seguintes requisitos: **Arrependimento posterior ?Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o**

recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.? (grifei) Ocorre que, pelo que consta dos autos, embora o crime em questão tenha sido praticado sem violência ou grave ameaça, satisfazendo o primeiro requisito legal, **não vislumbro que o ato de devolução da motocicleta tenha sido realizado de forma voluntária**. O conjunto probatório produzido nos autos revela, com segurança, que réu só tomou a iniciativa de devolver o veículo furtado após tê-lo utilizado para cometer dois roubos em sequência contra as vítimas K. S. de O. e W. R. F. M., denotando que só adotou tal comportamento quando se encontrava em estado de fuga pela prática do segundo delito de ordem patrimonial (3º fato a ser abaixo tratado), fato este que notadamente compromete a tese defensiva e afasta a voluntariedade de sua conduta. Somado a isto, em seu depoimento judicial, a vítima G. L. informou que o carregador de celular marca Iphone e o perfume subtraídos de dentro da bolsa de sua esposa não foram recuperados pelo acusado, não se podendo considerar o instituto do arrependimento posterior para casos em que não houve a devolução integral da res furtiva. É certo que não se pode desvirtuar a finalidade a que se destina o instituto do arrependimento posterior para beneficiar o acusado que, neste caso, não restituiu os bens subtraídos em sua totalidade. Ante o exposto, **REJEITO a tese defensiva, deixando de reconhecer a causa de aumento de pena relativa ao referido instituto quando da dosagem da pena. 2.4. DO CRIME DE ROUBO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA K. S. DE O. ? ART. 157, CAPUT, DO CP. (3º FATO):** A materialidade e autoria do crime roubo contra do 3º fato está plenamente comprovada pelo Boletim de Ocorrência Policial de id. 74634055 - Pág. 10; bem como pelo depoimento judicial da vítima **K. S. DE O**. Ouvida na instrução processual, a vítima relatou: **?Que por volta de 20h30min estava retornando para casa quando foi abordada por ALESSANDRO; Que ALESSANDRO vinha em uma motocicleta e a declarante estava em uma chamada de vídeo** (...) **Que ALESSANDRO jogou a moto em sua direção; Que pensou que fosse alguém conhecido ou alguma brincadeira, mas ALESSANDRO desceu da moto que conduzia com a mão por dentro da camisa, simulando que ele estava segurando algum objeto, podendo ser algum tipo de arma; Que foi quando percebeu que estava sendo assaltada; Que ALESSANDRO pediu que entregasse o seu aparelho celular desbloqueado; Que entregou o aparelho celular desbloqueado para ALESSANDRO;** Que depois disso ALESSANDRO saiu em direção à motocicleta; Que depois disso ALESSANDRO lhe pediu dinheiro; Que se desesperou, pois viu que ALESSANDRO não estava em condições normais e não tinha dinheiro para entregar, pois estava voltando da academia; Que correu em direção a um portão de um lava-jato que estava aberto para se desvencilhar de ALESSANDRO; Que ALESSANDRO não lhe mostrou nenhuma arma, mas sua ação era de quem estava com algo, pois estava com a mão por baixo da camisa e do short; Que quando correu, pensou que se ALESSANDRO estivesse armado, poderia atirar em sua direção; **Que acredita que ALESSANDRO estivesse sob o efeito de drogas; Que na mesma noite, ALESSANDRO assaltou outras pessoas; Que em um desses assaltos em uma casa apareceu o rosto dele e conseguiu identificar a roupa que ele estava vestindo** (...) Que os policiais fizeram buscas e seu aparelho estava conectado em seu notebook; Que ALESSANDRO não conseguiu desbloquear seu aparelho, mas o havia desligado, então perdeu a localização do aparelho; **Que no outro dia, por volta das 12 horas, ALESSANDRO ligou o aparelho e viu a localização; Que acionou a polícia que foram na casa da avó de ALESSANDRO; Que a Polícia perseguiu ALESSANDRO e na perseguição, ele danificou a tela de seu aparelho (...)?. (grifei)** Como se vê, a vítima K. S. de O. confirmou em juízo ter reconhecido o réu por meio das imagens de segurança registradas em uma das residências que foi alvo de sua ação delituosa, afirmando veementemente que ele a abordou e, colocando a mão por debaixo da camisa, simulou estar armado, exigindo a entrega de seu aparelho celular. A vítima também relatou que a conduta do acusado lhe causou grave temor, pois, além de sugestionar estar armado, o seu comportamento indicava que estava sob efeito de drogas quando a tomou de assalto. Ademais, o aparelho celular de K. S. de O. foi rastreado e localizado na casa da avó do acusado, onde o réu relatou que residia. Desse modo, a autoria do delito de roubo imputado ao acusado está ampla e suficientemente comprovada, com a conduta típica revelada com clareza, não restando dúvida alguma acerca do fato de ter praticado o roubo contra a vítima K. S. de O., mediante emprego de grave ameaça, exercido pela simulação do uso de arma, a fim de constranger a vítima a entregar os seus pertences. Em casos símiles, é o entendimento jurisprudencial do STJ: ?**4. Ameaça nada mais é que a intimidação de outrem, que, na hipótese de crime de roubo, pode ser feita com emprego de arma, com a sua simulação, ou até mesmo de forma velada.** (STJ - REsp: 1294312 SE 2011/0287118-5, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 25/10/2016, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/11/2016) (grifei) PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO TENTADO. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. SIMULACRO DE ARMA DE FOGO. ELEMENTO ÍNSITO AO TIPO PENAL. 1. **De acordo com a jurisprudência desta Corte, a grave ameaça exercida mediante simulação de porte de arma é circunstância que está englobada pela**

elementar do tipo e não extrapola a reprovabilidade já ínsita ao delito de roubo. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no HC: 687887 SP 2021/0263473-7, Relator: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de Julgamento: 07/12/2021, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/12/2021) (grifei) O roubo caracteriza-se pela subtração, com a utilização de violência ou grave ameaça à pessoa. Os fatos descritos no tipo legal do art. 157 do CP estão consubstanciados nos autos e se mostram insofismáveis. Nos crimes de roubo a palavra da vítima e dos policiais têm relevante peso probatório na reconstituição dos fatos, não podendo ser desprezada sem que argumentos contrários sérios e graves se levantem. Portanto, a prova da fase judicial é convincentes e determinantes na testificação da ocorrência do delito e no estabelecimento de sua autoria. Por corolário, excluída qualquer hipótese tendente a afastar a autoria do acusado, a materialidade se mostra presente ante o depoimento da vítima e o auto de apreensão e entrega nos ids. 74634055 - Pág. 22 e 74634055 - Pág. 24. Pelo que se depreende dos autos, a conduta foi decisiva para a realização do roubo. Há provas robustas do elemento subjetivo do tipo penal e do "domínio do fato?, elementos definidores da autoria (direta, indireta ou coautoria). Não vislumbro qualquer interesse específico ou animosidade entre o réu e a vítima que possam comprometer os depoimentos colhidos. Não há que se falar em insuficiência de provas ou dúvida que justifique a absolvição quando os elementos contidos nos autos, todos a indicar a responsabilidade do acusado, formam um conjunto sólido, autorizando um seguro juízo de convicção. Estando configurado o roubo próprio, consumado pela inversão da posse, com violência cometida com emprego de grave ameaça, a condenação se impõe. **2.5. DO CRIME DE ROUBO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA W. R. F. M. - ART. 157, § 1º, DO CP (4º FATO):** De igual modo, também restaram caracterizadas a materialidade e autoria do crime de roubo perpetrado contra vítima W. R. F. M. considerando seu depoimento judicial. A autoria do referido crime também é inconteste e está consubstanciada pelas declarações da vítima que, em sua oitiva em juízo, referiu: **?(...) Que era por volta das 21 horas**; Que foi à casa de sua tia e ao retornar para casa, estava na rua mexendo no celular; Que quando chegou na esquina de sua casa, ALESSANDRO chegou em uma moto e o abordou, anunciando o assalto; **Que ALESSANDRO pediu para que repassasse o seu aparelho celular, mas no inicio não se sentiu intimidado, por isso não entregou o aparelho; Que em seguida, ALESSANDRO desceu da moto e deu alguns empurrões contra o seu peito; Que depois disso ALESSANDRO colocou a mão na cintura, mostrando que tinha uma faca; Que ficou com um pouco de medo, pois temia que ele o furasse com a faca; Que foi então que entregou o celular**; Que depois disso, o depoente foi para a sua casa e contou para os seus pais que havia sido assaltado; Que no dia seguinte, foi até a Delegacia fazer uma ocorrência; Que ALESSANDRO só colocou a mão na cintura; **Que não viu se ALESSANDRO estava, de fato, armado com uma faca;** Que não recuperou o celular; Que ALESSANDRO disse que havia quebrado o celular (...) Que recebeu uma ligação de uma pessoa, exigindo o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para devolver o celular; Que essa pessoa lhe disse que se chamasse alguém, não devolveria o celular; Que essa pessoa era ALESSANDRO; Que disse para ALESSANDRO que só entregaria o dinheiro, mas se ele fosse sozinho até a sua casa; Que chamou o seu tio ROBERTO para que fossem até a casa de ALESSANDRO, mas não o encontraram; **Que o autor do roubo era um rapaz alto e vestia uma bermuda, camisa e um chapéu e estava em uma moto; Que descreveu ALESSANDRO para seu tio ROBERTO, pois já o havia visto mais cedo; Que ALESSANDRO estava em uma BIZ vermelha? (grifei).** Como se vê, a vítima foi categórica ao ratificar a existência da autoria do delito de roubo na pessoa do acusado, descrevendo, detalhadamente, durante a instrução processual, o modus operandi da conduta praticada pelo acusado, inclusive com a sua detenção logo após a prática do delito. O réu, ainda a bordo da motocicleta HONDA BIS VERMELHA anteriormente subtraída (1º FATO), abordou a vítima e simulando estar armada, a constrangeu mediante grave ameaça, logrando roubar seu aparelho celular. Portanto, as provas judicializadas são convincentes e determinantes na testificação da ocorrência do roubo pelo acusado contra a vítima W. R. F. M.**.** Em consequência, não se trata de reconhecer como falsa a hipótese acusatória. Em verdade, se mostra bem provado o delito, pois o modus operandi empregado pelo réu foi o mesmo do roubo anterior (2º FATO), pois estava a bordo da motocicleta HONDA BIZ VERMELHA, subtraída no 1º FATO, quando abordou a vítima, simulando estar com arma sob suas vestes e exigindo o aparelho celular. Assim, não pende dúvida sobre a atividade delitiva do réu, pelo que merece ser condenado. **3. DA CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE O 3º E O 4º FATOS - CRIMES DE ROUBO (ART. 157, CAPUT, C/C ART. 71, AMBOS DO CP):** No que tange aos crimes de roubo praticados contra as vítimas K. S. de O. (3º FATO) e W. R. F. M. (4º FATO) , verifico que ocorreram em continuidade delitiva.- Verifico que o acusado, primeiramente praticou crime de roubo contra a vítima K. S. de O. (06/06/2022, por volta das 20h30min) e, após, em continuidade, praticou o crime de roubo contra a vítima W. R. F. M. no mesmo contexto temporal, se tratando de um crime seguido do outro. Assim, a série de roubos praticados pelo réu configura a hipótese legal de continuidade delitiva entre os crimes praticados, tendo diversas

vítimas, atacadas em sequência, com intervalo de poucos minutos entre si e a mesma maneira de execução. Em assim sendo, para a configuração da continuidade delitiva, exige-se a prática de dois ou mais crimes da mesma espécie nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, a indicar serem as condutas subsequentes a continuação das primeiras. No caso dos autos, observo que restou satisfatoriamente demonstrado que o acusado praticou os crimes de roubo (3º e 4º FATOS), mediante mais de uma ação, se utilizando das mesmas condições, tempo, lugar e maneira de execução. Frise-se que, como os crimes são da mesma espécie e se deram sequencialmente, no mesmo contexto temporal e perpetrados pelo mesmo modus operandi, tenho por preenchidos os requisitos do artigo 71 do Código Penal, os quais autorizam o reconhecimento da continuidade delitiva. **4. DO CONCURSO MATERIAL ENTRE AS PENAS ESTABELECIDAS** As pena fixadas e exasperadas nos roubos em continuidade delitiva (3º e 4º FATOS) devem ser somadas as dos furtos (1º e 2º FATOS), tudo em concurso material, nos termos do art. 69 do CP, pois se deram mediante mais de uma ação. **5. DA ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA (ART. 65, I, do CP):** De acordo com as informações constantes nos autos (id. 74634055 - Pág. 21), verifico que o réu ALESSANDRO nasceu em 08.03.2003, portanto, possuía idade inferior a 21 anos à época dos fatos, razão pela qual, reconheço que faz jus ao benefício da atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 61, inciso I, do CP, que adiante será aplicada na segunda fase da dosagem da pena. **6. DO DISPOSITIVO** Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a denúncia para **CONDENAR o réu ALESSANDRO FARIAS**, **vulgo ?SANDRINHO?,** como incurso nas seguintes penas: a) do art. 155, caput do CP por 2 (duas) vezes; b) do art. 157, do CP, por 2 (duas) vezes, c/c art. 71 do CP. c) tudo a ser cumulado nos termos do art. 69 do CP. **Passo à dosimetria da pena. a) DA DOSIMETRIA DO CRIME DE FURTO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA J. DA S. M. (1º FATO)** Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a **culpabilidade** do réu é normal a espécie. Não apresenta **antecedentes criminais em face da súmula 444 do STJ**. Sua **conduta social** não foi aferida nos autos. Não há elementos sobre sua **personalidade.** Os **motivos do crime** já são próprios do tipo penal. As **circunstâncias** foram normais, nada a valorara negativamente. As consequências, nada fora do contexto do tipo penal. O **comportamento da vítima**, em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Concorre em favor do réu, a atenuante prevista no art. 65, I, do CP, posto que era menor de 21 anos de idade à época dos fatos. Todavia, em respeito a Súmula 131 do STJ, ?A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal?. Não há circunstância agravante. Na terceira fase, inexistem causas de aumento ou de diminuição a serem consideradas, de modo que fica a pena final mantida em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. **b) DA DOSIMETRIA DO CRIME DE FURTO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA G. L. (2º FATO)** Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a **culpabilidade** do réu é normal a espécie. Não apresenta **antecedentes criminais em face da súmula 444 do STJ**. Sua **conduta social** não foi aferida nos autos. Não há elementos sobre sua **personalidade.** Os **motivos do crime** já são próprios do tipo penal. As **circunstâncias** foram normais, nada a valorara negativamente. As consequências lhe são negativas, pois não restituiu a integralidade dos bens furtados. O **comportamento da vítima é favorável ao réu, pois deixou a chave da moto na ignição, facilitando a subtração da coisa**. Diante disso, fixo a pena base em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Concorre em favor do réu, a atenuante prevista no art. 65, I, do CP, posto que era menor de 21 anos de idade à época dos fatos. Todavia, em respeito a Súmula 131 do STJ, ?A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal?. Não há circunstância agravante. Na terceira fase, inexistem causas de aumento ou de diminuição a serem consideradas, de modo que fica a pena final mantida em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. **c) DA DOSIMETRIA DO CRIME DE ROUBO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA K. S. DE O. (3º FATO)** Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo: **Culpabilidade:** no caso concreto, verifico que é normal à espécie, nada tendo a se valorar. **Antecedentes:** o réu não registra antecedentes criminais, pois, embora responda a outros processos criminais, não possui sentença condenatória transitada em julgado (Súmula 444 do STJ). **Conduta social e Personalidade do agente:** Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; **Motivos do crime:** Os motivos do delito são próprios à espécie, qual seja, a busca do lucro fácil propiciada pelo crime, o que já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio, razão pela qual deixo de valorar. **Circunstâncias:** não pesam em desfavor do acusado; **Consequências:** negativa ao condenado, pois o bem recuperado estava danificado, com a tela quebrada, conforme fotografia de id.74634055 - Pág. 29 e relato da vítima. **Comportamento da vítima:** quanto ao comportamento da vítima no delito que ora se cuida, considero que nada contribuiu para o crime. Logo, **considerado como neutro** em razão de Súmula n. 18 TJ/PA. À vista da análise feita individualmente, fixo a pena base em 04 (quatro) anos e 8 (oito)

meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria da pena, verifico que o réu faz jus à atenuante da menoridade relativa, quando atenuo a pena, a estabelecendo no mínimo legal, qual seja, 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, o que o faço em atenção à Súmula 231 do STJ, tendo em vista que a pena intermediária não poderá ser fixada aquém do mínimo legal. Não há circunstâncias agravantes a serem consideradas. Diante disso, fica a pena intermediária no mesmo patamar acima fixado. Na terceira fase, inexistem causas de aumento ou de diminuição a serem consideradas, de modo que fica a pena final mantida em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. **d) DA DOSIMETRIA DO CRIME DE ROUBO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA W. R. F. M. (4º FATO)** Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo: **Culpabilidade:** no caso concreto, verifico que é normal à espécie, nada tendo a se valorar. **Antecedentes:** o réu não registra antecedentes criminais, pois, embora responda a outros processos criminais, não possui sentença condenatória transitada em julgado (Súmula 444 do STJ). **Conduta social e Personalidade do agente:** Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; **Motivos do crime:** Os motivos do delito são próprios à espécie, qual seja, a busca do lucro fácil propiciada pelo crime, o que já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio, razão pela qual deixo de valorar. **Circunstâncias:** não pesam em desfavor do acusado; **Consequências:** negativa ao condenado, pois o bem subtraído não foi recuperado. **Comportamento da vítima:** quanto ao comportamento da vítima no delito que ora se cuida, considero que nada contribuiu para o crime. Logo, **considerado como neutro** em razão de Súmula n. 18 TJ/PA. À vista da análise feita individualmente, fixo a pena base em 04 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria da pena, verifico que o réu faz jus à atenuante da menoridade relativa, quando atenuo a pena, a estabelecendo no mínimo legal, qual seja, 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, o que o faço em atenção à Súmula 231 do STJ, tendo em vista que a pena intermediária não poderá ser fixada aquém do mínimo legal. Não há circunstâncias agravantes a serem consideradas. Diante disso, fica a pena intermediária no mesmo patamar acima fixado. Na terceira fase, inexistem causas de aumento ou de diminuição a serem consideradas, de modo que fica a pena final mantida em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. **e) DA CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS CRIMES DE ROUBO (3º E 4º FATOS)** Presentes os requisitos da continuidade delitiva entre os fatos, na medida em que os crimes são da mesma espécie e ocorreram nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, nos termos do art. 71 do CP. Considerando que foram dois crimes de roubo praticados, aumento a primeira pena no patamar mínimo de 1/6, ficando estabelecida a PENA DEFINITIVA do réu em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa, que deverão ser calculados à razão de 1/30 do salário-mínimo cada, haja vista a hipossuficiência econômica do réu, nos termos dos arts. 60, caput e 49, § 1º, do CP. **f) DO CONCURSO MATERIAL DE CRIMES ENTRE O 1º FATO, 2º FATO E A PENA EXASPERADA PELA CONTINUIDADE DELITIVA (3º E 4º FATOS)** Somando-se as penas de todos os crimes pelos quais o réu foi condenado, quais sejam: 2 (dois) crimes de furto, ambos com a pena de 1 ano e 10 (dez) dias-multa para cada um e a pena dos 2 (dois) roubos exasperada pela continuidade delitiva, **CONDENO o réu a pena total de 6 (seis) anos, 8 (oito) meses de reclusão e 31 (trinta e um) dias-multa. DA PENA DE MULTA** Cumulativamente, considerando as circunstâncias do delito analisadas na dosimetria da pena base, comino a pena de multa, estabeleço o dia-multa na razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época do fato, atualizada por ocasião do pagamento, na forma do art. 49, §2º do CPB. **DO REGIME DE PENA (art. 33, CP)** Considerando a quantidade de pena aplicada, estabeleço inicialmente o regime **SEMIABERTO**, conforme art. 33, § 2º, letra ?b?, do C.P. **DA DETRAÇÃO DA PENA** Comprovada a prisão provisória do réu desde 17.02.2023, data da expedição do mandado de prisão em seu desfavor (id. 86923306), portanto há 8 (oito) meses e 2 (dois) dias (art. 387, § 2º do CPP), resta ao condenado cumprir 5 (cinco) anos, 11 (onze) e 28 (vinte e oito) dias de reclusão, tudo no regime semiaberto, sem reflexo no regime prisional. **SUBSTITUIÇÃO POR PENA RESTRITIVA:** Incabível ante a quantidade de pena aplicada, nos termos do art. 44 do CP. **SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA:** Incabível ante o total de pena aplicada. **DA INDENIZAÇÃO** Deixo de fixar um valor mínimo para a reparação dos danos sofridos pela vítima, vez que inexiste pedido expresso na peça inaugural, não oportunizando às partes demonstrarem a procedência ou o descabimento da reparação almejada, o que feriria os princípios corolários da ampla defesa e do contraditório. Este é o entendimento albergado pelos Tribunais Superiores, senão vejamos: PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. REPARAÇÃO PELOS DANOS CAUSADOS ÀVÍTIMA. ART. 387, IV, DO CPP. PEDIDO FORMAL E OPORTUNIDADE DEPRODUÇÃO DE CONTRAPROVA. AUSÊNCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLADEFESA. RECURSO DESPROVIDO. I. O art. 387, IV, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, estabelece que o Juiz, ao proferir sentença condenatória fixará um valor

mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido. II. Hipótese em que o Tribunal a quo afastou a aplicação do valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima porque a questão não foi debatida nos autos. III. Se a questão não foi submetida ao contraditório, tendo sido questionada em embargos de declaração após a prolação da sentença condenatória, sem que tenha sido dada oportunidade ao réu de se defender ou produzir contraprova, há ofensa ao princípio da ampla defesa. IV. Recurso desprovido. **DA NECESSIDADE DA PREVENTIVA** O réu está atualmente preso por força de decreto preventivo. Entendo que ainda se encontram presentes os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva do condenado, não havendo nenhum fato novo apto a modificar esse entendimento, sobretudo em razão da necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, ante as circunstâncias em que foi preso e do decreto condenatório. Além disso, com base na ficha criminal de id. nº 80886762, vê-se que o réu responde a 2 (dois) processos criminais perante as Comarcas de Porto de Moz/PA ?Proc. nº 0800912-97.2022.8.14.0075 e Vitória do Xingu/PA ? Proc. nº 0800321-64.2022.8.14.0131, ambos pela imputação do crime de furto qualificado, atraindo para si fundada suspeita de sua inclinação à reiteração delituosa, não havendo, por ora, medida cautelar substituta que resguarde a sociedade. Entendo que a constrição cautelar não é incompatível com a fixação do regime semiaberto, caso a sentença condenatória venha a ser reformada por esse Tribunal de Justiça. Nesse sentido são os seguintes julgados: (...)2. O colendo Superior Tribunal de Justiça já assentou a compatibilidade da manutenção da prisão cautelar e a fixação do regime semiaberto para cumprimento da pena. Precedentes. (Acórdão 1265869, 07239278420208070000, Relator: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 16/7/2020, publicado no PJe: 29/7/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.). (...)2. Não há incompatibilidade entre a prisão cautelar e o regime de cumprimento semiaberto fixado em sentença, cabendo ao Juízo competente fazer os ajustes necessários. (Acórdão 1259682, 07138683720208070000, Relator: CRUZ MACEDO, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 25/6/2020, publicado no Pje: 6/7/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (...)2. É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto à compatibilidade entre a prisão preventiva e o regime inicial semiaberto imposto em sentença condenatória. (Acórdão 1147217, 07212159220188070000, Relator: JESUINO RISSATO, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 31/1/2019, publicado no DJE: 6/2/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.) AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE ROUBO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N. 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n. 691/STF. 2. No caso, como o Agravante é reincidente específico, tendo em vista a inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, é cabível a fixação do regime semiaberto para o início do cumprimento da pena de 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, nos termos do art. 33, § 2.º, alínea b, do Código Penal e da Súmula n. 269 desta Corte. 3. O não reconhecimento do direito de apelar em liberdade está suficientemente fundamentado na necessidade de se acautelar a ordem pública, tendo em vista a reiteração criminosa do Agravante. 4. Segundo orientação desta Corte Superior de Justiça, não há incompatibilidade entre a manutenção da prisão cautelar e a fixação do regime semiaberto para o inicial cumprimento de pena, devendo, no entanto, ser compatibilizada a prisão cautelar do Apenado com as regras próprias desse regime. 5. Agravo regimental desprovido. AgRg no HABEAS CORPUS Nº 640.933 - SP (2021/0018728-0), julgado em 23 de fevereiro de 2021. Relatora: Ministra Laurita Vaz (grifo nosso) **Deste modo, ratifico o teor da decisão de decretação da prisão preventiva descrita nos autos. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** Arbitro os honorários advocatícios em favor da advogada nomeada, **Dra. RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZELLI - OAB/PA 25.676-A**, no valor de R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), que deverá ser custeado pelo Estado do Pará. **DAS CUSTAS PROCESSUAIS** Isento de custas e de despesas processuais, de acordo com o Provimento nº 005/2006, da Corregedoria de Justiça do TJE-PA, por se tratar de ação penal pública. **DAS PROVIDÊNCIAS FINAIS** **DETERMINO** à Secretaria Judicial que, **independentemente do trânsito em julgado** desta decisão: 1. Intime-se o Ministério Público e defesa, via sistema; 2. Intime-se a defesa nomeada para o réu; 3. Intime-se o réu pessoalmente acerca da sentença, conferindo-lhe o direito de apelar no prazo legal; 4. **EXPEÇA-SE GUIA DE RECOLHIMENTO PROVISÓRIO** em face do condenado **ALESSANDRO FARIAS**, qualificado nos autos, encaminhando-a ao Juízo da Execução Penal Competente. **Havendo o trânsito em julgado desta sentença:** Lancem-se o nome do réu no rol dos culpados, proceda-se às anotações necessárias; Comunique-se à Justiça Eleitoral e aos órgãos de estatística do Estado, encaminhe-se à Vara de Execuções Penais, juntamente com os documentos obrigatórios, descritos na Resolução 006/2008, da CJCI. Expeça-se guia. Finalmente, baixe-se o registro de distribuição e arquivem-se os autos. Ciência ao Ministério Público e a Defesa. Cumpra-se o disposto no artigo 201, §2º, do CPP, qual

seja, comunicação à(s) vítima(s) sobre a prolação da sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Servirá a cópia da presente como mandado/ofício/carta precatória, nos termos do Provimento de nº 003/2009. Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. **Ênio Maia Saraiva** Juiz de Direito . **Senador José Porfírio-PA, 23 de novembro de 2023. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito Titular pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA.**